



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO

**JOEL SEVERINO DA SILVA**

**EDUCAÇÃO DE BASE E SINDICALIZAÇÃO RURAL NA MATA NORTE DE  
PERNAMBUCO (1961 a 1972)**

Recife  
2021

JOEL SEVERINO DA SILVA

**EDUCAÇÃO DE BASE E SINDICALIZAÇÃO RURAL NA MATA NORTE DE  
PERNAMBUCO (1961 a 1972)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Área de concentração: Teoria e História da Educação.

**Orientador:** Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva

Recife  
2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Natalia Nascimento, CRB-4/1743

S586e Silva, Joel Severino da.  
Educação de base e sindicalização rural na Mata Norte de Pernambuco  
(1961 a 1972). / Joel Severino da Silva. – Recife, 2021.  
205 f.: il.

Orientador: André Gustavo Ferreira da Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE.  
Programa de Pós-graduação em Educação, 2021.  
Inclui Referências e Apêndices.

1. Educação de Base. 2. Sindicalização Rural. 3. Práticas Formativas –  
Sindicatos. 4. Trabalhador Rural - Jornal. 5. UFPE - Pós-graduação. I.  
Silva, André Gustavo Ferreira da. (Orientador). II. Título.

370 (23. ed.) UFPE (CE2021-041)

JOEL SEVERINO DA SILVA

**EDUCAÇÃO DE BASE E SINDICALIZAÇÃO RURAL NA MATA NORTE DE  
PERNAMBUCO (1961 a 1972)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Área de concentração: Teoria e História da Educação.

Aprovada por videoconferência em 26 de fevereiro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva - Presidente  
Universidade Federal de Pernambuco  
(Participação por videoconferência)

---

Profa. Dra. Adriana Maria Paulo da Silva - Examinadora Interna  
Universidade Federal de Pernambuco  
(Participação por videoconferência)

---

Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro – Examinador Externo  
Universidade Federal de Pernambuco  
(Participação por videoconferência)

***Dedico este trabalho:***  
*à memória do meu pai, Severino Ventura do Nascimento,*  
*trabalhador rural; e,*  
*a todos os trabalhadores rurais, especialmente, aos*  
*companheiros da Mata Norte de Pernambuco.*

## AGRADECIMENTOS

Palavras de agradecimentos, comuns para expressar nosso sentimento de satisfação e “gozo” por uma conquista ou sensação, ainda que seja um ato minúsculo diante daquilo que se sente, são formas de tentar dizer esse sentir. Como cristão, admirador dos escritos de Paulo de Tarso, Apóstolo dos cristãos, quem tanto orientou a Igreja ao agradecimento por tudo – quer pelos momentos bons ou difíceis -, assim, em palavras sujeitas à opacidade inerente a elas, agradeço por todas as ocasiões, circunstâncias e dificuldades trilhadas no percurso de construção dessa dissertação, a qual teve a contribuição de tanta gente, as quais procurarei, aqui, nomeá-las. Sou grato, pois:

A Deus, pelo mistério da vida, e, pela sua Graça de querer habitar em nós desde o princípio da criação humana – para quem crê, isso se realiza até nos que não creem. Como cristão confesso, agradeço a Jesus Cristo, a encarnação do Deus todo poderoso! Sem Ele, cujo Espírito se move em nós, eu não teria alcançado mais essa conquista.

Ao meu orientador, Dr. André Gustavo Ferreira da Silva, mais que simplesmente orientar, foi companheiro, camarada – como nos cumprimentamos nesse processo. Seu olhar e questionamentos sobre o objeto de pesquisa foram fundamentais para a realização da mesma e, conseqüentemente, a elaboração dessa dissertação.

À minha família, que mesmo sem entender bem o que essa pesquisa significa, foi mais que incentivadora, diria que, espectadora. Ao meu pai, que, por já haver transcendido, não teve a oportunidade de ver seu caçula (entre os homens) trilhar esse caminho.

À minha esposa, Mayara Raquel, a quem devo muito, pela paciência, incentivo, e por acreditar em mim. Obrigado!

Aos examinadores da Banca de Qualificação e Defesa: professora Dr<sup>a</sup>. Adriana Maria Paulo da Silva, pelo olhar crítico e atencioso à leitura do texto. Suas contribuições e sugestões foram salutares para o melhor polimento do mesmo. Lhe agradeço, também, o carinho com que nos fez perceber detalhes que não havíamos identificados. Obrigado! E, o renomado professor Dr. Antônio Torres Montenegro, sua gentileza à análise foi da altura de sua notoriedade intelectual; obrigado pelas sugestões e indicações de leituras, as quais foram muito importantes para o refinamento do objeto e sua estruturação metodológica.

À minha companheira de jornada acadêmica desde a graduação até aqui, Débora Paula Martins. Juntos, fomos mais fortes e conseguimos superar os momentos mais “duros” e solitários do processo de uma investigação científica do rigor de uma pesquisa de Mestrado,

especialmente, nesse contexto de isolamento social (fruto do Covid -19). Obrigado, companheira!

À companheira, Maria da Conceição Melo (Ceça), por, em algum momento, ter feito leitura do texto. Obrigado!

E claro, não poderia deixar de render meus agradecimentos aos trabalhadores rurais, sujeitos da pesquisa em tela, e aos sindicatos da categoria do município de Vicência e Nazaré da Mata. Assim, agradeço especialmente a: Sr. Biu da Luz, assessor da Academia Sindical da FETAPE em Carpina – PE, o qual pacientemente sempre abriu a academia para mim, concedeu livros, materiais e contato com outros atores entrevistados nessa pesquisa, e claro, passado, horas contando, a partir de sua memória, as histórias do movimento sindical rural na região; Beija Flor, do Sindicato de Paudalho, sempre com muito gosto, nos ajudou a compreender parte dessa história de luta e aprendizado; José Francisco, ligado ao Sindicato de Vicência, e que construiu carreira política sindical na CONTAG; José Rodrigues, vinculado ao Sindicato de Bom Jardim e à FETAPE; José Celestino, filiado ao Sindicato de Nazaré; Dona Zezinha e Edjan, ligados ao Sindicato de Vicência, pelas entrevistas.

A Antônio Minervino, do Sindicato de Vicência, pela sua atenção quando por muitas vezes precisei fazer leituras e análises das Atas desse sindicato.

A José Pereira, do Sindicato de Nazaré da Mata, pela autorização para analisar fontes históricas – atas e fotografias, sobretudo, pelas conversas sobre a história sindical rural na região; bem como aos demais membros desse órgão, especialmente, Cristina, que sempre que a solicitei, foi muito gentil e atenta.

Obrigado, companheiros, trabalhadores rurais!

Agradeço, também, aos funcionários da Biblioteca Pública de Nazaré da Mata, que me permitiram manusear exemplares do Jornal Gazeta. Aos FUNCIONÁRIOS estagiários da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

A todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEdu). Grato, por tudo!

E, por fim, agradeço à FACEPE, pelo financiamento desta pesquisa, imprescindível para a realização da mesma.

## RESUMO

O objeto da investigação é a relação entre educação de base e sindicalização rural na Mata Norte de Pernambuco entre 1961 e 1972. A concepção de educação de base, aqui desenvolvida, refere-se à própria experiência subjacente à prática formativa e instituinte do movimento sindical rural, tendo como ponto de referência o conceito desenvolvido pelo MEB, bem como as diretrizes político-pedagógicas do MEB e do SORPE referentes à sindicalização. Sendo uma experiência educativa não escolar, a abordamos na perspectiva conceitual da Educação Não Formal à ótica de Gohn (2010, 2011, 2012). A investigação se justifica pelo fato de não haver estudos sobre o sindicalismo rural no estado na perspectiva da educação. A pesquisa interrogou como se deu a prática do sindicato na formação da sindicalização rural e suas lideranças, na Mata Norte de Pernambuco, em meio às tensões políticas sociais entre 1961 e 1972. O estudo compreendeu, portanto, dois momentos: antes e pós-golpe. No segundo, atenção se deu a essa experiência em plena época de “chumbo” do regime, a fim de se analisar como foi que o sindicato reorganizou sua prática formativa nesse contexto. Fundamentou-se teórica e metodologicamente no campo da historiografia, na perspectiva dos *Annales*. Assim, fez-se uso de fontes documentais e orais. Analisou-se em três seções: a) a relação entre educação de base e sindicalização rural na região, no período; b) o material formativo e informativo produzido pela própria FETAPE (pós-golpe); c) as práticas educativas do sindicato referentes à formação dos trabalhadores na região antes e pós-golpe. Neste sentido, analisaram-se os cursos de formação de lideranças sindicais; o papel educador do pessoal da linha de frente da organização (padres, dirigentes e delegados sindicais); a mudança de discurso da prática formativa antes e pós-golpe. Assim, propomos uma análise da prática formativa do sindicato como lugar de educação de base, no sentido de ter inaugurado aos trabalhadores rurais, senão uma formação política em sentido clássico do termo, ao menos certas compreensões de organização coletiva a partir de práticas e diretrizes próprias, que sob orientação católica buscavam no discurso do legal (lei) e do religioso a justeza e o perfil de militância sindical que reivindicariam direitos básicos ligados a salários e previdência social. Identificamos que, se antes do golpe, tal prática na região primou por um perfil de militância sindical que buscasse na lei a justeza do movimento e certa conciliação para com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) a fim de ter suas reivindicações atendidas, bem como se posicionar como legítimo na defesa do camponês em detrimento das Ligas Camponesas e dos independentes em relação à FETAPE; com a intervenção militar, sobretudo com a rigidez dos anos de “chumbo”, o apelo ao legal como discurso de autoridade e verdade foi o princípio norteador da prática formativa e operacional do sindicato à região; submetido à política assistencialista do PRORURAL e FUNRURAL instituída pelo próprio regime, o sindicato reorientou sua prática formativa em vista dos benefícios assistenciais como forma de ampliar sua rede de sócios. O trabalho, além de outras considerações já consolidadas no campo historiográfico, aponta que a análise da prática educativa de base subjacente ao processo formativo aqui investigado contribui para precisar o lugar de uma prática pedagógica de formação sindical e coletiva dos trabalhadores rurais em seu lugar histórico.

**Palavras-chave:** Educação de Base. Sindicalização Rural. Práticas Formativas do Sindicato. Jornal do Trabalhador Rural.

## ABSTRACT

The object of this investigation is the relationship between basic education and the rural unionization in the North Zone of Pernambuco between 1961 and 1972. The concept of basic education devised here, refers to the formative and instituting practice of the rural union movement, which has as a point of reference the concept developed by MEB, as well as the political-pedagogical guidelines of MEB and SORPE in regard to unionization. As a non-school educational experience, we approach it in the conceptual perspective of Non-Formal Education from the viewpoint of Gohn (2010, 2011, 2012). The investigation is justified by the fact that there are no studies on rural unionism in the state of Pernambuco from the perspective of education. The research aimed to question how the union's practice took place in the formation of rural unionization and its leaders, in the North Zone of Pernambuco, in the midst of social political tensions between 1961 and 1972. The study therefore comprised two moments: before and after the coup. In the second case, attention was given to the experience in the middle of the so-called "leaden period" of the regime, in order to analyze how the union reorganized its formative practice in the mentioned context. It was theoretically and methodologically based in the field of historiography, from the perspective of *Annales*. Thus, documentary and oral sources were used. The analysis was carried out in three chapters: a) The relationship between basic education and rural unionization in the region during the aforementioned period; b) to analyze the formative and informative material produced by FETAPE itself (post-coup); c) The union's educational practices regarding the training of workers in the region before and after the coup. Thus, we propose an analysis of the formative practice of the union as a place for basic education, since it opened if not a political formation in the classic sense of the term, at least certain compressions of collective organization for rural workers, based on their own practices and guidelines, which, under Catholic guidance, sought in the legal and religious discourse the fairness and profile of union activism that would claim basic rights linked to wages and social security. We identified that, before the coup, such practice present in the region excelled for a profile of union activism that sought in the law the fairness of the movement and a certain reconciliation with the Regional Labor Office, in order to have their demands handled, as well as to position itself as legitimate in the defense of the peasants, in detriment of the Peasant Leagues and of the ones who are independent in relation to FETAPE; with military intervention, especially with the rigidity of the "leaden years", the appeal to the legal as a discourse of authority and truth was the guiding principle of the union's formative and operational practice in the region; submitted to the welfare policy of PRORURAL and FUNRURAL, instituted by the regime itself, the union reoriented its training practice in view of the welfare benefits as a way to expand its network of members. In addition to other considerations already consolidated in the historiographic field, the present work points out that the analysis of the basic educational practice underlying the formative process investigated here, contributes to the clarification of the spot of a pedagogical practice of union and collective training of rural workers in their historical place.

**Keywords:** Basic Education. Rural Unionization. Formative Practices of the Union. Rural worker's newspaper.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matéria sobre sindicalização rural .....	46
Figura 2 - Encerramento do treinamento de monitores do MEB em Vicência, 1963 .....	58
Figura 3 - Dirigente do IADESIL entregando cheque de Cr\$ 278.500,00 ao presidente da FETAPE.....	95
Figura 4 - Fragmento do texto sobre educação de saúde preventiva de combate ao amarelão .....	121
Figura 5 - lembranças dos cursos de sindicalismo em Nazaré da Mata .....	130
Figura 6 - lembranças dos cursos de sindicalismo em Nazaré da Mata .....	130
Figura 7 - participação dos trabalhadores rurais no sindicato de Nazaré da Mata na década de 1960.....	134
Figura 8 - lembrança do curso de sindicalismo rural em Nazaré da Mata .....	144
Figura 9 - Entrega de diploma à solenidade de encerramento no I Seminário de Sindicalismo e Cooperativismo, em Carpina – PE. ....	153

## LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional Nº 5
AI-9	Ato Institucional Nº 9
ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
AP	Ação Popular
CAPES	Catálogo de Dissertação e Teses da Capes
CDE	Conselho Diretor Estadual
CDN	Conselho Diretor Nacional
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEHIBRA	Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira
CIA	Central Intelligence Agency
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CLUSA	Cooperative League of the United States of America
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CNR	Conselho Nacional de Agricultura
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CRER	Centro Radiofônico de Educação Rural
CSP	Conselho de Segurança Pública
DAC	Departamento de Assistência a Cooperativas
DNE	Departamento Nacional de Educação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ET	Estatuto da Terra
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco <sup>1</sup>
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

---

<sup>1</sup> Assim nominado no período delimitado nessa pesquisa. Hoje: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco.

GEPA	Grupo Executivo de Produção de Alimentos
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
IADESIL	Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INDA	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário
IPES	Instituto de Pesquisa Econômica e Social
JAC	Juventude Agrária Católica
JT	Justiça do Trabalho
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério de Educação Cultura e Saúde <sup>2</sup>
MT	Ministério do Trabalho
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEBE	Programa de Bolsas de Estudos
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RENEC	Representação Nacional de Emissoras Católicas
SAI	Serviço de Assistência Itinerante
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SAR	Serviço de Assistência Rural
SIRENA	Sistema Rádio Educativo Nacional
SIRESE	Sistema Rádio Educativo de Sergipe
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política Agrícola
UDN	União Democrática Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	United States Agency for International Development

---

<sup>2</sup> Assim nominado no período delimitado nessa pesquisa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1.1</b>	<b>Metodologia</b> .....	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DE BASE E SINDICALIZAÇÃO RURAL NA MATA NORTE DE PERNAMBUCO NO PERÍODO</b> .....	<b>31</b>
<b>2.1</b>	<b>Educação de base: contextos e demandas</b> .....	<b>31</b>
<b>2.2</b>	<b>Os primeiros momentos de educação de base na região antes do MEB e SORPE: 51 dias de escola radiofônica e a discussão sobre a fundação sindical</b> .....	<b>38</b>
2.2.1	Os primeiros 51 dias de escola radiofônica na região, discursos e discrepâncias.....	40
2.2.2	A discussão sobre a fundação sindical na região no Jornal da Diocese de Nazaré.....	45
<b>2.3</b>	<b>Sindicalização rural de orientação católica na região e suas “agências” de educação de base: MEB e SORPE</b> .....	<b>49</b>
2.3.1	O MEB e a sindicalização rural na região: o papel do monitor na liderança sindical ....	53
2.3.2	O SORPE e a sindicalização rural.....	61
<b>2.4</b>	<b>Diretrizes político-pedagógicas da prática educativa do MEB e SORPE referente à sindicalização rural</b> .....	<b>65</b>
<b>2.5</b>	<b>Algumas conquistas sindicais reivindicadas pela FETAPE</b> .....	<b>77</b>
<b>3</b>	<b>PRÁTICAS FORMATIVAS DA FETAPE PÓS-GOLPE: O JORNAL DO TRABALHADOR RURAL EDITADO EM 1972</b> .....	<b>83</b>
<b>3.1</b>	<b>O sindicato, a FETAPE e o SORPE pós-golpe de 1964</b> .....	<b>85</b>
<b>3.2</b>	<b>O Jornal do Trabalhador Rural editado pela FETAPE (1972)</b> .....	<b>98</b>
3.2.1	Os conteúdos formativos no Jornal do Trabalhador Rural.....	103
3.2.2	Os informativos de educação da FETAPE no Jornal do Trabalhador Rural.....	121
<b>4</b>	<b>PRÁTICAS EDUCATIVAS DO SINDICATO REFERENTE A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NA REGIÃO ANTES E PÓS-GOLPE</b> .....	<b>126</b>
<b>4.1</b>	<b>Prática formativa sindical antes do golpe</b> .....	<b>128</b>
4.1.1	Cursos de sindicalismo rural e lideranças: discurso pedagógico de reivindicação .....	128
4.1.2	O papel educador do pessoal da linha de frente na prática cotidiana do sindicato .....	136
<b>4.2</b>	<b>Prática formativa sindical pós-golpe: mudança de discurso</b> .....	<b>147</b>
4.2.1	De discurso sindical <i>reivindicativo</i> para <i>cooperativista</i> – pseudodiscurso de reforma agrária.....	147
4.2.2	Mudança de discurso na prática formativa sindical no período de “chumbo”.....	155
<b>4.3</b>	<b>Que sindicato foi esse mesmo que se constituiu na Mata Norte nesse período?...</b>	<b>171</b>

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>177</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>188</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>194</b>
	<b>ANEXO A - JORNAL DO TRABALHADOR RURAL (FETAPE) 1972.....</b>	<b>194</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>197</b>
	<b>APÊNDICE A - LISTA DE REFERÊNCIA DOS JORNAIS.....</b>	<b>197</b>
	<b>APÊNDICE B - LISTA DE DOCUMENTOS ANALISADOS (FETAPE).....</b>	<b>199</b>
	<b>APÊNDICE C - LISTA DOS MATERIAIS EDUCATIVOS.....</b>	<b>200</b>
	<b>APÊNDICE D - FONTES DOS SINDICATOS DE NAZARÉ E VICÊNCIA.....</b>	<b>201</b>
	<b>APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA ORAL.....</b>	<b>202</b>
	<b>APÊNDICE F - REFERÊNCIA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS.....</b>	<b>205</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a relação entre educação de base e sindicalização rural na Zona da Mata Norte de Pernambuco entre 1961 e 1972. Esses balizamentos cronológicos referem-se a dois fatores que marcam a trajetória formativa do movimento sindical na região no período. O primeiro, o processo formativo instituinte que se relaciona a três eventos concomitantes: i) a criação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) voltado para a formação de sindicatos e suas lideranças; ii) a instalação do Centro Radiofônico de Educação Rural (CRER) – da Diocese de Nazaré da Mata; iii) a implantação do Movimento de Educação de Base (MEB) no estado. O segundo, a reorientação dada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) nos anos de “chumbo” do regime militar, a partir do Jornal do Trabalhador Rural, por ela editado em 1972, bem como o fim do SORPE.

Nesse período, ocorreram diversos embates políticos e ideológicos, violência, repressão, massacre e mortes de trabalhadores rurais que marcaram o campo da sindicalização rural na região canavieira de Pernambuco (ABREU E LIMA, 2005), historicamente dominada pela oligarquia agrária, que, em seu jogo de dominação e manutenção do poder, impunha aos trabalhadores, desde época pretérita, uma política de *dependência patronal* (KADT, 2007), submetendo-os a precárias condições de vida.

Segundo o autor, o conceito de *dependência patronal* de um lado refere-se às práticas de exploração laboral que englobavam táticas como: o pagamento ao patrão de determinados dias de trabalho ao ano, ou seja, trabalho gratuito, prática denominada de *cambão*; o *pulo da vara*, que era a medição de uma tarefa de trabalho maior que o previsto entre as partes; o *barracão*, único lugar de compra; *pulo do lápis*, política trapaceira dos barracões; e a condição de *morador do engenho*. Por outro, a *dependência patronal* fundia medo e favores; medo de demissões e expulsões já recorrentes desde a crise do açúcar no mercado internacional e que se avolumaram ainda mais com o advento das Ligas Camponesas e o movimento pro-sindicalização no trânsito da década de 50 a 60 do século XX. Por sua vez, a tática de favores alimentava-se tanto da exploração e do medo, quanto, paradoxalmente, de relativa proteção patronal e de trocas, das quais supostamente ambas as partes tirariam algum proveito dessa relação; contudo, estando tal relação assimetricamente condicionada à estrutura político-social desigual de poder, não só o patronato tivera vantagens, como retroalimentava o sistema de dependência. Neste aspecto, os “favores” concedidos, como empréstimos, arrendamentos, moradias, etc., requeriam do trabalhador, lealdade ao patrão. Para Kadt (2007), esse sistema se

legitimava pela sua própria estrutura de poder que fazia internalizar no camponês, enquanto comportamento de dependência patronal, em virtude de este ter, sobre seu poder, não só os meios de produção do trabalho e produtos, mas também do dinamismo político implicado nessas relações e/ou, até mesmo, derivadas delas. Na análise do autor, tal estrutura dificultava a implementação de processos educativos de base, em alguns casos resistidos até pelo camponês, como veremos mais adiante na análise do processo de organização sindical na região.

Ainda conforme Kadt (2007), esse sistema de comportamento e relação de dependência para com o patronato articulava-se, concomitantemente, ao monopólio do poder econômico e político local. O monopólio do poder econômico se dava à medida que proprietários rurais e comerciantes locais tinham o controle do meio de vida dos camponeses e o crédito local disponível e, agiam como “filtro” de comunicação entre os trabalhadores rurais e o mundo exterior. Paralelo ao controle econômico, o patronato monopolizava também a política local ao passo que, valendo-se de seu poder sobre o camponês dependente, o exigia em recompensa, no sistema de troca, certas “obrigações” políticas (KADT, 2007, p. 38-41). No monopólio político, o patronato influenciava inclusive nos cartórios para fazer permitir que os camponeses não alfabetizados votassem, bem como para impedir que políticos opositores conquistassem votos do campesinato sob sua dependência (KADT, 2007).

Contudo, essa relação de dependência e a fotografia social rural na região advinda desse processo, quando observada em sua relação em face da pujança econômica, política e social em meados do século XX, desvelam-se à oposição de classes, o soerguimento do movimento sindical rural – Sindicatos e Ligas Camponesas – e a crescente influência da esquerda como o PCB<sup>3</sup>, intelectuais e estudantes secundaristas alinhados a pautas anti-imperialistas, sobretudo estadunidense (JACCOUD, 1990; ABREU E LIMA, 2005; KADT, 2007).

As consecutivas vitórias da Frente do Recife constituída da aliança entre PSB<sup>4</sup>, PTB<sup>5</sup> e PCB, para o Governo do Estado, em 1958 e 1962, com Cid Sampaio e Arraes respectivamente, não só “desmontava” a hegemonia monopolista do PSD<sup>6</sup> e UDN<sup>7</sup>, sobretudo no interior do Estado, como sinalizava a força da esquerda na cidade e no campo (SANTOS, 2014). Força

---

<sup>3</sup> Partido Comunista Brasileiro

<sup>4</sup> Partido Socialista Brasileiro

<sup>5</sup> Partido Trabalhista Brasileiro

<sup>6</sup> Partido Social Democrático

<sup>7</sup> União Democrática Nacional

essa que refletia o crescimento da esquerda nacional, fortalecida da aliança PTB-PSB, que ampliou sua base no Congresso e conquistou o governo em 11 (onze) Estados da Federação; de um lado, alimentada pelo entusiasmo nacionalista de estabilização política e econômica em face do imperialismo norte-americano; de outro, pelo espírito “revolucionário” de reformas de base demandadas pelo levante popular, especialmente a reforma agrária, sobretudo na Paraíba e em Pernambuco em vista das Ligas Camponesas (BANDEIRA, 1978).

No entanto, conforme Barros (2013), as questões sociais do campo só adquiriram maiores avanços no Governo Arraes, que, em seus 14 (catorze) meses no exercício do cargo antes de ser deposto pelos militares, voltou-se às demandas mais imediatas reivindicadas pelo campesinato. Conforme o autor, as greves dos trabalhadores rurais na busca por efetivação da lei federal que instituía o direito ao 13º (décimo terceiro) salário levaram Arraes a tomar outras medidas práticas que contribuiriam à elevação salarial e à qualidade de vida no campo. Dentre as conquistas camponesas na luta com usineiros e demais patronato rural, durante o primeiro Governo Arraes, destacam-se: o 13º salário; reajustes salariais; a tabela de tarefas; e o contrato coletivo. Isso significara, em termos concretos, certa “emancipação” e/ou ao menos fragilização da estrutura de dependência patronal.

Contudo, ao mesmo tempo, em que já não se podia mais ignorar a pujança da esquerda no campo político e a influência do campesinato através das Ligas e dos sindicatos, se recrudescia o antagonismo entre as classes à medida que o patronato cioso do seu poder de mando – anteriormente assegurado pela relação de dependência – em articulação com as forças do capitalismo buscava colocá-los na ilegalidade junto à imprensa associando-os ao comunismo, portanto, como movimentos subversivos (BARROS, 2013).

Neste sentido, o autor levantou, em sua investigação sobre o conflito no campo em Pernambuco, no primeiro Governo de Arraes, vários termos pejorativos e marginalizados associados ao comunismo, cunhados pela imprensa jornalista hegemônica do estado desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e mais ainda nos idos do golpe de 1964, buscando criar, na opinião pública, aversão à organização do campesinato. As Ligas Camponesas de Galileia, Vitória de Santo Antão, denominada inicialmente de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), recebera o nome de Ligas Camponesas por parte dessa imprensa, arremetendo-as aos antigos sindicatos rurais coordenados pelo PCB em meados da década de 1940 (BARROS, 2013), nomenclatura ressignificada pelas Ligas, que passaram a utilizá-la para demarcar luta política (SILVA, 2015).

Nesse contexto, nos idos de 1960, a imprensa local e inclusive internacional veiculava nas colunas policiais quaisquer atos de resistência e organização dos trabalhadores rurais

especialmente ligados às Ligas e aos sindicatos, atribuindo-lhes a bandidagem a fim de associá-los ao comunismo cubano, discurso que seria usado pelo imperialismo americano para justificar suas intervenções (BARROS, 2013).

Segundo a ampla literatura especializada, é nesse contexto político-ideológico efervescente na mata pernambucana na década de 1960 que a Igreja Católica (uma ala dela) por uma série de fatores (dogmáticos, políticos, ideológicos, etc.), dentre eles, fortalecer seu poder de evangelismo enfraquecido no meio rural e combater o avanço das Ligas e do PCB, volta-se à questão dos camponeses a fim de aderir a uma linha mais reformista contrária às ideologias marxistas/comunistas (ABREU E LIMA, 2005; KADT, 2007; KOURY, 2010), passando, assim, a atuar junto à sindicalização rural no estado, por meio do SORPE e do MEB.

O MEB, por sua vez, como já sabido, era de abrangência nacional, com destaque para o Nordeste – em função principalmente da emergência popular à cena política em face da precariedade que a assistia, compunha um projeto de reforma à base da estrutura agrária. Nessa linha reformista, o principal setor de maior atuação e êxito do MEB foi a sindicalização rural, sobretudo nos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco (KADT, 2007).

Destarte, cabe registrar que a sindicalização rural na Mata Pernambucana – assim como em outras regiões do estado e mesmo do País – compreendeu-se de dois “macros” processos instituintes. O primeiro abrange as lutas políticas entre as classes, os grupos que disputavam a hegemonia da organização e controle do camponês, o jogo político demarcado pela polarização ideológica e capitalista; e sobretudo, a lógica sindicalista, burocrática e estadista, processo já consideravelmente analisado no campo da história, da sociologia e do direito. O segundo, a prática formativa, porém, dada a pujança dos reveses entre os grupos que ensejaram o “controle” hegemônico dos camponeses, do cenário político ultra “agitado” entre esquerdas e direitas mais estremadas, do golpe e do regime militar bem como do antagonismo patronal, pouco se contemplou nos estudos sobre o sindicato rural na mesorregião do estado, suas práticas educativas no processo de fundação e consolidação, quer sejam suas ações pedagógicas em si, como treinamentos de lideranças, cursos de sindicalização, etc., à lógica do SORPE, quer sejam em suas práticas instituintes (KOURY, 2010) de maneira geral, ou ainda as experiências cotidianas dos atores no processo. Menos ainda, quando se refere à Mata Norte, *locus* de estudo da pesquisa em tela.

É por esse aspecto educativo de base instituinte da sindicalização rural que essa pesquisa se debruça em analisar a Mata Norte Pernambucana. A escolha por essa região se deu por duas variáveis. A primeira refere-se ao fato que a maioria dos estudos sobre sindicalismo rural nesse estado restringem-se quase que exclusivamente à Mata Sul (muito embora nesses trabalhos a

Mata Norte esteja acionada na análise do processo), conforme identificamos no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, e nos principais autores que discutem o tema, entre eles: Kadt (2007), Abreu e Lima (2005) e Koury (2010). A segunda refere-se, por um lado, à própria configuração social rural constituída dos engenhos mais modestos, fornecedores de cana, trabalhadores assalariados e condições climáticas mais secas (ANDRADE, 1964); por outro, correlacionado a essa mesma configuração, que, conforme a análise de Abreu e Lima (2005), foi palco de menos agitação social que a Sul. E ao fato que, a Igreja Católica adquiriu certa hegemonia na organização sindical rural no campo político de disputa com outras agremiações que disputavam o “controle” dos camponeses, a exemplo das Ligas e do PBC, quando comparado à Mata Sul (ABREU E LIMA, 2005).

O primeiro trabalho pedagógico da Igreja na Mata Norte de Pernambuco junto aos camponeses, que os levaria poucos meses depois à organização sindical, iniciou em abril<sup>8</sup> de 1961, em Nazaré da Mata, através de sua Diocese que, em aderência à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – “comprometida” com o papel social da Igreja –, implementa processos de educação de base mediante instalação do Centro Radiofônico de Educação Rural (CRER). Tinha como objetivos anunciados “ensinar” aos trabalhadores rurais os mais elementares saberes, porém imprescindíveis à elevação do nível de vida do camponês, como: saúde, práticas domésticas, iniciação agrícola, religião; sobretudo, combater o analfabetismo que atingia cerca de 140.000 (cento e quarenta mil) adultos, 22% dos 930.000 (novecentos e trinta mil) do estado<sup>9</sup>. Segundo relatório de junho de 1961, escrito em tons de exaltação, exames aplicados aos alunos constataram que, em menos de dois meses (cinquenta e um dia), muitos já sabiam ler e assinar o próprio nome<sup>10</sup>, o que serviu de argumentos utilizados pela Diocese para celebrar convênio com os municípios de sua abrangência pastoral, com o governo estadual, especialmente, como tese para instalação do MEB na região<sup>11</sup>.

Entretanto, pode-se analisar que a Diocese nunca assumiu abertamente nas colunas e manchetes do *Gazeta de Nazaré da Mata*<sup>12</sup> que sua tese expansionista de educação rural de base através do CRER – que mais adiante se vincularia ao MEB – almejava êxito em três variáveis ideológicas inter-relacionadas. Primeiro, dissipar a influência comunista junto à massa rural;

---

<sup>8</sup> *Jornal Gazeta de Nazaré* nas edições datadas de 01 e 08 de abril de 1961.

<sup>9</sup> *Idem*.

<sup>10</sup> *Jornal Gazeta de Nazaré*, edição de 24 de junho de 1961.

<sup>11</sup> *Jornal Gazeta de Nazaré*, edição de 08 de junho de 1961.

<sup>12</sup> *Jornal de propriedade da própria Diocese da cidade, de circulação local à época. Localizado em Acervo da Biblioteca Pública de Nazaré da Mata.*

daí as constantes críticas da Diocese, por meio de seu jornal (Gazeta), às Ligas, Julião e Fidel Castro. Segundo, combater o analfabetismo entre os adultos. O terceiro e último, assumir ela mesma o “controle” pedagógico e ideológico dos camponeses na região, tanto que, no início de 1961, mesmo antes do MEB e SORPE, a Diocese já discutia, no Gazeta, a ideia de sindicalização rural<sup>13</sup>.

Assim, na disputa pela hegemonia dos trabalhadores rurais em face da “onda comunista”, a Igreja, através do SORPE e do MEB/PE, fundados respectivamente em junho e julho de 1961, atua na organização sindical rural na região.

Segundo o Padre Crespo (1985), em entrevista à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)<sup>14</sup>, o SORPE atuou no processo de formação sindical por 12 (doze) anos, até o momento em que o sindicato já havia adquirido estrutura financeira, jurídica e política para seguir liderado/coordenado pelos próprios trabalhadores. O MEB/PE, por sua vez, além de buscar combater o vultoso analfabetismo, teve como propósito orientar e organizar os trabalhos específicos das escolas radiofônicas e a colaboração com o sindicalismo rural como veremos adiante, conforme a coordenadora estadual, Lúcia Moreira da Costa<sup>15</sup>, e análise feita por Kadt (2007) e Santos (2014).

Contudo, tal processo de organização sindical de orientação católica sob processos de educação rural de base fora antagonizado não só pelo patronato, mas sobretudo pelo golpe de 1964 e o regime militar que, através de seu aparelhamento de controle, repressão e censura, interveio na maioria dos sindicatos rurais da mata pernambucana (como em todo país). Sob pretexto de legalidade e legitimidade jurídica e popular, remeteu a questão sindical, incluindo todas as relações de fórum classista, ao poder do Ministério do Trabalho (BANDEIRA, 1978; ABREU E LIMA, 2003, 2005; KADT, 2007; KOURY, 2010; BARROS, 2013). Essa rigidez e controle se fortaleceu, sobretudo, nos anos de “chumbo” do regime, que se selariam a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, que instituía a censura, e, segundo o Diário de Pernambuco de 16 de abril de 1969, seria aplicado contra os dirigentes sindicais corruptos e subversivos; e o Ato Institucional nº 9 (AI-9), de 25 de abril de 1969, que reforçava a relação entre Estado e Oligarquia rural. O que tornou as lutas no campo, quase insustentáveis. Entretanto, é nesse período que o Estado autoritário “concede” algumas das pretéritas

---

<sup>13</sup> Jornal Gazeta, edição 13 de maio de 1961.

<sup>14</sup> Entrevista realizada pelo Cehibra, da Fundação Joaquim Nabuco, à Cúria Metropolitana do Recife, na Rua do Giriquiti, 48, em 10 de outubro de 1985. Depoimento colhido pelos pesquisadores Eliane Moury Fernandes e Jorge Zaverucha.

<sup>15</sup> Última Hora, edição 00043(1) de 25 de junho de 1962.

reivindicações do movimento sindical a fim de construir certa legitimidade perante a categoria camponesa, dentre elas, a Previdência Social Rural, porém numa proposta assistencialista através de programa específico, cuja execução seria entregue à própria estrutura dos sindicatos, tornando-os em executores do programa.

Considerando todo esse processo político-social que perpassava as práticas educativas de base, instituinte da sindicalização rural na região, a pesquisa em tela busca responder a seguinte questão: **como se deu a prática do sindicato na formação da sindicalização rural e suas lideranças, na Mata Norte de Pernambuco, em meio às tensões políticas sociais entre 1961 e 1972?**

A dimensão pedagógica a que a questão remete exige como caminhos possíveis para a resposta da mesma questionar o seguinte: quais as diretrizes políticas pedagógicas contidas nos documentos formativos do MEB e SORPE referentes à sindicalização rural? Como o sindicato reorganizou sua prática educativa em plena época de “chumbo”? Como se sucederam às práticas educativas do sindicato referentes à formação dos trabalhadores na região antes e pós-golpe?

Neste sentido, a pesquisa tem como **objetivo geral** analisar a prática do sindicato na formação da sindicalização rural e suas lideranças, na Mata Norte de Pernambuco, em meio às tensões políticas sociais entre 1961 e 1972. A fim de contemplá-lo, definiram-se três **objetivos específicos**: a) compreender a relação entre educação de base e sindicalização rural na região, no período, tendo em vista as diretrizes do SORPE e MEB em relação à prática formativa instituinte; b) analisar o material formativo e informativo produzido pela própria FETAPE (pós-golpe); c) analisar as práticas educativas do sindicato referentes à formação dos trabalhadores na região antes e pós-golpe.

## 1.1 Metodologia

Dada a problematização e os objetivos apontados, são três as dimensões de interesses interligados na análise do processo educativo que institui a sindicalização rural na Mata Norte de Pernambuco. A primeira refere-se ao conceito de educação que interpela o processo pedagógico e educacional na formação sindical naquele período histórico. Segundo, a dimensão da prática educativa enquanto processo pedagógico instituinte e formativo. Terceiro, visibilizar a sindicalização na região sob a ótica historiográfica com o esforço de não negligenciar na análise os enredos e as tensões políticas sociais do período, porém, na perspectiva da educação.

Sabido que o processo de formação sindical não se pode “classificar” no âmbito da educação formal, mas, como ambiente de práticas coletivas, que, enquanto movimento social, remete-se ao campo da educação não formal na perspectiva de Gohn (2010, 2011), estamos trabalhando na pesquisa com a concepção da autora, olhando a educação de base enquanto conceito próprio do processo pedagógico formativo desenvolvido no âmago sindical rural referente a suas práticas formativas instituintes. Considerando nesse processo, a atuação do SORPE e do MEB que instituíram as diretrizes político-pedagógicas orientadoras à organização e formação sindical rural na região. Neste sentido, consideramos como balizamento ao conceito de *educação de base*, na prática sindical em análise, a concepção do próprio MEB, que, de algum modo, imbricava-se à prática do SORPE.

Destarte, a formação sindical rural de orientação católica – hegemônica na Mata Norte de Pernambuco – compunha uma agenda mais ampla da Igreja no campo político e ideológico, inclusive a fim de não perder o proletariado rural para os ideais comunistas (RAPÔSO, 1985; FÁVERO, 2001, 2006; ABREU E LIMA, 2005; KADT, 2007; CARVALHO et al., 2009). Agenda, orientada por uma primazia progressista em face da crise de hegemonia política e ideológica – direita/esquerda, capitalismo/comunismo – instalada no país mirava um plano de reformas de base a fim de elevar a condição de vida popular, sobretudo do camponês, trazido à cena política na luta pela reforma agrária, orientado pelas Ligas Camponesas e pelo PCB. Dessa forma, o MEB, como principal “guarda-chuva” da Igreja no plano das reformas, entendia por educação de base um conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do camponês, aspirando lhe desenvolver o espírito de iniciativa a uma reforma de base à estrutura agrária do país.

Rapôso (1985), ao analisar as nuances históricas do conceito de educação de base do MEB, verifica que o mesmo passou por processos de reorientação que ia de saberes elementares à conscientização das massas. Portanto, orientava sua prática a partir da realidade do campesinato. Nesse sentido, passa a admitir, a partir do II Encontro de Coordenadores em 1962, que a promoção do homem só teria sentido se ele mesmo fosse sujeito do processo (RAPÔSO, 1985), mediante experiências práticas objetivas, que o colocassem face à realidade que lhe oprimia, a agir em direção à superação dela, concepção que orientara, também, o SORPE, como se verá mais adiante.

Embora não trilhando o caminho da suposta conscientização ou autoconscientização, é esse processo da experiência prática que a pesquisa considera como educação de base exercida no âmago do sindicalismo rural na Mata Norte Pernambucana. Nesse sentido, entende-se por

educação a própria experiência da prática formativa sindical; e, por base, não se refere a uma percepção de elementaridade, e sim, ao processo formativo em si.

Desse modo, considerando o caráter não formal de educação da experiência formativa sindical, a pesquisa considera na análise da prática daquela experiência no espaço-temporal delimitado (1961 a 1972), as diretrizes político-pedagógicas presentes no material de referência do MEB, SORPE e FETAPE; e os registros orais dos trabalhadores rurais que viveram tal experiência, na prática. Em efeito, buscamos trabalhar na pesquisa, com um aporte metodológico condizente a se alcançar os objetivos descritos.

Assim, assenta-se metodologicamente no campo da historiografia na perspectiva dos *Annales*, especialmente nas leituras de Le Goff (2003) e Peter Burke (1992). Tal perspectiva aponta novas lentes em contraponto ao “fazer histórico” tradicional positivista que buscava construir, em suas narrativas, discursos de verdades sobre os fatos com o intuito de desvelar e/ou oferecer leituras discursivas objetivas, cuja tarefa central seria apresentar à sociedade um retrato “real” da história. Considera, pois, no discurso narrativo, o caráter da contingência e da não objetividade; antes, chama atenção para as abordagens, os problemas e os objetivos discursivos da história. Nessa lente, a historiografia se encontra no liame da fronteira do discurso produzido sobre determinado fato e as forças no interior dessa produção discursiva, fazendo-se necessário à análise dessa cadeia de forças considerar outros elementos/variáveis invisibilizados na produção histórica que privilegiava em sua narrativa os interesses dominantes, e não por menos contadas/narradas por seus próprios ideólogos.

Neste sentido, segundo Burke (1992), a “nova história”, termo relacionado à perspectiva metodológica historiográfica dos *Annales*, opõe-se deliberadamente ao “paradigma” tradicional no narrar histórico.

Assim, enquanto a narrativa outrora hegemônica interessava-se pelo macropolítico e social, com uma leitura feita de cima centrada nos “grandes” acontecimentos, nos homens “ilustres”, na política e, privilegiava os documentos como únicas fontes possíveis, os quais eram examinados como discursos factícios capazes de aferir objetividade. A abordagem historiográfica na perspectiva dos *Annales* tem como base filosófica a ideia de que a realidade é socialmente construída, interessa-se pela história dos diversos grupos sociais e considera a tessitura da narrativa historiográfica, assim como outras fontes além dos documentos (BURKE, 1992, p. 10-15). Com efeito, exige não só introduzir outros recursos à narração historiográfica, como a questionar a fidedignidade das fontes documentais, tratadas na história clássica positivista com sentido de verdade, a qual, na maioria das vezes, representava a memória coletiva e as intenções de poder de um grupo em detrimento de outros (LE GOFF, 2003). Ainda

segundo o autor, ao questionar: Como? Por quê? Por quem? Com que finalidade? Em que circunstâncias?, etc., “desmonta” a pretensão da “neutralidade”, linearidade e de “verdade” do discurso das fontes documentais como testemunho fiel do fato neles registrados (LE GOFF, 2003).

Segundo Le Goff (2003) e Burke (1992), na perspectiva dos *Annales*, o ampliar das fontes demandou a história oral como elemento “essencial” à colaboração e à análise e compreensão de eventos históricos. Segundo Prins (1992), é comumente usada pelos historiadores orais, como Thompson, à análise das histórias dos excluídos dos documentos oficiais, ou, no dizer de Sharpe (1992), “história dos de baixo”.

Nesse sentido, a pesquisa em tela, orientada metodologicamente pela lente historiográfica na perspectiva dos *Annales* como dissemos, aporta-se em dois pilares: a) documentos; b) História Oral.

Referente à história oral, trabalhamos na perspectiva de Thompson (1992) e Montenegro (2007, 2017), visto o lugar dado à voz dos diversos atores das camadas populares, enquanto dimensão da memória na trama histórica.

Thompson (1992), buscando dar visibilidade à voz dos excluídos dos documentos “oficiais”, “congelados” à história, diz que, embora a história oral, enquanto memória, não seja necessariamente um instrumento de mudança das questões históricas e sociais “pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras” (THOMPSON, 1992, p. 22).

Isso não significa que a memória aponta o real à elaboração histórica, antes, partindo do “real”, ou seja, do acontecido, atende a um processo de mudança e conservação (MONTENEGRO, 2007), e é interpelada/perpassada por experiências históricas individuais e coletivas em movimento. É neste sentido que Montenegro (2007) guarda certa divergência da distinção entre memória e história apresentada por Halbwachs (1990). Pois, enquanto para Halbwachs (1990), a memória opera a dimensão do individual e ainda presente no grupo que vivenciou dada experiência histórica e a história trabalha com representação de fatos pretéritos, inclusive quando encerradas possibilidades de encontrar testemunhos daquela lembrança, para Montenegro (2007), memória e história, apesar de distintas, guardam significativas intersecções, posto que a memória se constitui a partir dos acontecimentos. Contudo, para esse autor, a grande dificuldade está em alinhar as fontes tradicionais ao registro oral, a princípio, pela forma como os fatos se desencadeiam em ambas as fontes, enquanto lentes para leituras do vivido, do ocorrido.

Segundo Montenegro (2007), a memória, enquanto elemento do vivido, não como lembrança “congelada que se acessa, e sim, como reelaboração constante do vivenciado trazido no ato de lembrar, adquire uma dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente” (MONTENEGRO, 2007, p. 20). Ainda segundo o autor, esse processo de memória elabora-se interpelada por motivações inconscientes e subjetivas (MONTENEGRO, 2007). Por isso mesmo, argumenta em entrevista cedida a Cavalcanti e Soares, publicada como artigo em 2016, que a memória é seletiva e uma construção permanente, portanto, todo ato de rememorar está atravessado pelas experiências do cotidiano, tanto “pretéritas” quanto “atuais”.

Nesse aspecto, a perspectiva da fonte oral adquire relevância nessa pesquisa, à medida que através da memória enquanto fonte histórica pôde elucidar aspectos da percepção discursiva historiográfica das práticas formativas do movimento sindical rural na Mata Norte de Pernambuco, a partir dos próprios atores sociais do processo – os trabalhadores rurais. Nesse sentido, suas percepções sobre o cotidiano no sindicato, as práticas do SORPE e MEB referentes à formação sindical, mesmo em se tratando de vivências pretéritas alocadas em espaço-temporal distados a décadas, rememorados sob influências do presente carregado de elementos diversos, ajudam a compor as informações e associações do registro memorialista.

Destarte, “entrevistamos” 07 (sete) trabalhadores rurais, aqui chamados de memorialistas<sup>16</sup>, ligados aos respectivos órgãos: Edjan (Sindicato de Vicência), José Francisco (MEB, Sindicato de Vicência, FETAPE, CONTAG), Zezinha (MEB e Sindicato de Vicência), José Rodrigues (Sindicato de Bom Jardim e FETAPE), Biu da Luz (Sindicato de Carpina e FETAPE), Beija Flor (Sindicato de Paudalho), José Celestino (Sindicato de Nazaré). Ainda trabalhamos com duas entrevistas do Padre Paulo Crespo, uma localizada na Fundação Joaquim Nabuco, na Cúria Metropolitana do Recife, realizada em 1985<sup>17</sup>. Outra de 1978<sup>18</sup>, realizada

---

<sup>16</sup> Esse termo é utilizado pela própria FETAPE e Academia Sindical em referência aos primeiros atores do movimento que, atualmente, compõem a equipe de contadores da história do movimento nas formações.

<sup>17</sup> CRESPO, Enes Paulo. Paulo Crespo (depoimento, 1985). Entrevista realizada pelo Cehibra, da Fundação Joaquim Nabuco, à Cúria Metropolitana do Recife, Rua do Giriquiti, 48, em 10 de outubro de 1985. Depoimento colhido pelos pesquisadores Eliane Moury Fernandes e Jorge Zaverucha.

<sup>18</sup> CRESPO, Enes Paulo. Paulo Crespo (depoimento, 1978). Rio de Janeiro CPDOC, 1990. 46 p. tad. Entrevista realizada no contexto de pesquisa “Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras” parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC. Fundação Getúlio Vargas Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Observação: Todas as vezes que citarmos uma das entrevistas no decorrer do texto, citaremos da seguinte forma respectivamente: Crespo (1985), Crespo (1978).

pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 1990, Rio de Janeiro.

Neste sentido, a perspectiva oral, não sendo exclusiva, mas subjacente a outros elementos, logrou lugar metodológico nessa pesquisa em relação de complementariedade às fontes documentais.

Referente à pesquisa documental, trabalhamos com fontes primárias e secundárias, levantadas: no acervo da Academia Sindical da FETAPE, no Polo da Mata Norte em Carpina; nos acervos dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Nazaré da Mata e Vicência; no acervo da Biblioteca Pública de Nazaré da Mata; na Hemeroteca Digital; e no Site do FORUMEJA<sup>19</sup>. Os documentos levantados nos espaços físicos foram digitalizados, com permissão dos responsáveis pelos ambientes. Já os identificados virtualmente fizemos o Downloads. Todos os materiais foram organizados em pastas para nos facilitar o “manuseio” às análises.

No acervo da Academia Sindical, localizamos uma série de documentos razoavelmente organizados em caixas enumeradas, classificadas por períodos e possíveis temas, os quais nem sempre estavam alocados correspondentemente ao período e ao tema geral de identificação da caixa. Trabalhamos, portanto, com documentos contidos em duas caixas (16 e 16.1), visto que, segundo sua identificação, abrangia toda década de 1960 e início de 1970 (embora houvesse documentos que extrapolavam esse período). Analisamos as atas das assembleias gerais da federação, ofícios enviados pela FETAPE à DRT, contratos coletivos, relatórios, o termo de convênio da federação com o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) e, sobretudo, o material didático pedagógico trabalhado nas formações: o Jornal do Trabalhador Rural editado em 1972. O objetivo ao analisá-lo foi o de verificarmos como esse material indica a reorientação sindical em pleno período de “chumbo”. O mesmo será minuciosamente examinado na seção 2, e também basilar na análise da mudança de discurso da prática formativa do sindicato, na seção 3. Mencionaremos, ainda, uma apostila sobre o sindicato, sem datação, porém escrita no contexto aqui delimitado.

Nos acervos dos sindicatos de Vicência e Nazaré da Mata examinamos os livros de atas de ambos, e, deste último, fotografias que registram práticas do exercício sindical e dos cursos de sindicalismo rural dirigidos pelo SORPE no período delimitado na pesquisa.

Indo à Diocese de Nazaré da Mata a fim de encontrar registros documentais sobre o movimento sindical e suas práticas no período, fomos orientados a visitar o Acervo da Biblioteca Pública da cidade sob alegação de haver registros no Jornal Gazeta produzido pela

---

<sup>19</sup> Site do Fóruns de EJA no Brasil. Link: <<http://www.forumeja.org.br/node/2976>>.

Diocese, de circulação local à época. Identificadas diversas edições, trabalhamos com aquelas publicadas no espaço-temporal delimitado na pesquisa. Com efeito, analisamos aproximadamente 40 (quarenta) matérias que abordavam direta e indiretamente as discussões em torno do movimento sindical, e, nesse enredo, o MEB e o SORPE, o discurso da Igreja em relação à organização dos trabalhadores em face do cenário ideológico comunista.

Nessa busca de compreensão da prática formativa instituinte do sindicalismo na região e, especialmente, da produção discursiva aos arredores desse processo, levantamos na Hemeroteca Digital<sup>20</sup>, o Diário de Pernambuco, Última Hora e algumas edições do Jornal do Comércio. Nesses jornais, identificamos e analisamos 12 (doze) ocorrências sobre as Escolas Radiofônicas; 62 (sessenta e duas) sobre o MEB; 55 (cinquenta e cinco) referentes ao SORPE; 68 (sessenta e oito) em relação à Federação; 24 (vinte e quatro) sobre os sindicatos.

Já na busca por outros tipos de fontes – consideradas secundárias – como livros, cartilhas e cartas da prática do MEB na região, que aludiam à prática e à discussão sindical rural, visitamos o site *forumeja*<sup>21</sup> – de supervisão do professor Osmar Fávero, um dos principais intelectuais brasileiros que não só estuda o MEB, como fez parte da primeira equipe nacional do Movimento. Nesse endereço, na página sobre o MEB<sup>22</sup>, localizamos e analisamos as cartilhas: *Viver é Lutar*, e *Mutirão*; os documentos que fundamentavam o programa do MEB e das escolas radiofônicas, elaborados em 1965; alguns *scripts* de programa de rádio. Em relação às cartilhas, demos prioridade a *Viver é Lutar*, pois, foi a que fora mencionada nos registros orais, o que nos garante, na ausência de outros registros, sua utilização na região.

Esse conjunto de fontes foi tratado na perspectiva da organização sistemática de conteúdos defendida por Bardin (2007), que vai da pré-análise à produção textual orientada pelo princípio metodológico que embasa a pesquisa. Esse tratamento nos permitiu compreender as nuances e os jogos políticos sociais que perpassavam a prática formativa instituinte da sindicalização rural à região à época, nas formulações aqui delineadas.

Desse modo, a desenvoltura desse texto se delineará em três seções, cada qual, correspondente a um dos objetivos delineados nessa pesquisa.

Na primeira, se propõe compreender a relação entre educação de base e sindicalização rural na região, no período, tendo em vista as diretrizes do SORPE e MEB em relação à prática formativa instituinte. Considera, nesse processo, primeiramente, o contexto histórico de

---

<sup>20</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>21</sup> Link: <<http://www.forumeja.org.br/node/2976>>

<sup>22</sup> Link: <<http://forumeja.org.br/book/export/html/1435>>

construção do sentido do conceito de educação de base do MEB, importado da definição proposta pela UNESCO<sup>23</sup>, e readequado pelo Movimento a uma agenda mais ampla do compromisso social da Igreja reclamada em face da deflagração político-social e ideológica na zona canavieira pernambucana. A concepção de educação de base aí desenvolvida como pressuposto para elevação do nível da condição de vida dos camponeses ganhará, na organização sindical, sua forma de realização, sob discurso da Diocese de Nazaré da Mata, de paz no campo. O Bispo local e o Padre Petronilo Pedrosa produzem, no Jornal Gazeta (de produção diocesana), a retórica do sindicato como órgão de pacificação entre as classes, buscando justificar ao patronato da região suposto alinhamento de interesses. As diretrizes da prática formativa serão instituídas, tanto pelo MEB, voltadas mais aos aspectos ideológicos do organismo classista, quanto pelo SORPE, criado especialmente para formar os sindicatos, lutar para que os mesmos fossem juridicamente reconhecidos, bem como treinar e orientar suas próprias lideranças a fim de deixar o órgão às mãos dos leigos, ou seja, dos próprios trabalhadores rurais. Esse processo será marcado por disputas pelo reconhecimento de direitos assegurados em leis, em decorrência de tensões geradas no interior dessas disputas entre a classe trabalhadora e patronal, ciosa do seu poder de mando.

A segunda seção discute a prática formativa da FETAPE no pós-golpe, tendo como objetivo analisar o material formativo e informativo por ela produzido em plena época de “chumbo”; e se divide em duas subseções. A primeira sobre o sindicato, a FETAPE e o SORPE no contexto do golpe, a fim de compreender o processo intervencionista e como a Federação vai estabelecendo relações conveniadas para angariar apoio técnico, financeiro e pedagógico para assegurar certa formação e representação sindical em meio às tensões do período. Estas foram ampliadas pelo patronato que, sem a presença de um sindicato mais combativo, desrespeita conquistas já reconhecidas em leis e usa de mecanismos de violência para impor medo aos trabalhadores de sua base empregatícia, visando dispersá-los do movimento. Nessa fase, o organismo é marcado por leituras e posições, senão coniventes da Federação e suas lideranças, ao menos dúbias e paradoxais, e por convênios celebrados com o estado e com os organismos americanos dentro do programa Aliança para o Progresso, sem estabelecer críticas ou análises conjunturais, sob frágeis argumentos, como de necessidade financeira.

A segunda parte, portanto, analisará o material formativo da FETAPE – O Jornal do Trabalhador Rural -, editado em 1972, objetivo central do capítulo, o qual é norteado pela questão: como o sindicato reorienta a formação nesse período mais duro do Estado autoritário?

---

<sup>23</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Essa pergunta, porém, não será de toda respondida neste; sua “resposta” compreende tanto esse quanto o próximo, posto que, no último, analisar-se-á a mudança de discurso da prática educativa sindical antes e pós-golpe, enquanto esse enfocará especificamente os conteúdos abordados e os sentidos neles subjacentes, como dispositivos pedagógicos e ideológicos, mobilizados pela linguagem religiosa centrada na imagem de Jesus como trabalhador, a fim de provocar, no camponês, uma nova representação ou autorrepresentação de si, mudança de percepção sobre o trabalho e da organização sindical. Nesse sentido, o trabalho passa a ser concebido no campo ideológico, como tarefa “designada” por Deus para deixar o mundo melhorado, deslocando, pois, a formação das tensões sociais decorridas da relação de trabalho, para o terreno da ideologia, numa cosmovisão religiosa/cristã/católica. O sindicalismo, por sua vez, pela linguagem cristã perpassada no Jornal, terá na ideia de união o corolário da sua força mobilizadora. Sua reorientação é relegada à execução da política assistencialista do Estado autoritário, atrelada à pauta da Previdência Social Rural, como forma de legitimidade do Estado perante os camponeses em face da rigidez do estado de ordem instaurada. Política essa reconhecida pela Federação que, em dados momentos do material pedagógico, realça a autoridade da lei do Estado que instituía os benefícios previstos no programa assistencial.

A terceira e última seção analisará as práticas educativas do sindicato referentes à formação dos trabalhadores rurais na região antes e pós-golpe, buscando demonstrar a mudança de discurso de um período para o outro. Em relação ao primeiro período, abordar-se-á, primeiramente, os cursos de formação de lideranças; em sequência, o papel educativo do pessoal da linha de frente do sindicato. Demonstrar-se-á que os cursos ministrados pelo SORPE orientavam a prática sindicalista dentro dos princípios da legislação e das doutrinas cristãs, voltadas a um perfil de liderança e militância sindical que, embora questionasse as estruturas políticas e agrárias postas, fosse moderada. Neste sentido, a formação é direcionada a um discurso de prática *reivindicativa* de e por direitos reconhecidos em leis, em contraposição à perspectiva *revolucionária* das Ligas Camponesas. O pessoal da linha de frente (dirigentes sindicais, delegados sindicais, advogados e os padres), no exercício de suas funções, acabava construindo representatividade perante a categoria e também do patronato local, que contribuía para um perfil de militância sindical reivindicatória junto à Delegacia Regional do Trabalho e Justiça do Trabalho (DRT), ao menos no pré-golpe.

Referente ao período subsequente ao golpe de 1964, a seção é subdividida em dois momentos. No primeiro, apontará a mudança de discurso da prática formativa e instituinte do sindicalismo, de *reivindicativo* para *cooperativista*. Padre Melo, colocado pelos militares à liderança do SORPE e do organismo de classe, será o principal defensor e gestor dessa

perspectiva, sob a retórica de que o *assistencialismo* realizaria a reforma agrária – no modelo de colonização das terras inadimplentes e incultiváveis das usinas; esse princípio de reforma, entretanto, imbicava-se ao modelo desenhado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPES) alvitada pelos militares e interesses americanos. O sistema de cooperativa, então, será atrelado aos sindicatos, e realizado mediante convênio entre a FETAPE e a Cooperative League of the United States of America (CLUSA)<sup>24</sup> dentro do Programa Aliança para o Progresso. Dados os percalços e entraves estruturais, se mostrará insustentável. No segundo momento, que, por sua vez, se refere ao período de “chumbo” do regime, a seção buscará complementar a resposta para a pergunta levantada na seção anterior – como o sindicato reorienta sua formação em plena época de “chumbo”? Discutir-se-á, nesse momento, que o Estado, a fim de construir certa legitimidade perante a classe, “atenderá” antigas bandeiras de lutas sindicais, dentre elas, a Previdência Social Rural, porém num sentido estritamente assistencialista e colocará sua funcionalidade aparelhada aos sindicatos, tolhendo-os a meros executores de sua política assistencialista. Em face da repressão e rigidez instaurada, a FETAPE reorienta a formação sindical em mudança de discursos: do *reivindicativo* para *assistencialista*, *religioso* e *legalista*. Esses discursos assegurarão a prática formativa e operativa/administrativa do órgão sindical e, por forças conjunturais, manterão a prática sindical voltada à execução da política assistencialista do Estado. O sindicato, por sua vez, se apropriará dos auxílios assistenciais para ampliar sua representação perante a categoria, bem como da rede de sócios em vista dos benefícios, ainda que no contra discurso da lei que instituiu o programa de assistência.

Por último, a seção discutirá: que sindicato foi esse mesmo que se constituiu na Mata Norte de Pernambuco no período investigado? Apontará que a concepção de sindicato, segundo o próprio Estatuto Social da FETAPE, imbrica-se ao sindicato colaborativo, na perspectiva orientada pelo Estado e que a mudança de discurso não significou, necessariamente, ruptura ou ineditismo. Se, antes do golpe, o perfil de militância sindical na região buscou na lei a justeza do movimento e em certa prática conciliatória perante a DRT a fim de ter suas reivindicações atendidas, bem como se posicionar como legítimo na defesa do camponês em detrimento das Ligas e dos independentes em relação à FETAPE, a partir de então, sob forte controle e sucessivas interventorias sofridas, e sobretudo a rigidez dos anos de “chumbo”, o apelo ao legal como discurso de autoridade e verdade foi o princípio norteador da prática formativa e operacional do sindicato à região. Entre passos e contrapassos, o sentido de sindicato

---

<sup>24</sup> Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América.

reivindicador muda. O legal e o religioso permeiam a prática formativa e cotidiana como sinônimo de justiça, confundindo ação e peleguismo.

## **2 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DE BASE E SINDICALIZAÇÃO RURAL NA MATA NORTE DE PERNAMBUCO NO PERÍODO**

Esta seção se debruça em compreender a relação entre educação de base e sindicalização rural na região, no período, tendo em vista as diretrizes do SORPE e MEB em relação à prática formativa instituinte.

Inicia-se, portanto, com uma breve nota introdutória sobre a ideia de implementação de educação de base, a fim de situá-la em seu lugar histórico-temporal, frisando, de forma pontual, como essa concepção entra no Brasil e será ampliada politicamente pela Igreja por meio do MEB. Isso nos permitirá compreender, em linhas gerais, como o movimento sindical rural de orientação católica se alocará em uma agenda mais ampla no plano das reformas de base da Igreja, “preocupada” com seu papel social em face do descalabro assistido entre os mais pobres do Brasil, em especial, o Nordeste com destaque para Pernambuco. O qual, à época, fora palco de tensões sociais e ideológicas permeadas pelo corolário do comunismo por causa das Ligas Camponesas, de ideal revolucionário, inspirada na recém revolução cubana; sendo, pois, o estado visto como “foco de agitação social”.

Entretanto, não é o foco da seção nem da dissertação como um todo fazer análise da relação de educação de base entre Estado e Igreja, muito embora tal discussão será inevitável dada a estreita relação que a subjaz. O enfoque aqui é compreender como se deu, na região, a relação entre esse tipo de educação na perspectiva da Igreja na formação sindical rural.

Neste sentido, após uma primeira nota introdutória, destacar-se-á a demanda por educação de base na Mata Norte e o papel da Diocese de Nazaré da Mata no processo de sua implementação. Chamando a atenção, nesse aspecto, para os indícios da discussão sobre a sindicalização rural na região que se concretizará, pouco tempo depois, através da influência do MEB e da atuação direta do SORPE. Discutir-se-á, nesse processo, o papel dessas duas “agências” formativas e suas diretrizes para o sindicato rural, bem como algumas conquistas sindicais antes do golpe de 1964.

### **2.1 Educação de base: contextos e demandas**

Segundo Fávero (2006) e Kadt (2007), embora o termo educação de base passe a ganhar maior vulto e sentidos políticos mais progressistas a partir do Movimento de Educação de Base (MEB), já vinha sendo assumido pela UNESCO desde os anos 1940 após a Segunda Guerra Mundial. Na análise de Beisiegel (1987), o clima ideológico característico dos primeiros

momentos do pós-segunda guerra e a demanda central por paz e justiça social conclamada naquele contexto encontravam seus corolários educacionais na difusão de conhecimentos que favorecessem a elevação do nível de vida dos povos “atrasados”, dentre eles africanos e brasileiros. Segundo o autor, a UNESCO entendia que as dificuldades peculiares das famílias nas regiões mais “atrasadas”, quer seja de organização ou da falta dos serviços comunitários no geral, limitavam-nas às aprendizagens, inclusive, dos saberes básicos elementares referentes a hábitos e atitudes em direção a uma melhor qualidade de vida, em seus aspectos culturais e econômicos.

Nesse cenário, segundo Fávero (2006), para a UNESCO, o ideário de educação de base é que seria, ela mesma, esse mínimo de conhecimentos destinados a atender à falta desses saberes básicos de cada indivíduo, considerando, pois, as demandas da coletividade. Assim, definia como seu objeto uma série de atividades humanas focadas nos problemas sociais mais gritados e, em seu programa de ação, uma gama de conteúdo, transitando do analfabetismo às questões morais, culturais, econômicas, agrícolas e até religiosas (BEISIEGEL, 1987; FÁVERO, 2006).

Para Fávero (2006), a concepção de educação de base da UNESCO atrelava-se a dois pontos. O primeiro referia-se ao conceito de desenvolvimento, numa perspectiva evolutiva, na suposição que os saberes elementares destinados aos “atrasados” elevariam efetivamente a qualidade de vida desses; daí a atenção dada ao higienismo, aos hábitos e às práticas domésticas e agrícolas, porém numa leitura essencialista e deslocada da realidade concreta. O segundo, o elevado analfabetismo, entre adultos, considerado como um mal social a ser combatido (FÁVERO, 2006, p. 23-24).

Para o autor (2001, 2006), essa concepção de educação de base, como pressuposto à superação do analfabetismo e de elevação do nível de vida, é introduzida no Brasil, inicialmente, através de uma série de campanhas de alfabetização de adultos coordenadas pelo Departamento Nacional de Educação (DNE), ligado ao Ministério da Educação, Cultura e Saúde (MEC), e, mais adiante, através do MEB. Dentre elas, a Campanha Educacional de Adolescentes e Adultos (CEAA), criada em 1947, que atuou na maioria dos estados do Brasil, inclusive no meio rural; e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), na década de 1950 (FÁVERO, 2001, 2006). Esta última, porém, reproduzia uma produção discursiva e ideológica dualista que tendia a conceber o campo como “atrasado” em comparação à cidade, e a cultura camponesa “inferior”, a fim de introduzir aos camponeses outra compreensão cultural (FÁVERO, 2006; NÓBREGA, 1954; ROMERO, 1954).

Ainda antes da implantação do MEB propriamente dito, esse ideário de educação é reforçado mediante a ação do Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA), criado em 1957 pelo governo federal em parceria com a Igreja Católica, que cedeu sua estação de rádio (FÁVERO, 2006; NÓBREGA, 1954; ROMERO, 1954). Posto que, o SIRENA idealizava pulverizar emissoras por todas as regiões do país, que demandavam educação de base a fim de potencializar o trabalho da CNER no meio rural, ambicionado a elevação do nível social dos povos rurais na medida em que o analfabetismo, nessas áreas, fosse combatido (FÁVERO, 2006).

No I e II Encontro de Bispos realizado em Campina Grande/PB e Natal/RN em 1956 e 1959, respectivamente, o episcopado estabeleceu diretrizes em direção à educação radiofonizada no meio rural, com apoio do Estado Federativo, colocando à disposição do governo a rede de emissoras da Igreja (KADT, 2007; SANTOS, 2014), que, mais tarde, viria ser a Representação Nacional de Emissoras Católicas (RENEC). A emissora de educação rural, do Serviço de Assistência Rural (SAR) de Natal - RN, sob liderança de D. Eugênio Sales, e o Sistema Rádio Educativo de Sergipe (SIRESE), coordenado por D. José Távora, foram os primeiros esforços concretizados.

A RENEK, por sua vez, fora criada no I Encontro de Emissoras de propriedades diocesanas, em 1958, quando várias dioceses do Brasil já tinham suas rádios. O objetivo era manter as emissoras em contato, a fim de estudar soluções para problemas comuns. Fruto desse encontro, surgiu a necessidade de desenvolver treinamento para o pessoal que trabalharia nessas rádios, pois entendia a equipe diretora da RENEK – sob supervisão da CNBB – que um sistema de rádio educativo só lograria bons resultados se houvesse pessoas tecnicamente “qualificadas” (KADT, 2007, p. 149-150). Em decorrência, as primeiras ideias de um sistema de educação de base via rádio a nível nacional, inspirado nas experiências exitosas de Natal - RN e Aracajú - SE, cedendo as bases à implantação do MEB em 1961.

D. José Távora, responsável pelas escolas radiofônicas, aproveitando a visita de Jânio Quadros a Aracajú, durante as eleições presidenciais de 1960, lhe apresenta o trabalho dessas escolas e discute com o mesmo a possibilidade de desenvolver aquele trabalho em escala nacional. Em novembro do mesmo ano, o sacerdote enviou, formalmente, a proposta do MEB, que seria firmada por Decreto nº. 50.370 de, 21 de março de 1961. Este previa a destinação de recursos repassados anualmente e durante o primeiro quinquênio estabelecia que o MEB, sob liderança da CNBB, ampliaria a rede de escolas (KADT, 2007; FÁVERO, 2006).

Destarte, é com o MEB que a concepção de educação de base ganha maior concretude no Brasil, atuando no campo da alfabetização e da sindicalização rural, dentro de uma agenda

mais ampla do compromisso social da Igreja, que não poderia mais ser conivente com os agravantes sociais, nem estar alheia às questões políticas e sociais, sobretudo no Norte e Nordeste do país (KADT, 2007; RAPÔSO, 1985; WANDERLEY, 1984; FÁVERO, 2006).

O MEB definia, por educação de base, “o conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e do ambiente em que vive, incluindo-se, aí, educação sanitária, iniciação agrícola, alfabetização, informação profissional e iniciação doméstica”<sup>25</sup>. E passou a se ocupar em ensinar esse conjunto de saberes, entendidos como indispensáveis à elevação do nível de vida dos rurais, intencionando o despertar de um espírito de iniciativa em direção ao enfrentamento e à ruptura da base agrária brasileira (KADT, 2007).

Desse modo, ao menos no campo das ideias, o MEB tinha como ideário a formação do desenvolvimento integral do camponês e lhe desenvolver um espírito de iniciativa a fim de introduzir as bases para uma reforma de base à estrutura agrária do país<sup>26</sup>. Isso, atuando a partir das escolas radiofônicas, sob três pilares – chamados no documento do MEB (1964)<sup>27</sup>, de instrumentação: a) análise (alfabetização e análises sociais); b) produção (saúde, higiene, operações matemáticas, conhecimentos sobre legislação e costumes acerca da produção e consumo); c) organização (clubes, associações e sindicatos rurais) (ALVES, 2016, p. 46). Esses pilares, por um lado, tinham como pressuposto pedagógico problematizar as questões mais elementares que afetavam os camponeses, por outro, articulá-los em organizações políticas, especialmente, sindicatos, a fim de que eles mesmos encontrassem caminhos para superação dos problemas mais prementes que lhe afligiam (FÁVERO, 2006; KADT, 2007; RAPÔSO, 1985; WANDERLEY, 1984).

Assim, a educação de base aparecia então como principal agência missionária do apostolado católico à “libertação” do campesinato das regiões mais subdesenvolvidas do país, especialmente no Nordeste, cuja taxa de analfabetos atingia mais de 70% da população, segundo censo da década de 1950 (KADT, 2007, p. 151). Somado ao analfabetismo, a ausência de direitos sociais, trabalhistas, saúde e outros males que subordinavam os rurícolas nordestinos convocavam a Igreja a atender ao chamamento da Encíclica “*Mater et Magistra*” do pontífice João XXIII, tida como a carta aos camponeses. De maneira geral, essa carta, junto com a *Pacem in Terris*, estabeleciam posicionamentos e compromissos da instituição clerical referentes às

---

<sup>25</sup> Diário de Pernambuco, edição 00158 (1) de, 14 de junho de 1981.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> MEB/Escolas Radiofônicas, orientações para o programa de 1965. Localizado no Site do Fórum EJA. <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/fund1965.pdf>.

questões de progressos econômicos, paz, justiça, direitos e deveres sociais (IGREJA CATÓLICA, 1961, 1963).

Neste aspecto, a CNBB assume uma série de compromissos sociais atendendo à orientação papal, sendo o MEB, a principal, pois, pensava o bispado mais progressista que, por meio da educação de base, a Igreja seria a agente máxima à elevação do nível de vida dos camponeses, instruindo-os a ajudarem a si mesmo e, conseqüentemente, o desenvolvimento social e econômico, e, em decorrência, forçar mudanças sociais no campo (KADT, 2007; FÁVERO, 2006; RAPÔSO, 1985). Segundo o Última Hora, edição de 18 de abril de 1964, D. Hélder, coordenador da CNBB à época, defendia piamente não haver desenvolvimento sem educação de base.

Arelado ao compromisso social da “Santa Instituição” no campo das reformas sociais mais prementes, o MEB sob supervisão da CNBB, vinculava-se a três dimensões que lhe exigiam novo perfil de Igreja reclamada em face da realidade social rural à época. De forma correlacionada e/ou correspondente, as três eram: i) pobreza demasiada; alto índice de analfabetismo; ii) questões político-ideológicas, especialmente combater a “onda” comunista; iii) Ligas Camponesas (WANDERLEY, 1984; JACOUD, 1990; KADT, 2007; FÁVERO, 2001, 2006; ABREU E LIMA, 2005). Sua atuação detida às questões espirituais e catequéticas/evangelísticas, cedia lugar à pauta da justiça social reivindicada (KADT, 2007; SANTOS, 2014).

Segundo Fávero (2006), o foco da educação de base, bem como de outros movimentos de caráter alfabetizador e de educação popular no meio rural, se deu em decorrência da calamidade que acometia os camponeses. Fome, mortalidade infantil, problemas sanitários no geral, analfabetismo e precárias condições de vida e trabalho os assolavam, especialmente no Nordeste, como demonstra Page (1972). O autor, na análise desenvolvida sobre o Nordeste – no livro “A revolução que nunca houve” -, aponta que a mortalidade infantil nas áreas rurais do Nordeste atingia cerca de 60% das crianças de 0 a 1 ano (PAGE, 1972, p. 31). Segundo Kadt (2007), o analfabetismo entre os adultos nessa região atingia a casa dos 70%.

Situação similar assistia-se na Mata Norte de Pernambuco, demandando que a Diocese de Nazaré da Mata – pastora da região – introduzisse escolas radiofônicas nas áreas rurais. Andrade (1964, 1989) apresenta um panorama da situação social rural nessa região do estado. As análises do autor sugerem que a situação de pobreza e precariedade se relacionava à historicidade da região, sob domínio e exploração das relações de trabalho da cultura canavieira,

onde os modestos engenhos de “fogo morto”<sup>28</sup>, fornecedores de cana e, sobretudo, as usinas, detinham poder produtivo, econômico e político. Esse poder mantinha a relação de dependência patronal (KADT, 2007). Isso porque a possibilidade de expulsões e demissões se tornava cada vez mais “real”, especialmente dada a força braçal clandestina trazida do Agreste para Zona da Mata no período de colheita (ANDRADE, 1989). Segundo o autor, a condição de morador de engenho, os baixos salários e, inclusive a informalidade, acentuavam a precariedade de vida do campesinato, ao passo que, por força paradoxal, mantinha-nos “presos” à lógica estruturada de dependência.

Neste aspecto, Padre Crespo (1985) relata situação de total abandono e descaso para com os trabalhadores rurais, ao passo que, ao visitar ou atender a um convite de esposas de usineiros e grandes latifundiários, observava o “luxo” despendido às casas e mobílias. Nas palavras do clérigo:

Quando cheguei aqui, comecei a ser chamado pelas famílias para atender aos doentes e indigentes, e era um choque tremendo, porque geralmente estavam deitados no chão, uns trapos, seminus, maltrapilhos, a família em uma miséria absoluta, na cozinha as panelas, as vezes, com o fogo apagado [...] e não me aconteceu uma vez só, era sempre. [...] Pessoas morrendo de fome, maltratadas, espancadas, mortas, sem nenhuma providência. [...]. Havia um contraste com a casa grande da usina que todos os dias o carrão ia me pegar na porta, quando ia visitá-los; tinha um café farto que era um banquete [...] (CRESPO, 1985).

Reforçando o quadro de calamidade na região, alguns atores ouvidos na pesquisa em tela, ao rememorarem sobre as suas vivências na organização sindical nos seus primeiros momentos, como veremos nas próximas seções, referiram-se à atenção da Igreja quanto às questões de saúde e higiene através da educação de base.

Essa condição de miséria que assolava os rurais na região viria a ser uma das principais razões da educação de base empreendida pela Diocese de Nazaré da Mata, segundo discurso do Padre Petronilo Pedrosa, diretor do Centro Radiofônico de Educação Rural (CRER), quando definia o sentido dessa educação. Conforme o Jornal Gazeta edição de 8 de abril de 1961, “é uma campanha que empreendemos não apenas para combater a mortalidade infantil, nem a verminose, não é para combater a fome, nem o êxodo rural, mas é para tudo isso...”. Isso não quer dizer que, de fato, se tenha conseguido, apenas demonstra a situação de precariedade social e sanitária que infligia a população canavieira da região.

---

<sup>28</sup> Refere-se aos engenhos que, com o advento das usinas, deixaram de moer e passaram a fornecer cana para as mesmas (ANDRADE, 1989).

Atrelava-se a essa situação de pobreza e contraste socioeconômico na figuração social rural na Mata Norte (possivelmente nas demais regiões também) do estado o problema de escolarização para os camponeses, o analfabetismo opulente entre os adultos, que correspondia a quase um quarto dos analfabetos em Pernambuco, segundo censo da época, conforme menciona o *Gazeta*, edição de 8 de abril de 1961.

Vale salientar que, naquele contexto, os camponeses já estavam arranjados em expressões sociais de “orientação marxista”, começando a “romper” com a estrutura de dominação por influência do PCB e, sobretudo, das Ligas Camponesas de Galileia em Vitória de Santo Antão – PE. O que levava uma parte mais progressista da CNBB a defender a “tese” que a Igreja não poderia esquivar-se da crise de hegemonia instalada no cenário político do país, pelo contrário, deveria engajar-se no processo de mobilização política/social dos rurícolas, a fim de orientá-los.

Neste sentido, o interesse da Igreja através de educação de base à organização dos camponeses era opor-se ao comunismo e às Ligas, especialmente dada a influência da recente revolução cubana à época (ABREU E LIMA, 2003, 2005; KADT, 2007; SANTOS, 2014). Tanto, que a Diocese de Nazaré, por meio do *Gazeta*, constantemente enquanto difundia suas notas sobre as escolas radiofônicas não hesitava em expor matérias criticando as Ligas, Julião e Fidel Castro. Por outro lado, a Igreja preocupava-se com a conquista de fiéis, de modo a não perder o credo dos camponeses, cujas almas “puras” poderiam vir a ser manchadas pela ideologia comunista (RAPÔSO, 1985). Segundo a autora, a preocupação, portanto, não era apenas o descalabro social no meio rural, e sim, a compreensão que o não agir em “favor” dos camponeses poderia distanciá-la deste público.

Dentre os estados do Nordeste, Pernambuco foi um dos principais palcos de preocupação da “sagrada” instituição, do governo e dos EUA em função da atuação das Ligas e de seu líder, Julião, o qual defendia a “tese” da revolução através de uma radical reforma agrária, sob inspiração cubana, o que fez propagar, sobretudo na imprensa, que esse estado era foco de agitação social. Não à toa ter sido um dos principais estados de atuação da Igreja na implantação de escolas radiofônicas do MEB e na disputa pela organização dos trabalhadores rurais, logrando, assim, lugar fulcral na ideologia do MEB e de experiências de educação de base sob liderança episcopal e prestigiada pelo governo federal.

O trabalho piloto de educação de base em Pernambuco se deu na Mata Norte através da Diocese de Nazaré, mediante o Centro Radiofônico de Educação Rural (CRER). Assim, no próximo item, serão apresentados os primeiros momentos dessa experiência.

## **2.2 Os primeiros momentos de educação de base na região antes do MEB e SORPE: 51 dias de escola radiofônica e a discussão sobre a fundação sindical**

A experiência de educação de base na Mata Norte de Pernambuco “ofertada” aos camponeses da região, pela Diocese de Nazaré, a partir de abril de 1961, através do CRER, atrelava-se ao trabalho de expansão de ação social da CNBB que, mediante a RENECA, já estava, desde 1958, estabelecendo parcerias a fim de implementar modelo de educação via rádio (KADT, 2007; FÁVERO, 2006).

O CRER atenderia, nesse sentido, a uma experiência piloto, cujas condições observadas nesse primeiro momento, em seu aspecto estrutural ou de “desempenho”, viria a compor o discurso da Diocese para implementação do MEB em convênio com o governo estadual a partir do segundo semestre de 1961. Conforme a coordenadora nacional em entrevista ao Diário de Pernambuco de 14 de junho de 1961, o MEB/PE aproveitaria a própria escola radiofônica da Diocese de Nazaré da Mata. Isso em adesão à proposta articulista e expansionista da CNBB nesse tipo de educação; e, desta, sua linha de orientação sindical rural (FÁVERO, 2001, 2006; KADT, 2007; CARVALHO et al., 2009).

Neste sentido, a CNBB a fim de concretizar o plano gradual de expansão do MEB, conforme o Decreto nº 50.370 de 21 de março de 1961 o instituiu, avançava no treinamento dos agentes pedagógicos e técnicos, preparando equipes locais nas Dioceses que já tinham seu sistema rádio educativo vinculado à RENECA, bem como àquelas que já vinham aspirando trabalhar com educação radiofônica, a serem treinadas com a equipe do SAR no Rio Grande do Norte.

Foi nesse sentido que a Diocese de Nazaré da Mata enviou, por ordens da CNBB, duas jovens Católicas Leigas, Marilete Pessoa e Neide Veiga da Silva, a receberem treinamentos de curta duração, pela equipe do SAR, sobre como atuar com escolas radiofônicas, a fim de implementá-la em Nazaré e região<sup>29</sup>.

Ambas, ao retornarem de Natal, relataram ter frequentado escolas radiofônicas daquele estado, recebendo a orientação de como atuar, fazendo diversas visitas às periferias observando aquele trabalho pedagógico e, sobretudo, fazendo anotações, uma vez que não receberam nenhum livro naqueles dias. Passaram, então, a atuar junto à Cúria diocesana de Nazaré na implementação das escolas radiofônicas, mediante a Rádio Planalto de Carpina, que transmitiria do CRER de Nazaré, as aulas (SANTOS, 2014, p. 78).

---

<sup>29</sup> Jornal Gazeta, edição de 05 de agosto de 1961.

Notadamente, a questão estabelecida no convênio entre Igreja e o Governo Federal em relação ao trabalho das escolas radiofônicas imbricava-se à alfabetização de adultos que girava à casa dos 70%, conforme vimos acima, sendo que, na área de abrangência pastoral da Diocese de Nazaré, o analfabetismo atingia cerca de 140,000 (cento e quarenta mil), o que correspondia a 22% de analfabetos adultos em Pernambuco, segundo Diário de Pernambuco de 8 de abril de 1961.

Entretanto, segundo Rapôso (1985), os esforços para conter o analfabetismo parece não ter sido os únicos motivos da educação de base desenvolvida pelas escolas radiofônicas. Na análise de Wanderley (1984), estava imbricada a quatro questões de cunho ideológico: populista, para ampliar o contingente eleitoral; preocupação do Governo Federal em atender a uma agenda da UNESCO contra o analfabetismo; restringir, em certa medida, o poder eleitoral da oligarquia rural histórica; dissipar as ideologias de esquerda junto à massa camponesa, especialmente as influências do PCB e das Ligas. Daí, a importância central da Igreja nesse processo.

Neste sentido, observa-se, nas edições do jornal *Gazeta*, entre abril e maio de 1961 – período anterior ao MEB e SORPE (e depois também) – que a Diocese de Nazaré, ainda que, afirmando reiteradas vezes que a educação de base não se limitava a alfabetizar, mas a “educar” em sentido amplo, assume em face do cenário político-social da região, discurso “essencialista” do ato de educar e pacifista referente a figuração social rural na região. O grau de ingenuidade de uma educação essencialista apregoada pela Diocese, conforme se exhibe no jornal *Gazeta*, consistia por um lado, na suposição de que o conteúdo oferecido radiofonicamente poderia ser recepcionado igualmente a todos os alunos, e que ecoaria plenamente na superação dos ditos males, cujo ensinamento ensejava “combatê-los”, desconsiderando-se do processo pedagógico, porém, toda complexidade que perpassa a dimensão do ensino-aprendizagem. Por outro, todo um mosaico de problemas estruturais e logísticos imbricados na relação escola radiofônica e acesso a ela, quer por problemas técnicos, quer por resistência patronal cuja classe se mantinha “aprisionada” em seus “casulos” históricos de dominação e dependência, como vimos na introdução dessa dissertação. Não obstante, a Diocese, em tom quase de súplica, no *Gazeta*, solicitava ao patronato que permitisse a abertura das portas para a instalação de escolas radiofônicas. Em contrapartida, argumentava que a classe patronal não poderia continuar a imaginar que mantendo os camponeses em estreita situação de miserabilidade fosse condição

para atê-los à terra a fim de lhe concederem o trabalho braçal<sup>30</sup>, ou seja, em situação de dependentes (KOURY, 2010).

Apesar das poucas edições do jornal Gazeta entre os meses de março e maio de 1961 (antes da atuação do MEB e SORPE na região), é possível perceber, nesse editorial, que o episcopado de Nazaré parecia produzir um discurso pedagógico muito mais missionário no sentido de levar aos camponeses esclarecimentos de suas práticas cotidianas, domésticas e agrícolas, que questionar a estrutura político-social e de dependência. Supostamente, esse esclarecer tiraria o camponês de uma dimensão selvagem à elevação do nível de vida e dignidade humana, como se verifica no discurso retórico do Padre Petronilo Pedrosa, diretor do CRER, registrado na edição de 08 de abril de 1961:

Não sabemos que decisões serão tomadas mais tarde. Que medidas possam resolver o problema do camponês. Estamos no início de uma arrancada, de uma caminhada [...], de uma campanha de esclarecimento, de educação base [...]. o que queremos o proporcionar aos homens do campo condições de vida menos selvagem e mais humana (GAZETA, 08 DE ABRIL DE 1961).

Essa compreensão missionária cristã e esperançosa, centrada numa concepção linear e evolutiva dos problemas sociais que acometiam os camponeses, sem considerar, *a priori*, os percalços que demarcavam a relação de classe e arregimentavam a condição de dependência (KADT, 2007), nos leva a questionar o discurso pedagógico da educação de base da Diocese de Nazaré no campo da problematização das questões estruturantes da figuração rural na região e, nesse sentido, o lugar da organização social e comunitária dos camponeses. Isso porque o trabalho da educação de base à ótica da CNBB, inspirada nas experiências das escolas radiofônicas do Rio Grande do Norte, já vinha adquirindo uma postura mais questionadora, e vinculada à formação de sindicatos (FÁVERO, 2006; CARVALHO et al., 2009).

### 2.2.1 Os primeiros 51 dias de escola radiofônica na região, discursos e discrepâncias

Atendendo às suas “obrigações” cristãs para com os camponeses em face da deflagração da miséria social, conforme orientava a Encíclica “Mãe Mestra” do Pontífice João XXIII, a Diocese de Nazaré da Mata adere ao chamamento da CNBB à implementação de educação de base. Iniciando-a pioneiramente no estado, em abril de 1961, tendo como inspiração as experiências de educação radiofônica do SAR, cujas práticas, técnicas e modos de fazer haviam

---

<sup>30</sup> Jornal Gazeta de Nazaré da Mata, edições: 01 e 08 de abril de 1961, p. 05 e 13, respectivamente.

sidos observados por Marilete Pessoa e Neide Veiga da Silva, quando enviadas a Natal para este fim (SANTOS, 2014).

Salientamos que os únicos registros que encontramos acerca dessa experiência, antes do MEB/PE e SORPE, se restringem ao jornal Gazeta. Assim, por falta de outras fontes que nos permitam uma compreensão mais ampla e articulada política e socialmente, só nos é possível apontar em linhas gerais, a partir desse jornal, três questões: a) elucidar os aspectos descritivos de inauguração e funcionamento; b) possíveis discursos subjacentes, imbricados à retórica verbal do coordenador do CRER; c) por fim, o discurso para conquistar convênios a fim de implantar o MEB no estado.

Segundo os editoriais de 1 e 8 de abril de 1961, a inauguração do CRER se deu em concomitância à instalação do transmissor de frequência modulada da Rádio Planalto de Carpina que passaria a transmitir, de Nazaré, os programas das escolas radiofônicas. O transmissor fora instalado no Salão Paroquial Bento XV em 2 de abril (domingo), sob benção do Bispo local, D. Manuel Pereira da Costa, por volta das 16:30<sup>31</sup>. Se fizeram presentes na cerimônia de inauguração lideranças políticas e religiosas da região. Entre eles, o Secretário de Educação de Pernambuco, Lourival Vilanova, que proferiu discurso de encerramento; o oficial do gabinete de educação do estado, José Carlos Guerra; Sérgio Murilo Santa Cruz Silva, deputado estadual; José Germano Ribeiro, vice-prefeito de Nazaré; Dr. Gil Teobaldo, presidente da Câmara municipal da cidade; José Fernando Lôbo e Otavio Gonçalves, prefeito e vice-prefeito de Carpina; Dr. Adelino da Mata Ribeiro, prefeito de Orobó; Dr. Joaquim Moreira, diretor executivo da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR); Costa Porto, do Banco do Nordeste; Aluísio Pereira, gerente da Caixa Econômica; Werther Pontes, gerente do Banco do Brasil; D. Manuel Pereira da Costa, Bispo da Diocese; Padre Petronilo Pedrosa, diretor do CRER, e outros padres das cidades da região<sup>32</sup>.

Apesar de não dispormos de outras fontes que nos indiquem uma análise mais ampla acerca da presença destas autoridades, é razoável admitirmos em face da conjuntura político-ideológica subjacente à proposta de educação de base alocada ao convênio da CNBB e o Estado, que sinalizava articulação nesse sentido de interesses.

Não obstante, na ocasião inaugural do CRER, as falas do Secretário de Educação de Pernambuco, Lourival Vilanova, e do diretor do Centro, Padre Petronilo, demarcavam em

---

<sup>31</sup> Jornal Gazeta de Nazaré da Mata, edição de, 01 de abril de 1961.

<sup>32</sup> Idem.

linhas gerais e elogiosas o compromisso que tanto a Diocese quanto o Governo, assumiam naquele momento no tocante à educação<sup>33</sup>.

Padre Petronilo, em discurso um tanto quanto esperançoso e buscando ser coerente à tese<sup>34</sup> da Igreja, argumentara que, embora o eixo central da educação de base fosse o enfrentamento ao analfabetismo entre os camponeses, não se restringiria apenas a alfabetizá-los, mas a educá-los em sentido completo. O que envolvia, orientação a respeito do melhor aproveitamento da terra, maior rendimento do trabalho a fim de melhorar suas condições econômicas e sociais<sup>35</sup>. Pois, o grande mal no campo não era apenas o analfabetismo, e sim uma série de outros fatores como: não dominar técnicas agrícolas, nem conteúdos elementares de ler, escrever e fazer operações matemáticas básicas, convertiam a vida dos camponeses em um peso a si mesmo e à comunidade, nas palavras do vigário conforme o Gazeta.

O analfabeto é em geral, um homem sem iniciativa, improdutivo. E porque ignora os princípios básicos de higiene e de alimentação, é quase sempre doente. E porque ignora as técnicas e formas de trabalho, a sua atividade não tem rendimento. E porque não sabe trabalhar é um peso para si a para a comunidade (GAZETA, 08 DE ABRIL DE 1961).

Verifica-se, então, no discurso paradoxal desse padre, por um lado, que o analfabetismo não era o principal problema, e sim um conjunto maior de outras variáveis; por outro, afetado pela condição analfabeta, o camponês era sem iniciativa e responsável pelo estado social calamitoso à região. Esse discurso reforçava a tese de que a educação de base seria o caminho necessário para a superação dessa condição. Assim, o padre visava, ao mesmo tempo, “forçar” aceitação do camponês e do patronato, às escolas radiofônicas e aos monitores nas comunidades rurais. Do contrário, a Diocese não conseguiria implementar seu projeto social, em adesão à CNBB.

Neste sentido, o discurso retórico/esperançoso proferido pelo Diretor do Centro continuou a exibir no Jornal Gazeta durante o primeiro semestre de 1961: o desenvolver das aulas, o engajamento, os números, etc., numa perspectiva avaliativa exitosa. Falava-se,

---

<sup>33</sup> Assim, narrava o jornal Gazeta em relação ao discurso do Diretor do CRER e do Secretário de Educação do Estado: “O Padre Petronilo Pedrosa, Diretor do Centro Radiofônico, falou sobre a importância desse trabalho de educação de base para melhoria da condição de vida de nossas populações rurais. [...]. O Dr. Lourival Vilanova, Secretário de Educação encerrou a solenidade, assegurando o apoio do Estado a esse empreendimento e ressaltando a importância [...]” (Gazeta, edição de 08 de abril de 1961).

<sup>34</sup> A tese da ação social da Igreja, orientada pela encíclica “*Mãe Mestra*” do apostolado de João XXIII, retificada pela CNBB no II Encontro de Bispos realizado em Natal/RN, em 1959, era: os camponeses não deveriam ser alijados dos direitos mais elementares; dever da “santa” instituição, elucidar os problemas sociais e lançar bases à superação destes (SANTOS, 2014).

<sup>35</sup> Gazeta de Nazaré, edições de, 01 e 08 de abril de 1961.

inicialmente, em 30 escolas distribuídas em Nazaré, Carpina e Orobó, e que haviam sido solicitados a Philips do Brasil mais 50 transmissores a serem implantados noutros municípios até junho daquele ano.

Entretanto, ao se analisar os dados especialmente a partir do relatório do próprio CRER, verifica-se que o resultado final não fora promissor como se especulava e nem como o próprio Petronilo o interpretava.

**Quadro 1 - Descrição dos primeiros 51 dias das Escolas Radiofônicas da Diocese de Nazaré da Mata entre abril e junho de 1961, antes do MEB em Pernambuco.**

Sistema/cidade	Comunidades	Quantidade de escolas 1ª semana	Quantidade de escolas no final dos 51 dias
Nazaré da Mata	Tracunhaém, Chã de Uruçu, Eng. Jaguamirim, e Grupo Escolar D. Vieira e Escola Granja Presidente Vargas.	05	06
Carpina	Eng. Limeira Grande, Lagoa do Carro, Chã de Castelo, Escola Paroquial Pio X e Santo Antônio.	05	02
Orobó	Chã de Capoeira	15	02
Aliança	X	x	01
Total geral de escolas	X	25	11
<b>Período de duração</b>	Início das aulas no dia 05 de abril de 1961 e fim em 16, de junho do mesmo ano, totalizando 51 dias.		
<b>Tempo das aulas</b>	18: 45 às 19:30 = a 0,45h/aula		
<b>Total de alunos no período</b>	274 alunos		

Fonte: Joel Severino da Silva (2020), elaborada com base em dados publicados no Jornal Gazeta de Nazaré edições de: 1, 4, 8, 15, 22 de abril; 13 de maio de 1961; no relatório do CRER mencionado no Jornal Gazeta, edição de 24 de junho de 1961. E das entrevistas orais realizadas na pesquisa.

Um pouco no contra discurso entusiasta do Padre Petronilo, o quadro nos mostra que, nos primeiros 51 (cinquenta e um) dias, o CRER não conseguiu concretizar em sua totalidade todas as projeções feitas no início. Das 30 escolas anunciadas logo de início, só 25 foram implantadas e, destas, apenas 11 mantiveram as atividades durante o período. O único argumento que a Diocese usou, no Gazeta, edição de 24 de junho, acerca disso, foi que não havia conseguido transmissores. Entretanto, como assegurar essa explicação, se, na edição de 22 de abril, do mesmo jornal, se dizia estar em funcionamento 25 escolas, sendo que cada uma significava um transmissor? Parece-nos razoável, pois, que a Diocese deveria ter admitido, no jornal à época, quais os impasses encontrados além da falta de transmissores a fim de que pudesse apresentar, ao público, dados que a eximissem de possíveis incoerências. Destaque

deve ser dado ao número de matriculados, porém, fica a dúvida se houve ou não “evasão”, e, se sim, em que proporções.

Referente aos matriculados, segundo relatório do primeiro semestre de 1961, conforme o *Gazeta*<sup>36</sup>, muitos ao final daqueles 51 dias de aula já liam e assinavam o próprio nome. Porém, é de se questionar o porquê o relatório não cuidava em referir-se à aprendizagem dos conteúdos trabalhados? Não dispondo de outras fontes que nos permitam harmonizar os dados, parece-nos razoável questionar se a finalidade do relatório, conforme o *Gazeta*, visava a demonstrar um panorama geral dos resultados ou evidenciar a produção de um discurso favorável à elaboração de argumentos para estabelecer convênio com prefeituras da região e justificar a implementação do MEB como já visado *a priori*?

Sem pretensão e muito menos condição de uma resposta capaz de exaurir a questão, parece-nos admissível a produção de discurso capaz de estabelecer elos para as parcerias que a Diocese pleiteava, a fim de consolidar a educação de base nos 17 municípios de sua responsabilidade pastoral, nos próximos cinco anos<sup>37</sup>, em adequação ao plano gradual de expansão do MEB, visto que esse espaço-temporal se relacionava, exatamente, ao primeiro quinquênio do referido Movimento. Outro elemento indicador de que o discurso da Diocese exibido no *Gazeta* possibilita essa interpretação está no próprio Decreto nº. 50.370 de 21 de março de 1961, que instituía o MEB, o qual advogava a ampliação de escolas radiofônicas, cargo da CNBB. Esta por sua vez, para atender o compromisso lhe cabido no Decreto, orientava as Dioceses a conquistarem convênios com Governos municipais e estaduais a fim de adquirir proventos e outros recursos técnicos que tornassem possível a concretização do MEB, em suas localidades (KADT, 2007; FÁVERO, 2006; RAPÔSO, 1985; ALVES, 2016).

Não obstante, a retórica esperançosa do Padre Petronilo e o suposto desempenho exaltado no relatório, a Diocese exibia ainda, em seu jornal, os rituais metodológicos, os treinamentos de monitores e cerimônias de encerramentos, e inclusive, comentários elogiosos feitos por outros acerca das escolas radiofônicas, produzindo, assim, discurso positivo e salvacionista da condição de miserabilidade sofrida pelos camponeses. No dizer do clérigo, diretor do CRER, tirar-lhes da condição “selvagem” e elevar a um nível de dignidade humana e do progresso da comunidade. Isso era o que dizia o padre em seu lugar de produção de discurso e a própria Diocese por meio do *Gazeta*, não que necessariamente tenha se concretizado, sem

---

<sup>36</sup> Edição de, 24 de junho de 1961.

<sup>37</sup> Jornal *Gazeta*, edição de, 08 de julho de 1961.

mencionar que essa leitura rousseauiana de elevação do “bom selvagem” à dignidade humana exibia o discurso essencialista da Igreja no plano social e moral.

### 2.2.2 A discussão sobre a fundação sindical na região no Jornal da Diocese de Nazaré

O Jornal Gazeta produzido pela Diocese, era, naquele contexto histórico-temporal, possivelmente uma das principais fontes de informação e também produção de determinado tipo de discurso. Nele, falava-se sobre o dinamismo político, religioso, social e cultural da região.

Dadas as constantes ocorrências sobre educação de base e sindicalização rural, tal jornal se configura importante documentação para análise historiográfica desse processo no período delineado por essa dissertação. Contudo, apesar de a fonte documental escrita se manter estática no tempo, não deve ser vista como revelação última, mas como registro que permita se questionar o sentido produzido no fio do discurso da narrativa (LE GOFF, 2003). É neste sentido que analisaremos, nesta seção, as primeiras discussões acerca da sindicalização rural da Diocese e do CRER na região da Mata Norte. Petronilo Pedrosa, diretor do Centro, na maioria das vezes, era o autor das matérias que tratam das escolas radiofônicas e dos sindicatos, especialmente a coluna *A Hora do Trabalhador Rural*. Era nessa coluna que o referido padre exibia sua concepção e sua influência sobre a questão sindical rural.

Antes de exibirmos as leituras e tentativas de produção discursiva do vigário acerca da sindicalização rural, é válido destacar que o fato mesmo do Jornal Gazeta ter uma coluna própria para as pautas do trabalhador rural, especialmente a questão sindical, já sugere a importância dada ao tema pela Diocese e pelo CRER, tanto que, mesmo antes da fundação dos sindicatos que viriam a ser criados pelo SORPE a partir de novembro de 1961, a temática sindical rural já aparecia no Gazeta desde o mês de maio (Figura 1).

Ainda que não tenhamos localizado nenhuma documentação fora do jornal que nos possibilitasse uma análise mais acertada acerca das razões que faziam circular a temática no supracitado editorial antes mesmo do SORPE, acreditamos ser possível inferir três argumentos. Primeiro, o próprio fato da experiência de educação de base do CRER, em adesão à proposta expansionista da CNBB em relação ao MEB, inspirado nas escolas radiofônicas do SAR, que já vinha experimentando o trabalho sindical (FÁVERO, 2001; CARVALHO et al., 2009). Segundo, a Igreja disputava com as Ligas Camponesas pela organização dos rurais e o setor da sindicalização rural era visto como um dos principais vieses, inclusive, de atrair o camponês para as escolas radiofônicas (KADT, 2007; KOURY, 2010). O terceiro, relacionava-se à própria

situação de abandono do camponês na região, o que poderia acarretar a força do comunismo e, em decorrência, confronto de classes. Portanto, a Diocese não poderia silenciar-se em face da deflagração política e social na região.

Nesse aspecto, o editorial de 13 de maio de 1961 traz uma matéria intitulada, “*não é mais possível neutralidade*”. A mesma chama a atenção para o fato da elite local, em suas entidades de classes, não poder ser indiferente aos conflitos ideológicos e conclama esclarecimentos acerca da suposta confusão democrática causada pelos comunistas que ao não poderem convencer pela razão, procuram confundir para dominar.

Nesse sentido, o mesmo editorial de 13 de maio apresenta uma matéria sobre a questão da sindicalização rural, na defesa de que o sindicato poderia e deveria ser criado como pressuposto de alinhamento dos interesses de classes.

Figura 1 - Matéria sobre sindicalização rural



Fonte: Jornal Gazeta, edição de 13 de maio de 1961.

A matéria se referia ao que havia falado o industrial Luiz Inácio Pessoa de Melo para o Jornal do Comércio ao expressar sua concepção a respeito da sindicalização rural, entendendo-a como importante iniciativa à superação dos problemas postos aos camponeses. Segundo a matéria, ao ser questionado sobre o tema, o empresário respondeu: “pessoalmente vejo com muita simpatia, a necessidade urgente de sindicalização rural”.

A matéria segue dizendo que, embora a sindicalização rural não fosse o único caminho à superação dos problemas do camponês, “seria encaminhamento para soluções convenientes e oportunas”:

A criação de uma entidade que defendesse os seus direitos sem esquecer os direitos de outras classes; que se unisse os trabalhadores em torno de um ideal comum e que canalizasse recursos e meios para soluções de problemas vitais, como saúde, educação, orientação profissional, seria um passo para a melhoria do nosso homem rural e para o soerguimento de nossa vida agrícola. Um sindicato de classe, livre e bem orientado é uma medida que se faz urgente e necessária (GAZETA, 13 DE MAIO DE 1961).

Identifica-se que a matéria busca tratar de uma questão cara ao trabalho da Igreja no campo da organização sindical, notadamente, de ordem ideológica e de relação de classe. Ou seja, que a orientação sindical se desse não em oposição ao patronato local, como empreendiam as Ligas Camponesas, mas no sentido de evitar conflitos de classes. Daí, a retórica do alinhamento de interesses, no discurso do Padre Petronilo, e do Bispo da Diocese, D. Manoel Pereira da Costa, quando ocorreu inauguração do primeiro sindicato dos trabalhadores rurais, em Timbaúba, os quais buscavam justificar, ao patronato local, o sindicalismo rural.

Segundo o jornal na edição de 11 de novembro de 1961, o Bispo D. Manuel, em encerramento da solenidade de inauguração do sindicato rural de Timbaúba, falou do pensamento da Igreja sobre a sindicalização, estimulando os trabalhadores a defenderem seus direitos sem olhar os patrões como inimigos. Ainda conforme a matéria, exibida na coluna *A Hora do Trabalhador Rural*, no dia 25 daquele mês, o Bispo estaria “em Timbaúba para falar aos senhores proprietários sobre este movimento sindical”, o que sugere o esforço da Diocese de Nazaré em deixar claro para o patronato local de que o sindicato não seria um órgão de confronto. Ou seja, no sentido de justificar à classe patronal o porquê do sindicato. Isso fica ainda mais evidente no discurso do Padre Petronilo:

Quando nós cristãos nos empenhamos pelo trabalho em prol da melhoria das condições de vida do operário rural, não acusamos os proprietários rurais e nem responsabilizamos ninguém. Se voltamos as atenções para essa classe, hoje mais abandonada e despojada, não estamos propriamente contra as classes. Acusamos, sim, uma estrutura social e econômica errada (GAZETA, 11 DE NOVEMBRO DE 1961).

Observa-se, neste argumento, o esforço de tentar se justificar perante a classe patronal porque a Igreja estaria interessada na organização sindical e utiliza-se de uma argumentação, de certa maneira vaga, pautada na estrutura social e econômica como problema, como se os modos operantes da relação de trabalho no campo não estivessem imbricados nessa questão estrutural. Ademais, prossegue justificando que a situação lamentável dos camponeses tinha a ver com duas outras questões concretas: a) estrutural, já apontada; b) legislação que atendesse às demandas do trabalhador rural. O vigário acrescenta que, “estudando-se o assunto com imparcialidade, devemos reconhecer que não são os proprietários rurais os únicos responsáveis pela situação desumana em que se encontram os trabalhadores do campo” (PADRE PETRONILO). Argumenta ainda que, diferente do patronato da indústria, o do campo ganhava bem menos, estava em desvantagem e era responsável pelo trabalhador e, em caso de não prestar assistência, demitir um inválido ou viúva, era tido como injusto e desumano. Portanto, o discurso do padre defendia a classe patronal desse tipo de julgamento.

Partindo dessa reflexão, o padre argumentava, principalmente ao patronato, que o sindicato seria bom para ambas as classes. E que o caminho não seria a revolução, nem a agitação, muito menos a acusação ao empregador rural, antes, três medidas deveriam ser tomadas: a) modificação daquela estrutura; b) a questão dos direitos e deveres dos trabalhadores; c) garantia dos direitos já assegurados às outras categorias. Segundo o padre “a sindicalização rural é uma questão que deveria interessar não só ao operário, como ao proprietário. Todos serão beneficiados pela lei que haverá de delimitar os direitos e os deveres de cada um” (GAZETA, 11 DE NOVEMBRO DE 1961). Argumentava, ainda: “quando se fala em defesa da classe trabalhadora não se pretendia defender essa classe em prejuízo da patronal. Mas, que patrões e operários seriam defendidos perante a lei, a fim de que todos tivessem bem delimitados seus deveres e seus direitos” (*idem*).

Assim, tanto o padre quanto o Bispo reforçavam a tese da Igreja que, o sindicato deveria ser operado à luz da lei, disputando direitos, porém sem ser antagônico ao patronato, nem o ver como inimigo.

Uma semana depois do ato inaugural do sindicato dos trabalhadores rurais em Timbaúba, Petronilo volta a reforçar essa mesma tese, tendo em vista a inauguração do sindicato de Nazaré (que congregaria os sindicatos de Nazaré, Vicência e Paudalho) que se daria no dia 26 de novembro daquele mesmo ano (1961). Nas palavras do vigário,

O sindicalismo rural é um movimento que vai penetrando todo a zona rural, congregando num órgão de classe todos os trabalhadores do campo. A sua finalidade não é incentivar a luta de classe. Mas, extinguir a luta de classe, fazendo com que os empregados e empregadores, operários e patrões se olhem, não como inimigos, como auxiliares uns dos outros, empenhados ambos na construção do bem-estar social. O sindicato nada promete aos operários e nem pretende fazer milagres. Visa somente congregar os trabalhadores num organismo, a fim de que dentro em breve, falando em nome de centenas e milhares, possa ele exigir dos poderes públicos um pouco mais de justiça. Longe de fomentar greves e suscitar questões trabalhistas, quer apenas que os operários rurais, como os demais operários, tenham os seus deveres e direitos assegurados uma legislação justa. E que se lhes apliquem também as vantagens da previdência social. O grande drama do operário não é tanto o baixo salário e nem a crença em condições mínimas de higiene e de vida social, mas a falta absoluta de garantia diante das doenças e da invalidez. [...] Até hoje nada se fez pelos trabalhadores do campo. Agora são os próprios trabalhadores que sem greves e sem ameaças, estão adquirindo consciência do que podem e do que devem fazer: sem apadrinhamento de políticos, aquilo a que tem direito. O sindicalismo será, não o único, mas um dos meios para a redenção do operário rural (GAZETA, 18 DE NOVEMBRO DE 1961).

Conforme expressado nessa fala, ao menos duas questões nos parecem básicas no discurso do referido padre acerca da sindicalização rural. Primeira, a defesa de uma concepção

de sindicato pacifista centrado num ideário cristão que, retoricamente, extinguiria a luta de classe em vista do alinhamento de interesses. Segunda, que a prática sindical se daria na luta por direitos básicos assegurados em leis trabalhistas. Daí o argumento que o organismo classista disputaria apenas o cumprimento legal, sem carecer de greves ou antagonismo, ao passo que, a legalização do órgão de classe asseguraria, a suposta paz no campo. Neste sentido, reforçar-se a orientação da Igreja de que o sindicato, mesmo levado a questionar os pilares estruturais, fosse moderado.

Tal discurso, então, ao mesmo tempo que buscava conquistar o reconhecimento e a legitimidade do sindicato perante o patronato local, demarcava também oposição à radicalidade das Ligas Camponesas, colocando-as, assim, na ilegalidade. Tanto que, o lema delas – na lei ou na marra, ser constantemente acionado no *Gazeta*, sobretudo entre 1963 e 1964. Identifica-se, pois, a preocupação da Diocese de, ao mesmo tempo, se mostrar favorável à organização dos trabalhadores, como também em não perder o prestígio da classe patronal com a qual a Igreja mantinha estrito vínculo desde épocas pretéritas.

### **2.3 Sindicalização rural de orientação católica na região e suas “agências” de educação de base: MEB e SORPE**

A fundação da organização sindical rural de orientação católica na Mata Norte de Pernambuco, datada a partir 1961, relaciona-se a processos formativos instituintes (KOURY, 2010), por um lado, imbricados à lógica sindical burocrática e legalista já existente; por outro, valendo-se dessa mesma estrutura, intencionava, no campo ideológico, esvaziar politicamente as Ligas e afastá-las dos camponeses. Nessa disputa, reproduzia o lema radical delas referente à reforma agrária, “*na lei ou na marra*”, nos veículos de comunicação a fim de marginalizá-las perante a opinião pública.

Neste sentido, fora demasiadamente reforçada na imprensa jornalista hegemônica do estado como o *Diário de Pernambuco* e, também no *Jornal Gazeta de Nazaré*, a aproximação pessoal e ideológica de Francisco Julião com Fidel Castro. Nestes periódicos, os termos: agitador, subversivo, comunista eram atribuídos ao primeiro a fim de constituir, sobre ele, um discurso de inimigo das causas sociais do homem do campo, do povo, do governo, das leis e da ordem. Não por acaso, aparecia sempre associado às reportagens sobre fome e violência. Em

matéria do Gazeta de 06 de janeiro de 1962<sup>38</sup>, intitulada “*Desmascarados Fidel e Julião*”, D. Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre cita, na íntegra, comentário do líder cubano e das Ligas, o qual dizia: “Sou marxista-leninista e o serei até a morte. O que quero é transformar o regime de Cuba, Rússia para o Brasil. Sou comunista e não importa que me chamem como tal”. Aquele sacerdote ainda acusava Julião de comunista, quer pela filiação às Ligas, quer pelo método de “agitação” com que as induzia.

Segundo Barros (2013), diante dessa imagem proximal de Julião e das Ligas a Cuba, cria-se por parte das forças dominantes e do imperialismo econômico/ideológico estadunidense o discurso da “cubanização” pernambucana. Daí, tudo que fosse contrário aos ritos políticos/ideológicos operantes seria tachado de comunismo. Tal narrativa ganhava curso no cano da imprensa local, a qual retratava os assuntos referentes à organização dos camponeses nas colunas policiais, construindo socialmente um imaginário de que estes trabalhadores eram bandidos, perigosos, agitadores sociais. Tal discurso, por um lado, taxava as Ligas e os movimentos de esquerda, no geral, de comunismo; por outro, os EUA valer-se-iam dessa construção para justificar sua intervenção no Estado (BARROS, 2013).

Foi neste contexto, a partir do fim da década de 50 do século XX, que a Igreja se voltou à questão dos camponeses em Pernambuco, um dos principais palcos onde tanto a própria instituição eclesial quanto o governo federal e os EUA temiam a pulverização do ideário comunista/cubano. A articulação entre essas três agências objetivava eliminar a influência e a força das Ligas e do PCB no estado (KADT, 2007).

Segundo o autor, em contraponto às Ligas que tinham uma posição mais reformista/revolucionária, senão ao menos retoricamente, o sindicato de orientação católica era chamado a afirmar a doutrina social rezada nas Encíclicas, *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno*, *Mater et Magistra*, elaboradas, respectivamente, pelos Papas Leão XIII em 1891, Pio XI em 1931, e João XXIII em 1961. Nesses documentos, grosso modo, a Igreja defendia e reafirmava sua posição referente às demandas sociais na perspectiva da harmonia entre as classes e o combate às teses marxistas (ABREU E LIMA, 2005; JACOUD, 1990; WANDERLEY, 1984; KOURY, 2010).

Destarte, a Igreja agia na perspectiva de influenciar e assumir o “controle” político-pedagógico do movimento camponês, visando a orientar no sentido mais moderado de suas reivindicações de acordo com as possibilidades legais já instituídas. Assim, sob essa orientação,

---

<sup>38</sup> Matéria feita sobre um pronunciamento do Arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, em programa de rádio daquela cidade.

o sindicato embora questionasse a lógica estrutural de dominação e condição de dependência que a categoria estava subordinada, que fosse moderado, contrário às Ligas (NOVAES, 1997; ABREU E LIMA, 2005; KOURY, 2010). Por isso mesmo, a instituição eclesial, direcionaria a orientação do órgão de classe à luz da legislação e da estrutura estatal permitida.

Segundo Kadt (2007), foi a partir do Decreto nº 7.038, de 10 de novembro de 1944 que a formação sindical rural foi legalizada no país. O Art. 1º arremetia ao que já dispunha o Decreto nº 979 de 1903, o qual facultava aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero o direito a se organizarem em sindicatos a fim de elaborar estudos, custeios e defesa dos seus interesses. Os demais artigos asseguram uma série de preceitos ao funcionamento do órgão, desde que em número de sócio não inferior a 7 (sete) conforme Art. 5º.

No entanto, inicialmente, essa lei teve efeito nos estados do Sul do País, nos demais só cerca de quinze anos depois, com a influência de uma ala progressista da Igreja Católica e outros fatores interligados (KADT, 2007, 134). O primeiro, era o fato de, na maioria dos estados do Nordeste e Centro-Oeste não se podia falar de operariado rural, uma vez que, a lógica patrão-dependente não era favorável à organização dos camponeses enquanto categoria/classe. Em segundo lugar, os latifundiários opunham-se a qualquer movimento nesse sentido, inclusive não só com resistência violenta no campo, mas também com ações junto aos parlamentares, os quais enviaram ao Conselho de Segurança Pública (CSP) um memorando a dizer-lhes que não havia nada que justificasse o sindicalismo rural e que tal categoria não estava “madura” o bastante para os direitos políticos que a sindicalização lhes asseguraria (KADT, 2007, p. 134-135). Ademais, o então “ministro fazia parte de uma estrutura de poder que ainda se assentava, até o final da década de 1950, em uma série de compromissos que mantiveram a estrutura rural intocada” (KADT, 2007, p. 135). O autor argumenta ainda que questionar a estrutura latifundiária, especialmente pela sua tradicional representatividade no Congresso Nacional e até no Executivo (em quaisquer das esferas), era sempre evitável, sobretudo no Nordeste.

Assim, segundo Silva (2014), o governo aplicou ao sindicato rural o mesmo caráter cooperativista que norteava ao do operariado urbano, de modo que, tivesse para com o Estado uma relação colaborativa no que diz respeito à solidariedade ao desenvolvimento social. Estreitamente esse que se afunilaria ainda mais, a partir do golpe de 1964, quando o organismo classista passaria pelo rígido controle estatal, pela via do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (SILVA, 2014, p. 72).

Contudo, conforme Kadt (2007), gradativamente o governo foi se interessando pela legislação sindical rural. Havia várias razões para o crescente interesse, como as Ligas, o medo da cubanização, certos sentidos populistas e o “despertar” da Igreja pela organização. Esse

estado de coisas levou a Igreja e o Estado a estabelecerem parcerias entorno da agenda sindicalista (KADT, 2007, p. 34-37).

Segundo Koury (2010), o apoio do Estado à sindicalização rural de orientação católica passou a se dar a partir de 1959 através de Instrumento Ministerial que reforçava o Decreto nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, que dispunha a esse respeito, sob a urgência de ampliá-lo nacionalmente. Segundo Price (1964, p. 48), o primeiro sindicato nessa perspectiva foi fundado em Serra Caída, no Rio Grande do Norte, orientado pelo SAR.

Assim, com o devido apoio estatal através da base legal, a CNBB lançou, em 1961, documento apoiando a sindicalização rural e aconselhando a criação de equipes para trabalhar com isso nas paróquias e Dioceses por todo país (KOURY, 2010, p. 99). Dizia-se, no referido documento, “a sindicalização rural é digna de ser estendida a todos os demais centros católicos rurais” (CALAZANS, 1969, p. 61 apud KOURY, 2010, p. 99). Deste modo, a criação de setores especializados confrontava o problema da “penetração” da esquerda.

Neste aspecto, se o Rio Grande do Norte aparecia como pioneiro no campo do sindicalismo rural, Pernambuco, um dos principais palcos de “agitação” social em virtude das Ligas e do fantasma da cubanização, despontava como estado cuja Igreja encontrava razões para concretizar as recomendações da CNBB referentes à organização do órgão de classe do campesinato.

A partir dessas orientações da CNBB o Arcebispo de Recife e Olinda, no início de 1961, nomeou um pequeno número de padres para cuidar diretamente da questão (KADT, 2007, p. 136; SANTOS, 2014, p. 76). Dessa forma, foi, então, fundado o SORPE, sob liderança do Padre Crespo, Pároco de Jaboatão dos Guararapes. A primeira tarefa desse padre foi a de ocupar-se do treinamento de potenciais líderes sindicais, para que conhecessem as doutrinas da Igreja e fossem capazes de resistir à sedução revolucionária das Ligas (KADT, 2007, p. 136).

O trabalho da sindicalização rural na mata pernambucana, assim como em muitos outros lugares, imbrica-se também ao MEB, que atuou diretamente neste aspecto e, segundo Kadt (2007), foi onde a educação radiofônica obteve maior êxito. Padre Renato Cavalcanti (2011), Pároco de São Lourenço da Mata, que esteve envolvido na implementação do MEB e do sindicato rural na cidade, diz que a intencionalidade do Movimento educacional, além de alfabetizar e outras coisas mais, era falar dos direitos do trabalhador. Segundo o Diário de Pernambuco de 23 de maio de 1963, uma professora do MEB - PE, por nome de Edna Aguiar, chegou a afirmar: “o MEB tem tomado a si, a tarefa de esclarecimento a respeito do sindicato rural”. O convênio celebrado entre o Clero Católico e o Governo do estado reforçaria o trabalho de educação de base e sindicalização rural na região (SANTOS, 2014).

Enquanto o MEB - PE deveria intensificar a ideia pró-sindicalização, estimulando os camponeses a se organizarem e filiarem à organização coletiva de classe, bem como no desenvolvimento de liderança sindical, no monitor; o SORPE atuava diretamente na organização, formação e orientação de sindicatos. Constituíam-se, assim, duas frentes independentes, porém correlacionadas, que estabeleciam condições concretas à formação, institucionalização e orientação sindical, afastando os camponeses da influência do comunismo e das ligas na região.

### 2.3.1 O MEB e a sindicalização rural na região: o papel do monitor na liderança sindical

Estando o MEB envolvido com a sindicalização rural, passou a organizar núcleos voltados para o setor sindical e teve sua atuação, nesse processo, facilitada devido à infraestrutura capilarizada das escolas radiofônicas, que abriam caminhos para as discussões sobre sindicalismo rural.

A partir de 1962, o MEB foi visto pela CNBB como campo óbvio para o trabalho da sindicalização rural, uma vez que os monitores e supervisores atuavam justamente nos locais onde os sindicatos deveriam ser criados (KADT, 2007, p. 189). Essa estrutura favorecia o estreitamento entre as escolas radiofônicas e os sindicatos rurais.

Na estrutura do Movimento de Educação de Base, além das equipes nacionais, locais e estaduais, havia ainda um Conselho Diretor Nacional (CDN), formado por nove bispos e dois leigos, um deles, representante do Presidente Nacional – reforçando o estreitamento entre MEB/Governo; e o Conselho Diretor Estadual (CDE), composto pelos bispos locais, ligado ao CDN (ALVES, 2016, p. 49).

Neste sentido, D. Carlos Coelho, Arcebispo de Olinda e Recife, em adequação aos parâmetros instituintes do MEB para cada estado, orientou o clero local à tarefa de organizar escolas radiofônicas e sindicatos rurais, conforme afirmara Padre Renato Cavalcanti (SANTOS, 2014), em adesão à tese expansionista da CNBB referente à pauta sindical.

Não obstante, observa-se em algumas edições do Diário de Pernambuco<sup>39</sup>, que D. Carlos, com base no argumento da experiência piloto das escolas radiofônicas de educação rural da Diocese de Nazaré da Mata (ver item 2.2.1), buscou, em paralelo ao SORPE, reforçar a

---

<sup>39</sup> Edições: 00161 (1) de, 20 de julho de 1961; 00035(1) de, 13 de fevereiro de 1962; 00046(1) de, 25 de fevereiro de 1962.

sindicalização por meio do MEB - PE. Segundo o mesmo jornal<sup>40</sup> D. Carlos, D. José Távora, Arcebispo de Aracajú e presidente nacional do MEB, Vera Jaccoud, supervisora nacional, e Lúcia Moreira, coordenadora local, reuniram-se com o governador, Sid Sampaio, a fim de estabelecer convênio para implementação do MEB no estado. O acordo previa que o Governo nomeasse professoras para a montagem da equipe local e orientação pedagógica<sup>41</sup>.

Segundo o mesmo editorial, na edição de 21 de março de 1962, no dia 20 daquele mês foram nomeadas pelo governador, conforme ofício anteriormente enviado por D. Carlos ao chefe do estado, as seguintes professoras: Gilvanete Pessoa de Albuquerque, Cornélia Paula Gomes e Maria Zélia Alves da Silva.

Essa equipe se juntaria ao pessoal de Nazaré da Mata, coordenado por Marilete Pessoa e Neide Veiga, as quais foram treinadas no SAR-RN, e supervisionada pela Diocese e pelo Diretor do Centro Radiofônico, isso em alinhamento à tese de ampliação das escolas radiofônicas e sua atuação na orientação e organização sindical (KADT, 2007; KOURY, 2010).

Até onde pudemos identificar, a equipe de Nazaré da Mata, presidida por D. Manuel Pereira da Costa, sob direção do CDE de Recife e coordenada por Lucia Moreira da Costa<sup>42</sup>, era formada por: Padre Petronilo Pedrosa, diretor do CRER; Marilete Pessoa, que liderava a equipe de professores; Neide Veiga; Gilvaneide Pedrosa, irmã do vigário; Bartolomeu; Marília Dirceu<sup>43</sup>. Esse pessoal era responsável por operar o MEB na região, treinar e acompanhar o trabalho dos monitores, participar de treinamentos e, na medida do possível, mediar situações previstas ou não no dia a dia do fazer pedagógico das escolas radiofônicas, assim como levar, para a Equipe Estadual, avaliação e demandas oriundas da prática educativa como um todo.

Serviam como instrumento de avaliação, correspondências e/ou ligações de monitores junto ao CRER, dados da folha de frequência enviada pelos monitores. Consideravam-se, na avaliação, as visitas de supervisão às escolas radiofônicas (ALVES, 2016, p. 50, 51). Segundo o Última Hora, edição de 25 de junho de 1962<sup>44</sup>, Lúcia Moreira da Costa, em entrevista cedida a esse editorial, relatou que só no Sistema de Nazaré, havia realizado 10 treinamentos para monitores e 10 visitas às escolas; e, durante o processo, havia constatado entusiasmo dos

---

<sup>40</sup> Edição, 0061(1) de 20 de julho de 1961. Edição, 00046(1) de 25 de fevereiro de 1962. Edição, 00064 de 21 de março de 1962.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> Última Hora, edição 0043(1) de, 25 de junho de 1962. Hemeroteca Digital.

<sup>43</sup> Alguns desses nomes já identificados por Santos (2014), outros foram mencionados em depoimento oral (a essa pesquisa), cedido por José Francisco da Silva, entrevistado na Academia Sindical em Carpina em 09 de outubro de 2019.

<sup>44</sup> Última Hora, edição 0043(1) de, 25 de junho de 1962. Hemeroteca Digital.

monitores e cerca de 70% de frequência dos trabalhadores rurais às aulas. Ainda segundo esse editorial, quando questionada do papel do MEB na região, a coordenadora enfatizou, dentre outras coisas, a questão do sindicalismo rural.

Na região da Mata Norte, o trabalho do MEB e da organização sindical alocado ao CRER era então acompanhado pelo bispo de Nazaré, D. Manuel Pereira da Costa, conforme o *Jornal Gazeta*, edição de 01 de abril de 1961. Este ficava responsável por presidir as equipes locais, reunir-se mensalmente com o pessoal das equipes para discussão e avaliação do trabalho e outros procedimentos gerais (ALVES, 2016) e, sempre que possível, comparecer às cerimônias de instalações de escolas, encerramentos de treinamentos de monitores etc., além de se fazer presente em ações sindicais: assembleias, formações e solenidades de inauguração de sindicatos. Tal trabalho, posteriormente, viria a ser dado sequência pelo seu sucessor, D. Manoel Lisboa, como identificado na ata do sindicato de Nazaré, em 21 de julho de 1963.

Segundo algumas edições do *Diário de Pernambuco*<sup>45</sup> e do *Última Hora*<sup>46</sup>, o sindicato rural era um dos temas trabalhados nos cursos e treinamentos do MEB para supervisores, professoras leigas e monitores. De acordo com esses mesmos editoriais, os cursos e treinamentos realizados na região da Mata Norte ocorreram no Colégio São José, no Salão Bento XV, e nas paróquias de Limoeiro e Carpina. Participava, na condição de formadores, o pessoal da Equipe Estadual de Recife, às vezes de outros estados, e da Nacional. Segundo o *Diário de Pernambuco*, edição de 30 de julho de 1961, o primeiro treino ocorreu em Limoeiro, entre os dias 17 e 22 de julho de 1961, sob direção da Equipe Nacional e do SORPE. Isso remete à tese de que o MEB e o SORPE constituíam-se em duas linhas, embora independentes, correlacionadas ao compromisso sindical rural (KOURY, 2010).

Para o autor, a Igreja buscava, assim, ganhar a luta ideológica contra as Ligas na organização dos camponeses por meio do sindicato. O MEB, nesse sentido, teria uma melhor possibilidade de divulgação de sua ideologia e arregimentar o quadro do movimento classista à medida que orientava os trabalhadores a se sindicalizarem (KOURY, 2010). O sindicato, então, era visto pela equipe do MEB como a forma mais adequada para a necessidade de combater a estrutura de dependência patronal e sua posição antagônica a organização; por outro lado, de organização comunitária em face da ausência do setor público nas questões de base dos camponeses (KADT, 2007). Segundo o Padre Renato Cavalcanti (2011), clérigo de São

---

<sup>45</sup> *Diário de Pernambuco*, edições:00172(1) de, 30 de julho de 1961. 00030(1) de, 07 de julho de 1962. 00170(1) de, 31 de julho de 1962. 00022(1) de, 26 de janeiro de 1963. Hemeroteca Digital.

<sup>46</sup> *Última Hora*, edição 00043(1) de, 25 de junho de 1962.

Lourenço da Mata e articulador desse processo nessa cidade, a intencionalidade do MEB era alfabetizar, falar dos direitos do trabalhador e de organização sindical (SANTOS, 2014).

Todavia, devido às dificuldades estruturais do movimento e da região, nem sempre as supervisões da Equipe Estadual ocorriam regulamente, como em tese previa-se. Inclusive, poderia nem ocorrer em todas as escolas. Dentre as dificuldades, estava o difícil acesso às localidades e escassez de transportes. Segundo o Diário de Pernambuco de 25 de fevereiro de 1962, do convênio estabelecido entre o governo do estado e o MEB, apenas 5 veículos seriam cedidos. Não identificamos exatamente quantos foram enviados ao sistema de Nazaré, sabemos apenas, conforme Alves (2016), que o carro era uma Rural Willys. Todavia, considerando a entrevista de Lúcia Moreira da Costa ao Última Hora, em 25 de junho de 1962 (já referida), em que, segundo o editorial, ela havia afirmado que em Pernambuco já existiam 7 sistemas, até então, é possível concluirmos que ao sistema de Nazaré só havia 1 veículo.

A equipe de Nazaré, formada por professoras leigas, além das atribuições já mencionadas, era responsável por acompanhar o desenvolvimento do MEB nos engenhos e nas cidades da região: Vicência, Aliança, Timbaúba, Camutanga, Goiana, Carpina, Paudalho, etc., entretanto, talvez em razão das dificuldades mencionadas, nem sempre os acompanhamentos chegavam nos lugares mais distados das cidades. Dona Zezinha, que atuou como monitora no Engenho Covalés em Vicência, em 1963, relatou-nos que a equipe de Nazaré da Mata nunca fora em “sua” escola/casa, contudo afirmou ter ido à Vicência. A distância entre o Engenho onde a mesma morava e a cidade talvez explique o não comparecimento da equipe diocesana, pois, como afirmou, “saía de madrugada, chegava em casa tardezinha, às vezes já estava escuro”.

Cabe reforçar que, por estar entre as instâncias da hierarquia do MEB, em lugar estratégico mais perto das comunidades rurais, a Equipe Local tinha dentre suas atribuições (ALVES, 2016, p. 51) o trabalho com o sindicalismo. O monitor, por estar no cotidiano das aulas junto aos trabalhadores rurais, constituía-se agente ímpar nesse elo MEB/Sindicato.

Apesar de sua pouca escolarização, representava, na prática, a professora locutora, o que conferia a ele, perante os trabalhadores rurais, certa presença pedagógica de autoridade, de alguém “outorgado” de um saber capaz de explicar o que a educadora dizia no rádio, como podemos perceber em registro oral feito nessa pesquisa com um monitor<sup>47</sup> do MEB, sindicalista ligado ao SORPE e à FETAPE:

---

<sup>47</sup> Registro Oral de José Francisco da Silva, realizada pelo autor e orientador da pesquisa, em 09 de outubro de 2019, à Academia Sindical da FEATE, polo da Mata Norte – Carpina/PE.

P - E quais as atividades que o senhor já realizava como monitor do MEB?

R - Transmitir né, ajudar, esclarecer o que estava sendo transmitido pela Rádio de Carpina. Quer dizer, o método Paulo Freire, aí vinha a cartilha. A cartilha, viver é lutar, e tava lá no pé do rádio orientando o pessoal na interpretação daquela cartilha – viver é lutar, Pedro vive e luta. E assim por diante; direito dos trabalhadores; organização sindical dentro do direito, que ninguém trabalhava (JOSÉ FRANCISCO, 2019)<sup>48</sup>.

Esse registro oral além de demonstrar o papel simbólico do monitor como representante da professora, locutor, mediador, facilitador e intérprete do conteúdo transmitido radiofonicamente, evidencia o estreitamento MEB/Sindicato rural na Mata Norte. Como analisou Kadt (2007), o monitor foi talvez o principal porta voz do MEB no trabalho junto aos sindicatos ou entre estes e as equipes locais.

Em sintonia com a análise de Koury (2010) e Kadt (2007) e com o que falou Crespo (1978, 1985), em que o monitor normalmente era escolhido pelos párocos da cidade à medida que o padre observasse certas habilidades do candidato em trabalhos ligados à paróquia, o mesmo monitor acima citado relatou que sua relação com o trabalho de base junto ao MEB e ao sindicato se deu a partir de sua atuação na Comunidade Vicentina<sup>49</sup>, ligada à Igreja da cidade, por indicação do padre de Vicência à época, José Bonifácio. Este o apresentou a Euclides, que, por sua vez, já estava, por orientação do SORPE e do MEB, organizando o sindicato em Nazaré da Mata, que viria a se concretizar em 06 de novembro de 1961<sup>50</sup>. Esse padre incentivava e se envolvia com o trabalho das escolas radiofônicas e com os treinamentos de monitores, como se observa na foto a seguir.

---

<sup>48</sup> Entrevista oral cedida a Joel Severino da Silva (autor dessa pesquisa de mestrado) e Dr. André Gustavo Ferreira da Silva (orientador da pesquisa), gravada na Academia Sindical em Carpina, em 10 de outubro de 2016, no turno da manhã e tarde. José Francisco, foi monitor do MEB em Orobó e Vicência, um dos fundadores do sindicato dos trabalhadores rurais de Vicência, diretor da FETAPE e CONTAG.

<sup>49</sup> Essa comunidade trabalhava com assistencialismo.

<sup>50</sup> Ata de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, datada de 06 de novembro de 1961.

**Figura 2 - Encerramento do treinamento de monitores do MEB em Vicência, 1963**



Fonte: acervo pessoal de Dona Zezinha, monitora do MEB em Vicência. A mesma apesar de não conseguir precisar a data da cerimônia, assegura ter sido em 1963. Fotocópia cedida à pesquisa, em 03 de agosto de 2020.

À direita, Padre José Bonifácio; no centro, de vestido escuro cuja seta sugere indicar, Dona Zezinha, monitora no Engenho Covalés em Vicência. Chama a atenção na fotografia o maior número de mulheres que homens, embora a figura masculina fosse preferida como relatou Marilete Pessoa (2014).

Segundo o Diário de Pernambuco de 25 de fevereiro de 1962, Vera Jacoud, coordenadora nacional do MEB, falou que, para ser monitor, bastava ter um bom curso primário ginasial ou equivalente, dominar minimamente os códigos gramaticais e matemáticos; assim, ficaria responsável por uma escola – um rádio. Escolhido o monitor e o local para as aulas, cediam-se os recursos: giz, quadro negro, e, claro, o rádio de pilha. Na maioria das vezes, esses agentes ministravam as aulas em suas próprias casas. Esses atores não eram só intérpretes ou repetidores dos conteúdos transmitidos pela professora locutora, deveriam ater-se aos pormenores do cotidiano, frequência e regularidade dos alunos, e suas aprendizagens, orientá-los, animá-los e incentivá-los aos trabalhos comunitários – clubes, associações e sindicatos rurais (ALVES, 2016).

Dada a importância do monitor no elo com a base, o MEB/PE, a partir de 1962, criou o programa do monitor com o objetivo de melhor auxiliá-lo em seu trabalho pedagógico junto aos trabalhadores rurais (ALVES, 2016). Segundo a autora, o Movimento de Pernambuco publicou, em meados de 1964, um documento intitulado “*nota sobre objetivos, sua programação e o desenvolvimento do aluno*”. No qual, a concepção pedagógica orientadora do MEB/PE afirmava o monitor como potencial agente, capaz de intervir na transformação da

realidade do campo, na medida em que cotidianamente estava junto aos trabalhadores, tanto como mediador entre eles e o rádio, quanto entre os camponeses e a situação concreta em que estes estavam inseridos (ALVES, 2016, p. 42-43). Essa concepção pedagógica do MEB/PE partia do pressuposto que o camponês seria ele mesmo sujeito de mudanças no campo.

Ainda conforme a autora, esse documento destacava a ideia que o MEB tinha junto às comunidades o sentido de transformar. Conforme visto no regulamento do Movimento, o monitor, como principal ator junto aos camponeses, deveria voltar sua ação pedagógica para as questões que afetavam os rurais. Neste sentido, ressaltava que o trabalho das escolas radiofônicas não deveria se esgotar nos objetivos daquilo que se aludia ao conteúdo de uma escola tradicional, e sim ser entendida no conjunto mais amplo de atividades e da vida da comunidade camponesa. Assim, o alfabetizar integrava o trabalho de base junto à organização da comunidade em clubes, associações e sindicatos (ALVES, 2016).

Esses monitores, devido à aproximação às comunidades, aos poucos passaram a serem vistos muito mais como líderes comunitários do que mediadores das escolas radiofônicas. Daí o MEB/PE ter introduzido as diretrizes observadas acima em relação ao papel desses atores no elo com os trabalhadores rurais. A conotação de liderança desenvolvida e/ou percebida nas comunidades por esses agentes, especialmente em suas atuações junto aos sindicatos, fez com que os mesmos passassem a ser escolhidos pela própria comunidade e não mais pela paróquia (KADT, 2007, p. 155).

Souza (2006), analisando os documentos oficiais e pedagógicos do MEB, no que diz respeito à sua diretriz sindicalista, identifica que a questão da educação sindical rural tinha como um de seus objetivos formar líderes comunitários por meio de debates sobre sindicalismo rural e abertura de novos sindicatos da categoria.

Na análise de Koury (2010) e Kadt (2007), o eixo sindical foi um dos principais fatores na ampliação de adesão do público masculino ao MEB, seja como aluno ou mesmo monitores, os quais, segundo a coordenadora da Equipe de Nazaré da Mata, Marilete Pessoa (2014 apud SANTOS, 2014), eram preferidos a fim de assegurar um certo estado de ordem às escolas radiofônicas. Contudo, Souza (2006, p. 119) sugere que, em Nazaré da Mata, cerca de 80% dos monitores foram mulheres.

Todavia, tendo em vista mais o aspecto simbólico que numérico em si da figura masculina junto aos camponeses no tocante à organização e formação sindical, os treinamentos para monitores passaram a aderir à perspectiva mais política de organização dos trabalhadores rurais. Conforme o Diário de Pernambuco de 26 de janeiro de 1963, o curso que se realizaria,

em Limoeiro, para monitores e professores da equipe diocesana de Nazaré, previa no programa de ensino os seguintes conteúdos: politização, sindicalismo, reforma agrária e liderança.

Neste aspecto, muitos dos monitores do MEB assumiram posição de lideranças nas comunidades, associações, clubes e sindicatos rurais. Não obstante, dois monitores que atuaram em Vicência entre 1961 e 1963, em depoimento oral para essa pesquisa, relataram que ocuparam liderança no sindicato a partir de suas respectivas atuações com as escolas radiofônicas. Segundo os mesmos, suas imagens de líderes refletidas às áreas rurais por onde atuavam eram notadas. Dona Zezinha, monitora, chegou a relatar que alguns patrões mais moderados, quando diante de algum confronto com os trabalhadores, requeriam sua presença na negociação:

Quando ia para os engenhos, aí eu conversava com os senhores de engenhos [...] Zé Gonzaga de Solidade, Neco de Dedé só fazia alguma coisa com os trabalhadores se eu fosse orientar, tinha o de Canavieira, Sr. Lula; eles sempre me perguntavam: olha, fulano vai ser colocado para fora, como é que devo fazer? (DONA ZEZINHA, 2020).

Na concepção de Kadt (2007, p. 155), o fator liderança não demorou para se tornar o instrumento de maior interesse do monitor. Desde então, sua atuação não seria mais apenas de professor auxiliar, mas sim de um líder com mais capacidade de ação do que ligação entre o professor radiofônico e o aluno (KADT, 2007). Mais ação implicaria maior capacidade de exercer atividades nas comunidades que iriam desde as organizações políticas como já mencionadas a outros trabalhos voluntários junto ao campesinato.

Ainda na análise do autor, essa mudança refletia a transformação da autoimagem do MEB, que, a partir de 1962, passou a focar mais especificamente em processos que levassem os camponeses a se organizarem a fim de superarem a situação de dependência patronal e a assumirem posturas mais assertivas quanto ao projeto de mudanças estruturais no campo, tendo em vista a organização sindical (KADT, 2007). Portanto, o monitor do MEB, reiteramos, passou a ser visto muito mais como líder comunitário.

Essa mudança de postura do MEB que atribuiu ao monitor, liderança sindical na região, foi irrompida, porém, com o golpe de 1964. Dona Zezinha, monitora do Movimento em Vicência nos idos de 1963 a 1964, afirmou em entrevista oral que:

O coronel Chico Heráclio, então, quando faltava três dias para a revolução aí ele mandou de carro lá em Covales na casa dele, aí Ele disse: olhe, deixe essa escola, pega o rádio jogue lá no córrego. Quem procurar saber na sua porta você diz que não sabe o que isso! Eu disse, tá certo, assim eu fiz. E depois

continuei ensinando aos filhos de moradores, vizinhos (DONA ZEZINHA, 2020).

Contudo, apesar da posição dura do patrão e obediência dela, ela continuou ensinando aos filhos de moradores e vizinhos. Isso indica que a imagem de liderança pedagógica do monitor do MEB possibilitava a circulação dele entre os camponeses e sindicatos rurais mesmo pós-golpe. Não obstante, os dois monitores entrevistados nessa pesquisa, que atuaram na região, não só continuaram ensinando, como também envolvidos na liderança sindical, antes e pós-golpe.

Todavia, como já mencionamos anteriormente, a Igreja não confiou o trabalho de sindicalização apenas ao MEB, mas a outros setores, criados exatamente para organização sindical (KOURY, 2010). Com efeito, em Pernambuco foi criado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE). Assim, enquanto o MEB agia mais especificamente em orientar os monitores a propagar aos camponeses a importância e necessidade de sindicalização rural, a partir dos direitos sociais e trabalhistas já instituídos, o SORPE tinha a tarefa direta de formar as lideranças e implantar sindicatos rurais.

### 2.3.2 O SORPE e a sindicalização rural

Em 1961, atrelado à tese expansionista da CNBB para a sindicalização rural, D. Carlos Coelho, Arcebispo de Olinda e Recife, designou alguns padres para atuarem diretamente na organização do sindicato e cooptar trabalhadores rurais para aderirem. A referência de partida foi o trabalho do SAR, o qual, a pedido do sacerdote, havia sido estudado por integrantes da Juventude Agrária Católica – JAC/PE (KOURY, 2010, p. 107).

Padre Crespo foi um dos incumbidos pelo Arcebispo na responsabilidade do trabalho de organização e formação sindical em Pernambuco. O vigário, após voltar de um Encontro em Natal-RN sobre associação e organização de trabalhadores rurais, e ter discutido no evento sobre a necessidade do trabalho de sindicalização rural, assumiu a tarefa de organizar a primeira semana de estudos sobre as questões agrárias em Pernambuco.

A semana de estudos tomou como mote de reflexão para as questões do campo, o relatório da JAC referente ao estudo feito do SAR (KOURY, 2010) e à ida do referido padre ao Encontro de Natal. Neste, o clérigo havia problematizado que a precariedade assistida aos rurais era estrutural, então sua resolução só poderia ocorrer através do sindicato legalmente instituído capaz de forçar mudanças àquela estrutura, reivindicar salários e justiça.

Segundo Crespo (1985), na semana de estudos, na qual participaram 25 (vinte e cinco) padres de todas as regiões do Estado, o monsenhor Expedito, vigário do estado de São Paulo, Julieta Calazans, que fazia parte do SAR, e mais uma equipe de leigos tiveram por finalidade estimular o clero pernambucano para ação no meio rural em contraponto às Ligas e à situação de dependência. Nesses estudos, surgiram três soluções possíveis: a) assistencialismo, devido à miséria no meio rural; b) criar ligas camponesas; ambas refutadas, porque a primeira não era o suficiente para a superação dos problemas no campo e a criação de ligas pareceria concorrer com as já existentes; c) criar sindicato dentro dos limites jurídicos. A lei que instituía o direito à sindicalização rural datava de 1903 e uma Portaria de 1944, ambas “engavetadas”. Assim, segundo Crespo (1978, 1985), discutiu-se a questão que, apesar da legislação existente à época já possibilitar a criação de sindicato corporativo, como os que existiram em Pernambuco, São Paulo e Bahia, na década de 1950, todos fechados, exceto o de Itabuna-BA, que encontrava “se arrastando”.

Nesse Encontro, ficou oficializado apoio do clero pernambucano pela sindicalização rural, chegando-se a duas conclusões: i) – criação do SORPE, responsável de estabelecer diretrizes para orientação e criar sindicatos rurais – técnico e juridicamente; ii) – Em junho daquele ano, cada padre deveria levar ao curso dois trabalhadores rurais de mente firmes e “abertas”, potenciais lideranças (CRESPO, 1978, 1985).

Assim, segundo Crespo (1978), o primeiro curso de formação de lideranças se deu naquele mês conforme previsto. Participaram cerca de 40 (quarenta) camponeses, matutos sem saber do que se tratava exatamente. O curso era simples e objetivo, tratava basicamente de problematizar o que era o sindicato, sua importância social e política, porque e como organizá-los à luz do direito dado por lei; técnicas de como fazer reuniões, influenciar pessoas, organizar o povo; e que o órgão de classe, enquanto instrumento de pressão legal, poderia prover “justiça e paz” no campo, em oposição à luta de classes. Paralelo a essas questões básicas, transmitiam-se também as linhas fundamentais e doutrinárias do sindicato rural de orientação católica para o meio rural (KOURY, 2010).

“Convencidos” pelo que ouviam e aprendiam, nos cursos, sobre organização sindical assegurada em lei e dos direitos de luta do órgão de classe por garantias, basicamente salário e previdência, os trabalhadores demonstravam certo entusiasmo. Segundo Biu da Luz (2019), uns saíam com muita vontade de ação, outros, porém, não, tementes da repressão patronal e de serem, inclusive, demitidos ou torturados, o que tornava a ação difícil de ser executada, conseqüentemente recrutar trabalhadores ao movimento na proporção especulada, num

primeiro momento. Neste aspecto, segundo Crespo (1978), dos que participaram do primeiro curso, só 20 retornaram para o reencontro três meses depois, dada a resistência patronal.

Paralelo ao medo da repressão patronal – quase certa, havia o medo de possível repressão policial. Como relatou Biu da Luz (2019), alguns trabalhadores diziam “eu não vou entrar nisso não, isso daí da cadeia! Você vai mexer com poderosos”<sup>51</sup>. Ainda conforme o memorialista, até cursistas diziam “rapaz, eu não vou mais não”. O temor era grande! Mesmo assim, muitos não desistiam. Segundo Koury (2010, p. 109), um dos alunos do SORPE, entrevistado por ele em 1999, chegou a dizer: “nós não desanimamos não e, já no final de 1961, tínhamos vários sindicatos”. Realmente, segundo Abreu e Lima (2005) e Kadt (2007), no final de 1961, já havia oito sindicatos ligados ao SORPE.

Apesar da resistência patronal, a praticidade e objetividade do SORPE na organização sindical, de base legal, logo ampliou o número de sindicatos no estado. O processo de fundação de sindicatos sob coordenação desse órgão se dava após a realização de algumas reuniões ou treinamentos e elaboração do Estatuto. Com esse documento, “o SORPE registrava o novo sindicato e iniciava o processo para o seu reconhecimento” (KOURY, 2010, p. 116).

Assim, em 1962, o SORPE fundou a Federação dos Trabalhadores Rurais e 14 (quatorze) sindicatos, sendo 9 (nove) só na região canavieira (ABREU E LIMA, 2005); e, segundo o Diário de Pernambuco de 09 de novembro de 1962, agregando mais de 30.000 (trinta mil) trabalhadores rurais. A fundação da federação se deu em 06 de julho de 1962<sup>52</sup>, com os cinco sindicatos com cartas de reconhecimento do Ministério do Trabalho e Previdência Social, concedidas no Congresso de Itabuna – BA, pelo ministro da pasta, Franco Montoro. Os sindicatos pernambucanos reconhecidos foram: Caruaru (Agreste), Lajedo (Agreste), Limoeiro (Agreste), Timbaúba (Zona da Mata) e Vitória de Santo Antão (Zona da Mata).

A recém federação, então, era “controlada” pelo SORPE. Tal controle referia-se a questões financeiras, assessorias, orientação e formação político-sindical. Segundo Biu da Luz (2019), o “mando” era tanto que muitos ficavam se perguntando se era FETAPE ou SORPE. Segundo Padre Crespo (1985), o SORPE se manteve à frente da federação e dos sindicatos congregados até os idos de 1972.

---

<sup>51</sup> Entrevista cedida a Joel Severino da Silva (autor da pesquisa), para a pesquisa, em 20 de setembro de 2019, na sede da Academia Sindical em Carpina – PE.

<sup>52</sup> Estatuto da FETAPE, localizado no Acervo da Academia Sindical em Carpina – PE, caixa 16.

Contudo, os antagonismos classistas emergiam como mencionamos acima, e, o SORPE talvez tenha sido o órgão da Igreja, voltado à formação sindical, mais combativo da estrutura patronal à época, segundo Kadt (2007).

Entretanto, à medida que os jogos políticos sociais iam adquirindo contornos próprios antes e pós-golpe de 1964, o SORPE buscava apoio político-pedagógico para ministração de conteúdos referentes ao campo da sindicalização rural, junto a outras entidades estatais ou supervisionadas pelo Estado, o que pode indicar que essa combatividade se dava dentro das possibilidades legais, ou, como defendeu Abreu e Lima (2003), moderada. Segundo algumas edições do Diário de Pernambuco, entres as entidades que enviavam formadores aos cursos de sindicalismo do SORPE, sobretudo pós-golpe estavam: Departamento de Assistência a Cooperativas (DAC)<sup>53</sup>; Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEPA); Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR); e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>54</sup>.

Essas entidades também exerceram papel educador nos cursos de cooperativismo, outra linha de formação do SORPE em paralelo ao sindicalismo, concebida por Padre Melo<sup>55</sup> e Padre Crespo (1985), como o outro pé do sindicato rural. O SORPE angariou, também, convênios com o governo do estado, órgãos nacionais e internacionais.

Neste aspecto, segundo o Diário de Pernambuco, na edição de 27 de julho de 1962, Padre Crespo e João Moura Tavares, coordenadores do SORPE, foram à audiência do Secretário Assistente, João Monteiro Filho, a tratar de assuntos ligados aos cursos de sindicalismo rural. O que resultou em convênio entre governo do estado com o Ministério do Trabalho e Previdência Social (CRESPO, 1985).

Somados aos apoios pedagógicos e políticos, o SORPE juntamente com a FETAPE angariava também auxílio financeiro necessário ao funcionamento sindical de orientação católica, junto a órgãos nacionais e internacionais. Entre os tais: a CLUSA ligado à Central Intelligence Agency (CIA) e à United States Agency for International Development (USAID), através do programa Aliança pelo Progresso, IADESIL e IBAD, os quais, grosso modo, visavam, com esse apoio, eliminar ou ao menos diminuir a insurgência da esquerda junto aos camponeses (KOURY, 2010; BANDEIRA, 1978; PAGE, 1972).

---

<sup>53</sup> Conforme reportagem do Diário de Pernambuco, edição 00173(1) de 1964, s/d.

<sup>54</sup> Diário de Pernambuco, edição 00168(1) de 26 de julho de 1964.

<sup>55</sup> Diário de Pernambuco, edição 00204 (1) de 06, de setembro de 1964.

Por esforço de tentativa de conciliação/moderação ou mesmo por necessidade estratégica de sobrevivência, talvez se explique o fato de o SORPE, em pleno período militar, recepcionar o Almirante Sílvio Heck com homenagem. Padre Melo, à época, líder da entidade, fez um discurso em nome dos camponeses exaltando os “feitos” e as intenções dessa alta patente das Forças Armadas, as quais, segundo esse padre, eram concomitantes às diretrizes do SORPE<sup>56</sup>. Chama a atenção, em 1965, porém, o Ministro da Indústria e Comércio ter se reunido no SORPE, para tratar de assuntos ligados à indústria do açúcar<sup>57</sup>.

Entretanto, apesar da resistência patronal, possíveis restrições entre as parcerias pedagógicas, políticas e financeiras, e das questões político-ideológicas subjacentes nessas parcerias, o SORPE tinha relativa liberdade para formar seus quadros e os líderes sindicais, bem como para contratar e formar conforme as suas doutrinas, a chamada equipe de fora, ou seja, todos os profissionais que não eram da categoria, mas necessários ao funcionamento do sindicato, a exemplo do advogado sindical (KOURY, 2010, p. 109), o que, segundo o autor, facilitava o trabalho dos padres no processo de assessoria e formação sindical.

Esses padres, por sua vez, se juntavam aos jovens envolvidos nas atividades e nos grupos políticos e sociais da Igreja – de onde os próprios párocos identificavam os potenciais líderes sindicais. Entre esses, participaram na região, jovens da Juventude Agrária Católica (JAC) e da Comunidade Vicentina, em Vicência.

Portanto, o SORPE e o MEB, ainda que, atuando enquanto agências independentes na região, se articulavam e/ou atuavam juntos em algumas formações, conforme identificamos nos jornais e registros orais. De maneira geral, enquanto o MEB estabelecia diretrizes gerais sobre a concepção de sindicato no sentido mais de “conscientização”; o SORPE a partir de suas diretrizes político-pedagógicas atuava direta e estritamente na formação e orientação sindical, conforme veremos na próxima seção.

#### **2.4 Diretrizes político-pedagógicas da prática educativa do MEB e SORPE referente à sindicalização rural**

O trabalho de educação de base do MEB e SORPE referente ao processo formativo sindical orientou-se por diretrizes próprias.

---

<sup>56</sup> Diário de Pernambuco, edição 00174(1), de 02 de agosto de 1964.

<sup>57</sup> Diário de Pernambuco, edição 00094(1), de 27 de abril de 1965.

O MEB, em seu regulamento, definia educação de base como “o conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades” (apud RAPÔSO, 1985, p. 34). Assim, inicialmente, o Movimento dispunha de três objetivos:

1 - Ministrando educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do país, Norte, Nordeste, Centro-Oeste – através de programas radiofônicos especiais em recepção organizada, visando à valorização do homem integral no soerguimento das comunidades. 2. Suscitar, em torno de cada escola radiofônica, a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-as para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrário do país. 3. Velar pelo desenvolvimento do povo preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade (CNBB/MEB, 196, p. 26-27 apud RAPÔSO, 1985, p. 45).

Enquanto o primeiro versa sobre aspectos gerais e “formais” de educação via rádio, o terceiro, sobre a “guerra” ideológica da Igreja no combate aos ideais comunistas, responsáveis por desviar o camponês de almas “puras” das doutrinas cristãs; o segundo relaciona-se mais detidamente à atuação da educação de base na organização dos camponeses, em grupos comunitários, clubes, associações e sindicatos (RAPÔSO, 1985; KOURY, 2010; ALVES, 2016).

Se, em 1961, o regulamento do MEB definia por educação de base um conjunto de ensinamentos básicos das demandas mais prementes visando promover a valorização do camponês e do lugar em que este vivia, a partir de 1962, após o I Encontro de Coordenadores, passou-se a concebê-la como “processo de autoconscientização das massas para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade” (I Encontro de Coordenadores apud RAPÔSO, 1985, p. 38). No II Encontro, admitiu-se que tal promoção só se daria se o camponês fosse, ele mesmo, sujeito do processo. Daí a importância dada à dimensão de comunidade, associações de moradores, clubes, cooperativas e sindicatos.

Nesse aspecto, os conteúdos do MEB são organizados por três eixos instrumentais, a saber: i) análise; ii) produção; iii) organização. Este último envolvia conhecer: técnicas de trabalho em grupo; legislação básica sobre organizar e fundar associações, clubes, sindicatos e organizações políticas (MEB/1965, documentos, escolas radiofônicas)<sup>58</sup>. Esses eixos comporiam o instrumental pedagógico do Movimento na tarefa de educação/formação dos

---

<sup>58</sup> Disponível do Site: [forum.faperj.org.br](http://forum.faperj.org.br) – coordenado pelo professor/pesquisador Osmar Fávero, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

camponeses, numa perspectiva soteriológica cristã, em oposição aos ideários revolucionários das Ligas Camponesas (KADT, 2007; WANDERLEY, 1984; RAPÔSO, 1985; FÁVERO, 2001).

Desse modo, a percepção sobre a prática pedagógica do MEB no campo do sindicalismo deveria orientar-se no sentido da promoção da justiça e da igualdade, mediante valores cristãos a fim de estabelecer equilíbrio social na relação de trabalho no campo, sem carecer de meios mais radicais. Com efeito, o documento de fundamentação para o programa de 1965 reforçava tal diretriz por meio do argumento legal. O documento avigorava o regulamento do MEB referente à sindicalização rural com base no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), lei nº 4.214, de 02 de março de 1963 e nas Portaria nº 346 e 347, de 17 de junho de 1963<sup>59</sup>:

Vemos então, que de acordo com a própria lei, as finalidades do sindicato são amplas, não se reduzindo ele a mero instrumento de reivindicação de assistência social e algumas melhorias econômicas. Para que ele cumpra todas as suas finalidades, tem que ir muito além. Basta ver que cumpra-lhe também a defesa de interesses profissionais: defender interesses profissionais não é só conseguir empréstimos para plantio, melhor maquinário para produção, enfim, melhores condições de trabalho, mas é sobretudo, fazer com que o trabalho não seja reduzido a um mero fator de produção, mas seja considerado como forma por excelência, de expressões humanas. Para conseguir isso, o sindicato tem que se ocupar, por definição, com a tarefa de desconstruir toda forma de exploração do trabalho humano (MEB, FUNDAMENTAÇÃO DO PROGRAMA PARA 1965, p. 22).

No ponto de vista do documento, o MEB priorizava como diretriz para o sindicalismo rural, sob amparo legal, o espírito conciliador na medida em que passa a conceber o trabalho como campo de relações humanas e não de exploração. Daí, tanto nos regulamentos gerais quanto nas cartilhas (como veremos mais adiante), a categoria de trabalho ser o ponto de partida e fim da reflexão acerca da situação-problema em que os camponeses estavam inseridos; e não a relação de classe, propriamente. E realçava a ideia de promoção social atrelada ao vetor ideológico religioso.

Com efeito, foram organizados cursos sobre sindicato para novos líderes que foram surgindo, a fim de traçar diretrizes gerais e capacitar os camponeses a assumirem eles mesmos, os sindicatos (KADT, 2007, p. 91).

Assim, os fundamentos políticos e básicos sobre sindicalização e alfabetização adquiriam relação de imbricamento na organização dos trabalhadores rurais. Sem essa relação, possivelmente, nem mesmo os camponeses monitores e líderes comunitários semianalfabetos

---

<sup>59</sup> Esses dispositivos legais regulavam a organização e o reconhecimento sindical.

poderiam avançar à compreensão base dos processos de um sindicato reconhecido, posto que os atores sindicais seriam os agentes diretos do processo de elaboração e reivindicação de suas pautas, escrever atas, fazer relatórios, entender de finanças, conhecer a legislação que respaldava e instituía o sindicato etc. Tal processo requeria o mínimo possível do domínio da escrita e das operações matemáticas, bem como certa compreensão de mundo.

Assim, as cartilhas do MEB, então, compunham um conjunto didático de conteúdos e atividades voltados tanto para a alfabetização quanto para a sindicalização.

Alves (2016) afirma, em sua tese, que, em Pernambuco, foram trabalhadas as cartilhas: *Viver é Lutar* e *Mutirão*. Contudo, os memorialistas (fontes orais) que entrevistamos se referiram apenas à cartilha *Viver é Lutar*<sup>60</sup>, como afirmou José Francisco, que atuou como monitor do MEB antes de integrar a diretoria sindical de Vicência em 1963.

Cabe notar que foram apreendidos 30.000 (trinta mil) exemplares dessa cartilha nos idos do pré-golpe, por ordem do próprio Carlos Lacerda, governador da Guanabara. E segundo o *Última Hora*, edição de 04 de março de 1964, viria a ser substituída, a partir de 1965, pela *Cartilha Mutirão*, que trabalharia a ideia de união como força motriz à superação das injustiças, numa perspectiva integracionista, homem-trabalho-comunhão. O próprio título da cartilha, como bem colocou Alves (2016, p. 138), “sugere o tom que rege seu pressuposto político de fomentar a associação solidária em benefício do bem comum”.

Já a *Viver é Lutar*, trabalhada na região da Mata Norte, ainda que sem fugir da tese base da Igreja no campo da sindicalização, ou seja, que o sindicato deveria atuar nos parâmetros legais e no espírito cristão, à medida que reforçava a relação entre educação e desenvolvimento, parecia assumir uma postura mais crítica das condições de dependência do camponês ao patronato e à situação, bem como ao papel do Estado nesse processo.

D. Távora, em uma carta enviada ao Delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em razão do Inquérito acerca da apreensão da Cartilha pelo Governo da Guanabara, explicando o modo como a mesma problematizava a situação do camponês, afirmou que “a constatação ou mesmo a fotografia da realidade parecer subversiva. Entretanto, o bom senso conclui que subversivo não é a constatação, mas a situação real” (MEB, 1963, p. 12 apud FÁVERO, 2001, p. 180).

---

<sup>60</sup> Ainda que não descartamos a afirmação feita por Alves (2016), nos portaremos apenas à cartilha mencionada pelos memorialistas que “entrevistamos”.

A cartilha, buscava problematizar, em seu conteúdo, elementos da realidade concreta do camponês, de modo a possibilitar que este pudesse associar e estabelecer relações entre tal “realidade” e suas condições no processo de produção.

Neste sentido, na sequência didática da cartilha, a “realidade” social do camponês era abordada/problematizada tanto nos textos de leituras e exercícios, quanto nas imagens associadas aos textos. Os textos indagavam sobre as formas e condições de trabalhos, bem como as relações decorrentes. E às imagens, por sua vez, retratavam: o trabalho, as moradias, a terra e os próprios trabalhadores – através de personagens como: Pedro, José, Agripino, etc. Isso, enquanto pressuposto pedagógico que levaria o trabalhador rural, senão a uma conscientização política, ao menos à compreensão sobre a “realidade concreta”; inspirá-lo a agir contrária a ela, mediante organização: associações, clubes, sindicatos e cooperativas (ALVES, 2016).

A perspectiva exibida no material pedagógico acerca da dimensão de compreensão da “realidade” e de agir no sentido de superação da mesma por meio das organizações comunitárias, clubes, associações e sindicatos imbricava-se aos documentos oficiais do MEB, os quais pressupunham “levar”, à população rural, certa compreensão da realidade, a qual estava inserida na expectativa de possibilitar mudanças em sua condição de vida; conseqüentemente, da estrutura político-social de dependência (ALVES, 2016).

Desse modo, a sequência didática da cartilha seguia uma lógica pedagógica no sentido de orientar o camponês, primeiro, à percepção de sua realidade-problema; em decorrência, a precisão de organização coletiva, especialmente, o sindicato. Com efeito, nas 30 (trinta) lições da cartilha, sistematizavam-se reflexões problematizadoras das condições do rural em sua relação do/com o trabalho, com a terra e a família e, por último, a necessidade de organização sindical.

Ademais, no final de cada lição, havia uma questão problemática ou uma afirmação sobre o problema discorrido e uma atividade de gramática a partir de palavras geradoras extraídas do texto. Os conteúdos dispensados no decorrer das lições eram: trabalho, terra, injustiça, distribuição desigual da terra e da riqueza nela produzida, organização, democracia, voto, família, Deus, etc. e objetivavam afirmar o papel dos próprios camponeses no processo de forçar mudanças no campo.

O nome de Deus, acionado na cartilha sempre associado à paz, justiça e união, ao mesmo tempo que parecia reafirmar o evangelismo católico aos camponeses, tinha a tarefa ideológica de esvaziamento revolucionário na ação prática dos mesmos em suas organizações políticas, especialmente sindical. Estas são afirmadas no referido material como necessárias e “essenciais” na luta por direito e justiça sociais no campo e que se fortaleceria, ainda mais,

quanto mais os trabalhadores estivessem unidos. E o trabalho com e pela família, acionado pedagogicamente em algumas lições, alusivamente, reforçava essa ideia de força e união sindical como uma “família cristã” unida por/e a um Deus. As lições<sup>61</sup> 3 e 21 demonstram esse raciocínio pedagógico (político e ideológico) do MEB. Vejamo-las respectivamente:

**3ª Lição, p. 6**

Eu trabalho para minha família.  
 Pedro trabalha para a família dele.  
 Nossa vida é trabalho e luta.  
 Nosso trabalho é luta e vida.  
 O trabalho de cada um ajuda o outro.  
 O trabalho de todos é para comunidade?  
 O trabalho de todos ajuda o trabalho de Deus?  
 O TRABALHO DE TODOS AJUDA O TRABALHO DE DEUS.

**21ª lição, p. 42**

Os camponeses sentem necessidade de união.  
 Sentem que unidos podem agir.  
 Seu direito de união é lei.  
 Pedro e os companheiros querem fundar um sindicato.  
 Eles sentem os problemas de sua classe.  
 Sindicato é união.  
 Sindicato é força.  
 A união faz a força do sindicato.  
 A UNIÃO FAZ A FORÇA DO SINDICATO.

Observa-se, nestas lições, que as duas primeiras linhas de cada possibilita associar, de forma alusiva, a família à união dos camponeses; a terceira e quarta linha da lição 3ª e a terceira, quarta e quinta linha da lição 21ª reforçam a relação entre luta e direito de sindicalização; as últimas de ambas dão uma conotação de que o sindicato legalmente constituído deveria ser visto pelo trabalhador rural, embora instrumento de luta, como trabalho conjunto da categoria, alusivo aos designados de Deus para os homens. Notadamente, fica explícito como a Igreja, por meio do MEB, buscava na organização sindical, trabalhar sua ideologia.

Neste sentido, expressões como “o trabalho de cada um ajuda o outro e o trabalho de todos ajuda o trabalho de Deus”, ao mesmo tempo em que apontava a força do trabalho coletivo do movimento sindical na luta política, a Igreja intencionava também a reafirmação do seu poder representacional do “divino” e no combate aos “fantasmas” do comunismo, sem que os camponeses no campo de disputa por direitos fossem radicais às ordens políticas e morais instituídas.

---

<sup>61</sup> Cartilha *Viver é lutar*: 2º livro de leitura para adultos. MEB – Movimento de Educação de Base. Rio de Janeiro, outubro de 1963. Fundo MEB. Acervo CEDIC. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

A lógica do discurso pedagógico desenvolvido nas lições, antes de abordar diretamente a necessidade de organização sindical, convergia para o que Freire (2001) chama de tomada de consciência da condição de injustiçado. Essa perspectiva intencionava reforçar a importância do esclarecimento que os camponeses deveriam ter acerca dos seus direitos e de lutar por eles, a partir do sindicato.

Daí, na sequência didática da cartilha, a questão sindical só ser abordada diretamente nas lições de números 21, 22, 27, 28 e 30 após ter problematizado as seguintes questões que compunham o universo das condições em que os camponeses se encontravam: luta (lições 1, 3, 29); trabalho e família (lições 2, 3, 4); Deus (lições 7 e 12); camponês (lições 8 e 9); injustiça (lições 6 e 13); conscientização/esclarecimento (lições 12-17 e 19). Percebe-se, portanto, a lógica pedagógica do MEB em trabalhar o tema do sindicalismo levando em consideração os elementos concretos de injustiça em que o camponês estava submetido, porém, sem perder de vista os vetores religiosos: união, família, Deus. Tudo isso como pressuposto de tomada de consciência da necessidade de organização.

Chama a atenção, nas lições 21, 22, 27, 28, 30, o foco dado ao sindicato como esse lugar político de organização, por onde os camponeses passariam a disputar seus direitos. O organismo classista, então, é trabalhado como terreno de união dos trabalhadores. Nesse aspecto, quanto maior fosse a adesão dos mesmos ao órgão de classe, a força do movimento representacional da categoria seria maximizada. Assim, as lições 28 e 30 reforçam, pedagogicamente, a importância da figura da liderança enquanto agente de articulação; assim, como enfatizam a mobilização dos camponeses no sentido de “assegurar” a organização, o trabalho de conquista, consolidação e manutenção do *status quo* do movimento. Vejamo-las:

**28ª Lição, p. 56**

Tempos depois Xavier, Agripino e Pedro conversaram.  
Eles vêm que as coisas estão difíceis.  
Camponeses continuam sendo expulsos da terra.  
O sindicato está custando a crescer  
A cooperativa ainda está começando.  
Algumas escolas fecharam.  
Que fazer para o povo não parar?  
Xavier que desanimar, mas Pedro diz com firmeza:  
– “DESANIMAR AGORA É MORRER.  
– VAMOS PRA FRENTE!”

**30ª lição, p. 60**

Pedro, Xavier e Agripino combinaram fazer uma reunião.  
Convocaram todo o povo para a reunião na sede do sindicato.  
No dia a casa estava uma beleza.  
A sala e o terreiro pareciam até um formigueiro de gente.

Todos foram sinceros.  
 Ali se falou muita verdade.  
 Pedro encerrou a reunião dizendo:  
 – Companheiros!  
 Quem chegou até aqui, não pode voltar pr’atrás.  
 Sabemos que estamos certos.  
 Temos que andar pra frente.  
 Deus quer nossa luta.  
 Que devemos fazer?  
 Continuar.  
 Continuar até mudar!

Essa tomada pedagógica tinha a finalidade de instrução e esclarecimento dos trabalhadores no sentido de conduzi-los ao reconhecimento da necessidade de organização sindical, a partir de percepção da situação-problema, posto que a realidade em que os camponeses viviam era, por si só, potencial elemento de certa concepção de mundo.

Ainda que a percepção de miséria não possa ser valorada em seu potencial crítico sobre a realidade, se “desenvolve” a partir da própria condição concreta dos camponeses (ALVES, 2016, p. 45-46).

Como sugere Thompson (2002), ao falar da formação da consciência dos operários ingleses, ressalta-se que, em face da condição de miséria – pobreza, carência de recursos, fome, etc. -, os trabalhadores apreendem a contemplar a própria vida, não a concebendo, porém, como condição determinada pelas leis do mercado. Para o autor, a experiência passa então a não se referir apenas ao vivido em si, mas sim à ressignificação da vida mediante a percepção dessa realidade.

Já em relação às diretrizes do SORPE, Padre Crespo (1985) falou que, em debates com outros padres da região durante a semana de estudos, conforme vimos anteriormente, defendeu a “tese” que o problema solapante das condições de vida e trabalho dos camponeses era de ordem estrutural. Portanto, a solução não seria assistencial, mas deveria partir de organização sindical legalmente constituída a fim de forçar mudanças concretas: lutar por direitos e salários.

Ainda conforme esse padre, após discutirem a proposta à luz da legislação vigente à época e uma breve análise acerca dos sindicatos já existentes aqueles dias, identifica, porém, que só havia um sindicato, em Itabuna (BA), e, mesmo assim, cambiante em face da conjuntura política e burocrática. Chegou-se, pois, à conclusão que deveria ser criada “uma diretriz que pudesse articular esse trabalho em todo estado e que se chamou de Serviço de Orientação Rural de Pernambuco”.

Segundo o sacerdote, ficaram designadas duas diretrizes correlacionadas: a) três, objetivos concomitantes: “organização de sindicatos, cooperativas de trabalhadores rurais e o

que nós chamamos de educação política”; b) a tarefa de atuar na organização sindical tendo como trabalho de base a formação de líderes sindicais. Isso porque se entendia que os camponeses deveriam, eles mesmos, assumirem o controle do movimento de classe. No entender de Crespo, isso era questão primária, e que inclusive, estava previsto na própria Encíclica “Mãe Mestra” do Pontífice de João XXIII.

Neste sentido, ficou também definido, segundo o padre, que o SORPE deveria orientar o sindicato, técnica e juridicamente, por dez anos, entendido pelo clero local como fundamental para que órgão classista adquirisse condições políticas, jurídicas e infraestruturais suficientes. Entretanto, permaneceu à frente por 12 anos, como dissemos na seção anterior.

Ficou deliberada, portanto, a criação de uma equipe pedagógica orientada pelo ideário político/educativo de formação dos trabalhadores rurais. A equipe do SORPE, inicialmente, contava com o advogado João Moura Tavares, Lúcia de Sá Barreto e Judite da Mata Ribeiro, responsáveis pela produção pedagógica, elaboração do material de estudo e atividades de secretaria. Posteriormente, aderiram outras lideranças, como o Padre Melo, Dr. Magalhães e o desembargador Rodolfo Aureliano. Ainda conforme o vigário, havia a equipe central e as equipes de áreas, responsáveis pelo monitoramento da atuação dos trabalhadores que participavam dos cursos e, no decorrer da vida útil do SORPE, além desse quadro técnico e pedagógico, os próprios trabalhadores foram integrando a equipe (CRESPO, 1978).

Outra diretriz era que, devendo o sindicato ser dirigido pelos próprios camponeses, o trabalho de formação de lideranças sindicais já deveria partir do processo de recrutamento desses potenciais líderes. Na maioria das vezes, a habilidade de liderança desses trabalhadores era observada pelos padres, nas próprias atividades que esses candidatos desenvolviam nas paróquias, que requeresse deles a capacidade de executarem seus “talentos” (WILKIER, 1964, p. 8 apud KOURY, 2010, p. 109). Assim, segundo padre Crespo (1985), deveriam ser escolhidos pelos paroquianos trabalhadores de mentes firmes e abertas aos encargos que demandavam a luta sindical, que já tivessem certa habilidade de falar em público e comunicar com os outros, bem como condições de se deslocar para poder organizar sindicatos, participar de treinamentos, encontros de formação, etc., uma vez que tais processos formativos duravam dias ou semanas. Isto é, “que tivessem capacidade de liderança, que fossem realmente agricultores e que tivessem possibilidade de engajamento na luta sindical” (CRESPO, 1978).

Essa exigência parece ter sido considerada, a rigor, na região da Mata Norte, conforme se pode identificar no registro oral do memorialista Edjan (2020), entrevistado nessa pesquisa, ao falar da liderança de José Francisco que havia sido recrutado ao movimento pelo padre José Bonifácio:

Quando a pessoa é um líder, ele no meio de três pessoas ele se torna um líder, porque ele já começa falar com os três, movimentar os três... movimentar com cinco, movimentar conversa; e depois aqueles três diz, mas puxa como aquele rapaz é bastante interessado, o outro diz assim: dá para aproveitar ele pra alguma coisa [...] e outro diz, mais rapaz e não, né, ele conversou tanta coisa boa, e ou outro diz, mas ele tá bom de ser aproveitado, ele fala muito bem, outro diz: eu aprendi isso e aquilo com ele. Aí se desponta uma nova liderança [...]. Foi o caso de Zé Francisco. Ele se destacou aqui em Vicência, arrastaram ele pra FETAPE. Aqui ele demorou não. Aqui ele não esquentou nem o lugar, esquentou não. Porque naquele tempo era assim (EDJAN, 2020).

Esse registro indica que, quanto maior fossem as habilidades de um líder, maior e mais rápida seria sua mobilidade no organismo sindical. Acerca da desenvoltura de liderança de José Francisco e sua mobilidade, observada por Edjan, a ata de fundação do sindicato de Vicência em 26 de maio de 1963 registra que ele foi eleito suplente; na de 26 de junho de 1964, nomeado secretário; e, na de 10 de janeiro de 1965, já era o presidente; e, em 1966, assumiu a secretaria da FETAPE.

Voltando às diretrizes do SORPE, os cursos basicamente compreendiam dois eixos, correlacionados, que deveriam configurar o sindicato: 1 – O próprio processo de formação sindical em si com base na lei; 2 – As linhas fundamentais e doutrinas do sindicato sob orientação católica (KOURY, 2010).

No eixo 1, é possível identificarmos, a partir das entrevistas do padre Crespo (1978, 1985), que a objetividade parecia indicar três princípios pedagógicos: a) tratar de aspectos pontuais da razão de fundar sindicatos em face da conjuntura política e social; b) orientar acerca de questões básicas e indispensáveis da prática sindical; c) estimular nos potenciais líderes a responsabilidade de multiplicadores dos saberes aprendidos, engajarem-se de forma imediata no processo de organização a fim de recrutar o maior número de sócios. Daí a razão dos cursos serem objetivos e simples, nas palavras do vigário:

O que é liderança? Autocrata... Quais os tipos de lideranças? Qual o melhor líder para o sindicato e como deve ser? Como se faz uma reunião? [...] eram que iam desenvolver durante a reunião? Tomar atenção para que todo mundo falasse, se tivesse alguém que estava mais calado, fazia perguntas. Enfim, toda essa técnica bem simples [...] (CRESPO, 1985).

Já o eixo 2 refere-se ao fato mesmo da orientação sindical sob os valores e compromissos sociais da Igreja, seja no combate aos ideários marxistas ou no sentido evangelizador, na tentativa de reaproximação do campesinato, conforme orientação da Encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII publicada em 15 de maio de 1961. Segundo

o próprio Crespo (1985), ele extraía dessa carta fundamentos para o sindicalismo rural especialmente a quarta parte do documento, que versava sobre as questões sociais e econômicas no campo. A carta, porém, parecia estabelecer direcionamentos ao sindicalismo rural, por entendê-lo como indispensável no plano da economia e solidariedade no campo. Não à toa, o enfoque da epístola a esse respeito, apresentado no parágrafo nº 145, ser precedido pela epígrafe – solidariedade e colaboração – na qual assim se lê:

Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns dos outros, e colaborar na de iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais. [...]. Porque hoje as vozes isoladas quase não têm possibilidade de chamarem sobre si as atenções, e muito menos de se fazer atender (IGREJA CATÓLICA, MATER ET MAGISTRA, 1961, p. 27).

Nos cursos, ao mesmo tempo, em que os camponeses eram levados a entender as diretrizes legais acerca da organização sindical, eram igualmente educados em relação às doutrinas sociais da Igreja e a resistirem ao discurso sedutor da esquerda e sobretudo das Ligas Camponesas.

Os conteúdos trabalhados, conforme relato do próprio diretor, padre Crespo (1985), eram: sindicalismo e seus objetivos; reforma agrária; previdência social e melhores condições de vida para os assalariados rurais. O Diário de Pernambuco, Última Hora e o Jornal Gazeta, em várias edições, registram esses conteúdos ministrados nos cursos do SORPE.

Segundo Biu da Luz (2019), em entrevista concedida a essa pesquisa, ao relatar sua vivência nos cursos, lembra que uma das apostilas trabalhadas, nominada – Pessoa Grupo Comunidade<sup>62</sup>, buscava reforçar a importância da organização sindical, enquanto luta coletiva que disputaria, juridicamente, por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas.

Referentes às diretrizes metodológicas dos cursos, embora não tenhamos encontrado documentos do próprio SORPE que definissem aspectos mais pontuais quanto ao tempo de duração, algumas previsões são possíveis a partir das fontes (jornais e entrevistas) com as quais trabalhamos. À luz dessas fontes, o tempo poderia variar a depender da proposta e do que precisaria ser debatido, podendo ser de uma a duas semanas. Só a título de menção, os primeiros, por exemplo, segundo o padre Crespo nas duas entrevistas supracitadas, funcionaram no período de uma semana. Outros, realizados em 1962, como o ocorrido em novembro daquele ano, ministrado para sindicatos de Pernambuco e outros estados, patrocinado pelo SORPE e

---

<sup>62</sup> Esse material não foi localizado.

FETAPE, duravam 13 dias<sup>63</sup>. Em 1964, houve cursos para líderes sindicais na Vila Nóbrega, no intervalo de uma semana, entre os dias 19 e 25 de janeiro<sup>64</sup>.

Os cursos compreendiam três momentos ou módulos: a) fase 1 – correspondia ao treinamento propriamente dito; b) fase 2 – os trabalhadores deveriam desenvolver, junto à base, o plano de trabalho elaborado na primeira fase do curso, nos locais de trabalho, nas feiras livres, no grupo da igreja, etc.; c) fase 3 – o retorno dos cursistas para avaliação após três meses (CRESPO, 1985). Avaliavam-se os avanços, a recepção e adesão dos camponeses, bem como a resistência patronal e dos próprios trabalhadores rurais temerosos da repressão e das ameaças dos patrões.

O SORPE tinha, também, liberdade para contratar e formar, conforme suas doutrinas, a chamada equipe de fora do sindicato: todos os profissionais recrutados de fora, inclusive da categoria, porém, necessários ao funcionamento do sindicato (KOURY, 2010, p. 109). Entre eles, o advogado era visto como o principal em função de seus conhecimentos técnicos jurídicos em relação à legislação sindical, o que facilitava o processo de legalização do sindicato, assim como a ajudar no cotidiano, organizando demandas da categoria e resolvendo-as junto às instâncias cabíveis.

Assim, formado legalmente o sindicato, cabia ao advogado sindical: coordenar as atividades; orientar as lideranças; esclarecer acerca das doutrinas sindicais junto às classes; a defesa dos sindicalizados junto à Justiça do Trabalho (KOURY, 2010, p. 109-110). Segundo o autor, isso assegurava relativa liberdade dos padres para o trabalho pedagógico, assessoramento e definições das diretrizes para o movimento sindical na região (KOURY, 2010). Essa estrutura simples e objetiva favoreceria a ampliação da rede de sindicatos.

Desse modo, o trabalho formativo iniciado em meados de 1961, em novembro do mesmo ano, já tinha, ao menos, 9 (nove)<sup>65</sup> sindicatos fundados: Panelas, Timbaúba, Lajedo, Vitória de Santo Antão, Jaboatão, Limoeiro, Nazaré da Mata, Quipapá e Caruaru. Em 1962, foi fundada a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE), a partir de diretrizes traçadas no Congresso de Itabuna-BA, tendo como presidente Manoel Gonçalo Ferreira, da base do sindicato de Panelas, ligado ao SORPE. Só na década de 1960, já haviam 80 (oitenta)

<sup>63</sup> Diário de Pernambuco, edição 00274(1), de 02 de dezembro de 1962.

<sup>64</sup> Diário de Pernambuco, edição 0000(1), de 07 de janeiro de 1964.

<sup>65</sup> Esse número foi possível identificar intercruzando Atas da FETAPE com dados das teses de: ABREU E LIMA, Maria do Socorro (2005); e KOURY (2010). Deve ser considerado ainda que, naquele contexto os sindicatos poderiam abranger mais de um município, como o de Nazaré que acoplava os de Vicência, Carpina e Paudalho.

sindicatos, sendo 38 (trinta e oito) só na Zona da Mata. Destes, 26 (vinte e seis) antes do golpe e 12 (doze) após (ABREU E LIMA, 2005, p. 47).

## **2.5 Algumas conquistas sindicais reivindicadas pela FETAPE**

Um dos marcos que demonstra a expansão da sindicalização rural na Mata Norte e no estado pernambucano, de forma geral, foi a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), em 6 de julho de 1962<sup>66</sup>, quando já havia cerca de 14 (catorze) sindicatos ligados ao SORPE, dos quais, 5 (cinco) deles já dispunham de posse da Carta Sindical “concedida” no Congresso de Itabuna-BA, pelo Ministro do Trabalho, Franco Montoro. Os cinco outorgavam, conforme a lei nº 7.083/44 que dispunha sobre a sindicalização rural, o direito de federação.

A FETAPE, então, como órgão legalmente constituído, representaria os sindicatos filiados perante as instâncias legais e jurídicas, pontualmente: Justiça do Trabalho (JT), Ministério do Trabalho (MT) e Delegacia Regional do Trabalho (DRT). No Acervo da Academia Sindical, em arquivo com descritivo “caixa 16”, há vários relatórios e cartas, enviadas e recebidas da federação a esses órgãos, tratando sobre questões trabalhistas e classistas, na maioria das vezes, referente à reclamação dos camponeses em não receber salários em dia, nem o pagamento do 13º salário, sobre relatos de violências praticadas por patrões e capangas destes; outras, porém, envolvendo conciliações, negociações e adequações às normas legais.

Contudo, ao mesmo tempo, em que essas correspondências cobravam atitudes dessas entidades em relação às questões levantadas, adquiria também – com certas ressalvas – um caráter de conciliação da federação para com o estado – mediante esses aparelhos – para solução dos problemas classistas, emanados do interior da relação entre as classes.

Todavia, isso não quer dizer que a FETAPE não tenha tido, perante os órgãos do estado, ao menos no período pré-golpe, certa rigidez de cobrar deles que os direitos garantidos em lei fossem cumpridos pelos patrões. Dentre as principais conquistas, destacam-se: o acordo do campo e a efetivação do 13º salário, instituídos em lei.

---

<sup>66</sup> Estatuto Social da FETAPE, 06 de julho. Fotocopiado do Acervo da Academia Sindical em Carpina/PE, com permissão do Assessor da FETAPE e diretor da Academia.

Na Mata Norte, porém, seu pagamento fora marcado anualmente por tensões e conflitos no campo, incluindo greves<sup>67</sup>, intervenção da DRT reclamada pela FETAPE, com idas e vindas de acusações por parte dos trabalhadores dizendo não haver recebido e dos patrões ora alegando já haver pago, ora justificando não ter condições para o cumprimento. Analisando algumas edições do Diário de Pernambuco<sup>68</sup> a partir de 1963 em diante e, em alguns documentos<sup>69</sup> alocados no Acervo da Academia Sindical, em todos os anos, ao menos até 1965, verificava-se a tensão gerada no campo em decorrência do não pagamento do 13º salário.

Em Nazaré da Mata, segundo o Diário de Pernambuco de 20 de outubro de 1964, em matéria intitulada “*elemento arraisista continua agitando camponês em Nazaré*”, o proprietário do Engenho Guitubinha desse município, Sr. João Lira Maranhão, enviara um comunicado ao editorial desmentindo o Padre Melo. Segundo a matéria, o proprietário acusa o vigário de haver informado à redação acerca de uma greve irrompida naquele engenho. Diz, pois, que o Padre falou sem conhecimento de causa, uma vez que a situação dos empregados estava conforme os ordenamentos jurídicos; trabalho de segunda a sábado, feriado e repouso semanal remunerado, 13º salário e férias do ano de 1963 pagas e que as tarefas diárias estavam sendo cumpridas conforme acordo do Sindicato de Nazaré. Acrescentou aquele proprietário que sua preocupação era cumprir a lei e atribui que os boatos a respeito de seu engenho foi ato do presidente do sindicato – o qual o chamou de agitador, desde os tempos de Arraes. Disse ainda que poderia provar ao clérigo, ao governo, ao delegado e a quem quisesse que as notícias espalhadas sobre o engenho, não tinham fundamentos.

O estopim acerca do 13º salário, porém, recrudescer na mata pernambucana como um todo, com a chacina da Usina Estreliana, com seis mortos e diversos feridos. Segundo nota do presidente da federação, Manoel Gonçalo Ferreira, publicada no Diário de Pernambuco de 15 de janeiro de 1963, o motivo havia sido justamente a cobrança do referido direito assegurado em lei. Segundo Barros (2013), o episódio da Estreliana arregimentou a luta em torno da causa. Vários sindicatos em ambas as matas – Norte e Sul – determinaram três dias de prazo para o pagamento do supracitado direito, sob ameaça de deflagração de greve geral, a qual se irromperia em novembro daquele ano, 1963 (BARROS, 2013).

---

<sup>67</sup> Ata do Sindicato de Vivência, do dia 10 de janeiro e 15 de agosto de 1965. Atas do sindicato de Nazaré da Mata: 21 de abril, 19 de maio, 16 de julho de 1963.

<sup>68</sup> Diário de Pernambuco, edições: 00012(1) de 15 de janeiro de 1963; 00240(1) de 20 de outubro de 1964; 00297(1) de 27 de dezembro de 1964; 00299(1) de 30 de dezembro de 1964; 00022(1) de 27 de janeiro de 1965; 00272(2) de 26 de novembro de 1965; 00271(1) de 25 de novembro de 1965;

<sup>69</sup> Editais de convocação de Assembleias de 05 e 12 de janeiro de 1965; 31 de março de 1965. Documento nominados de: solicitações, observações e litas. Todos de 1964 e 1965, s/d.

Todavia, segundo o autor, a pujança no campo fez com que a classe patronal mudasse o discurso acerca do 13º salário. Se antes defendia que os trabalhadores não deveriam ter esse direito, passara a admitir ser necessário (BARROS, 2013, p. 150). Segundo o autor, o próprio Sindicato do Açúcar lançou nota, publicada no *Jornal do Comércio*<sup>70</sup>, reconhecendo que os trabalhadores tinham de fato o tal direito e justificando os atrasos do pagamento. Com efeito, no dia 10 de janeiro, reuniram-se, na DRT, trabalhadores e patrões, onde se chegou a um acordo para o pagamento, publicado em nota no dia seguinte pela própria DRT (BARROS, 2013).

Diante das reclamações dos trabalhadores e das tensões no campo para efetivação do cumprimento da conquista, Miguel Arraes passou a tomar outras medidas em vista das reivindicações dos camponeses. Em especial, o reajuste e equilíbrio salarial no estado a fim de atender às demandas mais elementares do campesinato da região canavieira e, do ponto de vista político, ampliar sua representação perante os camponeses.

Segundo Barros (2013, p. 162), em 1963, de acordo com a escala salarial do Ministério do Trabalho, Pernambuco tinha três zonas salariais distintas. À primeira, com Cr\$ 16.500,00, estavam os municípios de Recife, Olinda e Moreno. Na segunda, Cr\$ 15.100,00, Caruaru, Jaboatão, Palmares, Paulista, Petrolina, Timbaúba, São Lourenço e Vitória. Na terceira, os demais municípios do estado tinham como salário Cr\$ 12.300,00. Na zona canavieira, de maneira geral, na prática, não havia um valor fixo e, no máximo, chegava-se a Cr\$ 9.000,00, o que retroalimentava a situação de miséria dos camponeses perante os altos preços dos gêneros alimentícios cobrados nos barracões, onde, segundo o autor, chegavam a cobrar Cr\$ 600,00 no quilo da carne de charque (BARROS, 2013).

Segundo o *Diário de Pernambuco* de 23 de julho de 1964, o SORPE enviou ao governo de Pernambuco e aos sindicatos ligados à indústria do açúcar um manifesto assinado pelos padres Crespo e Melo acerca da situação calamitosa na região canavieira – após receberem várias denúncias dos sindicatos dos trabalhadores rurais, sendo a principal a redução da jornada de trabalho para 3 dias, acarretando depreciação salarial e que tal situação reforçaria, ainda mais, a calamidade socioeconômica dos camponeses.

Diante desse cenário e do que estabelecia o Art. 28 do ETR, em 09 de abril, Miguel Arraes se reuniu com o Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, a fim de definir mecanismos para que os usineiros pagassem o salário mínimo regional. No dia seguinte, o *Última Hora* cita uma nota distribuída pela assessoria de imprensa do Palácio sobre o que se definiu na reunião,

---

<sup>70</sup> *Jornal do Comércio*, 10/01/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE apud Barros (2013, p. 150).

a qual consta que a solução se daria por meio de financiamento através do Banco do Brasil, de modo a serem pagos ao governo quando o preço do açúcar estivesse mais justo:

[...] entre outros assuntos discutidos, ventilou-se a situação social na região açucareira, onde os salários pagos se acham abaixo dos níveis legais e geram descontentamentos, com prejuízo para a própria produção. O Ministro da Fazenda anunciou o propósito do presidente de assegurar imediatamente recursos financeiros a serem posteriormente liquidados por ocasião do estabelecimento de preços mais justos (Última Hora, 10 de abril de 1963).

Entretanto, com essa medida, o governo ao mesmo tempo, em que atendia ao regulamento legal, beneficiava também os usineiros e proprietários de engenhos que se viam prejudicados em face da crise do açúcar.

Ainda segundo Barros (2013), com base no Jornal A Hora, edições de 23 a 27 de junho de 1963, no dia 23 daquele ano, a DRT lançou outra nota esclarecendo os novos salários que os trabalhadores rurais deveriam receber, sendo, então, Cr\$ 503,00 e Cr\$ 410,00, para a segunda e terceira zona respectivamente; e que estava em trâmite, no MT, para que toda a região canavieira ficasse na segunda zona.

O contrato coletivo ou acordo do campo foi outra conquista sindical assinada, em reunião à DRT, entre representantes das classes, como uma das soluções para sanar e/ou, ao menos, minar as tensões sociais no campo, entre trabalhadores e patrões. Segundo Koury (2010, p. 173), foi instaurada uma comissão técnica no interior da assessoria sindical para elaboração de uma proposta de tabela de tarefa.

Devido ao hiato das tensões geradas entre patrões e trabalhadores, o governador Miguel Arraes mediou as negociações entre as classes no processo de elaboração conjunta da tabela de tarefas. As sucessivas reuniões até se chegar a uma proposta final, segundo detalhado estudo feito por Barros (2013), ocorreram em agosto de 1963, todas presididas pelo chefe do Executivo no Palácio. Na primeira, no dia 12, se fizeram presentes, além do próprio Arraes, Fernando Pessoa e a classe trabalhadora, cerca de 40 pessoas; as reuniões se deram nos três turnos, em que se elaborou uma proposta preliminar. Na segunda, que se deu no dia 14, o Governador apresentou à categoria patronal – usineiros e produtores de cana - a proposta inicial elaborada à reunião anterior; na ocasião, foi elaborada uma contraproposta. A terceira e última ocorreu em três dias consecutivos, entre 19 e 21, com reuniões à manhã, à tarde e à noite, com clima tenso e debates calorosos, e, finalmente, se chegou a um acordo (BARROS, 2013, p. 167-169).

O documento da Proposta Conjunta do Contrato de Trabalho<sup>71</sup> designa 8 (oito) horas de trabalho por dia conforme a legislação trabalhista vigente à época, especificava o tamanho de uma conta diária que passaria a ser 10 x 10 braças de 2,2m; descriminava também, as exigências para cada especificidade laboral na lavoura canavieira. Além desses pontos mais específicos, a proposta versava, ainda, sobre 13º salário, férias e repouso semanal remunerado. Entretanto, o valor da diária, que ficou definido em Cr\$ 1.320,00, conforme proposto pela classe patronal em detrimento da proposta da FETAPE de Cr\$ 1.720,00, selou vitória do empregador, no aspecto econômico. Uma versão do contrato coletivo<sup>72</sup>, datada de 1965, ratifica todas essas questões.

Decorrentes dos encontros, as notas relativas à aprovação foram veiculadas nos principais jornais do Estado<sup>73</sup> como o discurso que sinalizaria conciliação das relações de trabalho e de paz no campo. O Última Hora<sup>74</sup> coloca como manchete “*Paz no campo. Acordo final foi assinado ontem no Palácio*”. Segundo Barros (2013, p. 150-170), o setor patronal se via tranquilizado, pois, os trabalhadores adeririam pacificamente suas funções; os camponeses, porém, viam a tabela de tarefa como sinônimo de entendimentos.

Entretanto, apesar desse documento, enquanto discurso legal, instituir direcionamentos para uma prática cotidiana na relação de trabalho e entre as classes, em que não se fizessem necessárias a força e a violência para a sua ação; as tensões não foram banidas da/prática, uma vez que os contratos nem sempre foram harmoniosamente cumpridos. Pelo que demonstram algumas edições do Diário de Pernambuco<sup>75</sup>, Padre Crespo, ora sozinho, ora com Padre Melo, havia enviado reclamações tanto à DRT, quanto ao MT, ao Presidente da República e à Superintendência de Política Agrária (SUPRA), a respeito do não pagamento do 13º salário, nem de férias ou repouso semanal.

Contudo, apesar de tais dispositivos não eliminarem as tensões, tampouco a precariedade no campo, podem sugerir, porém, em linhas gerais: demarcação, senão política da categoria, relativa ruptura da relação de dependência patronal; além, de algum modo, abalo aos

---

<sup>71</sup> Cópia do Acordo Conjunto da Tabela de Tarefas, datada de 20 de agosto de 1963. Acervo da Academia Sindical, pasta “caixa 16”.

<sup>72</sup> Cópia do Acordo Coletivo, datado de 25 de setembro de 1965. Acervo da Academia Sindical, pasta “caixa 16”.

<sup>73</sup> Última Hora, 24 de agosto de 1963, p. 03. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco, 24 de agosto de 1963, p. 05. Hemeroteca Digital. Jornal do Comércio, 24 de agosto de 1963, p. 16. Hemeroteca Digital.

<sup>74</sup> Última Hora, 24 de agosto de 1963, p. 03. Hemeroteca Digital.

<sup>75</sup> Diário de Pernambuco, edições: 00012(1) de, 15 de janeiro de 1963; 00240(1) de, 20 de outubro de 1964; 00297(1) de 27 de dezembro de 1964; 00299(1) de, 30 de dezembro de 1964; 00022(1) de, 27 de janeiro de 1965; 00272(2) de, 26 de novembro de 1965; 00271(1) de, 25 de novembro de 1965.

pilares de dominação do patronato, que, “agora”, se deparava, juridicamente, obrigado a cumprir direitos trabalhistas os quais antes não estava.

Essas conquistas pontuais entre passos e contrapassos, ainda que não hegemonizassem os sentidos reivindicados, foram importantes para instaurar certa representação da categoria de perfil de luta e militância sindical, que contribuiria para o processo de sua consolidação. Do ponto de vista concreto, traria melhoramento das condições de vida em relação à situação anterior. Também trouxe ganhos na perspectiva da prática coletiva, uma vez que todas essas reivindicações, incluindo a greve geral da categoria, implicaram que:

[...] ao participar das lutas específicas nos engenhos e nas usinas, os companheiros tiveram que, minimamente, discutir seus problemas, buscar argumentos, posicionar-se, enfrentar resistências, construir união e solidariedade, correr riscos, criar coragem, assumir uma ação coletiva de enfrentamento aos proprietários e seus prepostos, firmando lideranças e descobrindo-se enquanto categoria capaz de ser ouvida e de garantir seus interesses. Claro que isso não atingia a todos, uniformemente, nem eliminava, de um só golpe, o medo e o sentimento de subserviência ou de dependência em relação aos proprietários (ABREU E LIMA, 2005, p. 61-62).

Entretanto, com o golpe de 1964, muitas conquistas foram ignoradas, inclusive, pelos próprios patrões. A prática sindical, tanto formativa quanto instituinte, foi relegada aos limites postos pelo Estado autoritário. Assim, num primeiro momento, de 1964 a 1967 (mais ou menos), o sindicato ficaria preso, no exercício de suas funções, às atividades burocráticas sob constante vigilância da DRT. Mais à frente, nos ditos anos de “chumbo”, de 1968 em diante, é tolhido ainda mais pelo enquadramento a que foi submetido. O Estado apropriando-se de antigas bandeiras de lutas do movimento – especialmente previdenciários – a fim de angariar legitimidade perante os camponeses, cria as condições e institui a Previdência Social Rural em sentido estritamente assistencial e a realiza a partir de um programa específico. Para isso, aproveita a estrutura sindical já montada e lhe põe a tarefa de executar a política assistencialista, esvaziando o sentido original de luta do sindicato. Nesse processo, o movimento reorienta sua prática formativa e funcional em vista dos benefícios como um “*novo evangelismo sindical*” para ampliar sua base representacional e de sócios.

### **3 PRÁTICAS FORMATIVAS DA FETAPE PÓS-GOLPE: O JORNAL DO TRABALHADOR RURAL EDITADO EM 1972**

O movimento sindical rural na Mata Norte de Pernambuco (assim como em todo estado) passou, ao menos, por dois processos violentos durante o período do Estado autoritário: a) do golpe até os idos de 1968; b) de 1969 em diante. O primeiro momento marcado por intervenções, perseguições, prisões de lideranças e até fechamentos de sindicatos, ou seja, atravessado por controle, vigilância e repressão sob supervisão da DRT. O segundo, período de “chumbo”, o Estado que instituía a repressão e censura, estrategicamente, buscando legitimidade perante os trabalhadores rurais, “atende” a algumas das bandeiras de luta do movimento sindical a fim de cooptá-los, forçando-os a atuarem, ainda mais, na linha assistencial.

Nesse período, o movimento sindical rural sob orientação da Igreja reforça sua prática legalista e de tentativa de conciliação a fim de garantir sua sobrevivência. Seja por falta de leitura crítica ou estratégia, celebra convênios com órgãos do próprio Estado e agências internacionais sob discurso de ampliação de suas condições infraestruturais, como a construção dos três centros sociais em Carpina, Garanhuns e Ribeirão, com recursos da USAID e IADESIL, na engenharia do Programa Aliança para o Progresso.

Isso, ao mesmo tempo, asseguraria certa forma de ação formativa e organizacional da prática cotidiana sindical, ampliaria, também, a rede de sindicatos junto à federação, de modo que, entre 1965 e 1979, foram fundados mais 45 (quarenta e cinco) sindicatos ligados à FETAPE (KOURY, 2010, p. 224), sendo 8 (oito) na zona da mata (ABREU E LIMA, 2005, p. 47). De acordo com alguns documentos contidos na Academia Sindical da Federação, a FETAPE buscava orientar os sindicatos a atender às exigências da DRT, e também dela mesma. Denunciava na DRT e na imprensa jornalística, conforme nos relatou José Rodrigues, ligado ao sindicato de Bom Jardim, as suspeitas de estranhos nas reuniões sindicais. Possivelmente, como apelo institucional a fim de (re)organizar a própria estrutura da maquinaria sindical, o que levou a discussões e conflitos, no interior do movimento, sob suspeita de peleguismo.

A prática formativa sindical ligada à federação, nesse período, com limites e contradições, se deu sob duas frentes possibilitadas às regras postas pelo regime: *cooperativismo* e *assistencialismo*. Ambas, porém, apoiadas em dois discursos: a) orientação e formação sindical dentro do rigor da lei; b) que os trabalhadores rurais organizados em sindicatos, ao mesmo tempo, em que disputassem seus direitos, que o fizessem como

“verdadeiros” cristãos. Discursos esses que a Igreja sempre orientou o sindicato, agora, porém, tutelada pelo Estado.

Se, antes, tais discursos objetivavam uma formação sindical que, sob amparo legal e institucional, pudesse lutar por direitos para o assalariado rural e afastar o camponês das influências das Ligas. Agora, pós-golpe, com as Ligas e os sindicatos independentes – em relação à FETAPE –, colocados na ilegalidade, o fim dos referidos discursos que interpelavam a prática seria garantir a sobrevivência do movimento ao passo em que a federação reorganizava sua atuação sindical, que, grosso modo, ficou bitolada ao aparelhamento estatal. Contudo, é válido salientar que isso não significou plena obediência nem ainda absoluto silêncio dos sindicatos referente aos problemas do cotidiano dos trabalhadores na relação com o patronato. Antes, ainda que timidamente, houve formas de resistências na mata norte, inclusive, greves em contestação ao não cumprimento do 13º mês e expulsões, ao menos no ano de 1965, conforme ata do sindicato de Vicência, de 10 de janeiro do mesmo ano.

A tarefa pedagógica da federação liderada pelo SORPE seria, pois, administrar a estrutura sindical legalmente instituída e garantir sua ação viável, ainda que sob os limites do regime. Cabia, então, convencer os militares e não antagonizar com as ordens postas. Assim, afasta-se mais das posições “políticas” e *reivindicatórias* da ação sindical e se vincula a uma prática *cooperativista* e *assistencialista*. Isso é reforçado sobretudo a partir do AI-5 e AI-9, de 1968 e 1969, respectivamente, que selariam o chamado período de “chumbo”, em que os sindicatos, esvaziados de sua ação política, seriam ocupados de executar a proposta assistencialista do Estado, a qual se concretizaria no Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), vinculado à Previdência do Trabalhador Rural. Isso explica a Federação ter reorientado, a partir de seus materiais pedagógicos, uma prática formativa de esclarecimento da lei de aposentadoria rural e, tendo como mote o viés assistencial do PRORURAL, como se verificará no material educativo produzido pela FETAPE.

Destarte, essa seção tem como objetivo analisar o material formativo e informativo produzido pela própria FETAPE em 1972.

O intuito é entender como a FETAPE reorganiza sua prática formativa em plena época de chumbo, e, nesse sentido, verificar como por meio desse material a Federação buscava direcionar seu discurso pedagógico numa linha em que os trabalhadores rurais se mantivessem filiados aos sindicatos sem carecer se antagonizar ao regime.

Antecipamos que essa seção se propõe a uma apresentação mais descritiva do material. O foco é identificar como “novos” sentidos são intencionalmente produzidos. Como se verá mais adiante, o elemento simbólico religioso será acionado, pedagogicamente, a fim reforçar a

lealdade e persistência do trabalhador na organização coletiva, apesar dos percalços. A figura do Cristo “pintado” no material como trabalhador rural, que, embora sofredor, continuará na luta e no ensinamento junto aos oprimidos, será evocado como pressuposto ideológico de levar o camponês a se ver comprometido em se manter no movimento sindical e a continuar no trabalho de base junto à categoria. Movimento sindical esse que, aliás, é também retratado no material como a Páscoa do trabalhador rural, ou seja, como sua “libertação”.

O material, além disso, é de caráter informativo, pois, ao mesmo tempo em que exibia os conteúdos de formação e exercícios sobre os assuntos tratados, cuidava também de informar o trabalhador acerca do que estava acontecendo no movimento. Nesse aspecto, socializava informações enviadas à federação pelos sindicatos filiados e práticas de educação dos trabalhadores rurais de todo estado.

É importante salientar que, a fim de melhor compreender esse material formativo/informativo, bem como a prática educativa sindical nesse período, essa seção se divide basicamente em dois momentos.

O primeiro sobre o sindicato, a FETAPE e o SORPE pós-golpe a fim de compreender o processo intervencionista e como a federação vai estabelecendo relações conveniadas para angariar apoio técnico, financeiro e pedagógico para assegurar certa formação e representação sindical em meio às tensões do período.

O segundo a respeito do material em si, objetivo central da seção, material que é intitulado “*Jornal do Trabalhador Rural*”. Para melhor apresentação do mesmo, didaticamente essa seção será subdividida em três itens: a) apresentação do aspecto didático-pedagógico do Jornal; b) o conteúdo formativo acionado no referido material; c) o informativo de educação dos trabalhadores rurais, do mesmo.

### **3.1 O sindicato, a FETAPE e o SORPE pós-golpe de 1964**

Com o golpe de 1964, líderes sindicais foram presos, perseguidos, torturados e até mortos. Manoel Gonçalo Ferreira do sindicato de Timbaúba, presidente da FETAPE, ficou preso entre abril e agosto de 1964 segundo o Jornal do Comércio de 18 de setembro de 1964. Seu sucessor, Severino Manoel Soares, anos depois viria a ser preso e surrado até quase a morte. Em Vicência, o delegado de base, Manoel Tenório, foi assassinado e esquartejado. Muitas conquistas foram reprimidas. A repressão era intensa, inclusive, movida pelo patronato que taxava a Igreja e o sindicato rural por ela orientado, de comunista. Segundo notas publicadas no Diário de Pernambuco nos dias 02 e 03 de abril de 1964, na análise dos militares, qualquer

liderança política suspeita ou declarada de apoiar os sindicatos – acusados de comunistas – era deposta do cargo. Conforme edição do dia 02, o objetivo era “neutralizar os órgãos de classe dirigidos por comunistas notórios, ou que recebiam dos mesmos, orientações indiretas”.

Embora os sindicatos ligados à Igreja e legalmente reconhecidos não sendo fechados, houve intervenção em quase sua totalidade. Segundo relatório<sup>76</sup> da Federação de 25 de março de 1965, sofriam intervenção sem que as diretorias fossem informadas.

Segundo Abreu e Lima (2003, p. 133), dos 66 sindicatos ligados ao SORPE e já reconhecidos, apenas quatro não sofreram intervenção: Nazaré (Mata Norte), Timbaúba (Mata Norte), Vicência (Mata Norte) e Limoeiro (Agreste). No Entanto, conforme atas do sindicato de Vicência e fontes orais ligadas a essa entidade, houve intervenção no sindicato desta cidade, já nos idos da década de 1970.

Em relação aos sindicatos de Vicência e Nazaré, ambas as diretorias haviam sido reconhecidas pelas interventorias federais da DRT, por isso puderam continuar no exercício de suas funções (KOURY, 2010, p. 213-214).

As intervenções militares nos sindicatos significariam, para os golpistas, “aparentar a manutenção de uma certa legalidade” (ABREU E LIMA, 2005, p. 111), bem como garantir ordem no meio rural.

O Secretário de Segurança de Pernambuco, Coronel Ivan Rui, publicou uma nota nos jornais em 4 de abril de 1964 reafirmando que os sindicatos reconhecidos legalmente não seriam fechados, ao mesmo tempo, em que definia o modo como estes deveriam agir no exercício de suas funções:

[...] a) os Sindicatos Rurais, órgãos legalmente constituídos, não serão fechados, podendo funcionar normalmente desde que as suas reuniões se realizem para seus objetivos específicos; b) a situação dos delegados de base é inalterável e os empregadores deverão respeitar as suas delegações; c) estamos absolutamente capacitados para a manutenção da ordem em todo o território do Estado [...] (apud KOURY, 2010, p. 207, 208).

Essa nota, deixa claro, que, embora os sindicatos não seriam fechados, o poder do Estado estaria ávido a conter quaisquer indícios de desvio da ordem e que seria intolerante a práticas alheias aos seus objetivos. Desde então, os sindicatos ligados à Federação atuavam sob controle e suspeita dos militares, que requeriam, inclusive, relatórios anuais de toda movimentação interna, segundo nota da DRT, publicada no Diário de Pernambuco de 26 de novembro de 1965.

---

<sup>76</sup> Relatório de observações sobre sindicatos, datado de 25 de março de 1965. Acervo da Academia Sindical, caixa 16.

Assim, os militares tinham, de perto, controle do funcionamento do órgão classista. Sob quaisquer alegações, trocavam diretorias ou realocavam sindicatos reconhecidos a outros, inclusive, não reconhecidos. A esse respeito, um documento dos sindicatos rurais contido no arquivo do DOPS<sup>77</sup> – referido na tese de Abreu e Lima (2003, p. 115,116) – diz que, em janeiro de 1965, ao de Aliança, foi enviado o Secretário sindical de Escada; e o de Carpina, legalmente constituído, foi anexado ao de Paudalho, não reconhecido, segundo a Ata da Assembleia Geral da FETAPE<sup>78</sup>, de 18 de março de 1964, inativo.

Ainda em relação à nota oficial acima citada, é válido destacar que a mesma se dirigia no sentido de evitar conflitos entre patrões e empregados, bem como tranquilizar as diretorias interventoras em relação a possíveis conflitos no campo. Neste sentido, afirmava estar a Secretaria de Segurança Pública em condição de garantir a ordem, que trabalhadores e sindicatos, em obediência, tivessem assegurado o exercício de suas funções. Esse mesmo Secretário enviou nota a seus liderados, por ele assinada no dia 05 de abril, orientando-os dentre outras coisas: “[...] comunicar imediatamente quando estiver ocorrendo arbitrariedades pelos proprietários. Estes devem pagar salários previamente estabelecidos; a não se colocar a serviço dos patrões, e sim manter-se a serviço do governo [...]; assegurar e auxiliar o funcionamento dos sindicatos” (DOPS apud ABREU E LIMA, 2005, p. 112).

Tal nota, então, indica a intensidade das perseguições efetuadas sob quaisquer argumentos, as vezes banais, bem como a violência patronal, que agora parecia antagonizar-se até com os padres – com os quais tinham relações de confiança. Cioso do seu poder de mando, sem a presença de um sindicalismo mais combativo, praticava violência, invadia sindicatos, ameaçava trabalhadores, se recusava a cumprir a tabela de tarefa; enfim, a atear o medo entre os camponeses a fim de dispersá-los dos sindicatos.

Padre Crespo fez várias acusações junto à DRT acerca dos problemas no campo, provocados por patrões. Nem sempre aceitas, conforme o Diário de Pernambuco de 30 de setembro de 1966, a DRT rebateu as acusações do padre. Segundo a matéria, o Delegado contra argumentou alegando que, na zona canavieira, reinava paz, exceto em alguns casos isolados que são sanados através das fiscalizações da DRT junto aos episódios. Mais adiante, conforme o mesmo editorial de 28 de dezembro daquele ano, talvez no sentido de replicar os argumentos do referido órgão do estado, o referido sacerdote culpava o governo em não zelar pelo bem comum, uma vez que os camponeses estavam, além de famintos, decepcionados e descrentes

---

<sup>77</sup> Arquivo DOPS, pasta 28.707 – Sindicatos Rurais, trabalhado por Abreu e Lima (2003) em sua tese de doutorado.

<sup>78</sup> Acervo da Academia Sindical da FETAPE em Carpina – PE, caixa nº 16.

dos órgãos de classe do governo; falsas promessas, desordem de coisas e enfatiza que “o governo até hoje não respondeu de maneira satisfatória a essas acusações e não tomou medidas sérias para resolver [...]”.

De um lado, Crespo era visto como mais combativo à estrutura oligárquica e às forças político-burocráticas, por isso mesmo, com desconfiança pelo patronato e por alguns setores dos golpistas. De outro, Padre Melo tinha boa receptividade tanto entre os patrões quanto os militares, devido a sua postura afeiçoada aos interesses econômicos; sendo, pois, posto pelos próprios militares à liderança do SORPE e do movimento sindical no estado. É interessante destacar que, na Ata<sup>79</sup> da Assembleia Geral da Federação, de 28 de novembro de 1964, Crespo é mencionado como coordenador da FETAPE. Na análise feita pelo próprio padre (1985), embora discordasse de Melo em muitos aspectos, entendia que, àquela altura, seria um canal possível de diálogo a fim de garantir o funcionamento dos sindicatos. Caberia ao Padre Melo a tarefa de indicação de interventores para as diretorias sindicais.

O Estado autoritário buscava, então, que os sindicatos atuassem de forma colaborativa e, através deles, angariar legitimidade dos trabalhadores para o novo estado de ordem. Os órgãos de classe, por sua vez, teriam como função a promoção do trabalho e o desenvolvimento do campo. Tolhidos de seu poder de ação, restava-lhes, forçosamente, a linha do *cooperativismo* e *assistencialismo*.

Após o golpe, os militares também invadiram e ocuparam a FETAPE, prenderam o presidente Manoel Gonçalo, ligado à AP (Ação Popular) e colocaram, no lugar, Severino Manoel Soares<sup>80</sup>, vinculado ao SORPE e, até então, presidente do sindicato de Timbaúba. Nesse sentido, segundo Abreu e Lima (2003, p. 133), a nova diretoria da federação foi recomposta por membros das diretorias dos três sindicatos da Mata Norte que não sofreram intervenção: Vicência, Nazaré e Timbaúba.

No fim de 1965, a FETAPE sofre outra intervenção da DRT sob acusação de má administração e problemas financeiros. Então, Severino Manuel Soares é deposto. É colocado, em seu lugar, o primeiro Secretário, Euclides Almeida, ligado ao SORPE e presidente do Sindicato de Nazaré da Mata. Este ficou no cargo entre 1966 e 1972, quando foi impedido, pela própria DRT, sendo então substituído por seu irmão, Nativo Almeida.

---

<sup>79</sup> Acervo da Academia Sindical no Polo da Mata Norte em Carpina – PE, caixa sem número.

<sup>80</sup> Em 1968, foi sequestrado e levado para região da Usina Cruangi em Timbaúba, lá foi duramente espancado acusado de ter sido contra o candidato da ARENA – Aliança Renovadora Nacional do próprio município.

Ainda em 1965, foi publicada a portaria nº 71, determinando que os sindicatos deveriam ter base territorial municipal e serem representados por todas as categorias de trabalhadores do campo – assalariados, foreiros, meeiros, arrendatários, pequenos proprietários. Daí, a partir de 5 de janeiro de 1966, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco passou a ser Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco. Essa portaria, por um lado, possibilitava ao governo melhor controle, pois significaria menor número de sindicatos. Por outro, dificultaria a organização sindical que passava a representar diversas categorias e não só o assalariado rural, dificultando a coordenação de diversas demandas simultâneas. Tendo o sindicato base territorial municipal, favorecia as usinas (ABREU E LIMA, 2005, p. 115).

A principal tarefa da federação, nesse contexto de tensão e controle do Estado, seria então garantir a administração da estrutura sindical e sua viabilidade. Estando o movimento sob processos de intervenção, caberia à FETAPE, ao SORPE e a Padre Melo, à frente do organismo, estabelecer para com a DRT estratégias de sobrevivência do sindicato orientado pela Igreja.

Merece atenção, nesse sentido, a linha tênue entre a prática sindical de orientação católica e o discurso dessa prática com suas vinculações político-ideológicas com o Estado autoritário. Se, antes do golpe, a FETAPE buscando no Estado, às vezes em parceria com ele e/ou cobrando dele aparato jurídico para conquistar e fazer valer leis trabalhistas a fim de diminuir as tensões entre as classes e, ao mesmo tempo, o esvaziamento político das Ligas, tinha também relativa liberdade no exercício de sua função assegurada pela lei perante o aparelhamento do Estado. Depois do golpe, a federação teve para com o Estado autoritário, uma postura, senão de conivência, no mínimo dúbia e paradoxal, posto que seus líderes, Euclides Almeida (indicado por Melo) e padre Crespo, apesar de serem vistos pelo movimento como combativos, analisavam que, durante o Governo Castelo Branco (1964-1967), a coisa não ficou pior porque esse presidente mantinha certo diálogo a favor dos camponeses.

Segundo Euclides, presidente da entidade e ex-presidente do sindicato de Nazaré da Mata (1961-1965)<sup>81</sup>,

No golpe, foi o governo que nos ajudou, porque a pressão era forte dos usineiros, delegado do trabalho e Melo a intervir na FETAPE. Castelo Branco e seu ministro do trabalho, Arnaldo Lopes Sussekind, escutou a FETAPE, procurou ver a realidade e viu que a FETAPE tinha razão, barrou o carnaval todo que eles estavam fazendo. O ministro, na minha presença, falou com Dr. Anacleto, do Departamento Nacional do Trabalho, passou um telex para o Secretário de Segurança Pública de Pernambuco para que, no outro dia, às 09 horas, na FETAPE, uma dispensa para prender quem chegasse para intervir. No outro dia chegou uma turma de Melo com assembleia feita lá fora, ata

---

<sup>81</sup> Conforme Atas desse sindicato nesse período.

fabricada para intervir na FETAPE. Quando eles chegaram lá tava uma equipe de secreta, da polícia; é que quando eles chegaram e começou o reboiço, aí ele cantou – quem é Marco Marinho da Silva? Quem é Jarbas, lá de Palmares? Quem é... a turma toda lá, de Melo. Aí eles disse: sou eu, sou eu. Aí ele disse: Tá tudo preso! Pegou, jogou tudo dentro do camburão, aí acabou a brincadeira deles. Mas se eu não tivesse lá no pé do Ministro [...] (EUCLIDES ALMEIDA apud ABREU E LIMA, 2005, p. 117).

Identifica-se, nessa fala, que existia contradição entre os militares em relação ao sindicato rural – até mesmo ligados à Igreja. Em Pernambuco, havia ao menos dois grupos, um ligado ao Coronel Ivan Rui, outro ao Coronel Hélio Ibiapina. Foi o primeiro que, na condição de Secretário de Segurança, fez a referida operação narrada por Euclides. O grupo da FETAPE mais ligado ao padre Crespo criou certa esperança na manutenção, bem como no atendimento das reclamações junto à DRT, tendo em vista as notas do referido Secretário publicadas em 4 e 5 de abril de 1964, citadas anteriormente. Para Padre Crespo, ele representava a linha do pensamento de Castelo Branco – que não queria destruir o sindicato:

Em Pernambuco [...] eles também se dividiram, um grupo de militares estava com o pensamento de Castelo Branco, que a coisa estava em desordem, mas não queriam destruir o movimento sindical, nem era contra o trabalhador. Quem representava esse grupo era o Coronel Ivan Rui da AR de Olinda<sup>82</sup> e que foi logo de imediato sendo Secretário de Segurança Pública de Pernambuco. O outro grupo que queria mesmo massacrar e acabar com tudo, era o Coronel Hélio Ibiapina, que era o Chefe da 2ª Sessão Secreta do IV Exército. Então, aproveitei essa divergência entre os dois grupos para salvar o que era possível (CRESPO, 1985, p. 37).

Na análise do vigário, apesar das intervenções e medidas de controle do Estado mandatário, sobre o sindicato, o Presidente Castelo Branco não visava a destruí-lo e, nesse sentido, era possível estabelecer algum grau de diálogo e negociação a fim de garantir a vida sindical. O padre chega a dizer nessa mesma entrevista que:

fui a ele justamente explicar o que estava acontecendo no campo. Porque tudo era tido como se os camponeses fossem grandes assassinos, agitadores, baderneiros, incendiários e eu ia dizer que não era assim, que não botasse na cabeça que todo esse povo era comunista [...], o que não podia era os camponeses estarem sendo presos e espancados por conta de algumas pessoas que iam tumultuar o campo. [...]. Era essa situação que tentava explicar e ele era um homem, a meu ver, sensato, que compreendia [...]. Quanto as suas intenções, acho que eram sinceras e corretas e um homem aberto ao diálogo. De uma coisa tenho certeza, não era de repressão, terrorismo, torturas, e quando soube que essas coisas estavam acontecendo, se magoou muito, procurou tomar providências (CRESPO, 1985, p. 34-36).

---

<sup>82</sup> Grupo de Artilharia de Campanha – Regimento de Olinda.

Para além da imagem um tanto quanto romantizada e pintada de “amor” do padre Crespo em relação à posição do Presidente nacional para com os camponeses, atenção deve ser dada a essas providências que o sacerdote diz ter tomado o Chefe militar, que, inclusive, parecia gerar expectativa à FETAPE em relação a algo que poderia ser feito. Não obstante, quando o chefe de Estado desapropriou a Usina Caxangá por inadimplência, a FETAPE enviou telegrama de agradecimentos ao mesmo, conforme o Diário de Pernambuco de 19 de fevereiro de 1965.

Nesse clima de esperança, um manifesto da federação datado de 24 de agosto de 1965, contra os abusos de arbitrariedade patronal assim expressava as expectativas:

**Companheiros camponeses de Pernambuco e do Nordeste**

A classe dos camponeses está passando um tempo muito pesado. Acima de tudo ainda preparam uma greve para arrumar dinheiro para os usineiros e nós continuamos desempregados, doentes e com fome. É preciso tomar uma posição e avisar o nosso Presidente Castelo Branco que é quem pode resolver a situação. [...] Vamos pedir ao presidente Castelo Branco que olhe para nossos filhos que estão morrendo de fome e nos dê terra para trabalhar, nos dê a Reforma Agrária. Só vai agindo forte, fazendo uma intervenção das Forças Armadas do presidente [...] nas usinas para saber pra onde vai tanto dinheiro e pra ver os sofrimentos e as misérias que fazem com os pobres camponeses filhos de Deus. [...]. Vamos passar uma escrita, um telegrama para o presidente Castelo Branco para que só dê dinheiro a quem merecer e que venha ver nossos sofrimentos [...]. Assim como as Forças Armadas salvaram o povo dos comunistas também poderá salvar da fome os trabalhadores nordestinos (FETAPE, 24 de agosto de 1965)<sup>83</sup>.

Esse manifesto de denúncia da miserabilidade no meio rural e clamor por providência ao Chefe Nacional revela certa ingenuidade ao supor que, em pleno calor do golpe e de instalação do regime, o governo não estava ciente que se passava no campo. De todo modo, as expectativas expostas nessa nota assentavam-se nas providências supostas por Crespo anteriormente.

De maneira geral, as providências arremetiam-se à garantia do cumprimento dos direitos já adquiridos legalmente, os quais os usineiros e proprietários rurais não queriam pagá-los, bem como a reforma agrária.

Em relação ao primeiro ponto, Castelo Branco, em visita a Recife em novembro de 1964, esteve com patrões e trabalhadores rurais de quem recebeu diversas reclamações acerca do não: recebimento do 13º salário; recolhimento do imposto sindical; cumprimento do contrato de trabalho, expulsões, etc.; tendo ficado tudo para ser estudado (ABREU E LIMA, 2003, p. 139).

---

<sup>83</sup> Acervo da Academia Sindical, caixa nº 16, Polo da Mata Norte em Carpina – PE

Esse estudo se fez em um encontro realizado em Carpina – PE, pelas federações. Fizeram-se presentes, segundo o Diário de Pernambuco de 27 de abril de 1965, o Ministro da Indústria e Comércio, e o presidente do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), Daniel Faroco e Paulo Maciel, respectivamente. Os quais compunham o grupo de trabalho interministerial, criado por Castelo Branco, a fim de se estudar o problema agroindustrial do Nordeste e apresentar soluções possíveis ao desenvolvimento da atividade agrícola, sendo uma das medidas tomadas como solução a criação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Já em relação à reforma agrária, questão levantada pelo Padre Melo no referido encontro, na análise da FETAPE, o Presidente Castelo Branco instituía suas bases no Estatuto da Terra (ET), Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, e na Lei de sítio, Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965.

O ET estabelecia diretrizes para a orientação de reforma do desenvolvimento agrário, do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que substituía a SUPRA pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário (INDA), responsável dentre outras coisas, pelo cooperativismo.

O ET previa a desapropriação de terras, sem carecer de indenização imediata, e sim sob o título da dívida pública. Na análise de Martins (1981), essa medida atenderia à pressão estadunidense a fim de provocar mudanças concretas na estrutura agrária dos países latino-americanos, tementes à revolução. Crespo reconhece, porém, que, apesar de apresentar inúmeras falhas, a proposta de reforma agrária prevista no ET significava um avanço, sobretudo na garantia da desapropriação. Ainda segundo Martins (1981), inicialmente a FETAPE tinha boas expectativas em relação a essa reforma, que, até hoje, está por se concretizar. Todavia, ao passar do tempo, a Federação foi percebendo que não havia o devido interesse dos poderes públicos em efetivar a política de reforma agrária (MARTINS, 1981; ABREU E LIMA, 2003; KOURY, 1976).

O mesmo ocorreu com a Lei de Sítio, que “obrigava” os patrões a entregarem até 2 (dois) hectares de terra a trabalhadores que tivessem mais de um ano inteiro no trabalho canavieiro, conforme Art. 1º e §1º.

Na supracitada entrevista concedida à Fundaj, Crespo (1985) faz uma análise um tanto romantizada dessa lei, ao afirmar que o objetivo seria eliminar a fome no campo e evitar desalojamentos dos camponeses. Porém, não era isso que dizia a lei. Esta considerava 5 pontos: a) o Art. 23 do Decreto de lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944, que já assegurava essa garantia; b) estimular a fixação do homem no campo, evitando escarces de mão de obra na zona

rural; c) e d) favorecer a produção agrícola e a condição financeira do trabalhador rural; e) a suposta garantia de que, o camponês trabalhando próximo à sua casa, melhoraria a produtividade.

Portanto, em última instância, ao mesmo tempo, em que olhava para o problema do trabalhador, favorecia o próprio patrão. Isso porque, além de garantir a fixação do homem no campo, este produziria parte do seu alimento e complemento de sua renda, evitando reclamações junto ao patrão, bem como não precisaria migrar para outras regiões, mantendo-se, pois, na mesma propriedade e com ligação ao empregador. Entretanto, tal lei só foi regulamentada em 1968 no governo Costa e Silva.

Mais adiante, a FETAPE passou a perceber que a proposta de uma política de reforma agrária alvitrada pelos militares, desenhada numa ideia de modernização econômica da agricultura, traria vitória aos próprios patrões e não ao trabalhador rural. Segundo alguns dos memorialistas entrevistados nessa pesquisa, as exigências e burocracias da lei de reforma agrária eram tão grandes que inviabilizavam sua concretização e beneficiavam o próprio latifúndio.

É válido destacar ainda que, segundo Silva (1971), a proposta de reforma agrária apresentada por Castelo Branco foi desenhada pelo IBAD e os IPES, que, por sua vez, tinham técnicos envolvidos na própria elaboração do ET. Segundo o autor, o objetivo era tirar a pauta das mãos de Arraes e Julião. E, neste sentido, “apagar” a tentativa de uma “consciência nacional” “criada” no início da década, especialmente pelas ligas com o lema “*na lei ou na marra*”.

Assim, o projeto de reforma agrária de Castelo Branco, contido no ET, foi uma espécie de coroamento dos IPES e ibadianos que visavam à promoção industrial e conter as forças políticas do campo, trabalho financiado por empresários nacionais, internacionais, USAID e CLUSA (SILVA, 1971).

Tendo em vista que Padre Melo era o principal porta voz dos ibadianos no sindicato (CALLADO, 1964, p. 51), o curioso, contraditório ou mesmo por falta de uma análise conjuntural, é que a FETAPE por meio do próprio grupo mais ligado a Crespo estabelece convênios com os ibadianos, USAID, IADESIL e CLUSA.

Tais convênios, ainda que feitos como estratégias de sobrevivência e certa “ampliação” sindical, não deixam de indicar certo grau de convivência com o Estado. Seria um pouco pretencioso ou ingênuo argumentar que o clero, de forma geral, ou mesmo Crespo, não tivesse clareza das reais intenções dessas agências ao conveniarem com a Federação.

É válido destacar que tais agências imbricavam-se ao projeto Aliança para o Progresso (BANDEIRA, 1978); ainda conforme o autor, tanto a CLUSA quanto o IBAD recebiam verbas da CIA, o que sugere a teia de correlações político-ideológicas influenciando os sindicatos ligados à Igreja-SORPE-FETAPE.

Segundo Koury (2010), a USAID, no plano de atuação e implantação da Aliança para o Progresso, teve estreita ligação com o sindicalismo rural de orientação católica, em especial no Nordeste, porém com maior foco em Pernambuco devido à pujança da esquerda, e sobretudo das Ligas Camponesas, objetivando, portanto, conter a “onda revolucionária” na região canavieira. Conforme o autor, o relatório da missão da USAID conhecido como relatório de Bohem, citado por Calazans (1969, p. 174 apud KOURY, 2010, p. 113), expressa claramente esse entendimento:

Devemos igualmente prestar atenção ao problema central de assistir os elementos democráticos entre os trabalhadores agrícolas e industriais, para que eles se organizem em instituições sindicais estáveis, único modo de combater a influência não democrática do setor instável da sociedade. Um dos esforços mais prometedores a esse respeito é aquele feito pela Igreja Católica no Nordeste. [...] trabalhando nesse programa (de sindicalização rural católica), a Aliança para o Progresso poderia estabelecer alguns escritórios em pelo menos quatorze municípios de Pernambuco.

Destarte, a USAID, enquanto agência da Aliança para o Progresso, passaria a prover recursos financeiros para os esforços de sindicalização rural católica em Pernambuco.

Neste sentido, financia por meio de convênio da FETAPE com o IADESIL a construção de três Centros Sociais em: Carpina, Ribeirão e Garanhuns. Segundo o Diário de Pernambuco de 1965<sup>84</sup>, o valor previsto era algo superior a 350 milhões de Cruzeiros, dividido em três parcelas. Conforme o mesmo editorial, o primeiro cheque foi de Cr\$ 278.500,00 entregue pelo dirigente do IADESIL às mãos do próprio presidente da FETAPE, Severino Manuel Soares, conforme foto a seguir.

---

<sup>84</sup> Sem dada, edição 00225(1).

**Figura 3 - Dirigente do IADESIL entregando cheque de Cr\$ 278.500,00 ao presidente da FETAPE.**



Fonte: Diário de Pernambuco, 1965 s/d, edição 00225(1). Hemeroteca Digital.

À esquerda, o presidente da FETAPE, Severino Manoel Soares, recebendo o cheque das mãos do dirigente do IADESIL, Sr. Arthur Lopes; no centro, de blazer, o Sr. Willian Trigg, representante da USAID; no canto direito, Euclides Almeida, Secretário da Federação dos Trabalhadores Rurais. Ainda segundo o mesmo editorial, o contrato celebrado entre o IADESIL e a FETAPE para a construção dos três centros fora assinado, em julho de 1965 e fazia parte do Programa Aliança para o Progresso.

Menos de um ano depois, é assinado convênio entre o Governo do Estado (Paulo Guerra) e a Federação (Euclides Nascimento) com a interveniência do IADESIL, datado de 23 de maio de 1966<sup>85</sup>, às vésperas de inauguração do Centro Social de Carpina, que se daria em 29 do mesmo mês<sup>86</sup>. Chama atenção a agilidade no processo de construção do referido centro, que durou menos de 12 meses, demonstrando os esforços dos americanos para acelerar o processo de influência e cooptação dos sindicatos a uma linha menos política e mais assistencial, bem como o descentramento de uma formação sindical voltada a interesses de classe para uma formação instrumental diversa.

<sup>85</sup> Cópia original, localizada no Acervo da Academia Sindical, caixa 16.

<sup>86</sup> Conforme placa de inauguração posta à frente do Centro Social de Carpina – Hoje, Polo Sindical Mata Norte.

Neste aspecto, embora o convênio concedesse certa liberdade à FETAPE na direção dos trabalhos sociais e pedagógicos, expunha abertamente o caráter cooperativista, assistencialista e apolítico desses. Os cursos previstos eram agrupados em 4 (quatro) setores: 1 – agrícola, direcionados a práticas agrícolas e ao treinamento em cooperativas; 2 – saúde, grosso modo, práticas sanitárias e higiene; 3 – educação, voltada à alfabetização e à formação de novos quadros profissionais – as entrevistas orais dizem que se referia à marcenaria, corte, costura e outras técnicas semelhantes; 4 – assistência jurídica, orientar a prática sindical.

Assim, ao mesmo tempo, em que a USAID e o IADESIL financiavam a FETAPE e seus sindicatos, reafirmava no campo ideológico aquilo que a Igreja já vinha pedagogicamente trabalhando desde 1961, porém, com maior demarcação da fronteira entre o discurso e a prática político-pedagógica do movimento sindical. Ou seja, banir efetivamente não só do discurso formativo dos sindicatos ligados ao SORPE, mas também de suas práticas, quaisquer perspectivas de orientação marxista/comunista. Não é de todo estranho admitir a influência americana no sindicalismo rural católico em Pernambuco e também em outros estados.

Segundo outras edições do Diário de Pernambuco, o IADESIL além de financiar a construção dos Centros com verbas do Aliança para o Progresso por meio da USAID, financiava os sindicatos rurais no processo de construção de cooperativas e assistencialismo. Diz manchete desse editorial, no dia 15 de outubro de 1965, “*Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicato Livre, entregou em Pernambuco, através do SORPE, cerca de 621 toneladas de alimentos a 29 sindicatos rurais do Estado*”. Já matéria de 09 de setembro do mesmo ano diz que “o serviço de cooperativas do SORPE estava sendo possível devido à ajuda do IADESIL dos Estados Unidos”. Na edição de 15 de maio de 1965 consta que o Sr. Artur Lopes do IADESIL entregou cheque nas mãos de Euclides Almeida e Padre Melo, para transporte e alimentação aos trabalhadores rurais.

Além dessas duas agências, outra entidade americana que teve estreita relação com o SORPE foi a CLUSA. Segundo Page (1972), financiando despesas, pagamento dos salários de funcionários e, também, orientando formações nos sindicatos sobre cooperativismo. Segundo o autor, um técnico da CLUSA havia desviado recurso da CIA para o SORPE, mesmo antes do golpe de 1964, o que sinaliza a influência americana infiltrada no movimento sindical católico em Pernambuco alimentando o campo ideológico e esvaziamento político mais combativo. Todavia, segundo sugere Abreu e Lima (2003, p. 136), tal prática se dava no oculto, tanto que a CLUSA retirou o apoio financeiro dado à FETAPE em 1976, quando a relação entre CLUSA e CIA se tornou pública (ABREU E LIMA, 2003).

Outra fonte de financiamento do movimento sindical ligado ao SORPE e à FETAPE foi o IBAD. Segundo Koury (2010, p. 115), o objetivo foi de impedir a ascensão da esquerda no estado, tanto que os ibadianos já mantinham contato com o Padre Melo desde 1962, no período eleitoral (CALLADO, 1964, p. 51). O vigário, então, passou a ser o principal interlocutor do IBAD junto aos sindicatos rurais.

A relação direta do IBAD com os sindicatos rurais ligados ao SORPE imbricava-se, sobretudo, ao viés do cooperativismo, entendido pelos ibadianos e por Melo como movimento atrelado ao conceito de reforma agrária acima discutido.

É importante notar que todos esses órgãos financiaram o movimento sindical rural ligado à FETAPE e ao SORPE com dois direcionamentos: a) assistencial; b) formação e orientação voltada à ideia de cooperação – cooperativas mistas, ambos com o objetivo de conter a politização dos trabalhadores rurais e cooptar os sindicatos.

Nesse aspecto, salientamos que a posição da FETAPE em relação a esses convênios e suas intenções, pode indicar ao menos duas coisas: a) conivência tanto do Padre Melo por estar nos bastidores das articulações e negociações e, em certo sentido, do padre Crespo também, o qual não discordava sob discurso de que os americanos não intervissem na ação sindical, e que o mantivessem livre, seria, a nosso ver, falacioso supor que Crespo não tivesse ciente das implicações que isso decorreria; b) falta de análise crítica da diretoria da FETAPE, mesmo os grupos orientados por esse segundo vigário.

Destarte, à medida que o regime militar ia se consolidando, mais a FETAPE tinha sua ação formativa tolhida a uma linha menos combativa. Na análise da entidade, o governo de Costa e Silva foi ainda mais duro para o movimento sindical. O AI-5, de 13 de dezembro de 1968, que instituía a censura, segundo o Diário de Pernambuco de 16 de abril de 1969, seria aplicado contra os dirigentes sindicais corruptos e subversivos; e o AI-9, de 25 de abril de 1969, que reforçava a relação entre Estado e a Oligarquia rural, tornou as lutas no campo, quase insustentáveis.

No entanto, para o próprio presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), José Francisco da Silva, nesse período, apesar de o sindicato ter sido bastante limitado em sua ação político-sindical e muito fechado para análise conjuntural, foi, porém, a fase em que o governo “atendeu” a uma das demandas antigas do movimento – a previdência social rural (SILVA, 1979, p. 39 apud KOURY, 2010, p. 287).

Entretanto, ao mesmo tempo, em que o regime agia com “mãos de ferro”, valia-se da previdência social rural sob discurso de concessão a fim de cercear o movimento sindical rural, bem como adquirir a legitimidade dos próprios camponeses. Assim, a partir dessa previdência,

estabelece-se um programa de assistência ao trabalhador rural. A consolidação dessa agenda assistencial se desenharia com o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) com base nos artigos 158 e 182 do ETR; e se concretizaria com o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) através da lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971, como já dissemos anteriormente.

Tolhida sua ação de luta e formação político-sindical, a FETAPE direciona a formação dos trabalhadores para a questão dos esclarecimentos acerca dos direitos previdenciários contidos no referido programa. E, como se verá no próximo item, a Federação se apropria desses conteúdos para reorientar sua formação sindical junto aos camponeses, centrada no discurso religioso cristão, reconhecendo a política assistencialista instaurada pelo regime para ampliação de sua representação e conquista de novos sócios em vista dos benefícios. Isso pode ser entendido como estratégia, na formulação proposta por Michel de Certeau (2002), o qual a define:

Estratégia é um cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...] (MICHEL DE CERTEAU, 2002, p. 99).

É neste sentido, talvez, que a FETAPE produz no Jornal formativo uma linha discursiva de formação dentro das possibilidades do período. Portanto, utilizando não só os conteúdos possíveis, como, inclusive, autorizados pelo próprio regime.

### **3.2 O Jornal do Trabalhador Rural editado pela FETAPE (1972)**

Após o AI-5 e AI-9, em que o regime cerceava e tutelava a ação sindical a uma prática colaborativa e assistencial, o Jornal do Trabalhador Rural<sup>87</sup>, produzido pela própria FETAPE, foi um dos recursos didáticos-pedagógicos às formações. Esse Jornal era de circulação mensal,

---

<sup>87</sup> Segundo as edições localizadas, estes jornais não tinham a assinatura de quem as elaborou, no entanto, segundo Sr. Biu da Luz, assessor da Academia Sindical em Carpina – PE e vinculado à FETAPE desde sua fundação, tendo inclusive, participado dos primeiros treinamentos do SORPE ainda em 1961, o Jornal do Trabalhador Rural foi elaborado por Lúcia Barreto, que pertencia à equipe pedagógica do SORPE e após o fim do SORPE passou a integrar a equipe pedagógica da FETAPE, até ser impedida de atuar sob acusação do regime de subversão. Tentamos contato com Lúcia, através dos memorialistas entrevistados nessa pesquisa, os quais tentaram contactá-la, sem sucesso.

sua veiculação se deu a partir de fins de 1971. No entanto, os três exemplares que conseguimos foram, de abril/maio<sup>88</sup>, junho e julho de 1972.

Esse Jornal tinha caráter pedagógico de formação dos trabalhadores rurais, daí, ser escrito em formato de cartilhas ou livretos e enviados aos sindicatos, uma forma de fazer a formação chegar junto à base – os camponeses. A edição de cada mês expunha uma série de conteúdos relacionados ao sindicato, elementos históricos do movimento, as lutas, os encontros, os congressos, etc.; os direitos previdenciários adquiridos legalmente; o dia a dia das escolas e práticas de alfabetização, saúde, higiene, etc.

Pedagogicamente, o material tinha um caráter de narrativa oral, o que facilitava a relação didática entre o leitor ou mediador e os conteúdos abordados. Estes, tinham como ponto de partida a formação dos trabalhadores rurais referente ao mundo do trabalho e suas relações, interpelavam-se no discurso moral/religioso e eram didaticamente organizados em textos simples e objetivos; estes, valendo-se de recursos da memória, dos versos, da poesia e sobretudo da oralidade, talvez, em razão do analfabetismo entre a classe. Assim, o leitor no sindicato ou o mediador, aquele líder sindical que tinha a tarefa de fazer esses conteúdos chegarem aos trabalhadores, ou mesmo a equipe de educadores da FETAPE que faziam formação com esses materiais conforme nos relataram alguns dos memorialistas, adquiriam importante papel de educador, pois, como sublinha Gohn (2010), na educação não formal, o educador é o outro, ou seja, aquele com quem se interage em processo de trocas de experiências e elaboração de saberes.

Segundo a autora, a educação não formal realiza-se por meio de processos intencionais e interativos de compartilhamento de experiências em espaços coletivos de formação. É, portanto, um processo intencional de educação que se opera fora do sistema formal de ensino, por metodologias próprias, ou seja, não é um exercício espontâneo como que na educação informal, na qual a aprendizagem se dá pela “pura” e simples socialização por ordem de razões determinadas. Tem como diretrizes formativas, dentre outras: a) a dimensão da prática, onde se problematiza o como se organizar, participar, definir, etc.; b) dimensão política, disputa por direitos junto ao aparelhamento estatal; c) o saber é horizontalizado, uma vez que o educador é o outro (GOHN, 2010, p. 42-43). Assim, objetiva a construção de saberes que contribuam para que os indivíduos de dada organização coletiva reconheçam seus direitos, sejam capazes de compreenderem os que lhe cercam/perpassam e a buscarem resoluções para situações

---

<sup>88</sup> Essa edição corresponde aos dois meses conforme descrição do próprio Jornal. Por isso, todas as vezes que mencionarmos ambos serão separados apenas por / = abril/maio.

demandadas. Neste sentido, para a autora, o conhecimento se dá por meio de situações-problemas (GOHN, 2011, p. 111).

Para Freire (2011), a relação das pessoas com situações problemas produz conhecimento na medida em que os indivíduos que são provocados por tais situações tenderem a agir sobre elas a fim de superá-las. Esse pressuposto parece ter sido acionado no *Jornal do Trabalhador Rural* produzido pela FETAPE, na medida em que exibia uma estrutura lógico-pedagógica que tendia a levar o camponês a se perceber nas situações retratadas.

Tal estrutura observada no referido material formativo da federação se assemelhava à mesma lógica das cartilhas (*Viver é Lutar e Mutirão*) do MEB, que buscavam estabelecer essa percepção de situações-problemas na medida em que ilustravam o dia a dia do camponês na relação com o trabalho e suas condições de vida precárias.

Neste sentido, à semelhança das cartilhas do MEB, o *Jornal* organizava-se por textos sobre cada assunto específico, bem como gravuras ilustrativas visando facilitar a compreensão e, ao mesmo tempo, possibilitar ao trabalhador rural fazer correlações entre os assuntos abordados e sua própria condição.

Na sequência de cada assunto, discutido textualmente, tinha-se uma atividade com uma série de perguntas retiradas do ou sobre o texto. Essas perguntas, porém, na maioria das vezes, não tinham o sentido de promover a reflexão/crítica, mas sim de reforçar senão a memorização, o entendimento ou esclarecimento acerca dos conteúdos.

Nesse aspecto, o *Jornal*, embora não tendo um potencial crítico de formação, anuncia o direcionamento pedagógico da FETAPE sobre os assuntos abordados.

Deve-se, pois, ser levado em consideração, neste contexto, o período de repressão e censura do Estado autoritário que impedia qualquer tipo de formação outra, senão nos limites da permissão do próprio regime; ou a circulação de qualquer tipo de material considerado subversivo (NAPOLITANO, 2014, p. 68-92). Isso, possivelmente, explica a razão pelo fato do *Jornal do Trabalhador Rural*, editado pela FETAPE em 1972, ter sido escrito estritamente voltado ao esclarecimento dos assuntos abordados, em detrimento de demarcação política.

Outra característica didática muito recorrente que nos parece indicar a tese do esclarecimento e reforçar a compreensão sobre os conteúdos tratados, além do estilo dos textos e dos modelos de perguntas sobre, era a repetição de palavras e frases. A esse respeito, expressões como: *vamos ajudar! Vamos esclarecer aos nossos irmãos!* São reforçadas constantemente nas três edições – abril/maio, junho e julho. Não por acaso, tais frases visavam conduzir a formação numa perspectiva religiosa de comunhão, união, cooperação. Pelo que indica a estrutura discursiva e pedagógica do material, essa perspectiva inspirava-se na cartilha

*Mutirão* do MEB, publicada pós-golpe, a qual reforçava a ideia de união como pressuposto de superação das injustiças, em detrimento do antagonismo, e deslocava a reflexão da relação de classe, para a relação de trabalho, tendo-o como compromisso moral religioso. Não obstante, um poema da *Cartilha Mutirão* que fazia tal relação, ser citado no Jornal, edição de junho de 1972:

Quando Deus pai fez o mundo, não querendo completar, deu o trabalho ao homem para o mundo melhorar. O homem prepara a terra, corta a mata com o machado, enfrenta o trabalho duro para fazer o seu roçado. O homem trabalhador filho de Deus criador, deixa o mundo melhorado (p. 8).

Ideologicamente, o discurso religioso tinha como pressuposto reforçar, no imaginário do camponês, seu lugar no mundo do trabalho agrícola, enquanto sujeito “escolhido” por Deus a dar continuidade à tarefa inacabada do criador para deixar o mundo melhorado. Ou seja, o trabalhador rural era educado a se ver, senão designado, comprometido com uma tarefa utópica – deixar o mundo melhor. O foco sai da discussão da relação de classe e da exploração do trabalho e passa ao campo da ideologia (ALTHUSSER, 1980)<sup>89</sup> numa cosmovisão religiosa cristã/católica.

O trabalho, então, passava a ser problematizado enquanto lugar da melhoria da condição em que o camponês se encontrava. Portanto, reclamar suas demandas, não poderia prescindir o reconhecimento que a superação, de tais condições, implicaria mudança de percepção sobre a lida braçal no campo. Percepção que já vinha sendo trabalhada na região desde as escolas radiofônicas, conforme o próprio Jornal, edição de abril/maio afirmava aos trabalhadores: “você já escutaram no rádio uma poesia sobre mutirão” (p. 24).

Além dessas características didático-pedagógicas já mencionadas, outro elemento bastante utilizado era o discurso religioso reforçando os princípios de união/cooperação/comunhão, embasados na imagem soteriológica do próprio Cristo.

Nesse sentido, a narrativa da história de Jesus, nas edições de abril e junho, retratado como a Páscoa dos cristãos estabelecia, em linguagem alusiva, paralelo ao movimento sindical que teria no reconhecimento dos sindicatos a partir do Congresso de Itabuna – BA, a libertação

---

<sup>89</sup> Para o autor, a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência e que, mesmo não se admitindo ser a realidade, fazem alusão à realidade, ou seja, o que é refletido na representação imaginária presente em uma dada ideologia são as próprias condições de existência dos indivíduos. Neste sentido, a ideologia tem uma existência também material na medida em que alude aquilo que é material. Aí portanto que para o pensador ela interpela o sujeito, pois, só existe para e pelo sujeito(s). Assim, para o autor, qualquer ideologia a que o sujeito se vincula e ao mesmo tempo é perpassado por ela, as crenças e os valores desse indivíduo estão inseridos e constitui-se alusivamente à realidade e é material porque suas ideias são atos materiais inscritos numa realidade material. Portanto, o sujeito é constitutivo de ideologias na medida em que estas tendem a defini-lo como tal (ALTHUSSER, 1980, p. 77-96).

dos trabalhadores rurais. Na edição do mês 6, Jesus é “pintado” como trabalhador que, apesar do sofrimento, tinha no trabalho o compromisso com o pai (Deus) e com o próximo, buscando reforçar no “operariado” rural o sentido do trabalho, da organização, o comprometimento coletivo e o bem comum no meio rural – a produtividade agrícola e a fraternidade entre eles.

Essa imagem de Jesus, por um lado, intencionava levar o camponês a fazer associação entre trabalho e dever, não o vendo como castigo, apesar da dureza; e mais, ensinar aos outros trabalhadores os saberes – por vezes aprendidos na formação da FETAPE. Por outro, no sentido de (re)produzir um modelo ideal de representação (CHARTIER, 1990)<sup>90</sup> do trabalhador rural, não combativo, e sim obediente às autoridades assim como Cristo o fora para as autoridades judaicas e romanas na narrativa mais clássica (podemos assim dizer) do cristianismo e, de certa forma, contada no *Jornal do Trabalhador Rural*.

Neste aspecto, a figura do trabalhador rural ligado ao sindicato, embora sempre modesta sua ação revolucionária em relação à dos rurícolas das Ligas Camponesas pré-golpe, passa a ter, nesse *Jornal*, outro tipo de representação. Agora, deslocado de um ator combativo para aquele que reconheceria, no Estado autoritário, as “concessões” assistenciais do próprio regime.

Essa “nova” representação que se propunha no referido material formativo da FETAPE, tendo em Cristo a figura do trabalhador-mor, parecia indicar uma dupla representatividade simultânea. De um lado, “fazer” ser visto pelo próprio regime que estes trabalhadores estavam sendo (re)educados pelo sindicato nos moldes do conservadorismo da Igreja, portanto, afastados de posições que se contrapusessem às ordens estabelecidas. Por outro, cultivar nos próprios camponeses a autorrepresentação baseada na percepção do trabalho como lugar da produtividade do bem comum – o alimento do campo e da cidade, romantizando, porém, a dura “realidade” que demandava (demanda) o trabalho rural operado à força braçal. Em decorrência, reforçar o sentimento de grupo social.

Daí, o sentido de união, acionado no *Jornal*, como força motriz do movimento. Força essa, porém, não necessariamente em relação à ação política de luta do sindicato, mas dada na articulação entre Sindicato, Federação e Confederação, conforme se expressa na edição de julho (p. 21-23).

---

<sup>90</sup> Para o autor, a representação insere-se em um terreno de competição por anunciar certo tipo de poder e no qual o indivíduo ou coletivo de atores ou mesmo instituições tenta produzir sobre si significado para o social. Portanto, demarcado por intenções e constituído sob interesses quer do indivíduo ou do coletivo queria ser percebido socialmente de acordo com os interesses e as relações de poder de determinado contexto ou figura histórica e cultural. O que indica que essa representação pressupõe certa equivalência entre os discursos dessa representação e os atores que produzem tal significado, posto que a intenção é justamente ser percebido no social como se busca ser identificado.

Se a imagem de Cristo “pintada” nas três edições (abril/maio, junho e julho) como trabalhador tinha o sentido de promover essa representação ou autorrepresentação do campesinato, o nome de Deus, tendo em vista a fé dos trabalhadores, era acionado como dispositivo para eliminação de dúvidas e do medo, posto ao trabalhador, sobre a aposentadoria rural.

Portanto, é assentado nessa estrutura didático-pedagógica que o Jornal do Trabalhador Rural produzido pela Federação apresentava uma série de conteúdos formativos e informativos, o que garantia certa prática de formação em pleno período de “chumbo” do regime militar. É o que veremos nos dois próximos tópicos.

### 3.2.1 Os conteúdos formativos no Jornal do Trabalhador Rural

Os conteúdos de formação abordados nas três edições (abril/maio, junho e julho) podem ser agrupados em quatro blocos, a saber: i) aspectos históricos do movimento, com o objetivo de manter uma base de formação tendo como referência os eventos históricos mais pontuais; ii) a história de Jesus no sentido acima mencionado; iii) aposentadoria do trabalhador rural, centrando no esclarecimento de como o trabalhador rural em idade apropriada deveria proceder perante os trâmites necessários; iv) saúde/higiene, pauta pretérita da Igreja para com os camponeses desde as instalações das escolas radiofônicas em Nazaré da Mata. Assim sendo, nessa seção, trabalharemos por assuntos ao invés de edições.

**I – Acerca dos aspectos históricos do movimento sindical**, nas três edições (abril/maio, junho e julho), a atenção é dada ao Congresso de Itabuna – BA, entre os dias 11 e 13 de maio de 1962, em que o Ministro do Trabalho, Franco Montoro, entregou 23 (vinte e três) cartas sindicais. Dentre os reconhecidos, estavam 05 (cinco) de Pernambuco: Caruaru, Lajedo, Limoeiro, Timbaúba e Vitória de Santo Antão. Esse marco é tratado, então, como a libertação do movimento sindical e como ponto de partida para a fundação da federação.

Na edição de abril/maio, o Congresso de Itabuna é pintado com certo romantismo e entusiasmo, retratado, pois, como a páscoa do trabalhador rural:

Minha gente, quem estava no CONGRESSO DE ITABUNA nunca mais vai esquecer. Quando a gente se lembra dá vontade de rir e chorar. A gente viu e tomou partido de uma LIBERTAÇÃO, de uma PÁSCOA. De 13 de maio de 1962 em diante os outros sindicatos seriam também reconhecidos. Os camponeses do Brasil ficaram mais animados depois do CONGRESSO DE ITABUNA. No fim do CONGRESSO a gente fez uma grande passeata. A bandeira do Brasil ia na frente e milhares de camponeses acompanhando. Todos iam animados. A gente andava bem ligeiro. A gente ia cantando de

tanta alegria. Era uma nova libertação. Foi mais uma passagem para melhoria do viver na terra. Foi uma entrada numa vida melhor. Foi uma PÁSCOA (p. 4).

Para além da descrição romantizada que ausenta da narrativa os embates políticos e ideológicos entre as forças sindicais e o aparelhamento do Estado no oceano contextual da época, as palavras “Congresso de Itabuna” e “Páscoa”, sempre em caixa alta, enfatizavam a relação feita pela FETAPE do referido evento como a “libertação” dos trabalhadores, como transição de uma vida flagelada para uma redenção legalmente reconhecida pelo próprio Ministério do Trabalho (MT). Mais adiante nas páginas 11 e 12, reforça o conceito de Páscoa estabelecendo correlação, “automática”, entre o sentido pascal cristão e o reconhecimento dos sindicatos em Itabuna/BA; aludindo, pois, às cartas sindicais ao “novo testamento” dos camponeses, agora a “salvo” da escravidão – ausência de leis e da total condição de dependência ao patrão. Se a Páscoa significa a saída da morte para a ressurreição de Jesus, o Congresso demarcava a passagem do não direito ao direito sindical efetivado.

Essa concepção de direito sindical efetivado a partir do Congresso de Itabuna é reforçada nas demais edições, dando a entender o esforço pedagógico da FETAPE em querer consolidar o entendimento do camponês a respeito desse marco. O Jornal de junho, ao iniciar fazendo menção do aniversário de 10 anos da federação, retoma a narrativa sobre o referido Congresso como evento histórico que selaria o momento de melhorias das condições concretas do trabalhador rural; em decorrência, basilar à fundação da Federação a partir dos cinco sindicatos ali reconhecidos. Não obstante, propositalmente, no “meio” do texto que falava do decenário da entidade, é acionado mais uma vez o discurso religioso apelando para a união dos trabalhadores junto aos sindicatos, estes à FETAPE e essa à CONTAG. Dizia-se, pois, que o cristão não poderia querer melhorar sozinho. Antes, “o cristão tem que agir a favor dos companheiros. [...] ajudar a acordar os companheiros. Quando os companheiros se acordam também se unem e melhoram a vida” (edição de junho, p. 2). E segue, “os cinco sindicatos pensaram nessa verdade. Cada um para o seu canto fica fraco” (idem). Isso, indicando como pressuposto, *sine qua non*, para o fortalecimento do movimento, a ampliação da rede de sócios, tanto que, mais adiante diz o texto:

A FETAPE é a união dos nossos sindicatos. a FETAPE é união dentro da lei. A FETAPE deve procurar a vida melhor para todos nós. Agora vamos ver uma coisa importante. A FETAPE precisa dos sindicatos. Os sindicatos precisam dos sócios. Se os sócios não se interessam pelos sindicatos, os sindicatos ficam fracos. Se os sindicatos ficam fracos como a FETAPE pode ser forte? A força do sindicato é a animação e interesse dos associados. A força da FETAPE é a animação o interesse dos sindicatos” (IDEM, p. 2- 3).

Essa linha discursiva de formação da força sindical imbricada à união dentro da hierarquia da maquinaria é reforçada na edição do mês de julho, a qual trazia, em sua sequência didática, dois textos, cada qual com uma atividade de perguntas, que contextualizam de forma objetiva e até simplória a continuidade da historicidade do movimento; reforçando o discurso da força através da união. O primeiro tem por título “*Mais um pouco da vida da nossa união sindical*” (p. 7-8); o segundo intitulado de “*A força da união do movimento sindical dos trabalhadores rurais*” (p. 21-23).

O primeiro inicia retomando o Congresso de Itabuna, repetindo basicamente a mesma narrativa entusiasmada e um tanto romantizada como no jornal de abril/maio, chamando a atenção para a união de todos os trabalhadores naquele evento. Fala também da Convenção de Natal, a qual, segundo Kadt (2007, p. 1991), ocorreu em julho de 1963; explica que nessa Convenção, foram tratados os seguintes assuntos: Reforma Agrária, Estatuto do Trabalhador Rural, Confederação, Previdência Social Rural (aposentadoria e outros direitos), etc., e que, no final, o movimento escreveu cartas ao presidente do Brasil e demais autoridades. Continua o texto enfatizando que, a partir desses momentos se implantaram as bases para a fundação das federações e confederação; e atribuir a força sindical à união dos trabalhadores organizados em sindicatos. Assim dizia:

Todos os benefícios vieram por causa do nosso movimento sindical. [...]. Quem tem sindicato guarda esperança de melhorar. Quanto mais unidos os trabalhadores, mais fortes serão os sindicatos, federações e confederação. A gente começou a ver os resultados dos sindicatos. Ainda temos que conquistar muitas coisas. Não podemos parar. Parando a gente apodrece. Dentro da lei e da ordem, vamos ter ainda muito que melhorar (p. 8).

Esse tipo de narrativa, enquanto discurso pedagógico formativo, na medida em que sobrelevava a ênfase à dimensão da união, parecia indicar ainda para além de uma comunhão cristã, senão posições políticas dadas, demarcar dois pontos indispensáveis ao movimento: 1 – reforçar a tese de que o sindicato era uma conquista dos próprios trabalhadores e não da Igreja ou Estado; 2 – aponta que, tolhida a ação política do sindicato no duro período de repressão e censura, instituída pelo Estado autoritário, a força de atuação sindical deveria ser minada para a ação coletiva e articulatória entre os organismos sindicais. Assim, reiterava o texto em outra passagem: “O movimento sindical é como água, parado vira lama. Se o movimento sindical parar deixa de ser movimento. Vira lama. Apodrece” (p. 7). E a última frase da citação acima declara: “dentro da lei e da ordem, vamos ter ainda, muito que melhorar” (p. 8).

O segundo texto intitulado de “*A força da união do movimento sindical dos trabalhadores rurais*” acentua a tese da união entre sindicato/federação/confederação como imprescindível na manutenção do *status quo* do sindicalismo rural. Assim postula:

[...] O SINDICATO é a UNIÃO DOS TRABALHADORES. Os trabalhadores unidos formam um sindicato. Um sindicato tem obrigação de agir dentro do município. Mas o sindicato só tem direito de agir no município. Um sindicato sozinho é muito fraco. O sindicato não pode agir fora do município. Um sindicato sozinho não melhora. Um sindicato não melhora sozinho. Um sindicato não pode pensar somente em si próprio. Um sindicato não pode querer pensar e agir somente no seu município. Os sindicatos ficam fortes quando se unem nas federações [...]. FEDERAÇÃO é a UNIÃO DOS SINDICATOS. Os sindicatos unidos formam uma Federação [...]. Uma Federação tem obrigação de agir no Estado onde tem sua sede. Uma Federação não pode agir fora do próprio Estado. Uma Federação sozinha é muito fraca. A Federação não pode agir fora do seu Estado. Uma federação sozinha não progride. Uma Federação não melhora sozinha. Não adianta pensar somente no Estado do Brasil onde a gente vive [...]. Porque querem mais união, as Federações se unem. Porque pensam no Brasil inteiro é que as Federações se unem. Para ter força e poder de agir favorável ao Brasil, as Federações formam a Confederação. [...] A CONFEDERAÇÃO É A UNIÃO DAS FEDERAÇÕES. As Federações. [...]. Nós camponeses já temos a nossa Confederação (p. 21 a 23).

Didaticamente, o texto enfatiza que não adiantaria o sindicato ou a Federação pensar só em si, uma vez que seu poder de ação se restringia ao local ou estadual, não conferindo “poder” suficiente para sua representação a nível nacional ou mesmo estrutural, capaz de reclamar demandas particulares e coletivas. A repetição exaustiva, por sua vez, demonstrava a intenção da FETAPE em se fazer compreendida pelos sócios de cada sindicato, bem como destes para com a Federação. A memorização, portanto, parecia ser um dos principais recursos didáticos nos textos e exercícios para facilitar a leitura e reforçar a “compreensão”. Não obstante, a maioria dos exercícios ter como enunciado a seguinte expressão: “vamos conversar para gravar os pensamentos da leitura e poder levar para nossos irmãos”. Ou “vamos conversar para gravar essas coisas na memória e no coração”. A expressão “*na memória*” indica o objetivo das questões levantadas – memorizar. Já a expressão “*no coração*” pode sugerir mais de uma coisa, a exemplo de que o camponês deveria não só lembrar dos eventos comemorados nas datas trabalhadas, mas atribuírem sentidos a eles, como: gratidão; sentimento de libertação e união.

Neste aspecto, é conveniente trazer algumas das perguntas elaboradas sobre ou em relação aos textos trabalhados a fim de elucidar o foco dado à memorização dos conteúdos. Vejamos:

VAMOS CONVERSAR SOBRE ESSES ASSUNTOS

- 1 – Em que dia foram reconhecidos nossos primeiros 5 sindicatos?
- 2 – Em que dia nasceu nossa Federação?
- 3 – O sindicato sozinho pode ser forte? Por que?
- 4 – O cristão que melhora sozinho pode ficar satisfeito? Porque?
- 5 – O que os 5 sindicatos fizeram para ficar fortes?
- 6 – Como é o nome completo da nossa Federação
- 7 – Quem é que dá força ao Sindicato? Por que?
- 8 – Quem é que dá força à Federação? Porque?

(Atividade do texto sobre a FETAPE. Edição do mês de junho, p. 3)

VAMOS CONVERSAR PARA GRAVAR OS PENSAMENTOS DA LEITURA E PODER  
LEVAR PARA NOSSOS IRMÃOS

- 1 – Que foi que houve em julho de 1963?
- 2 – Quantos Estados do Brasil se reuniram em Natal?
- 3 – Quantos assuntos a gente estudou em Natal?
- 4 – Sem os sindicatos as pessoas vivem melhor? Por que?
- 5 – O que ainda é preciso fazer para conseguir outras melhorias? Por que?
- 6 – O que vamos fazer para melhorar?
- 7 – Quando vamos principiar a fazer?

(Perguntas em relação ao texto intitulado “*Mais um pouco da vida da nossa união sindical*”  
Texto (p. 7 e 8), perguntas (p. 9). Edição do mês de julho)

VAMOS CONVERSAR

- 1 – Qual a associação que dá força aos trabalhadores? Por que?
- 2 – Qual a associação que dá força ao Sindicato? Por que?
- 3 – Qual a associação que dá força a Federação? Por que?
- 4 – Qual é o nome completo da nossa Confederação
- 5 – Qual o menor número de sindicato para formar uma Federação?
- 6 – Qual o menor número de sindicato para formar uma Confederação?
- 7 – Ainda precisamos agir para desenvolver nossos Sindicatos? Por que?
- 8 – O que já podemos fazer melhorar o Sindicato?

(Perguntas em relação ao texto intitulado de “*A força da união do movimento sindical dos trabalhadores rurais*” (p. 21 a 23). Perguntas (p. 23). Edição do mês de julho)

De maneira geral, essas perguntas não apresentavam potencial crítico de problematização que exigisse do trabalhador certa reflexão, mas sim objetivava a memorização dos elementos históricos e básicos acerca do Congresso de Itabuna, da Convenção de Natal, da fundação dos sindicatos, FETAPE e CONTAG. De um lado, reforçando pelo discurso cristão, a união dos associados da maquinaria sindical dentro da hierarquia do movimento. Por outro, esse caráter elementar das perguntas e dos próprios textos facilitaria ao rural a leitura e a decodificação do conteúdo.

Retomando, o discurso pedagógico do Jornal, em relação à união dos associados à hierarquia do organismo sindical, tinha, na soteriologia cristã e na figura do próprio Cristo, a ideia força do movimento, e uma “nova” representação ou autorrepresentação do trabalhador rural.

II – **A história de Jesus**, não como um todo conforme a narrativa bíblica e histórica, mas sim o “Jesus trabalhador” e “companheiro”, de forma direta, é narrada nas edições de abril/maio e junho; já no mês de julho, aparece subjacente à discussão como um todo. Cabe antecipar que o discurso religioso aparece de forma mais acentuada na edição do mês 07 quando trata da aposentadoria do trabalhador rural como a “lei de Deus”.

Pela narrativa pedagógica, na edição de abril/maio, a história de Jesus tinha o sentido de provocar, no trabalhador rural, associações e alusões entre: a) a páscoa – morte e ressurreição de Cristo – e a sua libertação a partir do reconhecimento sindical no Congresso de Itabuna, como visto anteriormente; b) reiterar o discurso da união como mola propulsora do sindicalismo rural tendo como referência o Cristo humano; c) a partir dessa imagem de Cristo feito homem/trabalhador, (re)significar ou (re)orientar sua “nova” representação ou autorrepresentação; d) por último, decorrendo desses pilares ser (re)orientado ao estado de compromisso no sentido “missionário” do “*novo evangelismo sindical*”, junto aos demais companheiros, apesar dos percalços e conflitos subjacentes nesse processo assim como Jesus o fizera em meio à perseguição sofrida. Considerando que o texto é bem curto, citamo-lo à íntegra:

#### **HISTÓRIA DE JESUS**

A gente já viu o que é a PÁSCOA. A gente já sabe que a PÁSCOA quer dizer PASSAGEM PARA UMA VIDA MELHOR. PÁSCOA É SAIR DA ESCRAVIDÃO. PÁSCOA É ENTRAR NA LIBERDADE.

Jesus, Filho de Deus, nasceu homem como a gente. Ele fazia tudo que a gente faz. Jesus só não fazia pecar. Jesus foi homem trabalhador. A gente vive do trabalho do campo. Jesus vivia do seu trabalho de carpinteiro. Porque nos ama, Jesus quer que a gente conheça toda a verdade. Jesus começou a ensinar a verdade. Porque começou a ensinar a verdade começou a ser perseguido, sofreu e morreu. Mas Jesus não ficou morto. Jesus recobrou a vida, Jesus ressuscitou. Depois que recobrou a vida Jesus passou uns tempos na terra. Ele encontrando e ensinando aos seus amigos.

O Apóstolo Paulo, diz que nossa fé só vale porque CRISTO ESTÁ VIVO. A nossa pregação só tem valor porque CRISTO ESTÁ VIVO. A gente sabe que um dia vai morrer. A gente sabe que também vai recobrar a vida. Por isso nossa fé tem valor. E é preciso agir para provar o valor da fé em Jesus. Por fim, Jesus subiu para o céu. Mas Ele prometeu ficar sempre do lado da gente. Ele inventou uns jeitos de ficar com a gente.

Um jeito de Jesus ficar com a gente é: JESUS ABENÇOAR A UNIÃO. Ele está sempre junto, quando dois ou mais companheiros estão unidos. Basta que a gente esteja com um companheiro e **JESUS ESTÁ NO MEIO DA GENTE.**

Outro jeito de Jesus ficar com a gente é este: **JESUS ESTÁ ESCONDIDO EM CADA PESSOA.** Cristo falou e disse: “o bem que você faz a uma pessoa está fazendo pra MIM, o mal que

“você faz a outra pessoa, você está fazendo mal a Cristo”. Ainda existe outros jeitos de Jesus ficar no meio de nós. Aos poucos a gente verá.

Antes de Jesus deixar a terra, Ele disse que a gente deve viver com Ele. Para os cristãos Jesus deu essa ordem: **VÃO POR ESSE MUNDO AFORA, VIVENDO E ENSINANDO A VERDADE A TODOS OS COMPANHEIROS.**

No próximo Jornal gente vai continuar a História de Jesus. Vamos estudar sempre como Jesus viveu e as ideias que Ele ensinou.

*(Jornal do Trabalhador Rural (p. 12 e 13). Edição do mês de junho)*

Tal texto, então, tendo como ponto de partida o fato de já haver sido trabalhado anteriormente na sequência didática, a alusão feita entre o significado produzido sobre o Congresso de Itabuna-BA e a Páscoa, agora reitera sob pressuposto afirmativo que os camponeses sabiam, portanto, que simbolicamente significava a passagem de uma condição de dependência e exploração, para o suposto “estado de liberdade<sup>91</sup>”.

Ao afirmar que Jesus, por querer que todos conhecessem a verdade e que acerca dela ensinou e foi perseguido/morto, parece indicar que a FETAPE ao reproduzir a mesma mensagem que a Igreja há milênios pregava (prega), intencionava, também, lembrar aos trabalhadores que a liberdade sindical atestada nas cartas sindicais adquiridas não fora uma concessão do Estado ou mesmo da instituição eclesiástica, e sim resultado de lutas. Portanto, tal como Cristo recobrou a vida e continuou a ensinar a verdade, seria de compromisso dos trabalhadores e dos sindicatos, mesmo em um período turbulento, continuar o trabalho de base junto aos demais companheiros de classe. Obviamente que isso não aparece de forma explícita, porém, subjaz a narrativa, decerto, intencionando estimular esse tipo de reflexão e/ou alusão.

Não obstante, ao expressar na primeira pessoa do plural: Jesus filho de Deus, nascido como homem e ter feito as mesmas coisas que os homens fazem, tinha o sentido de “promover”, ao menos no campo das ideias, a autorrepresentação dos camponeses. As frases curtas e repetitivas sugerem tal intencionalidade. As afirmações: “Jesus está no meio da gente”, “Jesus está escondido em cada pessoa”, escrito em letras maiúsculas e em negrito, no contexto colocado, subjacentemente, reiteravam essa intenção.

No fio do discurso, da narrativa do texto, essa autorrepresentação do camponês a partir de e em Jesus teria na fé do campesino sua linha articuladora, do contrário, a representação não teria qualquer valor equivalencial. A expressão “é preciso agir para provar o valor da fé em

<sup>91</sup> Cabe destacar, porém, que, no referido material, a noção de liberdade aí apontada não é correlata a qualquer conceito filosófico de liberdade nos moldes dos conceituados e clássicos pensadores: Kant, Hegel, Marx, Freire, e seus “discípulos” – Saviani, Antônio Joaquim e tantos outros. Para entender o conceito de liberdade nesses autores, ler: SILVA, André Ferreira da. Educação e Liberdade: o conceito de liberdade na pedagogia brasileira na década de oitenta. 289f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

Jesus” (p. 12), além de sugerir essa articulação/associação, reforçava que, assim como Jesus, o trabalhador deveria ter a ação de estar unido e articulado em grupo. Portanto, viver na dita liberdade – ou seja, no sindicato – requeria, a fim de assegurá-la, estar no movimento e trazer para este os demais companheiros de classe. Daí, (re)significando a frase atribuída a Jesus no Evangelho de Marcos (cp. 16, vs. 15), em letras maiúsculas e em negrito: “vão por esse mundo, vivendo e ensinando a verdade a todos os companheiros” (p. 13).

A figura de Jesus como trabalhador é reforçada ainda mais no jornal do mês de junho como já anunciava a edição de abril/maio no final do texto. Nesta edição, dá-se ênfase às suas inúmeras e supostas profissões, para além do ofício de carpinteiro, a saber: marceneiro, ferreiro, pedreiro, camponês e pastor. Isso porque, segundo as conjecturas feitas no próprio texto, nos tempos de Jesus, a carpintaria não dava conta das demandas primárias do carpinteiro o que o obrigava a desempenhar, paralelamente, tais atividades.

Para além do que já expomos até aqui em relação ao sentido pedagógico, subjacente nessas edições, de certa equivalência entre Jesus e os trabalhadores rurais no intuito de auto se representar se espelhando em Cristo feito homem, é fortuito lembrar que, pouco tempo antes daquele contexto-temporal, a FETAPE desenvolvera no Centro Social de Carpina, em decorrência dos convênios estabelecidos com a USAID e IADESIL, diversos cursos aos rurícolas, entre eles: costura, carpintaria, marcenaria, etc., conforme se lê no próprio contrato celebrado entre a federação e o governo do estado de Pernambuco atrelado ao IADESIL (ver item 2.1).

Assim, o Jornal da FETAPE de junho de 1972, ao fazer essas conjecturas dos supostos ofícios exercidos por Jesus, ampliaria ainda mais, ao menos em termos pedagógicos, o campo da representação do trabalhador.

Neste aspecto, essa representação comportaria tanto aqueles trabalhadores mais engajados no organismo sindical, quanto aos que passaram a se aproximar interessados apenas nos referidos cursos; ou ainda os não assalariados rurais – que, via de regra, eram em menor número nos sindicatos da Zona da Mata – Norte e Sul – hospedeira da mão de obra açucareira remunerada (ANDRADE, 1964).

Ainda em relação a essas funções de Jesus conjecturadas pela FETAPE no supracitado Jornal, a categoria de trabalhador rural “dá” lugar à noção de camponês, ampliando para essa malha, o pequeno agricultor e pastor, fazendo referência não só ao assalariado como o fora no início da organização, mas as demais categorias (foreiro, meeiro, arrendatário e pequeno produtor), conforme a legislação determinava desde 1965.

Jesus, portanto, era apresentado simbolicamente como “trabalhador-mor”, a quem os camponeses de forma geral e ligados aos sindicatos deveriam em correlato à fé e à obediência Nele, assumir o compromisso de: união; filiação ao sindicato; e levar o discurso sindical a outros trabalhadores fora do organismo, nas condições possíveis, a fim de recrutar novos sócios. Tais compromissos eram concebidos no fio do discurso dos referidos textos pedagógicos como basilares à vida do movimento. Essa pegada discursiva anunciava a reorientação formativa da FETAPE, minando aos olhos do regime e mesmo no interior do movimento no período mais duro do Estado militarista, para um princípio formador embasado no corolário da obediência e da comunhão espelhada em Jesus.

Assim sendo, a máxima do Evangelho segundo Mateus (cp. 15, vs. 16) atribuída a Jesus e (re)significada/reeditada no Jornal, “vão por esse mundo afora, vivendo e ensinando a verdade a todos os companheiros”, adquiria incisivo valor pedagógico nos respectivos textos do mês de abril/maio e junho aqui referidos. Não obstante, ainda no decorrer do texto – a história de Jesus –, do mês de junho, interroga: “Todos nós estamos ensinando aos nossos irmãos camponeses?” (p. 12). E, no exercício proposto acerca da narrativa do mês de abril/maio, pergunta-se: “questão 11 - Qual foi a ordem que Jesus deu aos cristãos?; 12 - Vocês estão cumprindo essa ordem? Por quê?”.

Esse princípio norteador do “ensinar” um ao outro, o qual já era uma prática pedagógica do movimento sindical desde 1961 sob orientação do SORPE como vimos em suas diretrizes na seção 1 dessa dissertação, é reforçado no referido Jornal quando tematiza a aposentadoria do trabalhador rural. “A gente precisa estudar as palavras que escuta, aprender direito para ensinar certo aos companheiros que não estão na escola” (p. 4).

**III – A aposentadoria do trabalhador rural**, apresentada nas três edições do Jornal, compreendia um “pacote” assistencial do Estado autoritário através da previdência social rural, “atendendo” às demandas previdenciárias reclamadas pelo movimento sindical desde seu surgimento em 1961. Embora a Constituição de 1934 já reconhecesse que todo trabalhador do Brasil tivesse direito previdenciário, a CLT<sup>92</sup> de 1943 incluiu o trabalhador rural, e mesmo sendo legalmente reconhecida no Estatuto do Trabalhador Rural, cujos artigos 158 e 182 instituíam o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), sua efetivação, entretanto, só se daria no período militar através do Decreto lei nº 276 de, 28 de fevereiro de 1967, que dava forma ao referido fundo. A este, foi atrelado o Programa de

---

<sup>92</sup> Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943.

Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) através da Lei Complementar nº 11 de 25 de maio de 1971.

O PRORURAL, então, estava imbricado na ideia força do assistencialismo do Estado autoritário para com os trabalhadores rurais a fim de construir, no imaginário destes, certa legitimidade, cerceá-los, bem como aos seus sindicatos. Isso, portanto, legalmente estruturado para atender aos beneficiários do FUNRURAL. Assim, a partir de 1972, os trabalhadores rurais passariam a receber os benefícios financeiros previstos no programa.

De acordo com o artigo 2º da lei Complementar e, inclusive, citado no Jornal da FETAPE, edição de julho (p. 3), o PRORURAL compreendia 6 (seis) benefícios: i) aposentadoria por velhice; ii) aposentadoria por invalidez; iii) pensão; iv) auxílio funeral; v) serviço saúde; e iv) serviço social. O FUNRURAL, por sua vez, deveria assegurar as condições para que estes benefícios chegassem ao trabalhador rural, seja o assalariado ou pequeno produtor que trabalhava em regime de agricultura familiar.

Desse modo, o Estado ditatorial “transforma” os sindicatos em executores e sedes do PRORURAL, fazendo deste programa o novo gueto de ação que supriria o esvaziamento político a que ficaram bitolados a partir de 1964 e mais ainda depois do AI-5 e AI-9.

Estando os sindicatos da categoria, agora, incumbidos de executar o PRORURAL para o homem do campo, a FETAPE, por meio do Jornal, orienta os trabalhadores rurais acerca dos seis benefícios do programa, esclarecendo aspectos elementares como o passo a passo para o recebimento dos auxílios e as condições para recebê-los, bem como reforçar, na medida do possível, a contragosto dos opositores ou mesmo certa contradição, que isso não era uma concessão e sim uma conquista.

Seguindo uma certa lógica didática correspondente à sequência dos benefícios do PRORURAL, na edição do mês de abril/maio, explica-se sobre a aposentadoria por velhice; em junho, a aposentadoria por invalidez; e, no mês de julho, um panorama mais geral da aposentadoria e outros dois benefícios – pensão e auxílio funeral. Esta última edição, por sua vez, exibiu um posicionamento discursivo, senão mais crítico em relação às demais, ao menos reforçando que tais auxílios eram direitos do próprio trabalhador rural e faz isso mediante o discurso religioso.

Na edição do mês de abril/maio, aborda-se a aposentadoria por velhice – primeiro benefício do PRORURAL. O texto base de leitura restringe-se apenas a explicar a idade na qual o trabalhador rural passaria a ter o direito e os procedimentos burocráticos a que o mesmo deveria seguir para sua aprovação, bem como o valor correspondente, vejamos:

## APOSENTADORIA

Vamos continuar estudando a APOSENTADORIA. Existem duas qualidades: APOSENTADORIA POR VELHICE E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. Nesse Jornal a gente vai estudar a APOSENTADORIA POR VELHICE.

Já tem direito de se aposentar por velhice todo trabalhador rural com 65 anos ou mais de 65 anos.

Para receber a aposentadoria e o dinheiro o velhinho vai ter que andar um pouco. Primeiro que tudo deve ir no seu sindicato. O sindicato vai explicar aonde o velhinho vai encontrar o Agente do FUNRURAL.

O AGENTE vai pedir três coisas ao velhinho. Essas três coisas são: um documento provando a idade, um documento provando que é trabalhador rural e quatro retratos tamanho 3 por 4.

Para provar a idade o velhinho precisa de um destes documentos: Registro de Nascimento ou Casamento. Pode ser ainda prova de idade a Carteira Profissional ou a Carteira de Identidade. Em último caso a Certidão de Batizado. Vocês compreenderam? Não é preciso esses documentos. Basta um documento para fazer a prova de idade.

Para provar que se é trabalhador rural tem um papel próprio. O AGENTE DO FUNRURAL entrega esse papel ao velhinho. O velhinho leva esse papel para o sindicato aprontar.

Não esquecer de tirar o retrato. O velhinho precisa de 4 retratos tamanho 3 por 4.

Depois que se consegue essas coisas, deve-se voltar ao AGENTE DO FUNRURAL. Ele recebe os documentos e os retratos e prepara um papel chamado requerimento. REQUERIMENTO quer dizer PEDIDO POR ESCRITO. Esse requerimento deve ser assinado pelo trabalhador. Quer dizer, não se vai assinar com o dedo melado de tinta. Se o velhinho não sabe assinar, precisa duas pessoas assinar por ele junto ao AGENTE.

O AGENTE fica com todos esses documentos e os retratos. O velhinho recebe um cartão chamado PROTOCOLO. Esse cartão é a prova que o velhinho deu entrada nos documentos. O velhinho deve guardar o cartão com cuidado para não perder ou sujar.

Quando fizer dois meses que deu entrada nos papeis, o velhinho deve voltar ao AGENTE DO FUNRURAL. Dessa vez deve voltar levando o cartão chamado PROTOCOLO.

O AGENTE recebe o cartão e entrega ao velhinho o Carnê. Carnê é uma caderneta. Esse Carnê é um papel comprido e dobrado bem certinho. É com o carnê que o velhinho vai receber o dinheiro no Banco.

Quem já estava com 65 anos ou mais idade em 1º de janeiro de 1972 já tem direito a aposentadoria. Já está contando de janeiro em diante e vai receber os atrasados. São Cr\$ 113, 00 (cento e treze mil cruzeiros antigos) para cada mês. De janeiro até abril são 4 meses. O velhinho já tem direito a 4 vezes Cr\$ 113, 00, que dá um total de Cr\$ 452,00 (quatro centos e cinquenta e dois cruzeiros). O dinheiro da APOSENTADORIA é a metade do maior salário mínimo do Brasil. Até o mês de abril esse salário era Cr\$ 226,00 e a metade dele igual a Cr\$ 113, 00.

*(Jornal do Trabalhador Rural (1972, p. 6 a 8). Edição de abril/maio)*

Essa explicação, para além da burocracia própria dos processos de encaminhamento para a aposentadoria que o trabalhador rural em idade apropriada deveria obedecer, demonstrava também o aparelhamento do sindicato à estrutura do FUNRURAL. Ao dizer que o camponês, primeiro, deveria ir ao sindicato, reafirmava esse imbricamento. Entretanto, a lei complementar que instituía o PRORURAL não estabelecia como pré-requisito ser, necessariamente, associado ao sindicato para ter acesso ao benefício. A condição fundante para

se ter direito conforme o programa era provar ser trabalhador rural e ter, no mínimo, 65 anos de idade. Essa prova, contudo, precisava ser reconhecida pelo FUNRURAL.

Duas outras questões merecem atenção na narrativa do texto. Uma, o valor da aposentadoria equivalente à metade do maior salário-mínimo no Brasil, ou seja, a 50%, que, em abril de 1972, correspondia a Cr\$ 113,00 (cento e treze cruzeiros). Considerando a idade mínima para se aposentar de 65 anos e que a expectativa média de vida na década de 1970 era 53,5 anos (IPEA, 2016), bem como o salário-mínimo no interior de Pernambuco ser Cr\$ 182,40 (cento e oitenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), conforme essa mesma edição do *Jornal do Trabalhador Rural* (p. 11), pode-se dizer que o trabalhador rural aposentado no interior de Pernambuco vivia bem abaixo das condições mínimas, uma espécie de garantia de renda na velhice. Deve-se somar o fato que só um membro da família teria direito, na quase totalidade, os “chefes de famílias” (IPEA, 2016), exceto em caso de pensão como se verá mais à frente.

A segunda questão talvez fortuita que não deve passar despercebida no texto acima é o adjetivo de “*velhinho*” dado ao trabalhador rural em idade de aposentar-se.

Cabe questionar, frente a isso, qual o sentido pedagógico dessa adjetivação? Isso não ajudaria, ao contrário, uma representação do sindicato como coisa de velho ou de aposentadoria uma vez que o FUNRURAL e PRORURAL focavam no aspecto assistencialista? Ou ainda reforçar o discurso de que o trabalhador rural, em idade recomendada, seria ingênuo?

A nosso ver, o referido texto reforçava essa concepção na medida em que insistia dizendo que este trabalhador deveria ter cuidado até em guardar e não sujar o documento de aposentadoria. Essa leitura ingênua acerca do adulto foi uma das importantes problematizações levantadas por João Francisco de Souza (2007), identificada na prática de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) segundo o autor, importado da educação infantil. É neste sentido que estamos entendendo a maneira como o material reporta-se ao camponês em idade de aposentadoria, concebido como alguém que não sabia cuidar nem mesmo de um documento. Ignorando, portanto, todo o saber deste, bem como sua capacidade de trabalhar, cuidar, educar, etc., que tinha sua própria experiência, e, a partir dela, construía suas representações a respeito de suas condições.

Já o *Jornal* do mês de junho, no que se refere aos benefícios do PRORURAL, referia-se ao segundo tipo de aposentadoria – por “invalidez”. Esta poderia ser por tempo determinado, até o momento em que o trabalhador impossibilitado por motivos de saúde, fosse curado; ou por toda a vida, caso o mesmo não pudesse mais trabalhar. Assim, dizendo-se respaldar-se na lei, explicava as situações em que o trabalhador poderia se aposentar. Argumentava, também,

que não era qualquer doença que o habilitaria a recebê-la e que o benefício teria validade segundo o quadro de saúde do trabalhador.

O texto reforçava, igualmente, que, para se aposentar nessas circunstâncias, requeria do trabalhador os mesmos procedimentos junto ao sindicato e ao FUNRURAL assim como os que se aposentavam por idade, pois, precisaria provar, além de ser trabalhador rural, estar impossibilitado de exercer sua função laboral. Para isso, precisaria passar pelo médico do programa que “concedia o auxílio”. Apesar de não propor crítica ao assistencialismo subjacente ao referido auxílio, afirma: “o velho e o doente sem cura tem direito a receber dinheiro sem trabalhar. Esse dinheiro não é esmola. Esse dinheiro é um direito [...] da lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971” (p. 4).

Essa afirmação sugere que, apesar de restrita à ação sindical, a estrutura assistencialista do PRORURAL e FUNRURAL, a FETAPE demonstrava não reconhecer a aposentadoria como concessão e sim uma conquista do próprio movimento, o que não significava, necessariamente, contraposição ao assistencialismo. Nesse sentido, cabe antecipar que, ainda que internamente houvesse discórdias e divergências acerca disso, na prática cotidiana dos sindicatos na Mata Norte, sua ação foi fortemente de convivência e/ou adesão ao assistencialismo sob discursos um tanto quanto rasos e contraditórios (ver seção 3).

Retomando a questão de a FETAPE por meio do Jornal reconhecer o dinheiro de aposentadoria um direito e não concessão, na edição do mês de julho, o material formativo em um dos textos sobre o assunto é bastante incisivo neste aspecto. Esse mesmo texto se dirigia a combater o medo que os trabalhadores rurais tinham de se aposentarem, pois, eram induzidos ideologicamente, por quem quer que seja, a pensarem ser coisa do diabo/besta-fera, conforme o próprio Jornal. Este, por sua vez, levava a discussão acerca do tema para o campo ideológico religioso como recurso pedagógico no sentido de orientar os trabalhadores em idade ou impossibilidade de trabalhar, a não acreditarem nesse tipo de coisa, porque a aposentadoria era a lei de Deus e não querer a aposentadoria era rejeitar a própria lei de Deus e cumprir a lei da besta-fera, vejamos o texto na íntegra:

**A APOSENTADORIA NÃO É DA BESTA-FERA!  
A APOSENTADORIA NÃO É DO DIABO NÃO!**

Existe muita gente que não quer se aposentar. Sabem por que? É que estão dizendo que a aposentadoria é dinheiro do diabo. Estão boatando que a aposentadoria é dinheiro da besta-fera.

A gente não deve dar ouvido a essas conversas. A gente precisa esclarecer os irmãos. Vamos esclarecer nossos irmãos velhinhos. Vamos esclarecer nossos irmãos doentes. Os velhinhos e doentes tem direito à aposentadoria. Eles devem procurar seu direito de aposentadoria.

#### A APOSENTADORIA É A LEI DE DEUS

A LEI DE DEUS garante uma vida feliz aqui na terra. Deus quer que a nossa felicidade comece logo na terra. Deus criou a terra e as riquezas para nossa felicidade. Deus quer que todos os homens aproveitem das riquezas da terra e que todos sejam felizes.

#### A FELICIDADE COMEÇA AQUI NA TERRA MESMO

Quem inventou que a felicidade só vem depois da morte, quem inventou essa mentira, está querendo gozar sozinho das riquezas da terra.

A verdade é outra. A verdade é que a felicidade começa aqui na terra. Aqui na terra a gente deve conhecer a felicidade.

A LEI DE DEUS não faz diferença entre pessoas. Pobres e ricos, pretos e brancos, gordos e magros, homem e mulher, jovem e velho, doente e sadio, brasileiro e estrangeiro, camponês e doutor, todos somos filhos de Deus. Todos nós merecemos, pela vontade de Deus, a felicidade. A LEI DE DEUS abarca todos nós.

#### DIREITOS QUE A LEI DE DEUS DÁ A TODOS OS HOMENS

Pela LEI DE DEUS todos os homens tem direito a: comida, roupa, casa, escola, trabalho, AMPARO NAS DOENÇAS, AMPARO NA VELHICE e ainda outros direitos.

A LEI DE DEUS GARANTE AMPARO NA VELHICE. A LEI DE DEUS GARANTE AMPARO NA DOENÇA. A LEI DE DEUS GARANTE PARA TODOS OS HOMENS O AMPARO NA VELHICE E O AMPARO NAS DOENÇAS.

A APOSENTADORIA É AMPARO NA VELHICE. A APOSENTADORIA É AMPARO NAS DOENÇAS. Quer dizer então: A APOSENTADORIA ESTÁ NA LEI DE DEUS.

QUANDO É QUE A BESTA-FERA SE SOLTA. A besta-fera está solta quando o trabalhador precisa pedir esmola.

#### QUANDO É QUE O DIABO FICA SOLTO NO MUNDO

O diabo está solto quando velho e o doente não tem descanso. A falta de sossego para o velhinho e o doente é fruto de injustiça. A injustiça de pedir esmola é do reinado da besta-fera.

#### QUERER A APOSENTADORIA É QUERER A LEI DE DEUS

A JUSTIÇA é de DEUS. A aposentadoria é fruto da justiça. A aposentadoria vem da parte de Deus. Enjeitar a aposentadoria é cumprir a lei da besta-fera. Rejeitar a aposentadoria é ficar fora da LEI DE DEUS. Desprezar a aposentadoria é ficar fora das leis das autoridades do BRASIL.

Querer a aposentadoria é cumprir a LEI DE DEUS. Querer a aposentadoria é ficar dentro das leis das autoridades do Brasil.

#### A APOSENTADORIA É DINHEIRO DO NOSSO TRABALHO.

O dinheiro da aposentadoria é dinheiro do Brasil. O dinheiro do Brasil é fruto do trabalho do povo brasileiro. O dinheiro do Brasil é fruto do suor do trabalhador. O camponês é trabalhador brasileiro. O dinheiro do Brasil também é fruto do nosso trabalho do campo. O dinheiro da aposentadoria também é fruto do nosso suor.

#### COM PACIÊNCIA VAMOS AJUDAR A TODOS OS NOSSOS IRMÃOS

Com paciência vamos conversar estas coisas com nossos companheiros. Como muita paciência vamos ajudar nossos irmãos velhos e doentes.

Temos que ter paciência. Os nossos irmãos esperaram tanto a aposentadoria e ela demorou demais a chegar. Quando chegou quase ninguém esperava, por isso não quis acreditar.

Ser cristão é ajudar a melhorar a vida dos irmãos. Ser cristão é tirar os atrapalhos do caminho dos irmãos. Ser cristão é procurar um jeito de facilitar a vida dos irmãos. Vamos ajudar nossos irmãos. Com a nossa ajuda, os irmãos vão recuperar a fé perdida. Vamos ajudar a procurar o direito da aposentadoria.

*(Jornal do Trabalhador Rural (1972, p. 11 a 13). Edição de julho)*

Esse texto oferece algumas pistas da orientação formativa da FETAPE nesse período em relação à aposentadoria do trabalhador rural, no sentido de reconhecê-la simultaneamente como fruto de luta dos próprios camponeses e “benfeitoria” das leis do Estado. Portanto, paradoxalmente, ao mesmo tempo, em que combatia a ideia de concessão como que querendo contrapor-se ao assistencialismo, reconhecia como sendo dada pela lei do Estado, lei essa que “dava” amparo ao velho e ao doente.

A alusão da lei de aposentadoria à lei de Deus, sendo esta, por sua vez, justa e promotora de proteção e bem-estar, reforçava ao menos no plano pedagógico/ideológico a esperança (fé) dos trabalhadores rurais em idade e condição de receber o auxílio, na lei que a instituía. Promovia, ainda, o reconhecimento do Estado como “agente” instituinte de tal lei, na medida em que afirmava estar a aposentadoria na lei de Deus e das autoridades do Brasil.

Percebe-se que a FETAPE, mediante esse texto formativo, não só reconhecia o assistencialismo – e dele não discordava – como também a própria autoridade da lei e do Estado na medida em que dizia que querer a aposentadoria era querer a lei de Deus e das autoridades do Brasil. Ou seja, a besta-fera eram aqueles que se opunham ao Estado. Isso demonstra, senão a conivência com o regime, ao menos reconhecimento e concordância com a política assistencialista.

Outrossim, as perguntas colocadas como exercício didático referente ao assunto, à luz dos textos trabalhados, tendiam a reforçar tanto a memorização quanto a concordância com a leitura apresentada:

#### VAMOS CONVERSAR

- 1 – Aposentadoria é uma esmola? Por que?
- 2 – Quais são as duas qualidades de aposentadoria?
- 3 – Com quantos anos se aposenta por velhice?
- 4 – Com quantos anos se aposenta por invalidez?
- 5 – O que o velhinho precisa fazer para se aposentar?
- 6 – O que quer dizer invalidez?
- 7 – O inválido pode perder a aposentadoria? Por que?
- 8 – O que o inválido precisa fazer pra se aposentar?
- 9 – Como é o nome da lei que dá direito à aposentadoria?

*(Edição do mês de junho. Perguntas (p. 7), em relação ao texto que trata da aposentadoria por invalidez (p. 4 a 7).*

VAMOS CONVERSAR, PRESTANDO BEM ATENÇÃO PARA O QUE A GENTE ESCUTE E PARA O QUE A GENTE FALA. DEPOIS DE TUDO É PRECISO ENSINAR AOS NOSSOS IRMÃOS

- 1 – A felicidade só vem depois da morte? Por que?

- 2 – A lei de Deus faz diferença entre as pessoas? Por que?  
 3 – Quais são os direitos que a lei de Deus nos dá? Por que?  
 4 – A aposentadoria pode ser da besta-fera? Por que?  
 5 – É justo um trabalhador pedir esmola? Por que?  
 6 – A injustiça é o Reino de Deus ou do diabo? Por que?  
 7 – De onde vem o dinheiro da aposentadoria?

*(Edição do mês de julho. Perguntas (p. 14), em relação ao texto intitulado “A aposentadoria não é coisa da besta-fera! A aposentadoria não é coisa do diabo não! (p. 11 a 13).*

Essa mesma edição do mês de julho ainda esclarece acerca de outros dois benefícios do PRORURAL ligado ao FUNRURAL: pensão e auxílio funeral.

De acordo com a lei Complementar nº 11, também mencionada no texto do Jornal acerca da pensão, explica-se que esta era destinada à família ou aos dependentes do trabalhador rural, em três situações: a) na morte do mesmo, nesse caso, a família ou dependente passaria a ter direito a contar do dia do falecimento; b) desaparecimento do lavrador, dado como suspeito de morto; neste caso, o beneficiável só passaria a ter o direito assegurado após seis meses do fato, e dependia da assinatura do Juiz; c) se o trabalhador desapareceu em um acidente ou tragédia, o que dispensava a assinatura do magistrado, e nem se esperavam os seis meses; entretanto, se o desaparecido retornasse, perdia-se o direito. O valor do benefício era de 30% (trinta por cento) do último salário-mínimo recebido pelo agricultor, o qual, segundo o próprio material da FETAPE, era, naquele momento, Cr\$ 81,00 (oitenta e um cruzeiros). O mesmo estava valendo desde o dia 31 de dezembro de 1971 (Jornal do Trabalhador Rural, julho de 1972, p. 4-5).

Acerca do auxílio funeral, explica o texto que o PRORURAL pagaria o enterro do trabalhador, não sendo mais necessário a família pedir ajuda a ninguém. O auxílio era no valor de um salário-mínimo da região onde o falecido morava. Segundo o Jornal, para todo o interior de Pernambuco, o salário naquele momento era Cr\$ 182,40 (cento e oitenta e dois cruzeiros e quarenta centavos).

Percebe-se que a FETAPE, por meio desse jornal, se propunha apenas a esclarecer aspectos elementares e burocráticos acerca dos benefícios do PRORURAL, não deixando de ser, apesar da repressão e tensão do período, uma demonstração de adequação e/ou adesão à lógica sindical tutelada pelo Estado autoritário que limitou o sindicato rural em executor do supracitado programa.

Para além do foco dado ao PRORURAL e FUNRURAL, aos aspectos históricos e ideológicos religiosos centrados na figura de Jesus como trabalhador-mor, o Jornal do Trabalhador Rural ainda cuidou, enquanto assuntos de formação, do problema de

saúde/higiene. Assunto que como vimos na seção 1, através dos discursos do Padre Petronilo Pedrosa, diretor do Centro Radiofônico de Educação Rural (CRER) de Nazaré da Mata, demandava atenção pedagógica à região da Mata Norte.

IV – **Saúde/higiene** – a atenção da FETAPE dada ao tema, nesse material educativo, imbricada à educação sindical demonstra a demanda sanitária reproduzida nas condições de vidas dos camponeses em Pernambuco. A falta de orientação básica em relação à higiene, somada a outras variáveis, comprometia a saúde dos camponeses. Segundo Santos (2014), ainda nos idos de 1963, moléstias e endemias levaram o então governador, Miguel Arraes, a instituir um serviço de assistência à saúde, a exemplo do Serviço de Assistência Itinerante (SAI).

A questão da saúde, especialmente a assistência médica dentária, esteve imbricada aos sindicatos da Mata Norte desde o surgimento do movimento em 1961 e foi ganhando proporção e centralidade no pós-golpe, conforme observamos nas atas do sindicato de Nazaré da Mata; e sobretudo com a política assistencialista do PRORURAL e FUNRURAL, em que um dos auxílios era o serviço saúde. Não obstante, os sindicatos nesse período pareciam posto médico, segundo nos relataram alguns dos memorialistas que entrevistamos.

Neste sentido, a FETAPE, através do Jornal nas edições de junho e julho de 1972, reforçava a educação sanitária e de saúde preventiva a fim de combater propagação de doenças microbianas, como o amarelão (nome popular dado à ancilostomose), que causava problemas intestinais. Faz isso utilizando-se de poesias e do famoso personagem Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato, na obra *Urupês*, que retratava o trabalhador rural paulista nas primeiras décadas do século XX.

Essa viabilização da educação de saúde preventiva através dos recursos linguísticos e literários: poesias e contos, buscou orientar acerca dos aspectos sanitários de forma simples e inteligível aos trabalhadores rurais, numa linguagem em que o conhecimento popular dos camponeses se fazia circular entre eles. Tanto que muitos trabalhadores ligados aos sindicatos escreviam e enviavam poemas para a equipe de educação da FETAPE, alguns destes foram editados no supracitado Jornal, contendo a referência aos autores. Contudo, utiliza como recurso didático para orientar acerca dos micróbios uma poesia de autoria não identificada.

### Poesia dos micróbios

Pedro estava tossindo,  
De muita febre atacado,  
Espirro pra todo lado  
Caiu de cama prostrado

Ficou sem ir trabalhar  
Pobre de Pedro. Coitado!  
Era gripe, constipação  
Outros chamam resfriado.

Juca, compadre de Pedro,  
Muito franzino estava  
E visitando o amigo  
No outro dia acamava  
Manoel, outro amigo  
De saúde dominado  
Visitou compadre Pedro  
Mas não pegou resfriado

Sabendo do sucedido  
A gente se perguntava:  
Por que o Juca acamou  
E o Manoel trabalhava?

Antônio era entendido,  
Aos companheiros explicava  
MEDICINA PREVENTIVA  
O povo assim despertava:  
Amigos e companheiros,  
A situação sofrida  
Está fechando nossos olhos  
Para a ciência da vida.

O progresso do estudo  
Descobriu tanto saber  
Coisas novas descobertas  
Que nos ajudam a ver.

Quem está curto da vista  
E não enxerga pra ler  
Bota óculos de grau  
Do olho aumenta o poder

Mas existem outras coisas  
Tão pequenas, podem crer,  
São chamadas de MICRÓBIOS  
E nem os óculos faz ver.

Para o MICRÓBIO olhar  
O grau do vidro é maior  
Aumenta mil vezes a mais  
A vista alcança melhor.

Nos óculos não cabendo  
O grau que fica de alerta  
Obrigou o homem afazer  
Uma nova descoberta.

Uma peça ou aparelho  
MICRÓBIO é chamado  
Faz ver a menor coisinha  
Que bota o homem acamado

*(Jornal do Trabalhador Rural edição do mês de junho de 1972 (p. 15 e 16))*

O sentido pedagógico da poesia era explicar aos camponeses como se dá o contato e o desencadeamento de doenças. Os nomes dos personagens comuns aos trabalhadores rurais como Pedro, Juca e Manoel, ao mesmo tempo em que poderia servir como modo de possibilitar associação e assimilação do conteúdo, reforçaria também a ideia do cuidado tanto individual quanto coletivo. Isso enquanto princípio cristão, conforme se perguntava no exercício acerca do assunto, “Quem faz o bem ao menor irmão está fazendo ao próprio Cristo? Por que?; Antônio agiu como cristão? Por que?; E nós? Que estamos fazendo para merecer o nome de cristão?” (p. 18), perguntas 13,14 e 15 respectivamente.

Se, no Jornal do mês de junho, utilizou-se da poesia para “ensinar” saúde preventiva. No mês seguinte, baseia-se no personagem de Monteiro Lobato, Jeca Tatu, que representava o trabalhador rural “esquecido” dos poderes públicos e marcado pelos maus hábitos de higiene, para orientar os camponeses dos problemas da falta de higiene comprometedora da saúde, conseqüentemente do bem-estar no geral e da incapacidade de trabalhar.

Entretanto, se, no conto de Monteiro Lobato, o papel de Jeca era uma crítica que “encarnava” o descaso dos poderes públicos para com os camponeses brasileiros da década de 1920, no *Jornal do Trabalhador*, esse aspecto crítico é totalmente esvaziado pela exaltação do “bobo” do personagem, sem higiene básica, que por pisar em fezes foi contaminado pelo amarelão.

Assim, convoca, ao cuidado sanitário, orientando os camponeses a não fazerem cocô aos arredores de suas casas e no chão, mas na privada, conforme Figura 4, retirada do texto.

**Figura 4 - Fragmento do texto sobre educação de saúde preventiva de combate ao amarelão**

<p>NO MATO, NÃO!</p> <p>NA PRIVADA, SIM!</p>	<p>FAZER COCÔ NO CHÃO TRAZ PREJUÍZO PARA OS IRMÃOS P O R Q U E:</p> <p>No cocô das pessoas doentes de <i>amarelão</i> estão os ovos do verme que se espalham pelo chão pra depois entrar no corpo de um companheiro e irmão, atacando o intestino, sem dó e sem compaixão, trazendo-lhe muitas dores que parecem maldição.</p>
--	--

Fonte: *Jornal do Trabalhador Rural* editado pela FETAPE em julho de 1972, p. 19.

Ora, as afirmações: no mato não! Na privada sim!, por um lado ignoravam o fato de muitos trabalhadores nesse período morarem em casa de taipa (ANDRADE, 1969, 1989), portanto, nem sequer tinham sanitário; por outro e correlato à mesma ignorância, ao invés de apontar as críticas aos descasos dos poderes públicos, parecia “responsabilizar” o próprio camponês da falta de higiene. O texto ao lado das duas afirmações reiterava essa “responsabilidade”, sob discurso cristão de compromisso consigo e com o próximo, evitando, portanto, direcionar o aspecto formativo para as questões de ordem pública e estrutural.

### 3.2.2 Os informativos de educação da FETAPE no *Jornal do Trabalhador Rural*

O *Jornal*, além de servir para orientar a educação dos trabalhadores rurais em relação à vida sindical, era também recurso didático para as aulas de alfabetização dos camponeses e seus filhos. O setor de educação da FETAPE, utilizava esse processo formativo atrelado à educação do movimento. Segundo informações do próprio *Jornal*, os três Centros Sociais – Carpina,

Garanhuns e Ribeirão - eram responsáveis pelo acompanhamento das aulas e de manter vínculos com os alfabetizadores(as). Deles(as), muitos eram ligados(as) ao departamento de educação da federação e voluntários, desde que tivesse algum nível de escolarização, dominasse os códigos da escrita e as operações básicas da matemática. O fragmento de uma carta enviada por Rita Belarmina de Santana, da cidade de Nazaré da Mata, ao setor de educação, demonstrava isso conforme relata o Jornal, edição do mês de junho: “Rita está pensando em ensinar onde mora e também quer estudar o curso ginásial” (p. 29).

O setor de educação recebia diversas cartas dos alfabetizadores(as) desses três centros e as relatava no Jornal dando destaque às informações sobre as condições das escolas, o que nos possibilita identificar o perfil dos(as) educadores(as) e das precárias condições para o funcionamento das aulas. Segundo a edição de abril/maio, a FETAPE recebera 30 cartas, sendo 19 do Centro de Garanhuns, 6 de Carpina e 5 de Ribeirão. Na edição de junho, foram 24 cartas, 21 de Garanhuns, 3 de Ribeirão e 1 de Carpina. Na edição de julho, não é informado o número. É válido destacar que, o número de carta não representava o quantitativo de professores, pois, não havia uma obrigatoriedade em enviar correspondências, isso era feito voluntariamente. Com isso estamos querendo dizer que, por falta de outros documentos, não sabemos ao certo o número de alfabetizadores.

Todavia, correlacionando às informações contidas nessas cartas, segundo o Jornal, é possível dizer que: a) o número de estudantes em uma turma variava entre 20 e 26; b) as aulas eram à noite para os adultos, as crianças pela manhã; c) os alfabetizadores(as) bastavam dominar elementares já apontados anteriormente; d) cada turma ou comunidade se responsabilizava para angariar os instrumentos indispensáveis como giz, querosene para os lampiões, candeeiros, etc.; e) a maioria dos estudantes adultos, eram sócios em seus sindicatos; f) os textos de leitura e alfabetização eram os produzidos pelo próprio Jornal. Em certa medida, esse processo garantiria a mediação e interação entre FETAPE e alfabetizadores(as) em suas localidades e sindicatos, na medida em que os formadores e trabalhadores escreviam cartas à Federação contando a respeito do andamento das aulas e a discussão sobre os assuntos anteriormente enviados nos Jornais.

A afirmação exibida na edição de abril/maio indica essa relação de imbricamento: “a turma de Benedito gosta do Jornal, pede pra continuar a história de Jesus e pede a proteção de Deus para os companheiros que escrevem o jornal” (p. 20). E o pessoal ligado ao Centro de Carpina dizia: “os jovens também apreciam a leitura do jornal. A turma discute o Jornal” (p. 20). Assim, responde a equipe pedagógica no próprio Jornal: “O Jornal é dos alfabetizadores e

suas turmas. A equipe se encarrega de reunir o que vocês mandam [...], escrevam sempre para o Jornal” (p. 20).

Todavia, as dificuldades próprias de cada localidade desanimavam muita gente de continuar estudando, inclusive alfabetizando, como a alfabetizadora Maria de Lourdes, do Sítio São Paulo na cidade de Machados, ligada ao centro de Carpina, conforme edição de abril/maio.

Possivelmente, a fim de estreitar aproximação com os trabalhadores, a Federação fazia questão de mencionar o nome de todas as pessoas que enviavam cartas, bem como felicitava os aniversariantes do mês, nominalmente.

As atividades referentes à alfabetização, exibidas no Jornal, envolviam questões sobre o sindicalismo rural nos moldes acima referidos, bem como uso de poesias e adivinhações fazendo circular o conhecimento popular dos próprios camponeses.

Dentre as informações vinculadas, estava a atuação dos Jovens Bolsistas nas atividades sindicais. Esses jovens eram beneficiados do Programa de Bolsas de Estudos (PEBE), criado em 1966 no governo de Castelo Branco, através do Decreto de Lei nº 57.870 de, 25 de fevereiro de 1966. Este assegurava recursos financeiros para trabalhadores sindicalizados, seus filhos e/ou dependentes, para custear o ensino médio e despesas correlatas, conforme os artigos abaixo:

Art. 1º, fica instituído o Programa Especial de Bolsas de Estudos – PEBE – destinado a assegurar ensino médio através de bolsas de estudos a estudantes carentes de recursos.

Art. 2º, a distribuição das bolsas de estudos decorrentes do Programa instituído neste Decreto far-se-á através dos sindicatos, e a elas somente terão direito os trabalhadores sindicalizados, seus filhos e dependentes.

Art. 3º, as bolsas de estudo suprirão o custeio das despesas essenciais à educação de nível médio (secundário, industrial, comercial, agrícola e normal) inclusive gastos com alimentação, material escolar, vestuário, transporte, assistência médica e odontológica.

Os beneficiários recebiam o provento através do Banco do Brasil. O Programa ficava sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, e o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Vale salientar que, de acordo com o Art. 5º, compunha a mesa do diretório administrativo do PEBE um representante dos respectivos ministérios e dois das Confederações dos Trabalhadores. Entretanto, embora o Decreto não deixasse claro quais categorias sindicais deveriam ou não ser contempladas, inicialmente, o Programa fora destinado apenas aos trabalhadores ligados aos sindicatos urbanos; só mais adiante, no início de 1970, por reivindicação da CONTAG e das FETAGs, fora estendido aos rurais.

Em Pernambuco, de acordo com lista contida no Acervo da Academia Sindical em Carpina/PE, caixa nº 16, no primeiro ano em que os trabalhadores rurais foram incluídos, a FETAPE matriculou 400 bolsistas.

Entretanto, para se ter acesso ao Programa era preciso estar vinculado ao sindicato, conforme o Art. 2º. De acordo com o Art. 8º, competia ao órgão de classe, boa parte do processo burocrático de inscrição do candidato; bem como sugerir e propor planos especiais de trabalhos ou atuação dos bolsistas de modo a dar visibilidade aos objetivos do Programa e enviar relatórios das atividades aos Ministérios responsáveis; e estes, ao Itamarati. O que demonstrava os esforços do presidente, Castelo Branco, em estabelecer conexões com os sindicatos a fim de cooptá-los, conforme analisamos no início dessa seção.

Em relação à proposição dos planos especiais para os jovens bolsistas, pelo que se percebe nesse material pedagógico e informativo, a FETAPE orientava-os a estarem ligados às atividades sindicais junto aos três Centros Sociais.

Assim, em cada Centro, os jovens tinham relativa liberdade para programarem suas atividades. Segundo o Jornal do mês de abril/maio, “os jovens de Carpina decidiram fazer uma reunião mensal em seus sindicatos” (p. 14). Os resultados seriam encaminhados ao Centro (p. 14). Por outro lado, ficou acordado entre as partes que o Centro os informaria acerca dos sindicatos em cada município, o que configurava uma espécie de estudos sindicais. Desse modo, os jovens ocupavam importante lugar no debate do sindicalismo, prática que os envolvia na própria estrutura sindical.

A FETAPE, por sua vez, estimulava-os a se manterem envolvidos nas atividades, pois, a união – em sentido cristão – seria a base da organização sindical. Neste aspecto, assim dizia a Federação no Jornal do mês de junho, “a união sem a organização é nada. A organização sem a união é morta. Somente as duas, união e organização darão frutos” (p. 22). Oportunamente, fora escrito nessa mesma edição um texto na primeira pessoa do plural simulando que os jovens estavam refletindo sobre a história do movimento sindical, em que seus pais dedicaram seus esforços na luta por efetivação dos direitos. Pela narrativa apresentada intencionava-se, senão a apelação, levar os jovens a se perceberem com essa bolsa de estudos, beneficiados pelos “sacrifícios de seus pais”, portanto, responsáveis em correspondê-los através do engajamento no movimento sindical. Assim, no final do texto declarava-se:

O Movimento conquistou as bolsas de estudos. Hoje a gente aproveita do sacrifício. Vamos lembrar-se: movimento é mudança que não pode parar. Se o Movimento parar deixa de existir e se acaba. O que a gente vai fazer para o Movimento não parar e fazer o bem? Quais serão os frutos das bolsas de estudos? O Movimento Sindical confia na gente. E agora? Estamos nessa?

Que respostas temos para papai e mamãe? Que faremos pelos nossos filhos? (Edição do mês de junho, p. 21).

Neste sentido, para a FETAPE, os jovens bolsistas deveriam estar vinculados aos sindicatos mesmo sem carecer entendê-lo, necessariamente, como movimento político de disputa por direitos; mas, ao menos, como reconhecimento aos esforços dos pais, e como contrapartida às bolsas que recebiam para estudar. Observa-se que a noção de sindicato assim em construção para os jovens bolsistas, tinha seu sentido político “esvaziado” pelo discurso assistencial, na medida em que centrava a ideia de compromisso em função das bolsas e não da luta e da importância do movimento para a própria categoria. A pergunta, “qual serão os frutos das bolsas de estudos?”, parecia uma pergunta retórica que reforçava o discurso assistencialista subjacente à ideia provocada.

Ou seja, a FETAPE mantinha uma linha formativa durante o período de “chumbo” do regime, na perspectiva assistencialista, dentro dos limites do próprio Estado autoritário. Assim, reproduzia a prática assistencial, ao passo que, orientava a formação dos trabalhadores rurais e dos sindicatos pelo discurso do “*compromisso*” cristão de união e comunhão.

Portanto, a Federação por meio desse Jornal, quer fosse através dos conteúdos direcionados à formação ou informação, reorientava o sindicato na região a uma prática de reconhecimento da política assistencialista a qual foi submetida pelo Estado. Como se verá na próxima seção, estando encarregada de tal tarefa, se apropria dela para reorientar a representação nessa linha assistencial a fim de angariar novos sócios em vista dos benefícios previstos no PRORURAL. Em efeito, propaga a ideia da necessidade de estar associado para poder ter acesso aos auxílios do programa, mesmo sem que isso estivesse delimitado na lei que a regulamentava.

#### **4 PRÁTICAS EDUCATIVAS DO SINDICATO REFERENTE À FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NA REGIÃO ANTES E PÓS-GOLPE**

Para analisar as práticas educativas do sindicato rural na região delimitada nessa pesquisa, é preciso considerar, nesse processo, duas questões de fundo que as subjazem. Primeiro, lembrar, conforme vimos na seção 1, o processo formativo instituinte do movimento classista sob orientação da Igreja imbrica-se à concepção de educação de base voltada para mudança na estrutura agrária e valorização do homem do campo, enquanto compromisso social da instituição eclesial para com os camponeses em face dos agravantes sociais e das disputas ideológicas sobretudo com as Ligas Camponesas pelo “controle” da organização dos camponeses. Processo esse orientado pelas diretrizes do MEB direcionadas aos aspectos mais gerais e ideológicos da organização sindical, e do SORPE, focadas na formação de sindicatos e suas lideranças. Segundo, não sendo essa experiência formativa regida por leis gerais do sistema educacional formal, e sim por diretrizes e metodologias próprias, é necessário assumir que esse processo considera dois pressupostos: a) a educação não se realiza apenas em espaço escolar; b) as práticas cotidianas no/do sindicato também educam.

Neste aspecto, a experiência educativa que instituiu o movimento sindical rural desenvolve-se em processos de educação não formal, a qual, segundo Gohn (2010), realiza-se nos movimentos sociais e organizações (clubes, associações, sindicatos, etc.) e tem como intencionalidade a formação sociopolítica dos indivíduos. Como fundamentos e objetivos de sua prática, a construção de saberes e aprendizagens coletivas, mobilizadas pela linguagem social dos direitos, contribuem para que os indivíduos reconheçam seus direitos e as formas de disputá-los política e socialmente; bem como a buscarem, coletivamente, resoluções para os problemas demandados. O processo de ensino aprendizagem, portanto, é horizontal, um aprende com o outro. Essa construção de conhecimentos e práticas, por sua vez, gesta-se a partir da interatividade, convivência, e das experiências dos atores daquela organização entre si e a realidade que lhes cerca/perpassa (GOHN, 2012, p. 21-24).

Segundo a autora, “um dos pressupostos básicos da educação não formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. [...], por meio da vivência de certas situações-problemas” (GOHN, 2011, p. 111). De acordo com Freire (2011), a relação de pessoas com situação-problema gera conhecimento e educa, na medida que desafiados em face da circunstância, tendem a agir para superá-la.

Para a autora, nesse processo de educação não formal demarcado por situações/demandas/problemas, os integrantes de uma organização coletiva – no nosso caso, o sindicato rural –, operando a linguagem dos direitos, aprendem a lutar por suas demandas, no contato e na convivência com os próprios companheiros de luta, com os “oficiais” dos poderes públicos – legislativo, judiciário, executivo – e os demais aparelhos<sup>93</sup> correlatos; com líderes, assessores e outros agentes pedagógicos (educadores, clubes, associações, sindicatos, etc.). Configurando-se, assim, a aprendizagem e o exercício de práticas que habilitam os indivíduos a atuarem coletivamente, objetivando solução e atendimento de suas demandas, em fóruns, conselhos, câmaras de gestão, de forma a entender e fazer leituras do que está ao seu redor, quais interesses em jogos, etc. (GOHN, 2010, 2012).

É nessa perspectiva de educação em que os saberes e a construção coletiva do conhecimento se dão em processos de interação, operada na linguagem dos direitos, tecem as aprendizagens e o exercício de práticas que habilitem os indivíduos de uma agremiação coletiva a lutarem por direitos, que analisaremos as práticas educativas do sindicato referente à formação dos trabalhadores rurais na região de abrangência dessa pesquisa.

Enquanto na seção 1 estudou-se a relação entre educação de base e sindicalização rural na região tendo em vista as diretrizes formativas do MEB e do SORPE e; na segunda, a prática educativa pós-golpe, tendo como objeto de análise o Jornal do Trabalhador Rural editado pela FETAPE em 1972; esta terceira seção analisará as práticas educativas do sindicato referentes à formação dos trabalhadores rurais na região antes e pós-golpe. Isso no sentido comparativo entre o antes e depois. No entanto, não tem a pretensão de tabular uma comparação rígida, mas sim, identificar as mudanças de discursos e sobretudo de apontar como é que o sindicato reorientou sua prática formativa em plena época de “chumbo”, reforçando, pois, os argumentos já levantados na seção anterior, acerca dessa questão.

Neste sentido, a seção abordará didaticamente, num primeiro momento, os cursos de sindicalismo rural e lideranças sindicais antes do golpe; e o papel educativo do pessoal da linha de frente do movimento (os padres, os dirigentes e delegados sindicais), a fim de identificação da percepção, produção de discurso e influência destes atores no processo, oferecendo pistas para compreensão da construção sindical rural de orientação católica na região.

No segundo momento, referente ao período pós-golpe se dividirá em duas subseções. Na primeira, como se verá, analisar-se-á que, tolhida sua ação política pelo regime em nome do estado de “ordem” sob chancela da DRT, com poder de repressão e intervenção, as práticas

---

<sup>93</sup> Em sentido proposto por Althusser (1980), em “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”.

educativas do sindicato são minadas às práticas cooperativistas e assistencialistas. O que não é novo para o movimento, sobretudo o assistencialismo que já estava arraigado nos sindicatos da Mata Norte (apesar que antes do golpe foi mais evidente no Agreste e Sertão) desde a fundação. Na segunda, demonstrar-se-ão as mudanças de discursos da prática formativa do sindicato, que, depois do AI-5 e AI-9, é reorientada de uma perspectiva mais combativa, embora sob o discurso católico de moderação, para uma narrativa pedagógica ainda mais restrita ao discurso: a) *legalista*; b) *religioso*; c) *assistencialista*. Esses, manterão a prática sindical voltada à execução da política assistencialista do Estado mediante o PRORURAL ligado ao FUNRURAL, vinculado à Previdência Social Rural.

Depois, analisar-se-ão as narrativas construídas acerca do sindicalismo rural na região questionando: que sindicato foi esse mesmo que se constituiu na Mata Norte de Pernambuco no período investigado? O objetivo dessa seção é evitar cair numa narrativa simplesmente classificatória, se o movimento foi ou não pelego, mas analisar no fio do discurso das fontes o dinamismo pedagógico da prática formativa instituinte. Notadamente, objetivando identificar elementos que ampliem as narrativas e comportem uma leitura mais próxima possível da experiência em análise.

Por fim, é válido destacar que dada a propositura da seção, para além das fontes escritas, se fará maior uso dos registros orais que nas seções anteriores. Tendo em vista o limite de fontes documentais que retratem as práticas, os memorialistas entrevistados que vivenciaram aquela experiência se constituem importantes fontes. Portanto, ainda que suas narrativas não possam ser tomadas como lineares e fiéis ao fato, a oralidade revela o que a memória, sob as influências do tempo, conservou e reordenou, conforme Montenegro (2007), e têm a intenção de “responder”, em correlato ao objetivo que o delinea: como sucederam as práticas educativas do sindicato referentes à formação dos trabalhadores na região antes e pós-golpe.

## **4.1 Prática formativa sindical antes do golpe**

### **4.1.1 Cursos de sindicalismo rural e lideranças: discurso pedagógico de reivindicação**

Como vimos na seção 1, a prática formativa sindical se deu a partir dos cursos de sindicalismo do SORPE. O primeiro, realizou-se em Piedade (Jaboatão) durante uma semana no mês de junho de 1961, conforme Crespo (1985). Desde então, o SORPE passou a formar líderes previamente selecionados pelos padres em suas respectivas paróquias, organizar e fundar sindicatos até os idos de 1972, dentro das orientações legais e das doutrinas cristãs.

Desse modo, a prática sindical tinha como orientação política de sua ação a disputa por direitos salariais e previdenciários, mobilizados pela filosofia cristã, como pressupostos de paz e justiça social no campo. Essa concepção de prática, por um lado, era vista como forma ideal e legítima de forçar mudanças concretas no meio rural; por outro, diferencia-se do ideário de prática revolucionária no sentido apregoado pelas Ligas Camponesas, visando a marginalizá-la política e socialmente perante os camponeses e o estado.

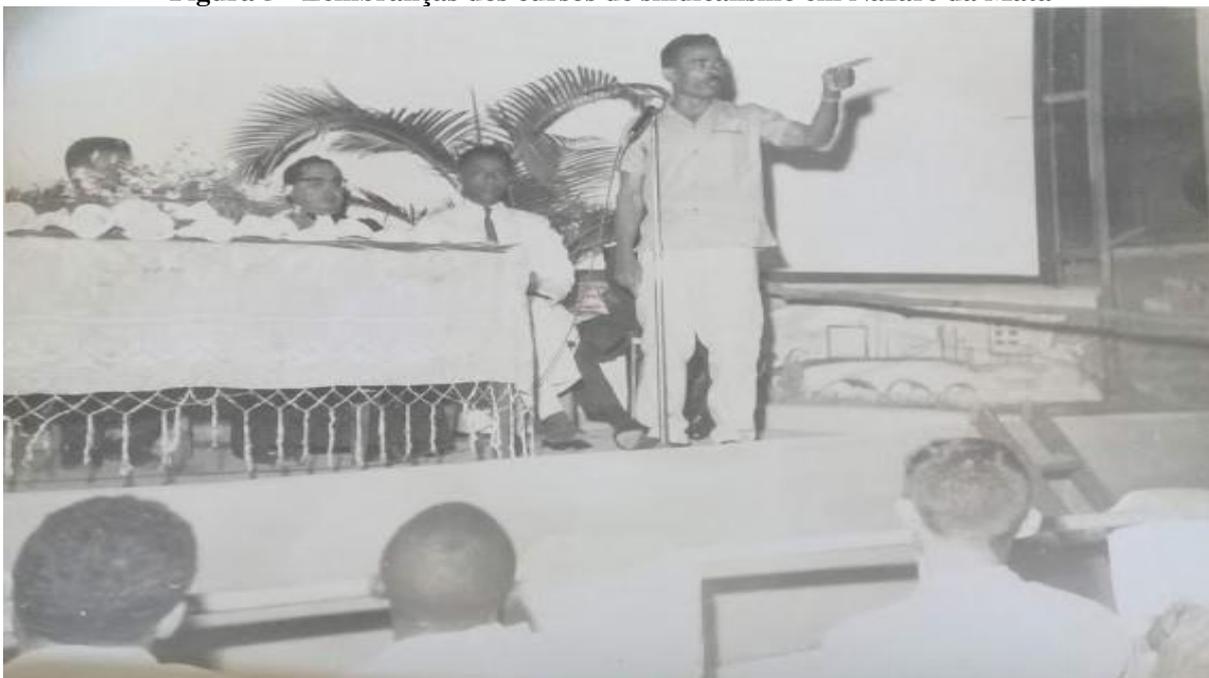
Neste sentido, ao invés do termo “*revolução*” associado ao discurso da prática das Ligas inspiradas no modelo cubano (AZEVEDO, 1982; BARROS, 2013; MORAIS, 1997; PAGE, 1972; SILVA, 2015), o sindicato rural é orientado pela Igreja a uma prática de “*reivindicação*” de direitos. Estes relacionavam-se a: a) ampliação da legislação de modo a assegurar, ao trabalhador rural, garantias que os urbanos já tinham conquistadas; salário-mínimo, 13º mês, férias, e repouso semanal remunerado; b) previdência social rural; c) reforma agrária. Isso à luz dos processos formais e legais, entendido como predicado para reformas estruturais no meio rural. Assim, a primeira ação sindical seria *reivindicar* leis e cobrar perante os órgãos competentes a aplicação imediata delas.

Neste sentido, nos cursos de sindicalismo e lideranças sindicais realizados inicialmente pelo SORPE e depois também pela FETAPE, os camponeses em formação eram levados a aprenderem técnicas de comunicação e persuasão a fim de desenvolver habilidades necessárias à prática cotidiana do sindicato, referente à *reivindicação*. Assim sendo, nos cursos, esses trabalhadores eram submetidos a fazerem apresentação perante a turma. Alguns demonstravam essa “habilidade” outros não. Segundo Beija Flor (2019)<sup>94</sup>, ligado ao sindicato de Paudalho, na conclusão de um desses cursos sobre administração sindical, a tarefa final foi fazer um discurso de três minutos, “e teve gente que não conseguiu nem um minuto, ficava tremendo na sala, quando falava no nome dele [...] ficava todo desorientado”. Essa técnica pedagógica servia como uma forma de identificar e selecionar quem teria ou não “capacidade” para exercer cargo de liderança na maquinaria sindical, que demandasse falar à frente do povo e das autoridades nos momentos reivindicatórios. Conforme nos relatou Edjan (2020), na época, ligado ao sindicato de Vicência, “quando retornava, cada um para o seu sindicato de origem, a diretoria ia ver o que foi que ele aprendeu lá [...] aí é quando o camarada precisava ser ativo e desenvolver o que ele aprendeu”. As imagens a seguir (Figuras 5 e 6), localizadas no acervo do sindicato de Nazaré da Mata, demonstram a prática de falar em público durante as formações.

---

<sup>94</sup> Registro oral do sr. Beija Flor, concedido a Joel Severino da Silva, para a pesquisa, gravado na sede do sindicato de Paudalho, em 20 de setembro de 2019 (no turno da tarde).

**Figura 5 - Lembranças dos cursos de sindicalismo em Nazaré da Mata**



Fonte: acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, fotocópia cedida à pesquisa pela diretoria do sindicato.

**Figura 6 - Lembranças dos cursos de sindicalismo em Nazaré da Mata**



Fonte: acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, fotocópia cedida à pesquisa pela diretoria do sindicato.

Em relação à figura 6, de batina branca, o Bispo D. Manoel; à sua esquerda, Nativo, irmão de Euclides, presidente do sindicato que, por sua vez, está à direita do Padre Mário, de batina preta.

Além do potencial ou não de falar em público com desenvoltura, a prática sindical demandava outras características de lideranças no geral. Daí a razão pela qual Crespo ter

instruído os padres a recrutarem aqueles trabalhadores que já demonstrassem, a partir de suas atividades nas paróquias, certo potencial. Segundo Biu da Luz (2019), “o SORPE começou a colocar pessoas que, na verdade, tinham visão para orientar a criação de um sindicato, que era muito difícil, estava partindo do zero” (grifo nosso). Reivindicar, portanto, estava no centro da prática cotidiana do sindicato.

Com efeito, nos cursos, se ensinava tanto sobre os aspectos burocráticos, finanças, administração, secretariado, etc., quanto as pautas que os sindicatos deveriam reivindicar; bem como a legislação cabível e os trâmites formais. De acordo com as fontes (orais e escritas) examinadas, pudemos organizar os conteúdos em dois blocos. O primeiro envolvia: direito administrativo sindical, organização e legislação sindical, contabilidade sindical, higiene e segurança do trabalho. No segundo: relações humanas, doutrinas sociais e econômicas, politização, sindicalismo, reforma agrária, liderança. Somavam-se a isso, as doutrinas cristãs para o sindicalismo.

De acordo com os jornais analisados, havia também cursos específicos para dirigentes de sindicatos, delegados de base, tesoureiro, etc. Segundo Ata da Assembleia do Sindicato de Nazaré, de 8 de agosto de 1963, Padre Dantas ministraria curso de delegado de base, em dezembro daquele ano. Mas, na maioria das vezes eram coletivos e tinham como objeto de formação os argumentos da lei. A partir de 1962, passou a ser desenvolvido em parceria com o Ministério do Trabalho (MT) a partir de convênio celebrado entre o SORPE e o órgão estadual, segundo o Diário de Pernambuco do dia 27 de julho de 1962. Inclusive, técnicos ligados ao MT eram enviados a ministrarem aulas sobre legislação.

Os trabalhadores, ao voltarem dos cursos, tinham o compromisso, enquanto líder em desenvolvimento ou já reconhecido perante os companheiros, de fazer o elo com a base, a fim de convencê-la a se associar ao sindicato sob o discurso da conquista de direitos perante a lei. Portanto, diferentemente das ligas – combatidas pelo patronato e pela Igreja –, o sindicato era apresentado aos demais companheiros como órgão legalmente constituído.

O aprendizado e/ou mesmo a memorização dos principais artigos das leis estudadas, então, eram fundamentais nos argumentos orais que os trabalhadores precisariam usar no cotidiano da prática sindical, quer seja para explicar aos demais companheiros de base, quer para argumentar a favor de seus direitos e da categoria, no geral, tanto perante o patrão quanto a DRT.

Esses cursistas, com base no que aprendiam, buscavam atrair os demais braçais explicando-lhes que o sindicato reconhecido lutaria por melhores salários, 13º, férias, descanso

semanal e remunerado, etc., e que eles teriam direitos a advogado para defender suas causas particulares relacionadas ao “mundo” do trabalho.

Segundo Abreu e Lima (2003, p. 30), inicialmente a organização dos camponeses se daria a partir de reivindicação pelas demandas mais sentidas e mais “fáceis” de serem conquistadas: como a abolição do barracão e maior prazo de arrendamento. No decorrer da prática cotidiana, ia buscando elaborar reivindicações das questões mais “políticas” e estruturais como a previdência social e a reforma agrária, ainda que sob discurso não revolucionário.

Essa prática sindical reivindicatória de direitos pressupunha que a reforma da estrutura agrária passaria pelo atendimento do conjunto das demandas dos camponeses. A tese da reforma agrária, enquanto instrumento revolucionário no lema das Ligas – na lei ou na marra –, seria minada pela orientação da Igreja, sob discurso legal para o plano geral das reformas na base agrária.

Assim, se para as Ligas a revolução brasileira passaria essencialmente pela reforma agrária, para a Igreja, seria pelo sindicato. De modo que, entretanto, embora o sindicato levado a disputar o direito à reforma agrária, essa ao invés de ser a “tarefa final” à consolidação das mudanças reclamadas pelos camponeses, era apenas uma das pautas a que o órgão de classe deveria reivindicar. Inclusive, tal reivindicação será “atendida” na lei de sítio Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965, com base no Estatuto da Terra (ET) Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que instituía o direito a dois hectares de terras para o trabalhador que tivesse ao menos um ano de vínculo empregatício na empresa rural em que trabalhava e residia.

Outras reivindicações eram estudadas pelos trabalhadores rurais em suas formações. Dentre essas, a questão de salário e 13º salário, lei de greves, etc. Essas, eram analisadas e reclamadas perante a DRT. Entretanto, nem sempre foram atendidas pelo patronato, o que levava os trabalhadores a deflagrar diversas greves, desde a geral da categoria em 1963, a outras a nível municipal ou, até mesmo, em determinado engenho em particular.

A greve geral tinha como pauta o aumento salarial, e começou a ser noticiada por todos os sindicatos federados e ligados ao SORPE. Manchete do Diário Pernambuco em 27 de outubro de 1963 estampava: “*Trabalhadores canavieiros lançam ultimatum: Aumento ou greve*”. A manchete se referia a uma nota de manifestação da FETAPE, assinada pelos sindicatos filiados e independentes e também as Ligas Camponesas, no dia 23, convocando tanto os sindicatos dos trabalhadores rurais e das classes patronais, quanto o Sindicato da Indústria do Açúcar e a Associação de Fornecedores de Cana, para se reunirem no dia 29 na

DRT. O objetivo seria a questão do aumento salarial, contrato coletivo de trabalho e previdência social rural. A nota tinha seis pontos de reivindicação:

1. Reivindicam os trabalhadores agrícolas do Estado, notadamente os assalariados agrícolas da lavoura canavieira, o aumento de 80% em seus salários, a par de outras medidas incluída em Contrato Coletivo de Trabalho, que nada mais são que cumprimento fiel da lei. Oitenta por cento de aumento nas diárias de 503 cruzeiros significam apenas, para nós, manter o poder aquisitivo de junho último quando conquistamos o cumprimento da legislação sobre salário mínimo – descumprida até então, há vinte anos [...]. 2. Lutamos por aumento de salário. Mas, não podemos condicionar o tal aumento à elevação do preço do açúcar, ou de qualquer outro produto. Nossa luta visa a própria sobrevivência. [...]. 3. Por isso mesmo, não podemos esperar mais pela Previdência Social. Queremo-la para já. [...]. 4. Estamos, ainda, dispostos a lutar e exigir o salário-família.[...]. 5. Para coroar um acordo existente no Estado, impõe-se ao Governo Federal estabelecer uma única zona para efeito de salário mínimo, em Pernambuco. Exigimos, por todas as formas, a brevidade dessa medida. 6. Terça-feira próxima, unidos como um só homem, estaremos na Delegacia Regional do Trabalho para debater com os nossos empregadores essas questões. [...] Concedemos um prazo longo [...] de 20 dias, prazo além das nossas forças e das nossas necessidades, quando o clamor é geral nos engenhos, para uma decisão favorável dos senhores proprietários. Findo esse prazo, perseveramos a adotar todas as medidas legais de que a dispõem os trabalhadores para a conquista de suas reivindicações. Inclusive, o sagrado direito de greve [...] (FETAPE, 23 DE OUTUBRO DE 1963 apud DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27 DE OUTUBRO DE 1963).

Esse manifesto reivindicava o cumprimento dessas pautas, especialmente o reajuste salarial e do contrato coletivo de trabalho que havia sido assinado no dia 20 de agosto de 1963<sup>95</sup>, o qual já vinha sendo discutido entre as classes, em calorosas disputas, desde o mês julho daquele ano (BARROS, 2013). Demonstrava, também, o posicionamento firme dos trabalhadores rurais que se respaldavam nos argumentos legais e, inclusive, no direito de greve como dispositivo para forçar cumprimento das demandas já garantidas em lei. Os embates decorridos nas negociações, somados ao não cumprimento do aumento salarial desembocaram na deflagração da greve geral em novembro de 1963.

Além dessa greve geral várias outras foram deflagradas na Mata Norte em: Paudalho, Vicência, Timbaúba e Nazaré da Mata.

Segundo Ata da Assembleia do Sindicato de Nazaré da Mata, de 21 de abril de 1963, em Vicência, os trabalhadores estavam em greve nos engenhos: Pombal e Morojozinho. A mesma ata registra, ainda, que o trabalhador José Alves, do Engenho Cavalcanti em Nazaré, pediu a palavra para reforçar que deveria ser feita greve e pressão nesse engenho.

---

<sup>95</sup> Cópia do Acordo Conjunto da Tabela de Tarefas, datada de 20 de agosto de 1963. Acervo da Academia Sindical, pasta “caixa 16”.

Observa-se que as assembleias se constituíam espaços de participação/formação dos trabalhadores, os quais se envolviam nas discussões provocando o presidente a fim de extrair explicações sobre questões de salários, greves, entre outras. Era lugar de se falar, claro, não só das questões burocráticas do sindicato, como sobretudo, de tratar do cotidiano da categoria e suas situações nos engenhos. A fala de José Alves pedindo para fazer greve e pressão, anuncia sua percepção de opressão e o reconhecimento que a paralisação, enquanto dispositivo legal, seria potencial instrumento para forçar cumprimento dos direitos.

Neste sentido, como havíamos falado pouco tempo atrás, na medida em que a prática sindical na região foi se performando e atraindo mais sócios, ia avançando as reivindicações das demandas mais imediatas à mais estrutural.

Em relação à ampliação do número de trabalhadores filiados, segundo o Diário de Pernambuco de 09 de setembro de 1962, nesse ano, só na Mata Norte, os sindicatos já congregavam mais de 30.000 (trinta mil). De acordo com as atas do Sindicato de Nazaré, havia bastante expectativa por parte dos sócios, de modo que em uma única assembleia reuniam-se 900 pessoas, ao menos até antes do golpe, conforme ata do dia 19 de janeiro de 1964. A imagem abaixo, fotocopiada do acervo desse sindicato, referente à participação dos trabalhadores nas atividades coletivas do órgão classista, retrata bem o avultar de pessoas na organização.

**Figura 7 - Participação dos trabalhadores rurais no sindicato de Nazaré da Mata na década de 1960**



Fonte: acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, fotocópia cedida à pesquisa pela diretoria do sindicato.

Dado o número de sócios, esse sindicato que funcionava no salão paroquial Bento VX, com menos de dois anos, adquiriu sede própria no valor de 250.000,00 cruzeiros, conforme Ata

do dia 25 de agosto de 1963. Até então, esse órgão congregava as delegacias sindicais de Carpina, Vicência e Paudalho. Observamos, nas atas, que os trabalhadores cobravam junto à diretoria as devidas melhorias das condições de trabalho e salário, minimamente, compatível ao custo e às condições de vida na região.

Entretanto, as reivindicações, ainda que basicamente imbricadas à dimensão econômica, eram tratadas pelo patronato local como confronto ao seu poder secular estruturado na relação de dependência. Segundo Padre Crespo (1985), a classe empregadora começou a dizer que os sindicatos eram piores que as Ligas.

Notadamente, a classe patronal estabeleceu diversas formas de resistência e contraposição, a iniciar, criando em Vicência, sua própria associação sindical, conforme o Jornal Gazeta, do dia 17 de fevereiro de 1963; inclusive, a taxar a Igreja de comunista. Segundo o Jornal Última Hora, s/d, edição 00151(1) de 1962, na opinião dos latifundiários, “a Igreja se transformou em uma aliada de Julião, os padres da região da zona da mata já não são mais que perigosos agitadores”. Segue dizendo que os proprietários afirmavam que a instituição eclesial ao fomentar a sindicalização, sob discurso de tirar a direção dos camponeses da liderança de Julião, acabou indo longe demais, pois, o fato estaria agitando a zona canavieira. Ainda, conforme a mesma matéria, o sindicato de Nazaré estaria à frente e seus padres, os mais comunistas, e que os latifúndios mais tradicionais de Timbaúba, Nazaré e Vicência estavam indignados com a atuação dos sindicatos orientados pelos paroquianos.

Outrossim, o presidente do sindicato rural de Nazaré, Euclides Almeida, recebera mais de 5 ameaças de surra, “método que alguns latifundiários consideram infalíveis, mas que em se tratando de desafiar, simultaneamente, a Igreja e a ira das Ligas, ainda não usaram” (Última Hora, s/d, edição 00151(1) de 1962). Nesse aspecto, a matéria dizia, ainda, que os proprietários, em reação violenta contra os congregados em sindicatos e às Ligas, rasgam as carteiras, demitem os trabalhadores e ainda denunciam às Delegacias locais, alegando que os dispensados estavam agitando as atividades.

Ainda segundo a reportagem, em Vicência, o proprietário do Engenho Mulatas mandou chamar um trabalhador de sua dependência, perguntou se ele tinha carteira, tomou-a, rasgou-a e ainda o despejou.

Desse modo, o patronato local cultivava o medo entre os trabalhadores rurais, fazendo com que muitos não quisessem ter seu nome associado ao sindicato, tementes de serem demitidos ou, até mesmo, surrados pelo empregador ou mandado por ele.

Entretanto, a resistência acompanhada de ameaças dos proprietários rurais, enquanto impunha medo nos trabalhadores rurais, acabava por conferir ao sindicato rural caráter político

de formação, por razão do antagonismo implantado entre as partes no campo político de disputa. Apesar dos limites e das contradições, em suas atuações e reivindicações, o sindicato ia desenvolvendo, na prática cotidiana, processos de educação não formal (GOHN, 2010), que, mobilizado pela linguagem dos direitos, assegurava o *status quo* do movimento.

Esse pressuposto de politização, inclusive trabalhado enquanto tema específico nos cursos de sindicalismo do SORPE anterior ao golpe, era fundamental não só para as reivindicações dos direitos junto à DRT ou mesmo ao MT; como igualmente a resistir à prática de violência, demissões e expulsões deletérias por parte dos patrões, medo e até conformismo de muitos camponeses em face desse cenário. E, também, levar o trabalhador sindicalizado a entender que ser injustiçado e revoltar-se contra as injustiças, não constituía, necessariamente, ação imediata contra esse conjunto de coisas, mas sim que a superação desse estado de coisas deveria ser compreendida enquanto tarefa coletiva do movimento sindical. Como enfatizou o padre Crespo (1985), o sindicato lutaria enquanto organização coletiva por todos os trabalhadores e não por um grupo deles.

Isso perpassa pelo trabalho formativo de base, cujos dirigentes, delegados sindicais e os padres à linha de frente, tinham importante papel educativo, como veremos no próximo item. Os encontros, as reuniões, assembleias, os locais de trabalho, a venda e a missa se constituíam espaço para se falar sobre sindicato e sua importância na luta política por direitos, configurando-se ambiente de aprendizagens correlatas.

#### 4.1.2 O papel educador do pessoal da linha de frente na prática cotidiana do sindicato

Os dirigentes e delegados sindicais, os advogados e os padres, cada um, em suas respectivas funções administrativas e posições representacionais, desenvolviam papéis estratégicos na organização coletiva. Constituindo-se, pois, na prática cotidiana do sindicato, nos educadores tanto nas ações políticas e burocráticas, quanto no dia a dia com os trabalhadores, animando-os e ajudando-os a solucionarem demandas relativas ao que competiam ao movimento de classe. Esse pessoal da linha de frente assumia perante o conjunto dos trabalhadores rurais a responsabilidade de quem já possuía os saberes básicos e técnicos demandados à organização e orientação sindical, organizando encontros, ministrando assembleias, reivindicações, etc. Nesse processo, ensinava-se e aprendia-se coletivamente a discutir os problemas e produzir argumentos ou mesmo ponto de vista com base nas orientações legais.

O dirigente sindical, o primeiro a ser treinado pelo SORPE e FETAPE, no lugar de líder, no exercício de sua função, assumia duplo papel político-pedagógico na organização. De um lado, um conjunto de atividades internas e externas relativas à administração do sindicato. De outro, por isso mesmo, liderar as reivindicações e os trabalhadores, em decorrência da representatividade política perante a classe e imagem de opositor diante do patronato. Uma apostila<sup>96</sup> (s/d), segundo o assessor da Academia Sindical em Carpina, produzida por Lúcia Barreto no período do SORPE, detalhava as atribuições de cada integrante do sindicato, desde o sócio ao presidente. A este competia, conforme o material, entre outras coisas: i) representar a entidade em todos os atos que estabeleçam relações jurídicas e sociais; ii) supervisionar os trabalhos do sindicato; iii) assinar cheques, documentos e correspondências; iv) presidir as reuniões; v) manter contato diretor com a sua Federação, com os associados e com o Ministério do Trabalho, o que lhe exigia, entre passos e contrapassos, posicionamentos políticos, sobretudo na fase inicial do movimento cujas reivindicações, ainda que disputadas de acordo com a lei, recrudesciam os atritos entre os trabalhadores e patrões. Em Vicência,

O senhor de engenho foi cruel com o sindicato. Eu não conto as vezes que tive perante o senhor de engenho como tive ali em Canavieira, numa guerra de Chico João com o senhor de engenho. E seu Paulino com um tore de cacete assim. Quando eu desci do carro ele disse assim, saia daqui Edjan, que aqui não tem nada a ver com você, nem você é dono do Engenho, quem manda aqui sou eu! Era uma questão que ele queria plantar cana até no oitão do trabalhador, e dá um taco daquela mata ali que a gente tá vendo aqui, pro camarada derrubar, deixar lenha pro engenho e trabalhar num taco de terra cheio de toco e dá a terra do sítio. [...] Ele não deu em Chico João, porque [...] eu não tava só; tava eu, tava o motorista comigo – dessa vez eu levei o motorista comigo que eu não sou besta pra deixá-lo atirar em mim pelas costas (EDJAN, 2020).

O líder sindical, ao mesmo tempo, em que cuidava dos aspectos administrativos e atuava como mediador entre o sindicato a Federação, MT e DRT, deveria tomar frente nas empreitadas com o patrão na defesa do companheiro de classe. Por isso mesmo, muitas das vezes, sofria fortes ameaças tanto do proprietário rural diretamente ou por ele encomendado. Daí a razão do SORPE orientar os padres a indicarem aos treinamentos de líderes aqueles indivíduos de “mente firme”, corajosos. Beija Flor (2019), líder ligado ao sindicato de Paudalho, nos relatou: “como dirigente sindical eu fui para frente de doze, eu fui para frente de revólver, enfrentei tudo isso. Graças a Deus estou vivo”. De forma unânime, para todos os líderes sindicais entrevistados nessa pesquisa, além de outras conversas espontâneas no processo de investigação, fazer

---

<sup>96</sup> Localizada no acervo da Academia Sindical em Carpina, pasta s/n.

sindicalismo hoje é fácil, naquele tempo não. Requeria-se coragem que nem todos demonstravam ter o bastante para assumir a luta.

Para os entrevistados, o elemento “*coragem*” aparecia no fio do discurso de suas narrativas memorialistas como dispositivo essencial à justeza da luta e resistência, que indicava um perfil de militância sindical que contribuiria decisivamente para influenciar no resultado das pautas reivindicadas. Entretanto, analisando o conjunto das entrevistas em paralelo às fontes examinadas, essa *coragem* não significava, necessariamente, pressuposto à ação revolucionária, e sim, a contragosto e ameaças do patronato, ter posicionamentos firmes na defesa dos dispositivos legais que se aproximassem dos interesses da classe trabalhadora.

Na ata de 18 de novembro de 1962, o presidente do sindicato de Nazaré, Euclides Almeida, combate determinadas práticas de violação de direitos, que o patronato da região não aceitava que o trabalhador faltasse ao trabalho nem que estivesse doente, ainda que sob atestado médico. O mesmo inicia a sessão, portanto, reafirmando os direitos dos trabalhadores de não trabalhar doente, tampouco ter descontado os dias em que esteve ausente pelo referido motivo. Falou, ainda, o presidente, das obrigações do trabalhador, como: informar ao empregador e ao sindicato filiado o motivo da ausência do seu compromisso laboral; obrigação de assistir as reuniões do sindicato para aprender as normas que o órgão aplica na forma da lei; obrigação de casarem civilmente e registrarem os filhos, para serem conhecidos como cidadãos e terem a cobertura da lei”. O senhor Euclides continuou falando para além dos direitos e deveres dos sócios, sobre a medicina do trabalhador, higienização, necessidade de ferver a água de cacimba e dos cuidados com banhos de açudes.

Notadamente, o papel político-pedagógico do presidente imbricava na e com toda a equipe diretora do sindicato, a qual, por sua vez, nem sempre era harmônica. Não rara as vezes havia desentendimentos entre o presidente e o tesoureiro.

Se o presidente (obviamente, com os demais diretores), enquanto primeiro líder, tinha a tarefa, no cotidiano da prática sindical, o compromisso político-pedagógico das questões de fundo das reivindicações na luta coletiva e mesmo particulares dos trabalhadores. Ao delegado de base – ou delegado sindical - cabia a tarefa, também político-pedagógica, de no dia a dia no campo (engenhos, fazendas, sítios), ser o representante do sindicato junto ao trabalhador, orientá-lo acerca dos direitos, denunciar descumprimentos e/ou práticas trapaceiras do patrão e feitor – uma espécie de “capataz do mato”, levar os problemas identificados na relação de trabalho à entidade de classe.

O delegado de base era um associado escolhido pelos próprios trabalhadores da mesma localidade na qual trabalhava e residia, desde que tivesse como características: ser esclarecido

dos assuntos sindicais e da legislação referente aos direitos e deveres da classe; corajoso; e interessado na defesa dos companheiros. José Celestino, delegado sindical desde o início do movimento no Engenho Carauá em Nazaré da Mata, narrando sua experiência naquele período, traz à memória, alguns episódios do dia a dia no engenho no exercício dessa função perante o patrão, na defesa dos direitos:

Quando eu era delegado, que eu fui representante dos trabalhadores dezoito anos, o ponto mais que eu tive [...] foi quando eu, posso dizer, fui intimado pelo dono da Usina Matary. [...] Dr. Barroso, que era o dono de Carauá [...] arrendou o Engenho para a Usina Matary, que hoje é da Usina Olho D'água. O dono da Usina, na frente do advogado e do escriturário dele [...] olhou e disse: você está sabendo que quem está entrando pra Carauá é a Usina Matary? Eu disse, Dr., eu nunca entrei na justiça pra cobrar direito sem trabalhar. Ele disse, quem está indo pra lá é a Usina Matary. Aí eu disse, pronto, se a Usina não cumprir com o dever dela, ela também vai. Ele chegou e disse, você está sabendo que você pode ir preso? Eu disse, Dr., se eu for preso, tem que me prenda e tem quem me solte [...] (JOSÉ CELESTINO, 2020)<sup>97</sup>.

José Celestino nos relatou, ainda, que em outro momento chegou a ser coagido pelo dono da Usina a depor, em justiça, contra um trabalhador:

A Usina fez. ia botar alguns trabalhadores pra fora e arranjar umas pessoas pra ir falar contra os trabalhadores. Aí o administrador veio pra mim, chegou junto de mim e disse, oh Zé, eu disse: senhor? Ele disse, você amanhã vai lá pra justiça com o trabalhador e vai falar, defender a Usina. Eu disse, olhe, é o seguinte, vocês querem que eu vá, eu vou, agora essa história pra eu ser contra ao meu companheiro pra defender a empresa, não. [...] Eu vou, agora eu vou dizer a verdade [...] como é que eu sou um representante do trabalhador, e eu ir pra justiça falar contra meu irmão, contra meu parceiro? (JOSÉ CELESTINO, 2020).

O delegado de base, se corajoso, tinha no engenho papel importante na representação e defesa dos próprios companheiros. Como líder, entre os demais trabalhadores, deveria orientá-los acerca dos direitos e deveres com base na lei – aprendida nos cursos específicos para a função e nas reuniões do sindicato. Essa orientação se dava em conversas, na maioria das vezes, espontaneamente durante o trabalho, no caminho para casa, nos fins de tarde nas vendas na “hora” da pinga. O sentido do ato de conversar sobre, ainda que de forma espontânea, adquiria a importância de uma pedagogia política, uma vez que era uma maneira de elaborar compreensões, ideias e argumentos sobre o tema de sua demanda de interesse; e reconstruir, portanto, outra compreensão sobre trabalho, direito e poder. Montenegro (2007), ao analisar a

---

<sup>97</sup> Registro oral de seu José Celestino, concedido a Joel Severino da Silva à pesquisa; gravado na sede do sindicato de Nazaré da Mata – PE, em 10 de setembro de 2020 (no turno da manhã).

memória popular, entende a fala como instrumento pedagógico que desponta e propicia a construção de saberes próprios das camadas populares que nos ambientes de socialização (Igreja, associações, clubes, sindicatos), lentamente vão treinando a arte de falar, aprendendo a discutir, defender ideias, inventar argumentos na defesa de seu ponto de vista (MONTENEGRO, 2007, p. 38-61).

Neste sentido, as conversas no dia a dia de trabalho, provocadas pelo delegado sindical, constituíam-se espaço coletivo de aprendizagens de direitos. Esse processo formativo na base, pouco a pouco, ia atraindo os trabalhadores, especialmente os mais destemidos, para o sindicato, conforme nos relatou o trabalhador rural que atuou nessa função:

Então a gente começou. Daí foi. Aí eu levei lá pro Engenho, conversando lá com os companheiros, os mais fortes, os mais garantidos. Aí, eu, sempre o pessoal me ouvia. Aí começamos a vim. Depois, a gente vinha de pés, ficava muito enfadado, aí a gente se reuniu e alugamos um carro, um caminhão. E quando eu aluguei o caminhão, a primeira vez já veio 15 pessoas. Com 30 dias depois, que a gente vinha de mês, aí os outros veio. Na segunda reunião quando a gente veio, já veio 25 (JOSÉ CELESTINO, 2020).

Nas reuniões do sindicato, conforme o próprio delegado, se relatava à diretoria o que se passava no Engenho. A exemplo, na Ata do Sindicato de Nazaré, de 20 de abril de 1963, o presidente da delegacia sindical<sup>98</sup> de Vicência, João Jordão, falava dos motivos da greve no Engenho Pombal naquela cidade; e o delegado sindical do Engenho Cavalcanti (Nazaré), o senhor José Alves, também trouxera reclamações desse lugar. Esse processo de mediação era próprio de uma prática formativa que contribuiria para uma rede de sócios e fortalecimento da base.

Entretanto, nem sempre o delegado sindical era bem recepcionado pelos próprios trabalhadores, dos quais, uma parte deles viam-no com desconfiança, “*comedor de bola*”,<sup>99</sup> conforme registro do próprio José Celestino (2020):

Desses que estavam ali, dez ou quinze, oito deles, dez convencia... mas, os outros diziam assim, ele está é ganhando o salário dele, isso aí está comendo é bola; outro dizia assim, ele é tão tal, cadê que a Usina bota pra trabalhar junto com a gente? Outro dizia, tu tá puxando mole, tu tá puxa saco da Usina (JOSÉ CELESTINO, 2020).

<sup>98</sup> O termo “delegacia sindical” e “delegado sindical” ou “delegado de base” (ainda hoje utilizado) fora adquirido pelos sindicatos, inspirados em Julião, que chamava os escritórios das Ligas de “delegacia” (BARROS, 2013, p. 131). Segundo Page (1972), esses termos estimulavam psicologicamente os camponeses, os quais agora “tinham” sua própria “delegacia”, o que conotava, para o sindicato, caráter de legalidade jurídica perante a categoria.

<sup>99</sup> Expressão popular para adjetivar alguém, que no cargo de liderança, aceita suborno em troca de privilégios, ou seja, relativo à corrupção.

Essa resistência de muitos trabalhadores para com o delegado levou a própria FETAPE a reforçar a necessidade de cada engenho, sítio ou fazenda ter imediatamente um representante, segundo Ata do Sindicato de Nazaré, dia 25 de agosto de 1963, a qual também informava sobre curso para os delegados que ocorreria entre os dias 02 e 06 de outubro daquele ano. A ata do dia 20 de outubro, por sua vez, continuava a reforçar a orientação da Federação. Segue a ata dizendo que o vice-presidente falou de vários problemas nos engenhos e nas empresas por falta de um delegado de base, e que muitos camponeses desrespeitavam as sugestões desse representante de classe.

Isso demonstra o trabalho árduo de formação e fortalecimento da base sindical que não esbarrava apenas na repressão patronal e nos limites da burocracia jurídica e política, mas também na resistência de muitos trabalhadores, seja por medo, ou mesmo outro tipo de leitura sobre o sindicato – com certo potencial crítico, ainda que pela simples recusa. Por outro lado, essa recusa poderia significar redefinição da percepção dos trabalhadores rurais acerca da relação com o trabalho e o patrão. Em decorrência, mudanças foram provocadas nessas relações; muitos camponeses, ainda discordando e desconfiando, recorriam ao sindicato quando demitidos ou se sentiam injustiçados, a fim de adquirir os direitos que lhes coubessem.

Neste sentido, o advogado sindical assumia importante papel nos processos cotidianos, organizando demandas e resolvendo questões jurídicas particulares e coletivas junto às instâncias competentes. Para além de um técnico/burocrata, esse profissional tinha a tarefa educativa de orientar a categoria e, sobretudo, a diretoria sobre a legislação, defesa dos interesses da classe, bem como o papel do sindicato.

Dada a atuação do advogado em diversas frentes técnico-formativas na máquina sindical, os padres – um dos principais atores da linha de frente da organização sindical – tinham maior liberdade para o trabalho educativo dos camponeses e do movimento (KOURY, 2010).

O padre tinha importante papel educador das doutrinas mais gerais do sindicato. Notadamente, diferentemente do advogado e das lideranças sindicais, atuaria voltado mais às questões ideológicas, deixando a parte operativa a cargo dos próprios trabalhadores, oficializando, assim, o trabalho dos leigos – considerado basilar à vida política e administrativa do movimento, conforme vimos nas diretrizes do SORPE. Assim, os paroquianos ficavam comprometidos de assessorar e treinar o pessoal como um todo.

O papel dos padres, somados ao fato dos cursos, as reuniões e as sedes sindicais inicialmente se realizarem nos salões paroquiais, contribuía positivamente à influência no imaginário dos próprios trabalhadores rurais sindicalistas na Mata Norte.

O sindicato era junto da Igreja, aí vinha o padre. O padre também esclarecia, dizia que a gente deveria se unir junto com a Igreja e o Sindicato, pra criar uma lei, que no começo, logo no começo, as classes patronais, as classes empregadoras não queriam obedecer a sindicato não! (JOSÉ CELESTINO, 2020).

A Igreja dizia assim: a gente vai defender os trabalhadores com base na lei, esse diferencial fez com que houvesse muita aceitação, dos padres também entendeu, e de muito católico que era com base na lei [...]. Começou a aparecer, aí como apareceu também esses padres mais progressistas, arregaçaram as mangas e começaram a fazer o trabalho (BIU DA LUZ, 2019).

A Igreja foi fundamental até o dia de hoje. Se torna infeliz a pessoa que desconhecer o trabalho da Igreja. Você vê, os padres eles eram metidos dentro do sindicato. [...] o padre, ele ajudava mesmo ao movimento sindical tanto no apoio quanto em reuniões, [...] eles foram da briga inicial com a liga camponesa. [...]. Não, os padres não foi só aqui... em Aliança... em todas essas cidades vizinhas por aí, o padre, cada uma cidade em sua área, ele se encostava muito na diretoria. Porque o padre, você sabe, o estudo dele é um estudo grande; quando ele quer fazer, ele junta uma coisa e faz né, então, ele ensinava ao movimento sindical: não tenha medo, eu estou com vocês, vamos fazer isso, vamos fazer isso [...]. Padre brigou, padre trabalhou em serviço secreto – trabalho por debaixo dos panos né, pra botar as ligas pra trás né (EDJAN, 2020).

Essa representação demonstrava no imaginário dos sindicalistas, segundo essas narrativas, a justeza dos padres na defesa dos interesses dos trabalhadores, contra as Ligas, o patrão e as injustiças sofridas. Esse processo de luta dos padres na região da Mata Norte compreende o período anterior ao golpe de 1964, pois, posteriormente, irá provocar recuo da Igreja e de parte dos clérigos conforme os próprios entrevistados narram em outras passagens. “No golpe militar, houve um certo recuo da Igreja, a Igreja não avançou tanto quanto foi 62/63. [...] Aí muitos padres, recuaram” (Biu da Luz, 2019).

No período anterior ao regime militar, o trabalho dos padres era mais livre. Eles educavam os trabalhadores, nomeadamente referentes às doutrinas para o sindicato. De maneira geral, acompanhavam as assembleias, reuniões, além de ministração de cursos propriamente ditos. Verificamos isso nas atas dos sindicatos de Vicência e Nazaré da Mata, e algumas edições do *Jornal Gazeta*<sup>100</sup>. Dentre esses padres, identificam-se: Dantas (Timbaúba), e Dantas (Nazaré), José Bonifácio (Vicência), Mário Tavares (Nazaré), Petronilo Pedrosa (Nazaré), Renato (São Lourenço), além dos Bispos de Nazaré D. Manoel Pereira da Costa, e, mais tarde, a partir de 1963, D. Manoel Lisboa.

Destacam-se os clérigos de Nazaré, especialmente, Dantas e Mário Tavares, conforme se verifica a constante participação destes segundo as atas do sindicato, em que os mesmos

<sup>100</sup> 11 de novembro de 1961; 18 de novembro de 1961; 07 de julho de 1962

quase sempre tomavam a palavra para falar do papel do sindicato na luta política pelos direitos da categoria. O primeiro, segundo ata de 8 de agosto de 1963, encarregado de ministrar cursos para delegado sindical e mais tarde, pós-golpe, se vinculou mais ao processo de cooperativas. O Segundo atuava como assessor do sindicato. Em diversas atas, registra-se o mesmo falando dos direitos e deveres dos sócios; explicando sobre 13º salário, férias, repouso semanal, etc., bem como prestando contas das despesas do sindicato. Na ata do dia 17 de maio de 1963, esse pároco concede a oportunidade a diversos trabalhadores de sítios e engenhos distintos para falar da situação em seus respectivos locais de trabalho e os orientavam a tomarem nota de tudo que se dizia a fim de que fosse publicado no Jornal Gazeta e, assim, fazer pressão. Todavia, depois do golpe, o vigário aparece, segundo ata 16 de junho de 1964, falando das Encíclicas papais, demonstrando a mudança de postura em relação ao sindicato.

Se Mário Tavares muda de discurso pós-golpe, o Padre Petronilo Pedrosa, diretor do CRER, como vimos na seção 1 (item 2.2.2), já mantinha desde o início do movimento um discurso acrítico e romantizado em relação à sindicalização sob suposto argumento de órgão de pacificação, que, sem revolução nem greve e pela legislação, promoveria a paz no campo na medida em que o trilha da lei definiria os direitos e deveres das classes – trabalhador e empregador. Semelhante a esse sacerdote, era o discurso do Bispo de Nazaré, o qual vez ou outra se fazia presente nas formações e reuniões do sindicato reforçando as doutrinas da Igreja referentes ao sindicalismo rural, sem se opor ao patronato. Vimos também (item 2.2.2.) que ambos os religiosos se preocupavam em justificar o sindicato para os empregadores rurais da região.

Identifica-se, entretanto, que a representação que os sindicalistas entrevistados tinham em relação aos padres quanto à justiça deles a favor dos camponeses, como visto pouco momento acima, não era em relação a todos os vigários, pois, nem todos se demonstravam combativos, tampouco que a combatividade daqueles que estavam diretamente no cotidiano expressasse radicalidade na defesa sindical, senão nos moldes da lei e nas doutrinas da instituição eclesial. O que não diminui, apesar dos limites e sentidos ideológicos subjacentes à atuação deles, na prática pedagógica instituinte do movimento na região. Repetidamente, ao terminar as missas, aproveitavam a ocasião para fazer reuniões, reforçando o trabalho formativo; conversar com os rurais acerca dos sindicatos, da necessidade e importância dos mesmos se associarem a fim de fortalecer o movimento e os interesses deles próprios e, frequentemente, participavam das formações. A Figura 8, conforme explicada no verso, refere-se ao curso do sindicalismo ministrado no Ginásio São José, entre os dias 10 e 15 de dezembro de 1963 pelos padres: Dantas, Mário, Petronilo e Crespo.

**Figura 8 - Lembrança do curso de sindicalismo rural em Nazaré da Mata**



Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, fotocópia cedida à pesquisa pela diretoria do sindicato.

Vale salientar que, na frente de todo esse processo formativo, estavam os padres: Crespo, pároco de Jaboatão dos Guararapes, e Antônio Melo, do Cabo de Santo Agostinho, líderes do SORPE, ministrando e supervisionando os cursos de lideranças sindicais, assessorando os sindicatos e, inclusive, os próprios paroquianos em relação ao tema. Eram, portanto, responsáveis por reforçar as doutrinas ideológicas da Igreja na orientação do órgão de classe e a representá-lo perante as instâncias superiores.

Em 1963, durante o Governo Arraes, enviam ao chefe do Executivo, reclamações dos camponeses sobre a situação de calamidade, ameaças de surra e morte por parte dos latifúndios e seus capangas (SANTOS, 2014, p. 74). Segundo matéria do Diário de Pernambuco de 02 de julho de 1963, intitulada “*Padre Crespo telegrafa ao presidente*”, este enviara ao Presidente da República, aos Ministros de Estado e aos Deputados Federais, especialmente aos de Pernambuco, a então situação na zona canavieira pernambucana: demissões em massa, desconto habitacional de casas de taipa sem água, luz e piso, os advertindo a tomarem providências ou não poderiam reclamar a justa revolução dos camponeses. Ainda de acordo com o Diário de Pernambuco de 23 de julho de 1964, em relação a essa situação e após receberem diversas reclamações dos sindicatos rurais ligados ao SORPE, Crespo e Melo enviaram manifesto, no dia 23 daquele mês, ao Governo do Estado e ao sindicato da indústria e do açúcar reivindicado, soluções. Esses dois padres também encaminharam, em 1964, telegrama ao Presidente da SUPRA solicitando diretrizes voltadas à questão da reforma agrária.

Apesar de modestos e divergentes na pauta da reforma agrária, ambos os padres quase sempre apareciam juntos, quer em manifestos escritos ou outras manifestações, quer em passeatas ou paralisações, como ocorridas em Caruaru e Paudalho no ano de 1963.

Entretanto, apesar de estarem juntos, tinham posições divergentes sobre o movimento sindical. Crespo, visto como mais combativo e com uma atuação sindical mais local e próxima aos trabalhadores. Melo, por sua vez, vestia uma imagem de conservador e de visão sindical mais expansiva. Assim, são retratados em alguns estudos sobre o sindicalismo rural em Pernambuco, ou correlatos, nos idos da década de 1960 (ABREU E LIMA, 2003, 2005; BARROS, 2013; CALLADO, 1964; KOURY, 2010; SANTOS, 2014).

Abreu e Lima (2003, 2005) e Santos (2014) adjetivam Melo de grande interlocutor para a paz no campo e apaziguador dos ânimos sociais no meio rural. Barros (2013) e Callado (1964), por sua vez, o descrevem como comunicador com habilidades de despertar a opinião pública, através da imprensa, para o sindicato rural católico.

Na análise de Koury (2010), os dois padres, embora mais ou menos rivais, situavam suas ações pedagógicas em vista de um pano de fundo comum: combater as Ligas e assumir o controle do campesinato. No entanto, valiam-se de estratégias diferentes. Assim, segundo o autor, enquanto Crespo agia no movimento sindical, quase que exclusivamente para construir condições estruturais para o funcionamento do sindicato ligado ao SORPE, de tal modo a esvaziar politicamente as Ligas Camponesas e sobrepor-se a elas, Melo buscava vestir uma imagem mais radical e, ao mesmo tempo, conciliatória e comunicativa a fim de disputar, pelo carisma, a liderança dos camponeses, em “mãos” dos comunistas e Julião.

Entretanto, nos registros memorialísticos levantados nessa pesquisa, com trabalhadores rurais sindicalistas ligados ao SORPE, Crespo e Melo, ao estarem juntos mesmo com posicionamentos distintos, provocavam, por vezes, dúvida em relação às suas intenções. Assim, Crespo, apesar de aparecer como ator mais pragmático quanto à sindicalização rural e de posição mais afeiçoada à classe trabalhadora, não é isento a críticas. O trabalhador rural sindicalista de Paudalho ligado à formação sindical do SORPE, apesar de rememorar esse vigário como mais realista e aliado aos interesses do camponês, disse que “Padre Crespo e Padre Melo, a gente não sabia distinguir quem era o verdadeiro e quem era o falso entre um e outro”. Contudo, apesar da memória oral não representar o real vivido e sim uma narrativa do evento interpelado por eventos atuais e pretéritos (MONTENEGRO, 2007), sobreleva às memórias desses entrevistados, a imagem dicotômica entre esses dois clérigos.

Conforme os registros memorialísticos, apesar de alguns dos trabalhadores entrevistados demonstrarem certa dúvida quanto às reais intenções desses dois padres no

organismo sindical, Crespo fora rememorado como razoavelmente combativo da estrutura política, burocrática e de dependência patronal; Melo, porém, associado aos interesses dos latifundiários e dos militares. Não obstante, dois memorialistas ligados historicamente aos sindicatos rurais de Paudalho e Carpina acusaram Padre Melo de, por meio do seu poder de discurso, persuadir muitos trabalhadores rurais de Paudalho a se associarem à Cooperativa do Tiriri, dizendo ser a reforma agrária, colocando os camponeses em dívidas que até hoje rolam na justiça. Um deles diz que, por causa disso, teve uma briga com o vigário, na sede do sindicato, e pôs os trabalhadores contra ele.

Segundo esses entrevistados e conforme análise de Santos (2014), a defesa da reforma agrária defendida pelo Padre Melo confundia-se com o sistema de cooperativas. Segundo o próprio vigário, “as terras pertencentes as cooperativas proporcionariam distribuição igualitária dos recursos entre os camponeses” (MELO, 1963 apud SANTOS, 2014, p. 74). Em 1965, esse padre cedeu entrevista ao Diário de Pernambuco falando da solução para a crise do açúcar, na qual exibiu um pouco sua interpretação sobre a reforma agrária. Conforme esse editorial de 13 de fevereiro, a solução da crise seria: os usineiros deveriam entregar ao IBRA as áreas que não poderiam ser mecanizadas. Em troca, o Instituto cederia maquinarias e implementos agrícolas para modernização do cultivo da cana nas áreas mecanizáveis. Em decorrência, o mesmo órgão empregaria as terras em sua posse num plano de colonização da agricultura. Assim, seria criada uma classe rural média que substituiria o proletário camponês, eliminavam-se as exigências da legislação trabalhista, um dos fatores que oneram a produção. Consequentemente, de acordo com o vigário, dissiparia o desemprego porque a colonização absorveria a mão de obra restante da modernização da lavoura e, em contrapartida, os usineiros estariam recebendo os meios necessários para modernizar o setor. Entretanto, percebe-se que o discurso de solução, apresentado pelo padre atenderia, em última instância, aos interesses dos usineiros e não do campesinato.

Neste sentido, segundo Santos (2014) e Barros (2013), Melo, ao assumir postura mais afeiçoada aos interesses dos usineiros e direitistas, cede a Casa Paroquial da cidade do Cabo de Santo Agostinho para a implantação da sede do IBAD, ligado aos interesses Norte Americanos.

Se Melo tinha essa imagem perante os interesses dominantes, Crespo, porém, lhes representava oposição. Não obstante, a partir de 1963 em diante, esse vigário passa a ser adjetivado de comunista, em algumas edições do Diário de Pernambuco. Com o golpe, forças militares o destituem da liderança do SORPE, deixando só o outro padre. Desde então, o sindicato passaria a reorientar a prática formativa para o *cooperativismo* e colaboração, mediante convênios celebrados com órgãos estatais e americanos (ver item. 3.1) e, mais tarde,

após AI-5 e AI-9, para uma prática *assistencialista* sob reorientação do discurso formativo religioso.

## **4.2 Prática formativa sindical pós-golpe: mudança de discurso**

### **4.2.1 De discurso sindical *reivindicativo* para *cooperativista* – pseudodiscurso de reforma agrária**

Como vimos na seção anterior, com o golpe de 1964, os militares promoveram grande devassa no campo, ocuparam e intervieram na maioria dos sindicatos, exceto os de Nazaré, Vicência, Timbaúba e Limoeiro. Invadiram a sede da FETAPE e prenderam o então presidente, Manoel Gonçalo Ferreira, e submete a federação à intervenção, colocando em seu lugar o segundo secretário da entidade, Severino Manoel Soares, do sindicato de Timbaúba e ligado ao SORPE. Deste, o coordenador, Padre Crespo, é destituído e posto em seu lugar o Padre Melo. O primeiro, embora, discordando do segundo, reconhecia que seria um canal de diálogo possível naquela conjuntura repressiva.

Contudo, o movimento não seria proibido do exercício de sua função. Em nota publicada nos principais veículos de imprensa do estado no dia 4 de abril de 1964, o Secretário de Segurança Pública do estado, Coronel Ivan Rui, reafirmava que os sindicatos legalmente reconhecidos não seriam fechados, desde que agissem única e exclusivamente em seus próprios objetivos, pois, seria intolerante a práticas alheias. Outra nota assinada pelo mesmo, no dia 5 daquele mês, enviada a seus liderados, orientava-os a estarem atentos aos acontecimentos no meio rural e que deveriam advertir os patrões a respeitarem os sindicatos e a pagarem os salários conforme previamente acordados (KOURY, 2010, p. 207-208; ABREU E LIMA, 2003, p. 112). Ambas intencionavam, igualmente, evitar conflitos no campo e que o Estado, por meio da Secretaria, garantiria a ordem no meio rural.

Imediatamente, o sindicato de Nazaré da Mata, que não sofrera intervenção, muda o discurso “*reivindicativo*” passando a reconhecer a legitimidade do golpe. Segundo ata da assembleia do dia 19, de abril de 1964, o presidente da entidade, Euclides Almeida, dizia que, por causa do governante irresponsável de sentido esquerdista e dos maus elementos dizendo que eram democráticos, foi que o Brasil ia sendo golpeado, mas, com o poder de Deus e das Forças Armadas, foram defendidos os órgãos de classe que vêm agindo democraticamente (p. 18-19). Segue a ata dizendo que ele continuava a animar os sócios, fazendo-os cientes de que o sindicato não tinha sido destruído nem diminuído.

Entretanto, sem a presença de um sindicalismo mais combativo na região, aumentava a violência patronal que invadia sindicatos e ameaçava camponeses associados, recusava a pagar direitos básicos já conquistados como: salário, 13º, etc. E, após padre Crespo enviar várias denúncias acerca do problema, segundo algumas edições do Diário de Pernambuco de 27 de dezembro de 1964, o assessor do Ministério do Trabalho responde solicitando aos órgãos que tranquilizassem os trabalhadores, pois, já havia determinado que os empregadores pagassem os devidos direitos.

Segundo Koury (2010), atrelado a esses problemas de classes por razões trabalhistas, os agravantes das condições de vida e trabalho, somados à demanda da modernização da política agrícola, tornavam contraditória a relação entre a busca de legitimidade e a ação repressora ao sindicato, por parte dos militares. A fim de equacionar os ânimos entre as classes e “conquistar” legitimidade no meio rural, cuja base estrutural imbricava-se ao aspecto econômico, o chefe nacional assinou o Estatuto da Terra, lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, instituiu o IBRA e o INDA. Com isso, reorientava a política de desenvolvimento agrário, que passaria pela classificação dos imóveis rurais e a realocação de sua função social, dentro do plano de colonização das terras. Esses órgãos, recém criados, ficariam incumbidos desse processo, bem como apoiar as cooperativas agrícolas, as quais fariam parte da engenharia da reforma.

Martins (1981) destaca que essa engenharia reformista se imbricava à modernização no meio rural em que o pequeno agricultor deveria ser transformado em minifúndio. Assim, a reforma agrária, uma das principais pautas de *reivindicações* dos camponeses, seria mais uma proposta de colonização das terras. Segundo o autor, a medida visava atender às pressões dos americanos receosos de possíveis revoluções no campo. Deveria, pois, ser realizada de forma emergencial para desmobilizar os trabalhadores rurais e não provocar mudanças concretas na estrutura fundiária.

A reforma elucidaria divergências que havia no interior do SORPE e FETAPE, em que um grupo, ligado a Crespo, defendia que fosse realizada de forma gradual, através de dispositivos institucionais previstos em leis e o cumprimento imediato delas, como os dois hectares de terra (CRESPO, 1985). Outro, ligado a Melo, entendia que deveria se realizar através de cooperativas. Estas, por sua vez, deveriam ser implantadas em terras arrendadas das usinas e antigos engenhos de “fogo morto” e inadimplentes, como havia ocorrido com a cooperativa do Tiriri no município do Cabo, antes do golpe.

Contudo, como Padre Melo foi colocado na liderança do SORPE pelas forças militares, conseqüentemente, dos sindicatos coligados por ser mais afeiçoado aos interesses dos usineiros e da proposta de desenvolvimento econômico, foi a corrente desse vigário que vigorou, o qual

assumiu a difusão, formação e implementação das cooperativas nessa perspectiva reformista. Em entrevista ao Diário de Pernambuco do dia 06 de setembro de 1964 afirmou, segundo o jornal, que “o cooperativismo seria uma das respostas para as reformas dessa estrutura”.

Assim, o movimento dos trabalhadores, na região, ligado ao SORPE e à FETAPE sob intervenção militar e tendo Melo à liderança, mudaria o discurso de uma prática sindical *reivindicatória* para formação de *cooperativas* associadas aos sindicatos, que se realizaria através de convênios com a Liga das Cooperativas Americanas (CLUSA), em imbricamento com o IADESIL, dentro do Programa Aliança para o Progresso, conforme afirmou padre Crespo (1978).

Entretanto, apesar das posições divergentes de ótica sobre a problemática da reforma agrária entre dos dois padres, Crespo (1985) reconhece que, embora discordando de Melo em vários aspectos sobretudo nesse, naquela conjuntura, “seria melhor adotar essa política em favor dos trabalhadores, naquele momento tão difícil de encontramos um modo de viver e conviver com a nova situação”. É bom lembrar, porém, que o cooperativismo já estava previsto nas próprias diretrizes do SORPE desde sua fundação, em 1961. Todavia, só a partir do golpe, em que o Estado visando equacionar os agravantes no campo mediante mudanças pontuais com foco no melhoramento econômico, é que o cooperativismo passa a ser visto como “política” dessa proposta reformista. Neste sentido, embora previstas nas diretrizes do movimento, as cooperativas atenderiam a uma proposta de reforma de base, eminentemente, econômica.

Em entrevista ao Diário de Pernambuco de 06 de setembro 1964, Crespo falou que, enquanto o sindicato, até aquele momento, tinha se ocupado da defesa dos direitos de seus associados, sobretudo no que se refere às questões salariais, com o cooperativismo, o órgão buscava atacar o problema econômico da categoria como um todo, o que se demonstrou uma falácia.

Na entrevista concedida à Fundaj (1985), o vigário afirmou que o trabalho de cooperativas mistas em paralelo aos sindicatos e vinculadas à federação dos trabalhadores rurais, em Pernambuco, foi uma experiência única no Brasil e concebia a ideia de complementariedade, entendida, pois, pelo SORPE como sendo o outro “pé” do trabalhador rural e do movimento sindical.

Padre Melo, então, na liderança dessa dupla frente, sindicalismo e cooperativismo, amplia a experiência piloto da cooperativa do Tiriri, do Cabo, para os demais municípios de Pernambuco onde havia sindicatos ligados ao SORPE, sobretudo na zona canavieira – Mata Sul e Norte. Nesta última, região de estudo dessa pesquisa, foram implementadas, conforme os jornais levantados, nas cidades de: Aliança, Carpina, Nazaré, Vicência, Paudalho, São

Lourenço e Jaboatão. Nesse sentido, o clérigo envolvia a estrutura sindical por ele controlada para reforçar a tese de suas ideias de reforma agrária, como bem frisou Koury (2010).

Para o vigário, a tão projetada reforma agrária se realizaria através das cooperativas, uma vez que, na medida em que estimularia a produtividade e venda de alimentos, promoveria o desenvolvimento econômico no meio rural da região. Por consequência, eliminaria, segundo o padre, as tensões e conflitos no campo. Isso porque, resolveria os problemas de ambas as classes, não só econômicos, como estruturais de política agrícola, ao passo em que as cooperativas arrendariam as terras inativas das usinas e engenhos através de empréstimos no Banco do Brasil.

Para o Padre Melo, em entrevista ao Diário de Pernambuco, de 13 de fevereiro de 1965, conforme já mencionamos anteriormente, a proposta de reforma agrária deveria ser realizada pela política de colonização de terras junto ao IBRA. Em uma palestra ministrada no Simpósio Sobre o Problema Agrário na Zona Canavieira, em 1963, o vigário dizia que a longo prazo as cooperativas dos próprios camponeses iriam fazê-los proprietários de cana e não mais empregados das usinas.

Essa concepção de reforma agrária defendida por Melo, líder do SORPE pós-golpe de 1964 e principal defensor da filosofia *cooperativista*, como pressuposto de paz e justiça entre as classes, seria, na verdade, muito mais interessante ao caixa das usinas. Isso porque, teriam, de uma vez só, atacado os seguintes aspectos: substituição de mão de obra por mecanização, por isso mesmo, evitaria uma série de eventuais indenizações trabalhistas; lucraria sob uma faixa de terra inativa. Em entrevista concedida ao Jornalista Antônio Callado, Rui Cardoso, o Usineiro e proprietário que arrendou o Engenho Tiriri à SUDENE disse que “as cooperativas [...] seria a melhor solução capitalista para os usineiros” (CALLADO, 1964, p. 144).

Notadamente, a tese do Padre Melo de que o cooperativismo realizaria a reforma agrária, atenderia duas funções no campo político ideológico dos militares. De um lado, esvaziaria o espírito de reforma baseado em revolução disseminada no estado pelas Ligas. De outro, suspenderia a reforma na perspectiva dos dois hectares de terra reivindicada pelo grupo ligado ao padre Crespo, que só se concretizaria no Governo Costa e Silva.

Como vimos na seção 2, essa concepção do vigário imbricava-se ao conceito de reforma agrária dos ibadianos e dos IPES, no período do Governo Castelo Branco, visando o desenvolvimento agroindustrial, baixar possíveis focos de agitação e conter forças políticas no meio rural. Segundo Silva (1971), esse processo fora financiado pelos interesses econômicos nacionais e estadunidenses, conforme edições do Diário de Pernambuco entre 1964 e 1967, nomeadamente, envolviam: DAC, IADESIL, USAID e CLUSA. De acordo com edição do dia

24 de julho de 1966, as cooperativas também tinham apoio técnico e financeiro do governador do estado, Paulo Guerra. Cabe destacar que o custo operacional era bastante elevado; segundo o Diário de Pernambuco de 12 de julho de 1966, a cooperativa mista de Nazaré iniciaria com um capital de giro de 2,5 milhões de cruzeiros.

Destarte, para além dos interesses políticos ideológicos dos americanos ao financiar as cooperativas, o SORPE reconhecia, segundo o Diário de Pernambuco de 09 de setembro de 1965, que esse serviço só estava sendo possível devido ao provento da CLUSA; que, por sua vez, capitaneava, também, outras despesas do SORPE com recursos da CIA (PAGE, 1972, p. 269). Ainda conforme o mesmo editorial, esse trabalho seria assumido pelos Centros Sociais construídos pelo IADESIL, dentro do Programa Aliança para o Progresso.

Segundo o padre Crespo (1978), os três Centros de Carpina, Garanhuns e Ribeirão, construídos pelo IADESIL com recurso da USAID, foram uma proposta da própria FETAPE como contraposição aos programas de assistência que o IADESIL queria realizar nos sindicatos dentro do Aliança para o Progresso. Então, a Federação, para organizar as cooperativas, celebra convênio aberto com a Liga das Cooperativas Americanas (CLUSA). Esta, proveria recursos financeiros em fundos rotativos – parcelados, para compra de insumos básicos. De acordo com o vigário, na primeira rodada, cada cooperativa receberia 10 mil cruzeiros. A liga americana também financiava as formações e os treinamentos. Estes, por sua vez, seriam de responsabilidade da Federação e do SORPE, os quais deveriam enviar relatórios de prestação de contas das atividades. Ademais, havia um técnico da CLUSA inserido no SORPE (CRESPO, 1978).

Na análise do vigário, sem a ajuda dos americanos naquele período, o movimento sindical sozinho não teria condições de desenvolver sua segunda “perna”, as cooperativas, pois, era necessário que o órgão de classe já tivesse base econômica suficiente para angariar empréstimos e capitanear recursos. Dadas as limitações infraestruturais, inicialmente, as cooperativas, muitas das vezes, funcionavam nas próprias sedes sindicais.

Neste sentido, se o trabalho de cooperativas em Pernambuco, para o SORPE significaria o outro “pé” do trabalhador e do movimento sindical e, sobretudo, realização de uma certa compreensão de reforma agrária; para os ibadianos, IPES e governo federal, seria uma espécie de coroamento dessa concepção de reforma, na medida em que promoveria desenvolvimento econômico e traria paz e justiça no campo. Para os usineiros, significaria benefício de caixa. Para os americanos, portanto, imbricava-se ao Programa Aliança para o Progresso. Esse aparente alinhamento de interesses e tendo o Padre Melo como articulador – afeiçoado aos ideais econômicos e a uma leitura expansionista do sindicalismo rural - contribuiria para minar

a prática sindical mais *reivindicatória* a uma ação *cooperativista*. Essa, na lógica, propagandeada pelo referido padre como ideia tese da reforma.

Entretanto, se a tese imbricava a uma perspectiva econômica e, nesse sentido, a ajuda financeira da CLUSA abriria condições internas e infraestruturais ao sistema cooperativado para que as cooperativas de produção chegassem a proporcionar a colonização e distribuição de terras, na prática, porém, foram implantadas cooperativas mistas – produção e consumo. Segundo Crespo (1978), esse modelo foi uma escolha dos próprios trabalhadores que queriam libertar-se dos barracões das usinas, que extorquiam todo seu ganho. Estando esse sistema atrelado ao sindicato, este passou a brigar para que essa proposta de substituição fosse efetivada, pois, era naquele contexto, uma das questões mais sentidas pelos camponeses.

Nesse processo, Padre Melo afirmou no Diário de Pernambuco do dia 06 de setembro de 1964 que o SORPE buscava formar líderes cooperativistas, pois, não seria possível seu desenvolvimento sem haver uma mudança de mentalidade dos próprios camponeses à percepção da importância delas. Trabalho formativo esse que se desenvolvera em parceria com o Departamento de Assistência a Cooperativas (DAC), que, por sua vez, também participaria do processo instituinte e operativo das mesmas.

Curiosamente, dois dos diretores do DAC, os economistas, Rui Albuquerque e Dijalma Augusto de Melo, também eram assessores da FETAPE, segundo o Diário de Pernambuco de 07 de janeiro de 1964. Os mesmos são mencionados em outras edições entre 1964 e 1967, ministrando cursos de cooperativismo e mesmo nos de sindicalismo do SORPE a fim de interessar sindicalistas a se cooperativarem. Além do DAC, o SORPE ainda angariou apoio técnico e pedagógico para os cursos junto a GEPA, ANCAR, SUDENE e governo estadual.

É válido salientar que, exceto no caso do DAC, não encontramos dados que nos indicassem haver algum recurso financeiro destes outros órgãos ao processo formativo em análise, ainda que isso não possa ser descartado. Também não nos é possível precisar um perfil que indicasse haver padronização à operacionalização dos cursos. O que se pode assegurar é que, normalmente, duravam em média de 4 a 5 dias ou um pouco mais (dependendo das ocasiões) e que eram de caráter intensivo, com oito horas de aulas por dia<sup>101</sup>. Os conteúdos, além dos saberes técnicos elementares ao funcionamento da cooperativa, giravam em torno da “conscientização cooperativa”<sup>102</sup>, indispensável ao trabalho coletivo. A equipe responsável pelo trabalho formativo de cooperativas reunia-se mensalmente em jantar para tratar de assuntos

---

<sup>101</sup> Diário de Pernambuco. Edições, 00272 (1) de 26 de novembro de 1965; 00190(1) de 24 de agosto de 1964.

<sup>102</sup> Idem.

ligados à formação<sup>103</sup>. Metodologicamente, utilizava-se de aulas teóricas e práticas, recursos audiovisuais e projeções cinematográficas. Os cursistas tinham, inclusive, direito a diplomas, desde que participassem ao menos de duas aulas<sup>104</sup>. A imagem a seguir refere-se à entrega de diplomas aos 30<sup>105</sup> “formandos” do curso de sindicalismo e cooperativismo, conveniado com o Conselho Nacional de Agricultura (CNR) e CONTAG, realizado em Carpina – PE na última semana de setembro de 1966, no I Seminário, patrocinado pelo INDA.

**Figura 9 - Entrega de diploma na solenidade de encerramento no I Seminário de Sindicalismo e Cooperativismo, em Carpina – PE**



O assistente sindical Ambrosio Ivo Aureliano quando falava na solenidade de encerramento do curso de líderes rurais, em Carpina

Fonte: Diário de Pernambuco. Edição 00225(1) de 1 de outubro de 1966.

A solenidade de encerramento foi dirigida pelo INDA, cuja mesa fora presidida pelo Sr. Wilmar Cordeiro de Freitas (técnico do órgão). O homem que está em pé discursando é o presidente da Cooperativa Rural de Carpina, Ambrósio Aureliano. Segundo essa edição do Diário, além dele, falaram na ocasião, os coordenadores de cada órgão ali representado, os quais ratificaram a importância da formação de líderes rurais direcionados ao compromisso com mudanças econômicas e sociais no meio rural, bem como realçando o papel do estado nesse processo.

Entretanto, Padre Crespo parecia mais cauteloso com a construção de um imaginário que associasse o trabalho de base engendrado com os camponeses, a esforço espontâneo do

<sup>103</sup> Diário de Pernambuco, edição, 00223(1) de 29 de setembro de 1966.

<sup>104</sup> Diário de Pernambuco, edição, 00190(1) de 24 de agosto de 1965.

<sup>105</sup> Diário de Pernambuco, edição, 00225(1) de, 01 de outubro de 1966.

governo. Ao tomar a palavra, naquela cerimônia, remonta ao trabalho árduo iniciado em fins de 1961 quando o SORPE lança os primeiros sindicatos rurais, indicando que a creditação dessa dupla frente – sindicalismo e cooperativismo – deveria ser dada ao próprio movimento sindical.

Em entrevista ao Diário de Pernambuco no dia 22 de novembro de 1964, o vigário salientou que o SORPE estava empregando esforço de discriminar a ideia de cooperativa, através de realização de seminários, palestras e reuniões nas comunidades onde seriam implantadas as primeiras unidades: Carpina, Bom Jardim, Jaboatão, São Lourenço, Nazaré e Vicência. Nesta última cidade, inclusive, havia, naquele exato dia, uma equipe do DAC em *locus*, fazendo levantamento da área. Além dessas cidades também foram implantadas cooperativas na zona da mata norte, conforme as fontes levantadas nessa pesquisa, em Aliança e Paudalho.

Entretanto, por volta de 1967, a CLUSA retira os investimentos do SORPE. Ficando, pois, as cooperativas assistidas pela USAID e o Corpo da Paz. Com as dificuldades estruturais de legislação nacional para o sistema, somados a problemas de planejamentos internos; as unidades da zona da mata, que, até então, funcionavam no esquema consumo, foram perdendo espaço para aquelas mais estruturadas sob liderança de minifúndios que poderiam realizar empréstimos no Branco do Brasil para esse fim. Isso porque, para angariar esse tipo de recurso, o diretor da cooperativa tinha de dar o aval, desde que tivesse, para isso, algum bem que servisse como fiança. Como os trabalhadores rurais da base do sindicato não tinham bens, ficariam as cooperativas do movimento sem poder adquirir o recurso, ficando limitadas a pequenos projetos financiados por doações e dos investimentos estrangeiros (CRESPO, 1978).

Nesse mesmo período de 1967 permeava na zona da mata de Pernambuco, uma crise social no campo decorrente, dentre outras coisas, do fechamento de algumas usinas. Neste aspecto, o Presidente Costa e Silva, em visita ao estado e em discurso publicado no Diário de Pernambuco no dia 11 de agosto, afirmava que estava aqui para encontrar soluções e reforçou que o povo o ajudasse. Em conversa com o Padre Melo, também registrada no editorial, ele falou que precisava da ajuda do vigário para evitar que o povo entrasse em agitação. O presidente do IAA, que viera com o chefe nacional, reforçando o discurso do mesmo, reiterou o fim dos barracões das usinas, que deveriam ser transformados em cooperativas de alimentos com venda direta para o consumidor.

Concordamos com Koury (2010) ao argumentar que o governo Costa e Silva, com essa visita, demonstrava, através do IAA, interesse em conquistar legitimidade dos camponeses, convencendo lideranças sindicais com promessas em vago populismo ou pseudopopulista. O cooperativismo do movimento sindical, desde então, não tendo reais condições de provocar as

mudanças concretas de reforma agrária, mantinha-se como porta aberta para o projeto de legitimidade do governo militarista sob retórica de substituir os barracões.

A reforma agrária, ou melhor, a pseudorreforma agrária, se realizaria em 1968 quando o Governo Costa e Silva regulamentou a lei de sítio já sancionada por Castelo Branco em 1965. Isso, visando conquistar legitimidade de seu governo perante o campesinato, ao passo em que instituíam a lei de censura, controle e repressão através do AI-5 e AI-9, que, por seu turno, selariam o chamado período de “chumbo”. A partir de então, reforça o processo de legitimidade atendendo a pretéritas reivindicações do movimento dos trabalhadores.

Nesse contexto militar de repressão, censura e busca de legitimidade do regime, permeia à prática do movimento sindical ligado à FETAPE, a mudança de discursos. Por um lado, demonstrando conivência; por outro, falta de análise crítica das lideranças sindicais, que, grosso modo, reverberavam em suas práticas a orientação “engessada” da Igreja, reforçada sobremaneira pela própria federação no Jornal do Trabalhador Rural, editado em 1972.

#### 4.2.2 Mudança de discurso na prática formativa sindical no período de “chumbo”

Se entre 1964 e 1967, o sindicato rural ligado ao SORPE, sob liderança interventora do Padre Melo, mudou o discurso da prática “*reivindicativa*” para formação de cooperativas enquanto ideia tese de uma perspectiva retórica de reforma agrária imbricada aos interesses dos militares e dos americanos em garantir a ordem na mata pernambucana e que, entre passos e contrapassos, beneficiou mais os próprios caixas das usinas que o campesinato. A partir do AI-5, de 13 de dezembro de 1968, que instituíam a censura contra qualquer ato suspeito de corrupção e subversão, dentre outros, se aplicaria aos próprios dirigentes sindicais assim classificados pelo regime, e o AI-9, de 25 de abril de 1969, que reforçava a relação entre o Estado e os latifundiários, tolhia a ação sindical e tornavam as lutas no campo, ainda mais precárias. A Federação reorganiza a prática formativa do movimento na região canavieira mediante o reforço de três discursos que já a orientavam, e agora seriam basilares à sobrevida do organismo em face da conjuntura repressora nos anos de “chumbo”, a saber: *legalismo, assistencialismo, religioso*.

Embora não sendo foco aqui analisar os ditos anos de chumbo do regime militar, e sim a (re)orientação da prática formativa/educativa do sindicato rural na mata norte de Pernambuco nesse contexto, é válido lembrar que os instrumentos de censura e repressão, ainda que não exclusivos na história recente do Brasil, foram um dos principais dispositivos empregados contra os adversários políticos de quaisquer correntes ideológicas contrárias, sob “frágeis”

argumentos de Segurança Nacional ameaçada por guerrilheiros; o que levava os grupos sociais de esquerda mais radicais a recalcitrar seus métodos de ação, tornando a reação do Estado autoritário ainda mais violenta, segundo D'Araújo et al. (1994).

Desconfiados de ensaios revolucionários no campo, sob discurso de suspeita de guerrilha, os militares infiltravam policiais à paisana para espionar atividades coletivas dos sindicatos rurais e da própria FETAPE. Conforme nos relatou Biu da Luz (2019), sobre uma reunião que ministrara em um sindicato da região acerca das eleições daquele polo, em 1969, “lá tinha um militar no meio, na posse da diretoria do sindicato tinha um militar no meio pra ouvir os discursos”. Noutra à mesma época, em Surubim, um policial espião:

Chegou na porta, abriu duas vezes, olhou e saiu. Aí eu perguntei ao diretor porque tá sempre chegando uma pessoa aqui abrindo a porta e saindo, que está acontecendo? Ele disse, aqui é assim, quando tá fazendo reunião, se a gente fecha aí ele vai dizer que a gente tá fazendo reunião escondida; se a gente abre a porta, o cabra entra, é espião da polícia [...]. Eu disse, tudo bem, a gente não tá fazendo nada aqui de contra militar, a gente tá fazendo nosso trabalho. [...] Três dias depois chegou à intimação na minha casa, da polícia daqui de Carpina. Cheguei lá, ele perguntou: o senhor participou de uma reunião no sindicato em Surubim? Foi sim senhor. O que o senhor foi fazer lá? [...] O que foi tido lá, qual os temas? Eu disse: o estatuto social do sindicato, os órgãos de administração do sindicato, o papel dos diretores, tudo pelo estatuto. Falaram alguma coisa lá sobre a revolução “*gloriosa*” de 31 de março? Eu disse, não senhor. Ele anotou tudinho e disse, tudo bem pode ir embora, qualquer coisa mando lhe chamar, viu! (BIU DA LUZ, 2019. Grifo nosso).

Para além das espionagens e questionamentos dos militares, nesse período (1968...) sobretudo, o controle sobre o movimento sindical rural tanto na região de estudo dessa pesquisa quanto em todo território nacional foi reforçado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) por meio das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT). Isso através de constantes visitas rápidas sob pretexto de verificar, com regularidade, se havia práticas de corrupção e subversão (KOURY, 2010, p. 280).

Tal prática então, no fundo, serviria para destituir diretoria ou diretor que demonstrasse, na sua prática, discursos mais *reivindicativos*, a fim de substituí-lo por outra interventoria. Ou seja, não importava se a atual direção ou presidente já fosse um interventor, interessava que se mantivesse alinhado aos militares. Não obstante, a própria FETAPE que já havia passado por duas interventorias e mudado de presidente em ambas. No sindicato de Vicência, sob discurso de improbidade administrativa e financeira, o senhor Edjan, presidente da entidade, foi destituído e substituído pelo interventor, o senhor Ademar, na época, delegado de base sindical no povoado Angélica.

Segundo o mesmo, os próprios militares que o colocaram na direção do sindicato lhe entregaram um revólver (arma de fogo), sob a retórica de autodefesa, caso necessário. Todavia, pôr uma arma letal e munições às mãos de um líder sindical interventor naquela conjuntura significaria mais que “*proteger*” o trabalhador rural posto a contragosto da mesa diretória destituída e parte dos sócios, dela, simpatizantes. Poderia significar, certamente, dentre outras: a) outorga de uma sensação de segurança e poder ao camponês incumbido de liderar a instituição; b) senão efetivamente, ao menos simbólica, o poder de impor a ordem no dia a dia do movimento e sobretudo em caso de possíveis conflitos individuais que o mesmo eventualmente poderia vir a se envolver decorrente do exercício de sua função; c) representação do poder das Forças Armadas em “instituir” o controle.

Isso demonstra a rigidez dos militares, nesse período, em garantir a ordem no campo e o controle do movimento sindical. Munir um interventor ou mesmo “renovar”, quantas vezes fosse necessária, uma diretoria por sucessivas intervenções, significava concretamente, perante os trabalhadores e seu órgão de classe, o poder das Forças Armadas. Entretanto, uma série de demandas de razões históricas e ideológicas que perpassavam o sindicalismo rural na região, certamente percebidas pelo MTPS e DRT, criaria óbices ao projeto de controle alvitado pelo Estado autoritário. Dentre outras: i) os atritos entre trabalhadores e patrões, pelo descumprimento da classe empregadora dos direitos trabalhistas já conquistados, grosso modo, envolvendo não pagamento de 13º salário; ii) o “eterno” dilema da reforma agrária e previdência rural; iii) a própria fragilidade sindical tutelada às orientações da Igreja, a qual, pós-golpe, demonstrava sua dupla e contraditória posição, na medida em que como representante do sindicato era também colaborativa ao Estado na expectativa de eliminar o comunismo; iv) as contradições internas expostas diante dessas questões; v) por último, a própria postura repressora do Estado para com o movimento, dificultando as relações, podendo, inclusive, formar uma onda de revolta. Esse estado de coisas, sobretudo a última, vai se tornar o ponto de partida para o governo buscar legitimidade perante os camponeses e cooptação do sindicalismo, mediante uma forte política assistencialista.

A previdência social do trabalhador rural viria a ser o pano de fundo para isso e os sindicatos, então, sobreviveriam sob forte controle intervencionista do Estado que os tolhia a uma prática estritamente assistencial.

Neste sentido, o movimento sindical rural católico muda seu discurso “*reivindicativo*” para o “*colaborativo*” e a FETAPE reorientaria a prática formativa nessa perspectiva, entre 1968 e 1972, embasada em três discursos, reiteramos – declaradamente de colaboração, ao aparelhamento militar para o sindicalismo, quais sejam: i) *assistencialismo*; ii)

*religioso/cristão*; iii) *legalismo*. Estes permearão a prática dos sindicatos e as formações da federação e são “coroados” no Jornal do Trabalhador Rural, como visto na seção 2. Vale lembrar que nenhum desses discursos era inédito ao processo educativo do movimento, agora, porém, enfatizado e ressignificado à luz da conjuntura, para dar sentido e assegurar, minimamente, o *status quo*.

**I – O Assistencialismo** era o mais tímido desses discursos, antes do golpe. Grosso modo, realizado nos sindicatos mediante serviço médico dentário contratado pelo órgão de classe seja com recurso próprio ou apelo ao governo, como se verifica na ata do sindicato de Nazaré do dia 16 de fevereiro de 1963, em que o presidente, Euclides, ao tratar do contrato dos dentistas e dos limites econômicos para sua efetivação, falou aos sócios que enviaria ofício ao chefe do estado solicitando ajuda a esse respeito. A partir de 1965, por influência dos americanos mediante o Programa Aliança para o Progresso, é alimentado por concessões e donativos enviados pela USAID e IADESIL, segundo o Diário de Pernambuco edições de 15 de maio e 09 de setembro de 1965. Nos anos de “chumbo” do regime militar, entretanto, passa a ser forte discurso e prática do sindicato, que, tutelado ao Estado sangrador de sua ação *reivindicativa*, vai restringi-los quase que absolutamente à execução do PRORURAL ligado ao FUNRURAL, instituídos no sentido de assistência previdenciária do trabalhador rural, a fim de conquistar legitimidade perante o campesinato em face da política repressora instaurada.

Assim, segundo Koury (2010), começou a aventar-se a previdência social rural a partir de 1968 depois da greve no município do Cabo, em que os militares aprovaram em dezembro daquele ano a primeira experiência piloto, que estenderia as bases para a aprovação do Decreto de Lei nº 564 de 1 de maio de 1969, que instaurava o Plano Básico de Previdência Social Rural na Zona Canavieira. Segundo o Diário de Pernambuco de 03 de maio de 1969, os órgãos da classe – FETAPE, CONTAG, SORPE – e o padre Melo, enviaram telegrama ao MTPS exaltando o decreto.

Entretanto, é válido destacar que a previdência social rural já estava prevista desde o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963, que, nos artigos 158 e 182, instituía o Fundo de Assistência e Previdência para a categoria. Contudo, o Decreto de nº 276 de 28 de fevereiro de 1967 alterava certos dispositivos do ETR dando outras providências, conforme diz o próprio decreto, ampliando a base assistencialista. Em seu artigo 158, fundava o FUNRURAL “destinado ao custeio de assistência médica social ao trabalhador rural e seus dependentes”. O artigo 160 definia: a) assegurados, os trabalhadores rurais, os pequenos produtores rurais; b) dependentes, a esposa e o marido, inválidos; os filhos menores de 16 anos ou inválidos, o pai e a mãe inválidos. Conforme o artigo 2º, de acordo com as

possibilidades financeiras do fundo, a assistência médica comportaria: serviço clínico, ambulatorial, parto e social. Desse modo, a previdência ao camponês tinha o sentido de assistência.

Esse sentido passaria a ser coroado a partir de 1971, com o decreto complementar nº 11 de maio que instituía o PRORURAL, o qual, como vimos anteriormente, assistia o trabalhador rural e seus dependentes com seis “benefícios”: aposentadoria por idade de 65 anos, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio funeral, serviço saúde e social, reiteramos.

Com isso, o Estado autoritário, ao mesmo tempo, em que através do MTPS e DRT, agia de forma repressiva e com interventorias até nas diretorias sindicais já intervistas, com o PRORURAL e FUNRURAL, deslocava a ação *reivindicatória* do sindicato para um enquadramento assistencial atrelado à previdência social rural. Intencionalmente, ao atender à pauta previdenciária, antiga bandeira de luta do sindicalismo, provocaria no interior do movimento e perante a categoria, senão diminuição da imagem de dureza e controle, o sentido de concessão e por extensão promoveria certa mobilização enérgica no cotidiano do órgão de classe, o qual atrairia os camponeses pela força dos benefícios do programa.

Neste sentido, apesar de críticas mais recentes a essa política assistencialista dos militares que tolheu a ação sindical a executor do PRORURAL, feitas por lideranças sindicais na região e entrevistados por nós, dentre eles José Francisco, Biu da Luz e Beija Flor. Na época, porém, a FETAPE apesar de no Jornal do Trabalhador Rural (1972) advogar ser uma conquista do próprio movimento e não concessão, paradoxal e contraditoriamente, vai reconhecer, na edição do mês de julho, como sendo dado pelo Estado. O próprio José Francisco, ligado ao sindicato de Vicência e então presidente da CONTAG, em ensaio publicado em 1979, admite que, embora sendo um período muito fechado do ponto de vista da ação sindical e de análise crítica ao governo, foi, porém, marcado por certa possibilidade e atendimento:

[...] de uma reivindicação antiga do movimento sindical, o início, o embrião da previdência social rural. E tendo o governo preocupação de não onerar os cofres públicos com a aplicação desse programa, se utiliza da organização sindical, uma estrutura já montada [...] para ajudar na execução e orientação desse programa previdenciário com base na lei (SILVA, 1979, p. 39).

Esse sentido um tanto contraditório, ao dizer que não era uma concessão e, ao mesmo tempo, reconhecer como sendo atendido pelo Estado, é reforçado pela própria Federação através do Jornal do Trabalhador Rural em 1972, na medida que aludia à lei das autoridades do Brasil à lei de Deus, a qual, ao prezar pela justiça, dava amparo ao velho e ao doente. E enfatizava essa alusão, especificamente, em relação à aposentadoria. Assim, didática e

pedagogicamente, ressaltava que “a justiça e a aposentadoria vêm da parte de Deus [...]. Rejeitar a aposentadoria é ficar fora da lei de Deus. Desprezar a aposentadoria é ficar fora das leis das autoridades do Brasil” (edição do mês de julho, p. 12).

Percebe-se que a Federação com esse discurso, enquanto orientação formativa, mesclava a aposentadoria à justiça do Estado – através do elemento simbólico religioso. Neste sentido, justiça confundia-se com o assistencialismo do PRORURAL atrelado ao FUNRURAL.

Desse modo, a FETAPE reorientava a formação sindical ao programa assistencial. Os sindicatos, portanto, ficaram encarregados de inscrever os trabalhadores no programa e orientá-los quanto ao passo a passo para que os mesmos viessem a receber os auxílios, conforme previsto na própria lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971. Essa tarefa sobrecarregava as diretorias sindicais que, além de garantir as inscrições e promover orientação, precisariam se deslocar nas comunidades para habilitar os trabalhadores em vista dos benefícios, especialmente, a aposentadoria.

A Federação, através do Jornal formativo/informativo, orientava, então, que cada entidade tivesse dedicação e paciência. Assim, na edição do mês de julho (p. 13), reforçava: “vamos conversar estas coisas com nossos companheiros. Como muita paciência vamos ajudar nossos irmãos velhos e doentes. Temos que ter paciência. Vamos ajudar a procurar o direito da aposentadoria”.

Destarte, a prática cotidiana dos sindicatos e seus diretores, vai ser então sobrecarregada da tarefa de executar o assistencialismo do PRORURAL. Naquela conjuntura, sem condições aparentes de estabelecer críticas à política que estava sendo instaurada ou mesmo por falta de análise conjuntural, se apropria desse dispositivo como uma forma de ampliar a base de sócios, afastando-se, assim, de sua atuação *reivindicativa*.

Na linguagem de José Rodrigues – que mais tarde (1975) viria a integrar a diretoria da FETAPE na chapa de Nativo Almeida –, depois do golpe, muitos trabalhadores vieram ao sindicato por *gravidade*<sup>106</sup>, através do discurso assistencial. Para ele, o trabalhador se associava na medida em que “via” as vantagens.

No tempo que existia vantagem ele via [...], a partir de 1970...72, 73 a gente começou... tinha o atendimento odontológico. Nós encaminhávamos ficha para que as pessoas fossem atendidas nas casas de saúde; a ficha era dada pelo sindicato. Isso aí, a gravidade que eu digo é essa, que ele já vinha porque estava precisando. Ele vinha porque precisava de médico. Ele vinha porque precisava de assistência para família. Aí vinha porque o sindicato já estava dando assistência a ele. Aí ele vinha, ah! Eu quero me associar ao sindicato.

---

<sup>106</sup> Termo popular usado no sentido de gradual ou gradativamente.

Era assim, quando ele precisava, ele vinha procurar. Nesse tempo a gente saia pelo sítio, com o caderninho na mão conversando com o trabalhador para convencer eles e associar ao sindicato. Dizia, olhe, se associe que vocês vão ter médico, vão ter dentista, vão ter aposentadoria. [...] E com isso, o sindicato começou a se levantar, a estruturar novamente (JOSÉ RODRIGUES, 2020, grifo nosso).

Neste sentido, enquanto para o Estado, o enquadramento da ação sindical bitolada à execução do PRORURAL teria o sentido de sobrecarregar o sindicato a uma prática cotidiana de política assistencial e não *reivindicativa*, o órgão de classe, porém, via como importante instrumento para atrair o campesinato ao associativismo. Nesse contexto, assistir a classe, passava a fazer parte do discurso cotidiano de sua ação, especialmente como retórica para persuadir aqueles trabalhadores mais duvidosos, conforme nos relatou Edjan (2020), à época, presidente do sindicato de Vicência. “A gente sabia quem eram os duvidosos e [...] a gente estava fazendo de tudo para fazer, ele, sócio [...]. Qual seriam as vantagens, naquela época, que a gente oferecia? Naquela época, a aposentadoria era uma grande vantagem” (grifo nosso).

Desse modo, o sindicato era reorganizado no fio do discurso assistencial em detrimento da pretérita prática *reivindicativa*. Koury (1976) reitera que muitos trabalhadores canavieiros da mata pernambucana por ele entrevistado lhe relataram estar no sindicato porque este ajudava a si e à sua família nos serviços médicos.

Segundo Biu da Luz (2019), nesse contexto, muitos trabalhadores iam fazer a carteira de sócio pensando que o sindicato era posto médico. Na entrevista a nós concedida, esse sindicalista ao fazer uma breve análise das intenções dos militares com o referido programa, reitera que era cooptação dos trabalhadores, dos sindicatos e acabar com o sentido de luta do movimento. Admite, entretanto, que, nesse aspecto, “eles até ganharam em parte, porque muitos sindicatos depois da Previdência Social Rural começaram fazer trabalho assistencialista” e acrescenta que “tinha sindicato que tirou a placa e, ao invés de colocar sindicato dos trabalhadores rurais, coloram FUNRURAL”.

Sobrecarregado de executar o PRORURAL e FUNRURAL, os sindicatos tiveram sua ação de classe enfraquecida na medida em que se envolveram demasiadamente nos serviços assistenciais dos mesmos em detrimento das atividades *reivindicativas*. Em um fragmento de entrevista do senhor Nativo Almeida, na época do programa, presidente do sindicato de Nazaré, concedida a Andrade (1975 apud KOURY, 2010, p. 293), em tons retóricos, dizia que, na sua maioria, os sindicatos da categoria em Pernambuco “funcionaram como órgãos figurativos, apenas voltados para o campo do assistencialismo [...]. Isto em virtude da inconsciência da maioria dos dirigentes [...], da maioria dos trabalhadores do que é sindicato e seus objetivos”.

Ademais, a política assistencial do Estado autoritário atrelada à Previdência Social Rural do FUNRURAL mediante o PRORURAL, posta sua funcionalidade à estrutura sindical já existente, por um lado, esvaziava a ação *reivindicativa* do sindicato em razão da sobrecarga que o programa demandava, por outro, provocava certo conformismo dos próprios diretores dos sindicatos em executar as atividades assistenciais. Conformação essa reforçada por uma prática viciosa, em que muitos dirigentes passavam a disputar e criar situações para se manterem na diretoria, sucessivas vezes. Em decorrência, acabavam por se distanciar cada vez mais da prática laboral no campo, tornando-se quase como funcionários da maquinaria sindical.

Isso acabava, negativamente, provocando dois problemas internos. Primeiro, entre passos e contrapassos, certa relação de aproximação com o patronato, políticos e autoridades públicas do município, o que poderia estimular a troca de favores – peleguismo. Edjan (2020), presidente do sindicato de Vicência, contou-nos um caso em que um trabalhador rural não associado ao órgão de classe havia sido preso por pequenos furtos e venda de produtos vencidos, foi à delegacia e conseguiu convencer o Sargento da Polícia a soltá-lo. De acordo com o entrevistado, depois de muita conversa, ele disse: “eu te considero muito – e era mesmo, o delegado não, mas o Sargento me considerava muito – mas rapaz tu tá me pedindo pra soltar, eu ia dá uma pisa nesse cara hoje ainda. Leve ele, agora tu sabes que tá errado”. Segundo, ia reforçando a desconfiança/descrédito entre muitos trabalhadores em relação ao sindicato, pois, muitas das vezes não tinham suas demandas particulares resolvidas, no muito, atendidas tarde ou parcialmente por razões de estrutura burocrática – nem sempre, devidamente, entendidas pelo reclamante, ainda que explicadas pelo sindicato.

Segundo as atas do sindicato de Nazaré, dias 16 de abril e 21 de maio de 1972, o presidente da entidade, Nativo Almeida, falava dos direitos previdenciários, explicando especialmente a aposentadoria rural conforme a lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971. Destacando, nesse aspecto, que a aposentadoria embora sendo direito do povo, decorria da boa vontade do presidente do Brasil, reiterava: “cabe a nós, ajudar o governo a colocar em prática essas leis” (Ata da Assembleia de 21 de maio de 1971). E segue a mesma ata dizendo que o líder do órgão incentiva os sócios a divulgar isso aos demais companheiros de classe, tomando como base o discurso religioso dizendo que “o bom associado está comparado com o semeador, o qual o bom é aquele que recebe e distribui com os companheiros nas suas comunidades”. Discurso que viria a ser reforçado pela FETAPE, no Jornal do Trabalhador Rural.

Chegamos, mais uma vez, ao segundo discurso que permeia a prática formativa do sindicato na região nos idos de 1972, a saber: **II – religioso/cristão.**

Como vimos na seção anterior, o Jornal do Trabalhador Rural editado pela FETAPE em 1972, orientava a formação dos trabalhadores e dos sindicatos da categoria nos aspectos históricos e assistenciais tendo como pano de fundo, o discurso religioso, acionado enquanto dispositivo pedagógico e ideológico no sentido de provocar a ideia de união e obediência, tendo em Jesus, “feito homem”, a referência central.

Estando o movimento classista, nessa altura, mais independente em relação à Igreja e ao SORPE – que estava em processo final de saída do controle da organização, ficando-a em tese à liderança dos próprios trabalhadores – a FETAPE se apropria do discurso religioso reorientando a prática formativa a um “*novo evangelismo sindical*”, o qual, acabamos de ver, foi tolhido pelo regime militar à política assistencialista do PRORURAL e FUNRURAL.

Esvaziado de sua ação mais combativa e *reivindicativa* sob recente interventoria militar na sua sede e em sindicatos rurais coligados nos anos de “chumbo” do regime, a FETAPE reorienta a prática formativa, mobilizando o elemento simbólico religioso, na reprodução do corolário assistencialista do próprio Estado autoritário em vista da previdência social – com destaque à aposentadoria. Daí, pedagógica e ideologicamente, ao abordar o tema da aposentadoria rural, a faz operando o imaginário do camponês pela linguagem da fé do mesmo, dizendo-lhe que o tal direito estava na lei de Deus e também na do Estado.

Notadamente, no referido Jornal, a Federação dá ao discurso religioso uma valoração que contribuirá decisivamente à “nova” orientação formativa, cujo perfil de luta sindical dará lugar, no debate pedagógico, à ideia de união e obediência. Simultaneamente, enquanto o primeiro sugeria a formação de um “novo” perfil de liderança e de sindicato, não antagonista ao Estado, sob pena de mais dura repressão; o segundo, por isso mesmo, como o próprio termo já sugere, intencionava reforçar obediência.

Apesar de não ser claro a que essa obediência “exatamente” se referia, nos parece razoável admitir perante a conjuntura repressiva e os dispositivos de controle (intervenção, infiltração, espionagem, etc.) instaurados sobre os sindicatos, que se relacionava ao estado de ordem vigente, uma forma, senão a única naquele cenário, legalmente instituída de sobrevivência do movimento perante o MTPS e a DRT.

Destarte, a FETAPE retomava ao discurso religioso cristão de união, comunhão e paz, no qual a Igreja orientou o movimento sindical desde 1961 através do MEB e do SORPE, porém, dando outros sentidos à formação dos camponeses nessa configuração a qual o sindicalismo estava restringido.

De forma pontual, se antes do golpe, o sentido religioso/cristão tinha como pano de fundo: a) combater os ideais comunistas, levando o camponês a resistir às seduções das

ideologias marxistas revolucionárias, responsáveis de “manchar seu espírito cristão”, como vimos na seção 1; b) educar o trabalhador rural e o sindicato da categoria, embora levados a questionarem a estrutura de dependência patronal e a cobrar do Estado os direitos reclamados, fossem moderados; pós-golpe, especialmente nos anos de “chumbo”, o discurso religioso reproduzido pela FETAPE, no Jornal, tinha o sentido de reorientar o trabalhador não mais a resistir ao engodo marxista, agora posto à ilegalidade, mas a sua própria representação a partir de e em Jesus, retratado para além do divino, como um trabalhador. Nesse sentido, orientado a perceber a importância e a necessidade de um comportamento relativo aos seus ensinamentos e conduta prática, como condição *sine qua non* à vida e força do movimento.

Assim, a Federação vai abordar, no Jornal, o marco histórico do reconhecimento sindical como a Páscoa do movimento dos camponeses, em alusão ao sentido cristão do termo – que simboliza passagem, libertação. Em decorrência, é mencionada a história de Jesus como sendo aquele que doou e recobrou a vida, garantindo a instauração da libertação aos cristãos. A partir de então, a figura do Cristo, “feito homem”, trabalhador braçal semelhante a um camponês, é didaticamente apresentada como espelho/exemplo a ser imitado, como analisamos na seção anterior, a fim de provocar o rural a autorrepresentar-se.

Neste sentido, na edição de abril/maio, iniciar-se trabalhando de forma alusiva às cartas sindicais “concedidas” pelo Ministro Franco Montoro, no Congresso de Itabuna – BA (1962) significou a “páscoa do movimento sindical”. Conforme enfatizou o próprio material: “minha gente que estava lá nunca mais vai esquecer. A gente viu e tomou parte de uma libertação, de uma páscoa. [...] Foi mais uma passagem para a melhoria do viver na terra. Foi uma entrada numa vida melhor. Foi uma páscoa” (p. 4). Isto é, assim como a simbologia cristã, o evento representa a passagem da morte para a ressurreição de Jesus, portanto, o direito ao perdão e à graça mediante o reconhecimento, pela fé, do sacrifício pascal; o marco de Itabuna, alusivamente, significava a passagem do sindicato não reconhecido para o reconhecimento efetivado pelo próprio Ministério do Trabalho.

Com esse tipo de alusão, por um lado, a Federação demonstrava atribuir importância à estrutura burocrática do MT, o que nos parece ser uma “estratégia” interessante a fim de evitar recolhimento do material pela DRT e MTPS em suas constantes visitas e infiltrações no órgão de classe, sob alegação de conteúdo subversivo. Por outro, reforçar ao camponês, tanto a importância do reconhecer o marco histórico quanto a necessidade de se associar visando a fortalecer e assegurar o *status quo* do movimento, sem o qual a libertação adquirida poderia ser suprimida pelas forças dominantes opositoras, notadamente, chancelada pelo poder dos mandatários do Estado.

Essa mesma edição reforça o sentido pascal cristão, “a gente já sabe que a páscoa é sair da escravidão e entrar na liberdade” (1972, p. 12); e sua “versão” humana e trabalhadora, conforme se lê: “Jesus, Filho de Deus, nasceu homem como a gente. Ele fazia tudo que a gente faz só não fazia pecar. Jesus foi homem trabalhador” (1972, p. 12). Isso é reiterado na edição do mês de junho, na qual é retratado como: carpinteiro, lenhador, marceneiro, ferreiro, pedreiro e camponês, chamando a atenção para a dureza do trabalho. Entretanto, mostrando-o comprometido em todas essas atividades com Deus (pai) e com o próximo, lhe ensinando mesmo nessas circunstâncias laborais.

Essa representação de Jesus nas duas edições, ao menos do ponto de vista das ideias, mobilizando a linguagem da fé, tinha o sentido de promover e/ou levar o camponês a se ver como “bom” cristão, comprometido à obediência e a ajudar o outro, em semelhança a Jesus homem como tal. No final do texto do mês de junho, sobre Jesus, reitera-se: “temos muito o que aprender com Jesus, nosso senhor, nosso irmão e nosso companheiro de vida e sofrimento” (p. 13). Uma dessas aprendizagens, em obediência a Cristo, seria ensinar conforme a máxima do Evangelho segundo Marcos (cp. 16, vs. 15) reeditada no Jornal do mês de abril/maio (p. 13), “vão por esse mundo vivendo e ensinando”. Nesse mesmo contexto discursivo, ensinar, segundo a edição do mês de junho, “é facilitar o entendimento dos outros. A gente facilita o entendimento quando conhece o que ensina, quando conhece o povo e fala a linguagem do povo. Por isso, quem pode ensinar melhor o camponês que outro camponês?” (p. 12). E continua: “Jesus foi camponês e ensinou aos camponeses. Nós somos camponeses, todos nós estamos ensinando aos nossos irmãos?” (p. 12). Percebe-se, que o discurso religioso tem o sentido pedagógico e ideológico de provocar “mudança” à mentalidade do camponês no processo que lhe exigia, a partir da relação dada a Jesus camponês: autorrepresentação.

Nesse processo de autorrepresentação, o discurso ideológico cristão/católico vai ser basilar a quatro termos, muito recorrentes no Jornal, enquanto dispositivo de formação a essa “*nova mentalidade*” exigida em face da conjuntura da época, a saber: a) mudança de percepção sobre o trabalho; b) união; c) ação; d) conformação.

A – A Federação reeducava para a mudança da percepção do camponês sobre o trabalho, na medida em que reforçava o comprometimento de Jesus com o laborar e reiterava o discurso das cartilhas do MEB quando dizia em poema que “Deus pai fez o mundo, não querendo completar, deu o trabalho ao homem para o mundo melhorar” (edição de junho, p. 8). Assim, pela linguagem da fé, reforçava a retórica de uma compreensão de responsabilidade utópica – para não dizer ingênua de melhorar o mundo pela pura força e limite do trabalho braçal do “operário” rural, deslocando, portanto, a concepção de trabalho para o terreno ideológico da

utopia cristã como tarefa delegada pelo Divino, em detrimento do processo de produção, da relação de trabalho e dela derivada. Admitia-se, no Jornal, acrítico à conjuntura instaurada, uma leitura um tanto romantizada da concepção do trabalho rural ao priorizar a dimensão ontológica, podemos assim dizer, como terreno da seguridade alimentar tanto do campo quanto da cidade.

O sentido de *mudança de mentalidade* do camponês em relação ao trabalho, subjacente ao fio do discurso pedagógico do Jornal, reforçava o pressuposto ideológico da Diocese de Nazaré da Mata na organização do sindicato na Mata Norte, em que o Bispo D. Manuel, e sobretudo o Padre Petronilo, buscavam em seus discursos, provocar mudança de mentalidade do patronato para aceitar o sindicalismo rural (ver cap. 1). Segundo Koury (2010) e Tamer (1968), isso, se realizaria na medida em que as relações de trabalho no campo fossem capitalistas, pois, a mudança de mentalidade aí “produzida” entre as classes, promoveria entre elas, relações mais cordiais. Foi nessa perspectiva que o Padre Petronilo, diretor do CRER, buscou por meio do Gazeta chamar a atenção do empresariado rural, o que se diferencia entre o discurso produzido no Gazeta e a análise dos autores, em relação ao Jornal editado pela FETAPE em 1972, é que agora o foco para a mudança é direcionado unicamente ao trabalhador.

B – Destarte, o sentido de *mudança de mentalidade* do camponês nos termos propostos no Jornal – centrado numa nova concepção de trabalho deslocado de suas relações, imbrica-se ao discurso de união. Este, como mola propulsora do bem-estar coletivo da categoria e do sindicato vai ser mobilizado como ideia/força, no plano formativo, para reforçar a união entre: i) os sócios e os sindicatos; ii) os órgãos e a Federação; iii) Federação e a Confederação. Conforme a edição do mês de junho (p. 2), “o cristão não pode querer melhorar sozinho [...] O cristão tem que agir a favor dos companheiros”. Reforça, ainda, mais à frente, que o movimento sindical só seria forte o bastante para sobreviver se houvesse união em toda a maquinaria do organismo de classe.

C – Ação, portanto, vai se constituir o verbo que demonstrará ser o camponês cristão ou não. Como nos relatou Biu da Luz (2019), em harmonia a esse material formativo, se dizia nesse período “que o cristão que fica só de rezar não é um bom cristão não”. De acordo com o discurso do Jornal, ser cristão não bastava dizer ter fé ou estar vinculado à Igreja, era preciso provar agindo semelhante a Cristo – feito homem, portanto, levado ao estado de compromisso social e bem comum a classe. Segundo a edição do mês de junho, “é preciso agir para provar o valor da fé em Jesus” (p. 12).

Entretanto, agir aqui não tinha o sentido de reivindicação, mas sim de atuação que provasse ser um bom cristão.

D – A intenção que subjazia o material formativo em relação a provocar, no camponês, essa mudança de mentalidade, enquanto processo de autorrepresentação do mesmo, pedagógica e ideologicamente, sugeria o sentido de conformá-lo a uma atuação muito mais moderada/pacífica, que antes do golpe.

Todo esse processo formativo ensejado pela FETAPE no Jornal do Trabalhador Rural, do ponto de vista discursivo do material, demonstrava um princípio formador dentro da conjuntura da época que, em dadas circunstâncias de espionagem e/ou fiscalização dos mandatários militaristas, poderia anunciar uma representação do camponês e do organismo sindical perante o Estado, reorientado pelos vetores ideológicos cristãos/católicos. Inclusive, reconhecedor das “benfeitorias” e da autoridade do regime mediante o MTPS e DRT, portanto, afastado do discurso formativo de *reivindicação* e mais aproximado à conformação e sobretudo à ordem vigente. Ao menos, era o que parecia se anunciar no fio do discurso pedagógico religioso perpassado no material.

A amarração desse suposto reconhecimento da autoridade vai ser reforçado mediante o discurso da lei, fortemente retomado nos anos de “chumbo” do regime.

**III – Discurso legal**, reiterado pelo princípio religioso de união, ação e conformação, foi, talvez, o mais evidente no Jornal. O qual reconhecia a política assistencial do regime militar desenhada no vetor da Previdência Social Rural, tendo em vista os auxílios do PRORURAL e FUNRURAL especialmente a aposentadoria da classe. Nesse sentido, se apropria dos “benefícios” do programa, utilizando-os como elementos de persuasão a fim de ampliar a base de sócios do sindicato. No vocal de José Rodrigues da FETAPE e Edjan do Sindicato de Vicência, como vimos anteriormente, serviu para, gradativamente, fazer o próprio trabalhador querer se associar em vista das *vantagens*.

Para ampliar a base de associado, o discurso legal vai ser basilar a certa mobilização do sindicato no período militar sobretudo após 1969. O PRORURAL, então, será o pano de fundo para se desenvolver, nas entrelinhas da prática formativa, a ideia de *sindicato dos associados* (KOURY, 2010), muito embora a lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971, que instituiu o programa, não colocasse isso como condição para ser beneficiário. Segundo a lei, o que deveria ser provado para se ter direito a qualquer um dos 6 (seis) auxílios do programa, era ser trabalhador rural e estar dentro das exigências regulatórias, nenhuma delas, porém, ser sindicalizado. A ideia disseminada, contudo, corroborou para ampliar a malha dos associados em vista dos *benefícios*.

Essa ampliação do número de sócios envolvia não só o assalariado rural, como as demais categorias (meeiro, foreiro, pequeno produtor e arrendatário) conforme previsto no ETR, mesmo na Mata Norte, predominantemente composta pelos assalariados rurais.

Com efeito, estando quase que integralmente envolvido na realização do PRORURAL, o sindicato vai representar, para os sócios ou não, executor do programa assistencial. Esvaziado de sua ação *reivindicativa* em razão da sobrecarga demandada do programa, o oportunismo de apregoar a necessidade de filiação sindical para receber os benefícios, vai sobrepujar-se em detrimento de qualquer análise crítica da política assistencialista do Estado controlador, constituindo-se numa nova forma de “*evangelismo sindical*”. Assim, manejando a linguagem *legalista* que respaldava o programa, a FETAPE mediante o Jornal vai ressaltar a justiça da lei, aludindo-a inclusive à justiça da lei divina. Isso, então, aferindo princípio de verdade ao discurso da letra da lei, legitimando o programa e o Estado que o instituiu.

Neste sentido, na edição do mês de julho, a aposentadoria – principal dispositivo do supracitado programa para o camponês –, numa retórica soteriológica cristã, é abordada como sendo a lei de Deus e das autoridades do Brasil. Portanto, opor-se a ela, simultaneamente, equivaleria a negar a autoridade divina e do Estado.

Destarte, é perceptível que a FETAPE, por um lado reconhecia o assistencialismo proposto, por outro, a própria autoridade do Estado. A esse respeito, a edição de julho orientava o campesinato a não temer aceitar a aposentadoria por forças de boatos dos opositores: “estão boatando que a aposentadoria é dinheiro da besta-fera.[...] A aposentadoria é fruto da justiça, [...]. Enjeitar [...] é cumprir a lei da besta-fera” (p. 13). Ou seja, a besta-fera aludia-se a quaisquer indivíduos ou ideologias que se punham contra o Estado.

O reconhecimento da autoridade e legitimidade da lei é reforçada no Jornal, não só em relação à aposentadoria e aos demais auxílios do PRORURAL, como para reconhecer os fundamentos históricos e institucionais do movimento no processo formativo sindical, quer no próprio recurso didático referido, quer nos encontros de formações a partir de 1969; inclusive, tendo como apoio pedagógico, dos fins de 1971 em diante.

Presas às amarras do rigor do período em que se encontravam os sindicatos, a formação e prática operativa/administrativa; bem como certas demandas enviadas à DRT, como solicitação de indenização e outros reparos ao trabalhador por parte do patrão se realizava, somente, em rígida observação da lei. Conforme orientação da Federação na edição de julho do Jornal, “dentro da lei e da ordem, vamos ter ainda, muito que melhorar” (p. 8).

A maioria dos entrevistados nessa pesquisa, invariavelmente, rememorara essa prática formativa e do exercício sindical dentro da rigidez legal. Aliás, faziam questão de demonstrar

não haver esquecido determinadas leis que versavam sobre CLT, ETR, ET e Previdência, sob certa exaltação, reconhecendo-as como discurso de verdade, “incorporado” a partir do processo formador e instituinte do movimento.

Edjan (2020), falando do que se discutia nas formações da FETAPE nesse contexto, menciona a ênfase dada ao legal, bem como a sua interpretação particular, sobre:

[...] o que mais a gente debatia era a questão da CLT né, a Consolidação das Leis do Trabalho. Era, debater a lei, porque com a lei a gente trabalhava no campo. Se a gente não aprendesse as leis, não debatesse as leis na Consolidação das Leis do Trabalho, a gente não fazia nada. Pegava o empregador, dava um grito e ali o cara baixava a cabeça e não tinha o que dizer. Mas não, a gente debatia a lei, artigo, inciso, isso, aquilo outro e parágrafo, por aí a gente seguia aprendendo, notando no caderninho (EDJAN, 2020).

O discurso legal aprendido é interpretado pelo sindicalista como dispositivo que o muniria de argumentos perante o patrão. O aprender artigo a artigo, incisos e parágrafos, conforme a narrativa, demonstra a atenção do mesmo aos detalhes da lei, que era minuciosamente registrada no caderno a fim de memorização, a qual, por sua vez, alimentava o hall argumentativo de sua autodefesa em eventuais embates com o empregador.

Entretanto, o memorialista não demonstrou a percepção, ainda que de fato basilar à luta, ser o discurso legal único campo de possibilidade de formação sindical no contexto militar, bem como atuação do órgão de classe sob pena de mais forte repressão. Segundo Biu da Luz (2019), “a Secretaria de Segurança Pública baixou uma nota e deu uma espécie de diploma, de documento oficial e, mandou fixar na sede do sindicato [...]. Pra você sentir como estava difícil manter sindicato naquela época”. O “diploma” a ser fixado à parede não só autorizava o funcionamento do sindicato, como também evidenciava a vigilância e o estado de ordem dos militares sobre as unidades sindicais, processo enrijecido nos ditos anos de “chumbo”.

Restringindo a uma prática, notadamente, dentro da possibilidade do legal, a FETAPE redirecionava a formação nos limites rígidos da lei. Para além do Jornal do Trabalhador Rural, no qual reconhecia a autoridade do Estado e da legislação voltada ao homem do campo, a entidade editou um livreto (o qual não privilegiamos por não conseguirmos precisar o ano de sua publicação) nesse contexto, que apresentava “como a lei poderia ajudar o trabalhador rural”<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> Título do livreto. Segundo Biu da Luz, escrito por Lúcia Barreto.

Neste, a federação explicava, na letra da lei, os direitos e as proteções ao trabalhador: safrista, menor de 18 anos, estabilidade e acordos, bem como orientava o camponês a como agir em processos de reclamação junto à Justiça do Trabalho (JT) sobre esses direitos assegurados. Orientava, em todo caso, o trabalhador primeiramente a recorrer ao sindicato a fim de não ser enganado pelo patrão e, em caso de firmamento de acordo, assinar apenas na sede do órgão pela mesma razão.

Todavia, na prática, o moroso processo burocrático e com limitadas condições de continuar na defesa de causas individuais, muitas das vezes, o próprio sindicato influenciava em fechamento de acordo que não beneficiava o trabalhador. A esse respeito, o próprio Edjan (2020) nos relatou que o Sindicato de Vicência fechou acordo na Justiça do Trabalho, no caso do trabalhador demitido, por ele nomeado, Chico João, o qual não ficou satisfeito com o valor que recebera, embora entendido pelo entrevistado como justo perante a lei.

Observa-se, nesse período, que a formação e a prática, tinham no discurso legal o caráter de verdade e legitimidade de sua ação, de modo a representar o trabalhador e a orientá-lo pelo apelo à lei. Em decorrência, o mesmo era levado a não reclamar nenhuma petição que não fosse já reconhecida legalmente.

Portanto, no contexto, o sindicato preso às amarras institucionais do período, o discurso legal enquanto certo “reconhecimento” da autoridade do Estado vigente e a legitimidade da política assistencial, a qual ficou bitolado, foi o terreno em que a Federação, mobilizando a linguagem da fé, reorientou a prática formativa em vista dos benefícios do PRORURAL e FUNRURAL, como forma de ampliar a rede de sócios dos sindicatos.

Tolhido a função de executar o programa de assistência, retoricamente vestido de Previdência Social Rural, o sindicato sem crítica ao enquadramento submetido pela política militar, representou para os sócios e não associados a possibilidade de provê-los de vantagens assistencialistas e não de representação de classe, no sentido da luta como outrora fora. No muito, de esclarecedor e informador de leis para o homem do campo; se afastando, pois, do sindicato *reivindicativo* que havia sido anterior ao golpe, ainda que, nesse período mais fechado e limitado pela força repressora, tenha havido reclamações individuais de camponeses, isso não configurava uma prática reivindicatória.

Portanto, se, antes do golpe, a prática formativa e operativa do sindicato na região aqui delimitada, ainda que influenciada pelo assistencialismo e perpassada pelo discurso da lei e do espírito de paz na orientação da Igreja, era *reivindicativa*; com o golpe, o assistencialismo, o discurso religioso (conforme analisado) e o argumento legal se constituíram fortes discursos de

orientação e aplicação, sem crítica, pelo contrário, reconhecedor da autoridade e da ordem, garantiu a sobrevida e certa mobilização sindical, numa evidente adesão.

### **4.3 Que sindicato foi esse mesmo que se constituiu na Mata Norte nesse período?**

Como visto até aqui, o sindicato rural, na região delimitada na pesquisa, no período de 1961 a 1972, embora permeado por contradições próprias dos jogos políticos e ideológicos subjacentes, das limitações de análises conjunturais do pessoal da linha de frente da maquinaria e, por isso mesmo, não homogêneo, caracterizou-se por certa *conformação* ao discurso do sindicato de Estado sob orientação da Igreja e suas doutrinas cristãs. Com o golpe, muda o discurso prático formativo de *reivindicação* para *cooperação* mediante o cooperativismo em um primeiro momento (mais ou menos entre 1964 a 1967), como retórica de reforma agrária, defendida pelo Padre Melo, imbricada aos interesses econômicos. No segundo, nos anos de “chumbo”, tolhida sua ação, ainda que não política, de reivindicar, é reorientado pela Federação a uma mudança ainda mais forte, do discurso prático/formativo para assistencialista, religioso, legalista, reconhecendo a autoridade e a política assistencial do Estado, valendo-se dela para um “*novo evangelismo sindical*” a fim de ampliar a rede de sócios.

Destarte, à luz do que se viu até então é razoável admitir, nomeadamente, que esse sindicato foi uma experiência que se realizou entre passos e contrapassos, sob conformação e mudança de discurso – de *reivindicativo* no pré-golpe, para *cooperativo* e *assistente*, pós.

Vale reiterar, porém, que essa mudança discursiva não significou real ruptura da prática já instituída, tampouco ineditismo, mas sim uma reapropriação e ressignificação dos discursos, pós-golpe: a) assistencialista – saindo da assistência médica odontológica realizada de forma independente por cada sindicato a depender de suas condições econômicas, para uma prática formativa e administrativa estritamente assistencial presa à execução do PRORURAL e FUNRURAL; b) religioso, antes usado para combater o comunismo e as Ligas, agora reforçar ao camponês uma “*nova mentalidade*”, de como bom cristão, prezar pela união como coluna e justiça do movimento; c) legalista, antes como parâmetro para o processo instituinte, agora, como sinônimo de “verdade” e justiça, de modo que a ação só teria validade na rígida observância da lei.

Notadamente, o sindicalismo rural na região teve sua prática formativa e instituinte, o tempo todo, imbricada ao estreitamento dual do legal e do religioso – o Estado e a Igreja, a norma e os valores cristãos. Essas foram, grosso modo, as fronteiras que o demarcaram num sentido de *colaboração*. Com certa ressalva, interpelado pelo caráter de conciliação da

federação para com o Estado e seus aparelhamentos jurídicos e trabalhistas à solução dos problemas classistas, emanados do interior da relação entre as classes, especialmente com a DRT em vista de “apoio” às reivindicações.

O próprio Estatuto Social da FETAPE, no 1º art., define que a Federação “é construída com fim de coordenação e proteção da categoria, com o objetivo de solidariedade profissional e de sua subordinação a interesses nacionais”. No Art. 2º, trata das prerrogativas da entidade, dentre elas: i – proteção dos direitos da categoria perante as autoridades jurídicas; eleger ou designar representantes da classe; ii – colaborar com o Estado e órgãos jurídicos para soluções de problemas da categoria. No Art. 3º, que versa sobre as condições de funcionamento da entidade classista, chama atenção o item a), que diz: “observância rigorosa das leis e dos princípios da moral e dos deveres cívicos”. Ou seja, reverbera o discurso da Igreja e do Estado, em que a sindicalização rural deveria, além de atuar em regime de colaboração com as leis, também, agir de forma pacífica em oposição e/ou negação aos ideais comunistas alocados no sentido revolucionário das Ligas.

Este aspecto, talvez explique, o porquê nenhum dos 38 artigos do Estatuto Social da FETAPE, datado de 6 de julho de 1962, exhibe algum direcionamento que indique ter sido o sindicato rural católico, de fato, combativo da estrutura existente, senão atuante nos moldes cabidos no discurso corporativista/legalista do Estado, reforçado por um certo espírito de ação moderada e articulista do SORPE. O que podemos relacionar à análise de Stein (2008) sobre a prática do SORPE a qual classifica de *circulismo*, dada a semelhança e correlação com os círculos das pastorais da Igreja, imbricados ao projeto das escolas radiofônicas do MEB, no qual se visava, dentre outras ações no campo, à criação de sindicatos rurais desvinculados do PCB.

Portanto, o sindicato orientado pela Igreja a certa prática de *conformação* ao enquadramento às normas e estrutura legal, enquanto arena de reconhecimento e legitimidade, tinha por finalidade se diferenciar das Ligas e dos sindicatos ligados ao PCB – independentes em relação à FETAPE e colocá-los à ilegalidade pública e jurídica. Na região da Mata Norte, além da atuação das Ligas Camponesas com certa expressão militante em Aliança, havia o sindicato de També (hoje Itambé) ligado ao PCB.

Destarte, inicialmente, a concepção de sindicato rural de orientação católica na região, bem como em todo estado, conforme as diretrizes do MEB e do SORPE (ver item. 2.4), imbricado ao “compromisso social” da Igreja, era apresentada em termos teóricos como ideia força capaz de disputar e conquistar direitos de ordem trabalhista e, ao mesmo tempo, combater as influências do marxismo.

Assim, nos regulamentos apresentados pela Igreja referente ao sindicalismo rural, este era idealizado aos camponeses, como campo de paz, justiça e comunhão. Isso sob absoluto rigor da roupagem da legislação, de modo que, embora questionador das injustiças e levados a reivindicar diretos, fossem moderados. No entender do SORPE, do CRER (da Diocese de Nazaré) e do MEB/PE, a força “revolucionária” sindical não se daria mediante conflitos, e sim, da capacidade de mobilização dos próprios trabalhadores, enquanto organização coletiva. Daí, a relação ainda que nem sempre harmônica, de conciliação com o Estado a fim de angariar direitos demandados pelos camponeses, “esvaziar”, política e socialmente as Ligas e “garantir” o *status quo*.

Essa concepção sindical orientada pela Igreja, no campo de disputa com as ideologias marxistas especialmente as Ligas, pela hegemonia da organização dos camponeses, perpassava por duas questões independentes, mas, ao mesmo tempo, correlatas: a) a dicotomia luta pela terra versus luta por salário; b) quais categorias de camponeses integrariam ou não os sindicatos rurais.

Alguns autores que discutem a categoria de camponês têm problematizado tais questões, relacionando os processos identitários (categorias) com suas bandeiras de lutas dos trabalhadores rurais apontando que nos idos da década de 1960, as Ligas assumiram a luta pela terra, os sindicatos a luta por salários e direitos trabalhistas. Nessa perspectiva, este último não teria contemplado em suas pautas os foreiros, meeiros, arrendatários, pequenos produtores; e inclusive, os trabalhadores safristas que desciam do Agreste e Sertão para a zona canavieira. Sugerem, portanto, que isso só passou a mudar a partir da década de 1970 com a adesão desses trabalhadores temporários à luta sindical (PALMEIRA, 1979; SIGAUD, 1979; ROSA, 2004).

Entretanto, a luta pela terra também foi assumida pelo sindicato na Mata Norte já no pós-golpe, com base no Estatuto da Terra que previa a questão dos dois hectares de terra conforme se discutia em Nazaré da Mata, segundo ata da Assembleia Geral de 21 de maio de 1972; e não no sentido disputado pelas Ligas. Em certo balnear, aventada na retórica do Padre Melo, da proposta de colonização das terras atrelada ao modelo de cooperativismo por ele proposto e liderado.

Contudo, tendo em vista que, na região de estudo dessa dissertação a maioria dos associados aos sindicatos eram assalariados rurais sem nenhum vínculo a outro tipo de atividade agrícola, o sindicalismo ali se desenvolveu tendo como pauta o salário, sendo representado, inicialmente, como “*sindicato dos assalariados*”.

A pauta salarial assumida pelo sindicato respaldava-se no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que estabelecia em seu Art. 28: “qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato,

nenhum trabalhador rural assalariado, poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional”.

Segundo Barros (2013, p. 162), em 1963, de acordo com a escala salarial do Ministério do Trabalho, Pernambuco tinha três zonas salariais distintas, conforme vimos anteriormente (item 2.5), o que retroalimentava a situação de miséria social, sobretudo na região canavieira, cuja prática de remuneração se quer atingia o valor previsto. O qual, por sua vez, já era incipiente para a realidade posta.

Já de se esperar, a pauta salarial continuou demandando reclamações dos sindicatos para que fosse pago em valores relativos, ao menos, aos preços dos gêneros de primeiras necessidades e da realidade à qual o trabalhador rural da palha da cana estava submetido. A questão era discutida nas assembleias sindicais e levada ao conhecimento e reivindicações junto aos órgãos competentes. Em Nazaré da Mata, por exemplo, na discussão acerca do assunto, a categoria demonstrava compreender que a remuneração deveria ser reajustada segundo o custo de vida, conforme ata da assembleia do dia 23 de outubro de 1963, que reivindicava 80% de reajuste. “[...] o salário deve movimentar-se a proporção do nível vital [...]”. O sindicato rural vai ser marcado, em 1963, pela reivindicação perante o governo do estado, pelo melhoramento do salário e exigir seu cumprimento imediato.

Se, antes do golpe, o perfil de militância sindical na região buscou, na lei, a justeza do movimento e em certa prática conciliatória perante a DRT a fim de ter suas reivindicações atendidas, bem como se posicionar como legítimo na defesa do camponês em detrimento das Ligas e dos independentes em relação à FETAPE. A partir de então, sob forte controle e sucessivas interventorias sofridas, e sobretudo a rigidez dos anos de “chumbo”, o apelo à legalidade como discurso de autoridade e verdade foi o princípio norteador da prática formativa e operacional do sindicato à região.

Na medida em que o regime ia se tornando mais rígido para com o sindicato, a FETAPE foi suavizando o envio de reclamações à DRT em relação ao período anterior. Exceto um relatório do Departamento Jurídico da Associação Pernambucana dos Servidores do Estado, datado de 16 de agosto de 1965, contido na “caixa 16” em acervo da Academia Sindical. O tal, versava sobre várias reclamações feitas pela Federação, as quais iam das questões trabalhistas até abuso de autoridade. Fora esse, os poucos documentos que localizamos no acervo, no muito, contatavam os órgãos jurídicos para informar sobre as ações próprias do trabalho e organização sindical, conforme estabelecia o Estatuto que assim o procedesse; ou prestação de queixa e não necessariamente, cobrando ação imediata do aparelho estatal, como antes se fazia.

No período pós-golpe, o sindicalismo na região reorientou-se pela mudança de discurso sobretudo a partir de 1969, “espremido” pelo Estado a uma prática estritamente assistencialista. Submetido a esse enquadramento e tendo em seu controle a estrutura do PRORURAL ligado ao FUNRURAL, o sindicato a utilizou como argumento para atrair novos camponeses em vista das “*vantagens*”.

Como vimos nas subseções anteriores, pós-golpe a liderança do movimento sindical, ligada ao padre Crespo, os sucessivos presidentes da federação no período – Severino Manoel Soares, Euclides Almeida e Nativo Almeida – ligados ao SORPE e aos sindicatos de Nazaré e Timbaúba – mudaram de discurso, demonstrando, senão conivência, dúbia retórica e certa falta de análise crítica e conjuntural. Enquanto isso, logo no início do período militar, o então presidente da CONTAG, José Rotta, em Assembleia Geral na sede da FETAPE no dia 25 de outubro de 1965, se posicionava mais “revolucionário”. Falando aos líderes sindicais e ao Delegado Regional do Trabalho, Sr. Washington Luís disse: “pensar que a revolução vai fechar sindicato é engano [...]. Eles não mandam no sindicato. Neste mandamos nós trabalhadores em Assembleias [...] essa é a nossa linha, queremos sindicatos livres” (Ata da Assembleia Geral da FETAPE, 25 de outubro de 1965).

Todavia, os dados documentais e historiográficos sugerem e nossa análise aqui reitera que, em oposição a essa tese de sindicato rural “livre”, defendida pelo presidente da Confederação da categoria, o Estado autoritário utilizou algumas bandeiras de luta já demandadas pelos camponeses, como resposta política estratégica para cooptar trabalhadores, sindicatos, sobretudo, fragilizar qualquer ensaio de caráter revolucionário e legitimar perante a categoria o controle sobre o sindicato. Dentre as bandeiras, a Previdência Social Rural, porém, em sentido assistencial, e a Lei de Reforma Agrária, nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Todavia, além dos limites e impasses da própria lei, nunca realizada, exceto enquanto retórica do cooperativismo e da lei de sítio, os quais beneficiavam mais o patronato que o campesinato.

Voltando em relação à tese do sindicato “livre”, a qual o presidente da Confederação, em tons “revolucionários”, havia declarado à Assembleia Geral da FETAPE ser a luta do movimento, essa dissertação demonstra que, na prática, o sindicato rural católico na Mata Norte de Pernambuco, no pós-golpe, seja por estratégia de sobrevivência forçada, conivência ou mesmo em função de sua atuação moderada de ação orientada pela Igreja, se distanciou de sua posição, ainda que não política, reivindicatória. Passando, pois, a se expressar como uma experiência cooperativista e assistencialista, portanto, não “livre” em relação ao Estado.

Tutelada à Igreja e à rigidez do Estado autoritário, portanto, distante da tese esperançosa de José Rotta, que depois viria a ser sucedido por José Francisco ligado ao sindicato de

Vicência, a FETAPE celebrou alguns convênios com o Governo do estado, órgãos nacionais e americanos (ver itens, 3.1 e 4.2.1). Para a Federação e seus sindicatos, sem críticas e ainda que sob acusação de peleguismo, os acordos foram vistos como mecanismos para vitalizar a formação de lideranças e dirigentes sindicais no geral, bem como de ampliação de sua base representacional; para os demais conveniados, dispositivos para combater a influência dos partidos de esquerda e sobretudo a “cubanização” pernambucana aventada pelas Ligas e seu líder, Julião.

Contudo, é razoável se admitir diante de toda crítica possível à falta de análise conjuntural do presidente da Federação e das principais lideranças do movimento que os convênios, especialmente os celebrados com o IADESIL e USAID, possibilitaram certa forma de continuidade da prática formativa do sindicato pela via do cooperativismo de consumo. Que, por sua vez, entendido pela FETAPE em regime de complementariedade, corroboraria para a tese de ampliar a base de sócio em vista da suposta melhoria das condições básicas e de independência dos barracões das usinas, que extorquiam todo o salário do trabalhador; por extensão, da dependência patronal.

Em relação à ampliação de associados, os sindicatos da região subordinados pela política assistencial do Estado opressor, usam a estrutura do PRORURAL como retórica não autorizada (clandestina) para persuadir os trabalhadores, em via das vantagens. Soma-se a isso, a reorientação da Federação nos anos de “chumbo”, que reforçava o reconhecimento ao assistencialismo “institucional”, pela mobilização retórica da “fé”, a qual deveria ser provada mediante a ação de ajudar o próximo, como atestado de “bom” cristão.

Portanto, entre passos, contrapassos, limites e faltas de análise conjuntural e, sobretudo, sob pressão autoritária, o discurso do sindicato na região que incorporava as tensões sociais no campo e se configurava *reivindicativo*, embora, mantendo certo significado de colaboração com o Estado, muda com o golpe. Agora, o significado prático do discurso direciona-se à representação sindical de base assistencialista. O legal e os ideais cristãos permeiam a prática formativa e cotidiana do movimento, como sinônimo de justiça. O Estado autoritário, apesar de rígido, em dados momentos, é confuso e contraditoriamente interpretado pelos principais líderes sindicais locais – os quais reverberam o discurso da Igreja –, como a garantia da ordem e da maquinaria sindical. Sua ação prática acabou por confundir articulação com peleguismo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a relação entre educação de base e sindicalização rural na Mata Norte de Pernambuco entre 1961 e 1972. Por educação de base, no sentido aqui desenvolvido, compreendeu-se a própria experiência subjacente à prática formativa do movimento, tendo como ponto de referência o conceito do próprio MEB, bem como as diretrizes político-pedagógicas do MEB e do SORPE referentes à sindicalização. Sendo essa experiência educativa não escolar, a abordamos na perspectiva conceitual da Educação Não Formal à ótica de Gohn (2010, 2011, 2012). Segundo a autora, arroga-se enquanto processo intencional de formação sociopolítica dos indivíduos em organizações (clubes, associações, sindicatos, etc.); e tem como objetivo de sua prática pedagógica a construção de saberes e aprendizagens coletivas mobilizadas pela linguagem social dos direitos, que possam contribuir à elucidação dos direitos, bem como a orientar os atores da formação conjunta a construírem perante os aparelhos estatais e burocráticos, suas formas de reivindicar demandas. Foi sob essa concepção que analisamos a prática formativa e instituinte do movimento sindical rural na região, no período delimitado, que inicialmente, no espaço de tempo anterior ao golpe de 1964, teve sua realização no corolário da prática *reivindicativa*. Cabe registrar, que direcionamos o olhar para os elementos político-pedagógicos aí disseminados, bem como para os jogos políticos e ideológicos que permeavam tal processo, especialmente a mudança de discurso da prática formativa pós-golpe, a qual passou a ter como dispositivo discursivo a linguagem da fé, reforçada pela figura do Cristo feito homem – trabalhador, visando a provocar no camponês certa representação assemelhada enquanto estado de compromisso ou valor moral cristão.

Cabe salientar, ainda, que a pesquisa esteve metodologicamente fundamentada no campo da historiografia na perspectiva dos *Annales*, especialmente a partir da leitura de Le Goff (2003) e Burke (1992). Os quais, em contraponto à narrativa histórica positivista, a entendem enquanto campo de produção discursiva de narrativas perpassadas por contingências e pela não objetividade; tem como filosofia a percepção de que a “realidade” é socialmente construída, por isso mesmo, considera a história dos diversos grupos sociais na trama historiográfica, cujos excluídos passam a ter lugar no tecido e construção da história e da narrativa. Neste aspecto, considera como objeto de estudo não só os documentos ditos oficiais, como várias outras fontes, incluindo a oral. Dimensão esta, também, privilegiada nessa pesquisa em complementariedade com documentos escritos.

A investigação buscou responder: como se deu a prática do sindicato na formação da sindicalização rural e suas lideranças, na Mata Norte de Pernambuco, em meio às tensões

políticas sociais entre 1961 e 1972? Considerando a abrangência do problema em face do dinamismo histórico aí arraigado e seu recorte antes e pós-golpe, questionamos também a fim de facilitar a busca de possíveis narrativas que a respondam: como foi que o sindicato reorganizou sua prática educativa em plena época de “chumbo”?

Assim sendo, essa dissertação se organizou em três seções, cada uma correspondente a um objetivo específico: a) compreender a relação entre educação de base e sindicalização rural na região, no período, tendo em vista as diretrizes do SORPE e MEB em relação à prática formativa instituinte; b) analisar o material formativo e informativo produzido pela própria FETAPE (pós-golpe); c) analisar as práticas educativas do sindicato referentes à formação dos trabalhadores na região antes e pós-golpe.

Na primeira seção, analisamos a relação entre educação de base e sindicalização rural na região, no período, tendo em vista as diretrizes do SORPE e MEB referentes à prática formativa instituinte. Primeiramente, situamos o contexto histórico de construção do sentido do conceito de educação de base do MEB, atrelado a uma agenda mais ampla do “compromisso” social da Igreja reclamada em face da deflagração político-social e ideológica na zona canavieira pernambucana. Elucidamos que a concepção de educação de base, aí desenvolvida, tinha como corolário o pressuposto de uma formação básica/elementar entendida como imprescindível à elevação do nível da condição de vida dos camponeses; e o discurso de provocar mudanças na estrutura agrária operante na medida em que trabalhava, ao menos no campo das ideias, com o discurso de cultivar nos rurícolas o espírito de iniciativa às reformas de base, e, neste sentido, a organização sindical rural seria sua forma de realização.

Tal experiência educativa de base foi iniciada na região mesmo antes do próprio MEB, pela Diocese de Nazaré da Mata, mediante a implementação do Centro Radiofônico de Educação Rural (CRER), em adesão ao chamamento da CNBB. Identificamos que a proposta educacional desenvolvida na região visava enfrentar ao menos três questões: i) o analfabetismo; ii) o trabalho e a produção agrícola, a precariedade sanitária; iii) combater a “onda” comunista, com o advento das Ligas Camponesas, que apesar de ter sido menos atuante na mata Norte que à Sul, teve considerável repercussão local. Constatamos, pois, que a Diocese da região, através do seu Jornal – o Gazeta de Nazaré, construiu um discurso exitoso dos primeiros 51 (cinquenta e um dias) das escolas radiofônicas do CRER, fundamentando argumentos favoráveis para a implementação do MEB no estado, o qual veio a se concretizar em convênio celebrado com o governo do estado.

Identificamos que já se discutia, no jornal, mesmo antes do MEB e SORPE, a questão da sindicalização rural. A discussão sobre a fundação de sindicatos, contudo, buscou reforçar a

ideia de sindicato de pacificação, e que seria favorável não só ao trabalhador como também à classe patronal. Padre Petronilo, diretor do CRER e principal autor do Gazeta, além de exaltar a experiência educacional empreendida pela Diocese com a retórica do sucesso da alfabetização, reforçava a falácia do sindicato como órgão que, reconhecido, selaria a paz no campo. Retórica, essa, também reforçada pelo Bispo local. Ambos, mesmo reconhecendo a importância e necessidade dos trabalhadores se organizarem em sindicatos, buscavam justificar para a classe patronal, que a mesma seria beneficiada política e judicialmente, uma vez que a lei a isentaria de uma série de compromissos imbricados na relação de dependência.

Contudo, tal justificativa não fora reconhecida pela classe empregadora, a qual historicamente articulada à Igreja, passou a criticá-la em face da decisão de organizar os trabalhadores. A partir de 1963, sobretudo, o patronato local taxa a própria Igreja de comunista, alegando que, ao tentar organizar o campesinato, foi “longe” demais; além de antagonizar diretamente com o trabalhador rural em sua dependência, punindo com expulsões, rasgo de carteiras sindicais e até surras.

Não obstante, a Diocese, em tom de conciliação, passou a publicar com frequências, no Gazeta, o apelo ao patronato a reconhecer a importância daquele trabalho formativo e de organização dos camponeses, ressaltando a tese que mantê-los presos à estrutura de dependência a fim de se ter sua mão de obra não seria condição para tal.

O trabalho das escolas radiofônicas do MEB na região, através do CRER, tinha como pano de fundo o princípio cristão de orientação para a organização sindical a partir das orientações da CNBB no campo das reformas sociais de base para o homem do rural, em face das deflagrações políticas e sociais, sobretudo, o avultar dos ideais comunistas. O setor da sindicalização do MEB, desenvolvido não só na região como a nível nacional, foi visto como terreno para atrair os trabalhadores rurais para as próprias escolas radiofônicas. Muitos dos que se envolviam com as escolas também exerciam papel de articulador e participação na organização dos sindicatos. Para a Igreja, na luta política e ideológica com as Ligas, o MEB tinha as condições de maior propagação de sua ideologia em relação ao controle pedagógico dos camponeses, e, neste sentido, a organização sindical seria uma espécie de “esponja” que absorveria o maior número de trabalhadores possíveis. O monitor, que era o principal mediador entre a escola rádio, a equipe local e as comunidades, era visto muito mais que simples tradutor do conteúdo transmitido pela professora locutora, tinha, pois, certa presença de “autoridade” pedagógica e também de liderança comunitária e sindical. Essa relação pedagógica entre escolas radiofônicas e sindicalismo rural acabou por preferenciar a presença masculina no trabalho de base, especialmente concernente à formação de sindicatos.

Essa formação era orientada por diretrizes tanto do MEB quanto do SORPE. Enquanto as do primeiro atentavam para as questões mais ideológicas (podemos assim dizer), as do segundo, focavam diretamente no trabalho de base no que se refere à organização dos sindicatos. Ambos os órgãos formaram duas frentes independentes nesse tipo de educação sindical. Suas diretrizes referentes à sindicalização orientavam-se pelos vetores ideológicos católicos, que instruíam a organização e formação sindical dentro dos limites da lei, ou na disputa por legislações que atendessem às demandas do camponês, sem carecer de enfrentamento entre as classes.

Na segunda seção, analisamos a prática formativa da FETAPE no pós-golpe, tendo, pois, como objeto de análise o material formativo e informativo por ela produzido em plena época de “chumbo “. A finalidade foi a de compreender como é que o sindicato reorientou sua prática formativa nesse contexto? Vale salientar, porém, que tal pergunta abrangeu tanto essa seção quanto a próxima, uma vez que a mesma focou na mudança de discurso da prática formativa do sindicato antes e pós-golpe.

O golpe provocou grande devassa no movimento, interveio na maioria dos sindicatos e da federação, por sucessivas vezes. Ou seja, não bastava apenas uma interventoria, o que definia para os militares se haveria ou não “nova” intervenção ou interventor na mesma entidade, dependeria da atuação dos órgãos sindicais e de seus interventores, pós ato. Esse primeiro período do regime, que durou até mais ou menos 1967 e 1968, foi marcado por perseguições, vigilâncias e controle por parte de DRT, e, até morte de trabalhadores rurais, como registrado em Vicência e Timbaúba. Para os militares, as interventorias significavam manutenção da ordem; para os sindicatos, diminuição de área de atuação.

Diminuída a ação combativa e reivindicativa do sindicato cuja administração era, de perto, observada pelos militares, quer nas assembleias, atividades cotidianas e até formativas e administrativas, requerendo dos sindicatos relatórios, o patronato endureceu ainda mais sua oposição. Direitos já assegurados em leis foram ignorados por essa classe. Ciosos do seu poder de mando, os empregadores rurais se apropriaram do fato dos sindicatos serem coagidos a agirem apenas em suas atividades burocráticas, invadiam sedes sindicais, ameaçavam trabalhadores, etc. Isso se ampliava à medida que o Estado forçava o órgão de classe a atuar em regime de colaboração, a fim de conquistar a legitimidade da própria categoria camponesa, em face do “novo” estado de ordem.

Nesse contexto, o movimento orientado pela Igreja reforçou sua prática legalista e de tentativa de conciliação. Os sindicatos ficaram subordinados a garantirem a administração de sua estrutura e viabilidade. Mesmo podendo não ter mais, devido apoio da DRT como dantes

acreditava tê-la, o movimento sob a liderança do padre Melo buscou estabelecer estratégias de sobrevivência perante o órgão trabalhista do estado. Identificou-se, nesse processo, que a ação do movimento, sobretudo da liderança do mesmo, senão de conivência, foi ao menos dúbia e paradoxal. Euclides Almeida, então presidente do sindicato de Nazaré da Mata, assumiu em ata sindical que o sindicato não havia sofrido graças as Forças Armadas que haviam “salvado” o Brasil das “mãos” dos comunistas que se diziam democráticos. O mesmo sindicalista, que mais tarde assumiria a diretoria da FETAPE, considerou que foi Castelo Branco quem evitou maiores repressões e intervenções no movimento de forma geral e na federação em particular. O mesmo, porém, em 1965, é posto no cargo de Secretário da FETAPE, por advento da segunda interventoria. Padre Crespo, principal liderança do movimento no estado, também fazia a leitura de que o governo de Castelo Branco não era contra ao sindicalismo, e que o então Secretário de Segurança do Estado, Ivan Rui, compunha essa mesma linha do Chefe nacional. Portanto, o padre avaliava, com certo romantismo, que havia um canal de diálogo aberto naquela conjuntura que asseguraria a vida sindical.

Enquanto isso, a FETAPE estabeleceu convênios com órgãos americanos como a USAID e IADESIL dentro do programa Aliança para o Progresso, ignorando, porém, uma análise crítica e conjuntural sobre frágeis argumentos de que o movimento carecia de recursos técnicos, financeiros e infraestruturais. Contudo, a “real” intenção envolvia a disputa pelo silenciamento e/ou mesmo banir, dentre os camponeses, os ideários marxistas/comunistas, projeto já idealizado pela Igreja e pelo Estado desde o soerguimento do sindicalismo rural em Pernambuco. Além dessas duas agências, a FETAPE celebrou acordos com a CLUSA, IPES, IBAD, ANCAR, GEPA, DAC e com o governo pernambucano, para aquisição de apoio técnico, financeiro e pedagógico. Nesse contexto, o sindicato, tolhido sua ação antes combativa, adere, por força da conjuntura, à linha do *cooperativismo* e *assistencialismo*. Enquanto a primeira, propagandeava discurso de pseudorreforma agrária desenhada pelos ipes e ibadianos no plano de colonização das terras inadimplentes, a segunda, visava legitimar o Estado autoritário perante os camponeses.

Com o AI-5 e AI-9, que selaram o chamado período de “chumbo”, a ação sindical ficou ainda mais tolhida, especialmente na tarefa de executar a política assistencialista do regime, realizada por meio do PRORURAL e FUNRURAL. A FETAPE, através do Jornal do Trabalhador Rural, passou a reorientar a formação e a ação sindical em vista dos benefícios, inclusive, como forma de ampliar sua representação e rede de sócios. Por um lado, reproduzindo aqueles conteúdos autorizados pelo próprio regime; por outro, mobilizando a linguagem da fé

cristã, para reforçar a tese da união, cooperação, e do reconhecimento da autoridade da lei que instituiu o programa de benefícios do Estado autoritário, em alusão à própria lei de Deus.

No referido material formativo e informativo, também identificamos o esforço da federação em neutralizar qualquer discussão que fomentasse a ideia de disputa entre as classes – laboral e patronal. Pelo contrário, quer seja em relação ao reconhecimento dos direitos legais e uso da terra ou mesmo de relação de trabalho, eram abordados pelo ângulo da moral religiosa, da justiça e paz. A dureza do trabalho, antes tratada pelo movimento como elemento de formação dos trabalhadores a fim de despertá-los à certa análise crítica concernente à exploração ali instaurada, agora é esvaziada pela moral e “utopia” cristãs, de que o trabalho não era um fardo, e sim, tarefa “designada pelo próprio Deus” para deixar o mundo melhorado. Neste sentido, a questão que antes era central no processo formativo passa a ser atrelada ao terreno da ideologia religiosa cristã/católica.

O discurso religioso da figura do Cristo perpassou todos os conteúdos trabalhados no referido Jornal da FETAPE, sempre no esforço pedagógico de provocar e/ou forçar a ideia de que o camponês deveria reproduzir comportamentos e atitudes relativas ao mundo do trabalho, à semelhança do próprio Jesus, reiteradas vezes “pintado” como “trabalhador-mor”, que, apesar dos percalços do dia a dia na lida laboral, não se opunha a qualquer ordem que seja. Além do mais, tinha o ínfimo compromisso de ensinar aos irmãos a união como terreno último da paz e justiça necessária. Neste sentido, no supracitado material formativo/informativo, o camponês era, pedagogicamente, instigado a provar sua fé, que se realizaria ao passo que cumprisse as orientações dadas por Jesus, ressaltando, neste aspecto, a tese de união como força motriz do movimento sindical, em todas as esferas de sua hierarquia – desde os sócios aos sindicatos, quanto estes à Federação e, essa à Confederação.

O discurso religioso enquanto dispositivo pedagógico/ideológico se verificou, ainda, nas constantes analogias e/ou alusões feitas entre as questões que diziam respeito ao campo sindical rural e aos elementos simbólicos do cristianismo, por exemplo, a *Páscoa*, e a *lei de Deus*. Em relação ao primeiro, se tal simbologia significa para os cristãos a passagem da vida para a morte de Cristo, e daí, emerge a graça da “salvação” cristã; no movimento sindical, o Congresso de Itabuna – BA, em que foram concedidas 23 cartas sindicais, incluindo 05 em Pernambuco, significou em termos alusivos à Páscoa, a saída da ilegalidade jurídica para a entrada ao direito reconhecido e efetivado. Contudo, o Jornal reforçava tal argumento imprimindo à narrativa acerca do evento de Itabuna, tom de admiração e certo teor de romantismo, quem sabe, como forma de neutralizar qualquer indício que pudesse vir a ser julgado subversivo pelo regime. O segundo, a “lei de Deus”, a FETAPE, forçosamente ou não,

reconhecia a autoridade do Estado e da lei que instituía os seis benefícios do PRORURAL; ressaltava que rejeitar os proventos do programa seria equivalente a negar a lei de Deus e aceitar a lei do inimigo – certamente, opositor do Estado.

Além dos conteúdos de formação – história do movimento, saúde, higiene, a história de Jesus, a aposentadoria do trabalhador rural, etc. – todos perpassados pelo discurso religioso, o Jornal também expunha informativos sobre o campesinato, os sindicatos e a educação, sempre reforçando um tipo ideal de sindicato. Os jovens, filhos de trabalhadores rurais, também eram chamados a se engajarem no movimento. O Programa de Bolsa de Estudos – PEBE - foi uma das conquistas da FETAPE, e que a mesma a utilizou como forma de recrutar jovens para o organismo.

Identificou-se, pois, que a FETAPE reorientou a prática formativa do sindicato e dos trabalhadores rurais, durante o período de “chumbo”, dentro dos limites e das possibilidades “consentidas” pelo Estado. Portanto, perpassava o caminho do discurso pedagógico de formação sindical ligado à federação, através do Jornal do Trabalhador Rural editado em 1972, evidente viés ideológico, como fio condutor da reorientação formativa em face do contexto de repressão, vigilância e controle. Se com o advento do golpe, houve mudança de discurso dos principais expoentes da liderança sindicalista à região, por falta de análise crítica e conjuntural ou mesmo certa conviência, reconhecimento do governo militarista e que o mesmo teria garantido o funcionamento sindical. Nos anos de “chumbo”, o esvaziamento da militância reivindicativa foi percebido pela retomada do discurso religioso, agora não no sentido missionário combativo das Ligas, mas de um “*novo evangelismo sindical*”, que primava pela união e cooperação, inclusive, para com o Estado, subtendeu-se.

Na terceira seção, analisamos as práticas educativas do sindicato referentes à formação dos trabalhadores na região, antes e pós-golpe. O intuito foi identificar a mudança de discurso de um período para o outro. Inicialmente, analisaram-se os cursos de formação de lideranças. Constatamos que, nesses cursos, os potenciais líderes, que eram previamente selecionados pelos padres, eram instruídos tanto aos saberes básicos elementares referentes à legislação que versavam sobre sindicato e direitos trabalhistas, como ao exercício das respectivas funções no núcleo diretor do sindicato, bem como a arte de falar em público, que inclusive era utilizada nas formações como “metro” para “medir” a capacidade ou não do indivíduo assumir o compromisso de liderança no organismo classista.

Constatamos que haviam cursos e treinamentos específicos para dirigentes e delegados sindicais. Isso, visando formar um quadro de liderança sindical de perfil de militância instruída a *reivindicar* direitos de classe, esclarecer, orientar e convencer os trabalhadores na base (nos

sítios, engenhos, fazendas), argumentar perante o patronato, o direito à luz da lei; aprender a articular demandas coletivas e particulares junto às instâncias superiores. Neste sentido, às formações priorizava-se o discurso pedagógico do legal (leis), e das doutrinas cristãs, a fim de formar um perfil de liderança e militância sindical que, embora questionasse as estruturas políticas e agrárias postas, fosse moderada. Neste aspecto, a formação foi direcionada a um discurso de prática *reivindicativa* de e por direitos reconhecidos em leis, em contraposição à perspectiva *revolucionária* das Ligas Camponesas.

Analisamos também o papel educador do pessoal da linha de frente do organismo sindical (dirigentes, delegados, advogados e padres), no exercício de suas funções. Constatamos que a memorização dos conteúdos da lei era bastante praticada pelos trabalhadores em formação, o que lhe outorgava e/ou ao menos lhe fazia sentir certa segurança no processo reivindicatório; bem como para atrair novos membros ao quadro de sócios do sindicato. Devido à atuação no dia a dia na maquinaria sindical e no elo com a base, reivindicando, articulando e solucionando demandas relativas à sua competência sindical, essas lideranças, por um lado, adquiriam perante parte dos trabalhadores o compromisso e certa representação de alguém que possuía os saberes de interesse da classe; por outro, marcado pelo patronato como agentes que provocavam contendas no campo, conseqüentemente, alvo de perseguição patronal. Constatamos, ainda, que nem todos os trabalhadores eram convencidos pelo sindicato, pelo contrário, havia aqueles que se opunham, ou viam-no com certa desconfiança. O delegado de base, que atuava diretamente no elo com os demais trabalhadores, por vezes era interpretado pelos desconfiados como alguém que estava tendo vantagens perante a categoria, o que dificultava o trabalho desses atores.

Identificamos no registro oral que nesse processo pedagógico perpassado por disputa pela afirmação de uma ação *reivindicativa*, o elemento *coragem* era considerado fundamental como justiça de luta e resistência, e indicava um perfil de militância sindical que contribuía decisivamente nas reivindicações. Contudo, essa *coragem* não significava pressuposto revolucionário, mas, a contragosto e ameaças, ter posição firme na defesa dos interesses classistas. Nesse processo, contudo, aprendia-se a discutir, problematizar, construir opiniões, ponto de vista, etc. Neste sentido, reforçamos que se configurava o sentido de uma pedagogia política, no sentido apresentado por Montenegro (2007, p. 38-61). Esse tipo de ação reivindicativa se deu ao menos no período anterior ao golpe.

Com o golpe, padre Melo, visto como mais afeiçoado aos interesses dominantes que padre Crespo, foi posto na liderança do SORPE e conseqüentemente dos sindicatos coligados. O sindicato muda o discurso *reivindicativo* para o *cooperativista*, como retórica para

pseudorreforma agrária à lógica da colonização das terras, que, no fundo, atenderia aos interesses econômicos de transformar o pequeno agricultor em minifúndio. A disputa pelo conceito de reforma agrária provocou divergências internas entre os grupos ligados aos dois padres. Se para o grupo ligado a Melo, isso deveria se realizar por meio do cooperativismo, para os aliados a Crespo, seria gradualmente a partir de instrumentos legais, a título dos dois hectares de terras, assegurados na Lei de Sítio. Notadamente, prevaleceu a tese do primeiro grupo, que focou no projeto de cooperativas vinculadas aos sindicatos, através de financiamento da CLUSA em imbricamento com o IADESIL dentro do Programa Aliança para o Progresso. Cabe salientar, que o grupo ligado a Crespo não se opôs a essa articulação com os americanos, muito pelo contrário, viram-na como basilar para certa viabilidade financeira e infraestruturais, sob frágeis argumentos de necessidades correlatas.

A outra mudança de discurso da prática formativa e ação sindical se deu no período de “chumbo”, onde o sindicato passou a privilegiar os discursos: *assistencialista*, *religioso* e *legalista*, passando, pois, do discurso *reivindicador* para *cooperador*. Entretanto, tais discursos não significaram ineditismo, mas uma retomada com mais força. Se antes do golpe tais discursos, grosso modo, objetivavam afastar os ideais comunistas dentre os camponeses, agora, eram enfatizados e ressignificados a fim de garantir o *status quo* do movimento.

O assistencialismo atrelado ao PRORURAL e FUNRURAL, por um lado, coroou a política intervencionista do Estado autoritário, que especulava com isso, certa legitimidade dos próprios camponeses; a previdência social rural foi o pano de fundo assistencial. O sindicato *reivindicador* é esvaziado pela sobrecarga demandada pelo programa assistencial. Por outro lado, tolhida sua ação de classe, se apropria do discurso assistencial para atrair “novos” sócios, em vista das *vantagens*. Apesar de toda criticidade possível à falta de certa atuação, senão combativa, ao menos crítica do projeto assistente, constatamos nesse processo uma ação pedagógica estratégica em que o organismo sindical buscou “tirar” proveito de um contexto improvável de ampliar a rede de associados. Contudo, problemas internos surgiam em decorrência da aproximação inevitável com influências políticas, e, em razão disso, certo grau de desconfiança entre os opositores aos diretores em exercício.

Em relação ao discurso religioso, identificamos que o mesmo fora reapropriado pelo movimento especialmente através do Jornal do Trabalhador Rural, como dispositivo de um “*novo evangelismo sindical*”, que contribuiu para a reorientação formativa em que o perfil de luta sindical, pedagógica e ideologicamente se pautou na ideia de união e obediência. Tal discurso não significava mais um contraponto ao marxismo, mas sobretudo, a própria representação ou autorrepresentação do camponês a partir do modelo de Jesus. E, neste sentido,

a perceber a necessidade e importância de um comportamento relativo à moral cristã, que exigia “*nova mentalidade*” em face da conjuntura da época, como condição basilar à manutenção do *status quo*. Essa mudança de “mentalidade” envolvia: a) mudança de percepção em relação ao trabalho; b) união; c) ação; d) conformação. Esse conjunto de coisas reforçava a observação da ordem e de lei.

O discurso do legal, nesse contexto, assumia nas formações a presunção de verdade, o que em última instância acabava por provocar duplo sentido; de um lado, a segurança de legitimidade da ação sindical; do outro, o trabalhador não poderia reclamar quaisquer petições que não estivessem asseguradas em lei. O legal não significava apenas a justeza do movimento, mas sobretudo, o enquadramento deste à ordem estabelecida pelo Estado opressor.

Identificamos que a prática formativa do sindicato na região nesse período, entre passos e contrapassos, limites e contradições, falta de análise crítica conjuntural dos seus líderes, foi uma experiência marcada pelo dual do legal e do religioso, Estado e Igreja, norma e valores cristãos, tentativas de conciliação com a DRT, discurso retórico de pacificação, retórica de reforma agrária. Reforçamos o argumento histórico da atuação da Igreja nesse processo, as disputas políticas e ideológicas com as Ligas. Reforçamos, ainda, a ideia do sindicato dos associados. Refutamos também qualquer sentido de sindicato livre; ao invés disso, identificamos uma experiência sindical permeada por uma série de ações e sentidos aí produzidos/elaborados. Também não foi de interesse da pesquisa fazer diagnóstico a fim de precisar ter sido uma experiência sindical pelega ou não. O foco foi o processo formativo educacional aí experienciado. Experiência essa, que aponta para um princípio pedagógico de educação não formal interessado em questões práticas e objetivas da vida sindical, mas que não se encerra ao exercício das atribuições sindicais; inseriu os camponeses em um processo de elaboração de significados coletivos à disputa por direitos.

Infelizmente, não pudemos aprofundar as práticas cotidianas, nem a receptividade entre os trabalhadores que não tiveram vínculo com a organização sindical; reconhecemos que esse olhar dos atores de fora da ação direta do processo formativo seja um elemento potencial para ampliar novas leituras dessa experiência, inclusive, verificar uma análise crítica mais ampla. Outra lacuna deixada em aberto nessa pesquisa diz respeito à forma como os trabalhadores na base reelaboravam ou não a formação dada pelos padres e pela FETAPE. Esses dois aspectos poderão ser analisados em outros estudos, enquanto terreno de uma pedagogia política, já percebida nessa pesquisa a partir da concepção de Montenegro (2007).

Outra questão nessa direção, que a nosso ver merece outras investigações, seria aprofundar o conceito de educação de base, aqui referida, enquanto categoria própria de análise,

o que exigiria, certamente, articulação no campo das teorias pedagógicas. Consequentemente, abriria as possibilidades de investigação do processo educacional, subjacente, para além de análise enquanto experiência popular ou classista, obviamente, sem negá-las.

## REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Revisitando o campo**: luta, organização, contradições – PE 1962 – 1987. 2003. 262f. Tese. (Doutorado em História – Programa de Pós-graduação em História - UFPE). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Construindo o Sindicalismo Rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: UFPE/Oito de Março, 2005.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
- ALVES, Kelly Ludkiewicz. **Entre as cartas e o rádio**: a alfabetização nas escolas radiofônicas do MEB em Pernambuco. 2016. Tese. 165f. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964. 267p.
- \_\_\_\_\_. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Massangana, 1989. 114p.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto de France. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. 2013. 241f. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1987.
- BRASIL. Decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944. Dispõe sobre a sindicalização rural. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 13 nov. 1944. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del7038.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7038.htm)>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 4.214, de 02 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, - Seção 1, 18/3/1963. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4214-2-marco-1963-353992-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. **Casa Civil, Presidência da República**, Brasília, DF. 30 nov. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 57.020, de 11 de outubro de 1965. Dispõe sobre A Lei de Sítio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 13/10/1965. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57020-11-outubro-1965-397326-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20concess%C3%A3o%20de,canavieira%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944. Dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram terras alheias e dá outras providências. **Casa Civil, Presidência da República**. Rio de Janeiro, RJ. 19 nov. 1944. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del6969.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del6969.htm)>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 276 de, 28 de fevereiro de 1967 (revogado). Dispunha sobre criação do Funrual e outras providências. **Casa Civil, Presidência da República**. Brasília, DF. 28 de fev. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0276.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0276.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 57.870 de, 25 de fevereiro de 1966. Institui o Programa Especial de Bolsas de Estudo para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes. **Diário Oficial da União**, (Portal da Câmara). Brasília, DF, Seção 1, 28/2/1966. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57870-25-fevereiro-1966-398491-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 564 de 1 de maio de 1969. Estende a aposentadoria ao trabalhador rural. **Casa Civil, Presidência da República**, Brasília, DF. 01 de maio de 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0564.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0564.htm)>. Acesso em: 07 maio de 2020.

BRASIL. Lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. **Casa Civil, Presidência da República**, Brasília, DF. 25 de maio de 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-11-25-maio-1971-365204-norma-pl.html>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: editora Unesp, 1992. 379p.

CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes: Padres e Comunistas na Revolução sem Violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

CARVALHO, Maria Araújo Duarte de et al. **Escolas Radiofônicas de Natal**: uma história construída por muitos. Marlúcia Menezes de Paiva (Org.). Brasília: Líber Livro, 2009.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente; SOARES, Fagno da Silva. História Oral entre reflexões e memórias: Revisitando o percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. Especial 1, p. 426-444, maio. 2016.

CAVALCANTI, Renato da Cunha. Renato da Cunha Cavalcanti: depoimento oral [set.2011]. Entrevistadores: A. Santos; A. Silva. Recife, PE 2011. MP3. Entrevista concedida à História da Educação Popular em Pernambuco.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** -1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CRESPO, Enes Paulo. **Paulo Crespo** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 46 p. dat.

\_\_\_\_\_. **Depoimento**. Entrevistadores: Eliane Moury Fernandes; Jorge Zaverucha. Entrevista realizada pela Cehibra, da Fundação Joaquim Nambuco. Recife, 1985.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manoela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1990.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de Chumbo**: a memória sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 336p.

FÁVERO, Osmar. **Cultura popular, educação popular**: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos. São Paulo: Cortez, 2010. 108p.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 120 p.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. ed. Tradução: Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

IGREJA CATÓLICA. Papa, João XXIII. Carta Encíclica Mater et Magistra: aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários do lugar, em paz e em comunhão com a sé apostólica, bem como a todo o clero e fies do orbe Católico. Roma, 1961. Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_15051961\\_mater.html](http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html)>. Acessado em: 22 de nov. 2019.

IGREJA CATÓLICA. Papa João XXIII. Carta Encíclica Pacem in terris: a paz dos povos. Roma, 1963. Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_11041963\\_pacem.html](http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html)>. Acessado em: 19 de nov. 2019.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955 - 1968**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **O Bagaço da Cana**. Um estudo da Ideologia na Região do Açúcar. 1976. 142f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa Integrado de Economia e Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1976.

\_\_\_\_\_. **Práticas instituintes e experiências autoritárias**. O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974. 2010. 370f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 5. ed. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MONTENEGRO, Antônio. **História Oral e Memória**: a cultura popular revisitada. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. História e memória: combates pela história. **História Oral**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 27 – 42, jan jun. 2017.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB). **Fundamentação do Programa para 1965**, 1ª parte: estudos sociais. 1.1 – Cultura. Rio de Janeiro, 1965.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: Lattemundo, 1997.

NÓBREGA, Vandik Londres da. **Enciclopédia de legislação do ensino**. Rio de Janeiro, ed. do autor, v. 11, 1954.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo de alma**. Catolicismo, classes sociais e conflito no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e Conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. **Revista de Cultura Política**, v. 1, n. 1, p. 41 a 56, 1979.

PRICE, Robert E. **Rural Unionization in Brazil Wisconsin**, Land Tenure Center, 1964.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: editora Unesp, 1992, pp. 163-198.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base – MEB: discurso e prática 1961 – 1967**. São Luiz, UFMA/Secretaria de Educação, 1985.

ROMERO, Nelson. A educação de base no Brasil em 1952. Relatório apresentado ao Ministério de Educação pelo diretor geral do Departamento Nacional de Educação. In: NÓBREGA, Vandik Londres da. **Enciclopédia da legislação do ensino**. Rio de Janeiro, ed. do autor, vol. II, pp. 184-191, 1954.

ROSA, Marcelo Carvalho. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais da Zona da Mata de Pernambuco. **Dados**, v. 47, n. 3, p. 473 a 503, 2004.

SANTOS, Alessandra Maria dos. **A interiorização da educação popular em Pernambuco (1956 a 1964)**: Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul) e Caruaru (Agreste). 2014. 122f. Dissertação. (Mestrado em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação - UFPE). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

SHARPE, Jin. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: editora Unesp, 1992, pp. 39-62.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, José Francisco da. Atuação dos sindicatos junto aos trabalhadores rurais. **Ensaio de Opinião**, nº 2+9, p. 38 a 40. 1979

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, José Santana da. **O sindicalismo rural em Goiás e a FETAEG: das origens ao fim da oposição sindical (1963-1992).** Tese. 2014. 314f. (Doutorado em História – Programa de Pós-graduação em História – UFG). Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, 2014.

SILVA, Reginaldo José da. **A cartilha do camponês, o documento “bença, mãe!” e sua recepção pela liga camponesa do engenho Galileia.** Dissertação. 2015. 221f. (Mestrado em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação - UFPE). UFPE. Recife, 2015.

SOUZA, Cláudia Moraes de. **Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base.** 2006. 367f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, João Francisco de. **E a Educação Popular? Quê??** Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro. Recife: Bagaço/NUPEP/UFPE, 2007.

STEIN, Leila de Menezes. **Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (195 a 1964).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

TAMER, Alberto. **O mesmo Nordeste.** São Paulo: Herder, 1968.

THOMPSON, Eduard Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** v. 3. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

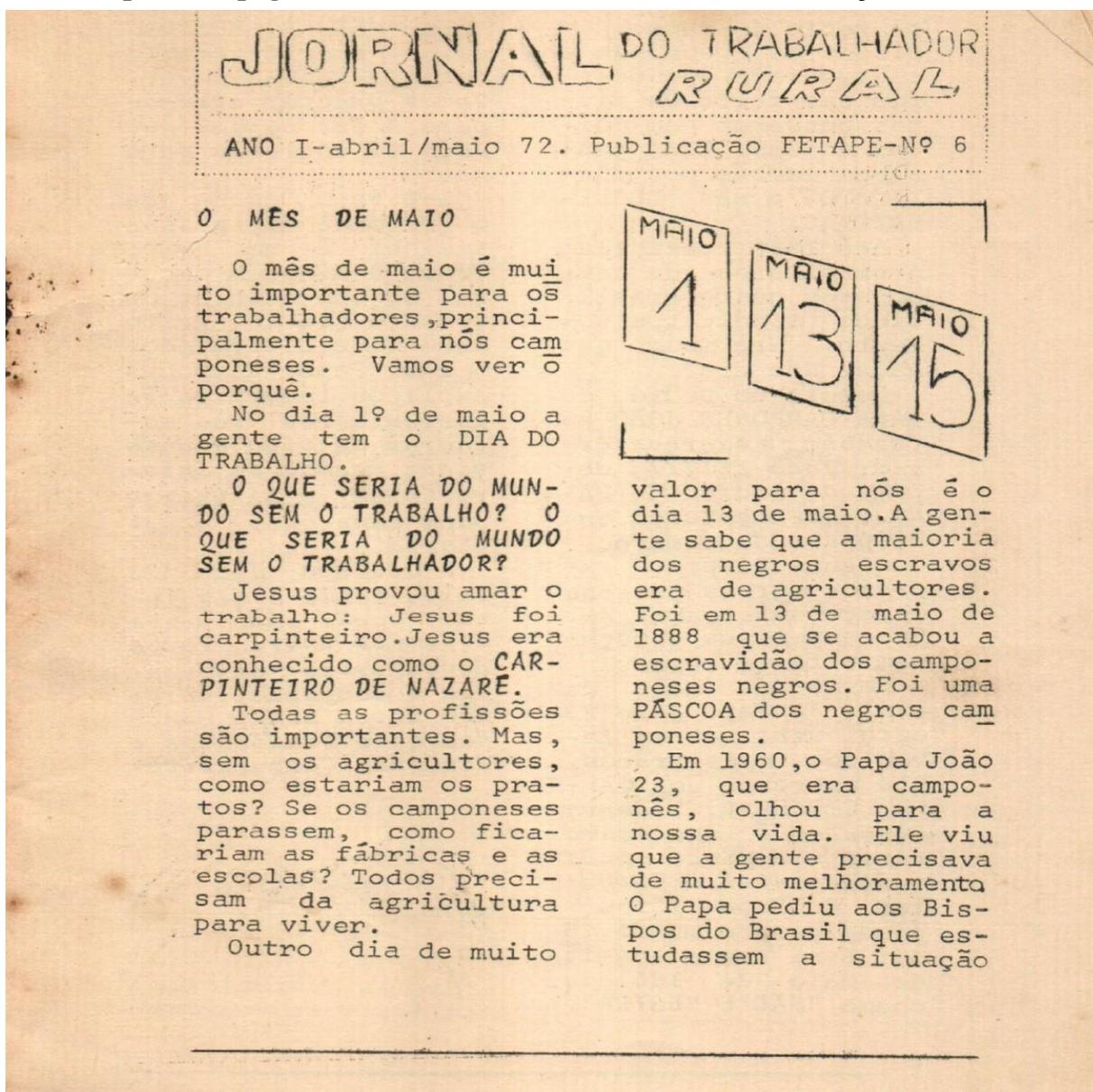
WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

## ANEXO

## ANEXO A – JORNAL DO TRABALHADOR RURAL (FETAPE) 1972

Obs. Considerando o quantitativo de páginas do referido material (os três exemplares juntos), conforme pode ser verificado no apêndice C, aqui consta apenas a capa e/ou primeira página de cada edição, a fim de ilustração do mesmo. Para quem desejar consultar o material completo (fotocopiado) solicitar ao autor da pesquisa através do e-mail: joelsilva.educar@gmail.com; ou diretamente no acervo da Academia Sindical, no seguinte endereço: Av. José Otávio, 940 – Cajá, Carpina – PE.

## Fotocópia da 1ª página do Jornal do Trabalhador Rural, 1972, edição de abril/maio



Fotocópia da 1ª página do Jornal do Trabalhador Rural, 1972, edição de junho

**JORNAL DO TRABALHADOR RURAL**

ANO I-junho de 1972. Publicação FETAPE- Nº 7

ANIVERSÁRIO  
DE NASCIMENTO  
DA NOSSA  
FEDERAÇÃO

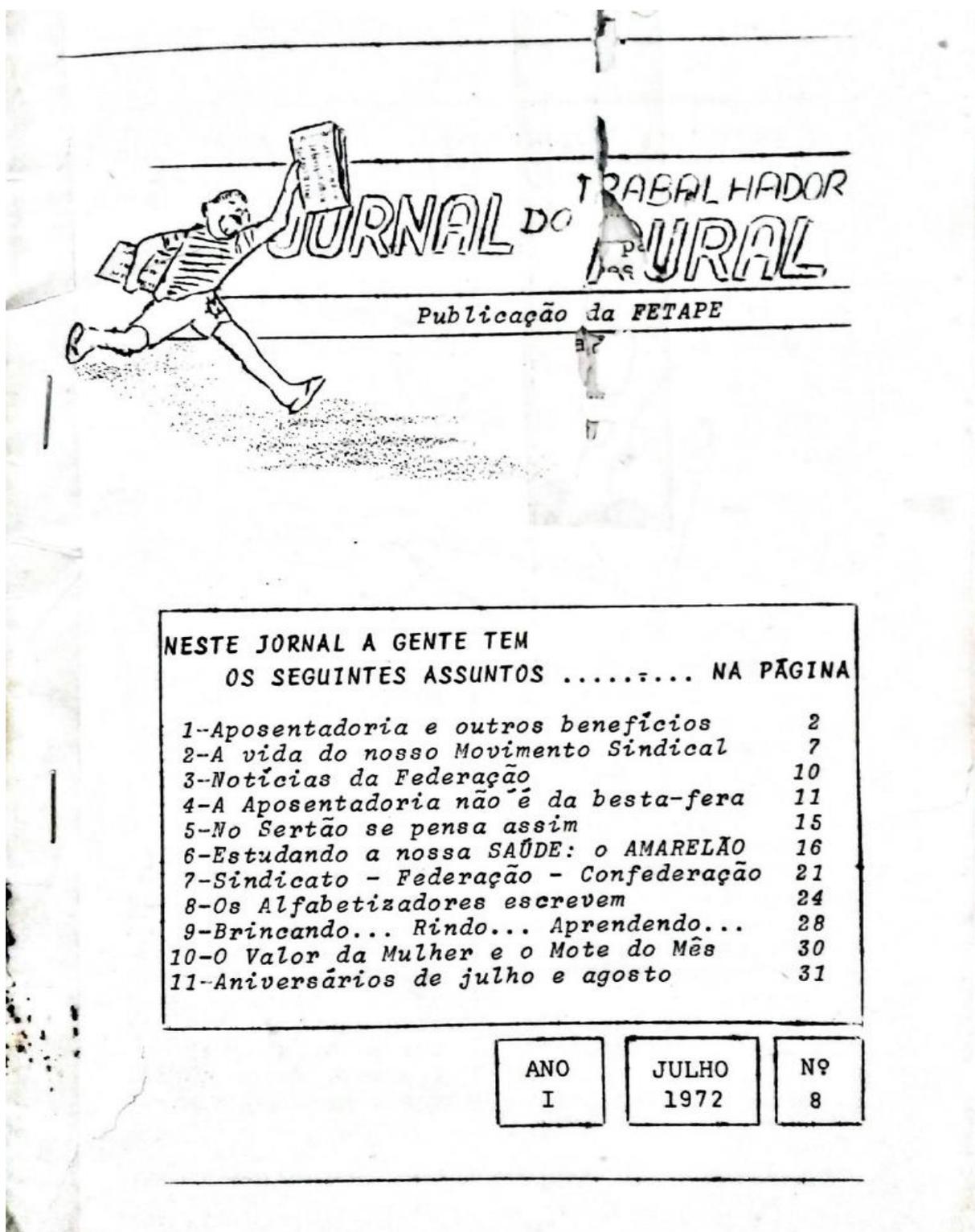
A nossa Federação completa 10 anos. Nasceu no dia 6 de junho de 1962. Ela nasceu formada por nossos 5 Sindicatos reconhecidos no Congresso de Itabuna - aquele nosso Primeiro Congresso que fez 10 anos no mês de maio.

A gente aprendeu em 13 de maio de 1962 foram reconhecidos os

nossos Sindicatos de Caruaru, Lajedo, Limoeiro, Timbaúba e Vitória de Santo Antão.

Receber as cartas dos Sindicatos foi uma vitória. A gente quer sempre melhorar. Por isso a gente nunca fica satisfeito. Por isso a gente luta por outras vitórias. Por isso a gente luta pela união. A gente

Fotocópia da 1ª página do Jornal do Trabalhador Rural, 1972, edição de julho



NESTE JORNAL A GENTE TEM  
OS SEGUINTESS ASSUNTOS ..... NA PÁGINA

1-Aposentadoria e outros benefícios	2
2-A vida do nosso Movimento Sindical	7
3-Notícias da Federação	10
4-A Aposentadoria não é da besta-fera	11
5-No Sertão se pensa assim	15
6-Estudando a nossa SAÚDE: o AMARELÃO	16
7-Sindicato - Federação - Confederação	21
8-Os Alfabetizadores escrevem	24
9-Brincando... Rindo... Aprendendo...	28
10-O Valor da Mulher e o Mote do Mês	30
11-Aniversários de julho e agosto	31

ANO  
I

JULHO  
1972

Nº  
8

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – LISTA DE REFRÊNCIA DOS JORNAIS

Trabalhamos especificamente com os jornais: a) Gazeta de Nazaré da Mata, localizado no acervo da Biblioteca Pública Municipal de Nazaré; b) Diário de Pernambuco e Última Hora, localizados no site da Hemeroteca Digital. Além desses, já em certo momento da pesquisa, também usamos algumas poucas edições do Jornal do Comércio.

Jornal	Edições	Localização
<p><b>Gazeta de Nazaré da Mata</b></p> <p>Foram analisadas edições entre 1961 e 1965. Dentre elas, foram citadas diretamente na Dissertação as listadas na coluna ao lado.</p>	<p>01 de abril de 1961; 04 de abril de 1961; 08 de abril de 1961; 15 de abril de 1961; 22 de abril de 1961; 13 de maio de 1961; 08 de junho de 1961; 24 de junho de 1961; 07 de julho de 1961; 08 de julho de 1961; 05 de agosto de 1961; 11 de novembro de 1961; 18 de novembro de 1961; 06 de janeiro de 1962; 07 de julho de 1962; 17 de fevereiro de 1963; 13 de maio de 1963.</p>	<p>Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Nazaré da Mata.</p>
<p><b>Diário de Pernambuco</b></p> <p>Trabalhamos com edições entre 1961 e 1969. Na coluna ao lado constam as edições que foram citadas diretamente na Dissertação.</p>	<p>08 de abril de 1961; 14 de junho de 1961; 20 de julho de 1961; 30 de julho de 1961; 13 de fevereiro de 1962; 25 de fevereiro de 1962; 21 de março de 1962; 07 de julho de 1962; 27 de julho de 1962; 31 de julho de 1962; 09 de setembro de 1962; 09 de novembro de 1962; 15 de janeiro de 1963; 26 de janeiro de 1963; 23 de maio de 1963; 02 de julho de 1963; 27 de outubro de 1963 ; s/d edição 00071(1) de 1964; 23 de julho de 1964; 24 de agosto de 1963; 07 de janeiro de 1964; 02 de abril de 1964; 03 de abril de 1964; 26 de julho de 1964; 06 de setembro de 1964; 20 de outubro de 1964; 22 de novembro de 1964; 27 de dezembro de 1964; 30 de dezembro de 1964; s/d 00225(1) de 1965; 27 de janeiro de 1965; 13 de fevereiro de 1965; 19 de fevereiro de 1965; 27 de abril de 1965; 15 de maio de 1965; 24 de agosto de 1965; 09 de setembro de 1965; 15 de outubro de 1965; 09 de setembro de 1965; 25 de novembro de 1965; 26 de novembro de 1965; 12 de julho de 1966; 30 de setembro de 1966; 01 de outubro de 1966; 29 de setembro de 1966; 11 de agosto de 1967; 03 de maio de 1969; 06 de abril de 1969; 16 de abril de 1969; 14 de junho de 1981</p>	<p>Localizado no Site da Hemeroteca Digital.</p>
<p><b>Última Hora</b></p>	<p>s/d 00151(1) de 1962; 25 de junho de 1962; 24 de agosto de 1963; 04 de março de 1964; 18 de abril de 1964; 10 de abril de 1963;</p>	
<p><b>Jornal do Comércio</b></p> <p>Observação: esse editorial foi adicionado ao corpo da</p>	<p>10 de janeiro de 1963; 24 de agosto de 1963; 18 de setembro de 1964;</p>	<p>Localizadas na Hemeroteca Digital e na</p>

pesquisa, já em certa altura das análises, para complementar informações sobre as reivindicações salariais dos trabalhadores rurais, bem como na disputa pela tabela de tarefas ou acordo do campo, celebrado entre as classes com interveniência de Miguel Arraes,		Dissertação de: BARROS, 2003, p. 150.
---	--	---------------------------------------

### APÊNDICE B – LISTA DE DOCUMENTOS ANALISADOS (FETAPE)

Documento	Ano	Arquivo
Ata de fundação da FETAPE. (Cópia da Ata da Assembleia Geral Extraordinária. Inscrito na folha 1 a 3 do Livro de Atas, Recife).	06/06/1962	Caixa 16
Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias da FETAPE	1962 a 1967	Caixa 16
Abaixo Assinado dos presidentes dos sindicatos, declarando estar em acordo com a Diretoria da FETAPE	12/03/1968	Caixa 16
Carta da FETAPE enviada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), solicitando atualização legais	26/08/1964	Caixa 16
Carta enviada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) acerca do direito a programas assistenciais	07/03/1971	Caixa 16.1
Carta do MTPS e DRT sobre consulta a saber da natureza da atuação dos delegados sindicais	20/10/1969	
Contrato Coletivo da Tabela de Tarefas, escrito pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social	25/09/1965	Caixa 16
Declaração da FETAPE sobre intervenção nos sindicatos, exceto, ao de Nazaré da Mata	13/08/1965	Caixa 16
Editais de convocação de assembleias gerais	1964 a 1972	Caixa 16, e 16.1
Estatuto Social da FETAPE	06/06/1962	Caixa 16
Ofício nº 167/69 enviado à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) acerca da reunião à DRT para tratar do Contrato Coletivo de Trabalho	01/07/1969	Caixa 16.
Ofício nº 135 enviado ao Delegado Regional do Trabalho, referente a lei de greve	28/12/1964	Caixa 16
Ofício nº 197/70 enviado a DRT, explicando sobre situação e regularidade dos sindicatos	11/06/1970	Caixa 16
Ofícios enviados ao Delegado Regional do Trabalho, a falar de nomeação de trabalhador rural para a diretoria de sindicatos	14/10;17/11;/e 14/12/ 1964	Caixa 16
Elaboração de proposta de tabela de tarefas	20/11/1963	Caixa 16
Termo do convênio assinado entre FETAPE, Governo do Estado e IADESIL	23/05/1966	Caixa 16
Roteiro para aplicação do direito de greve	23/12/1964	Caixa 16
2ª Via da Carta Sindical da FETAPE	02/03/1963	Caixa 16

### APÊNDICE C – LISTA DOS MATERIAIS EDUCATIVOS

Nome	Edição	Páginas	Local de acesso	Observações de acesso
Jornal do Trabalhador Rural	Abril/mayo de 1972, nº 6.	24, p.	Acervo da Academia Sindical da FETAPE.	Acessado em 16 de julho de 2020. Fotocopiado com autorização do assessor da academia sindical
Jornal do Trabalhador Rural	Junho de 1972, nº 7.	31, p.	Acervo da Academia Sindical da FETAPE	Acessado em 16 de julho de 2020. Fotocopiado com autorização do assessor da academia sindical
Jornal do trabalhador Rural	Julho de 1972, nº 8.	32, p.	Acervo da Academia Sindical da FETAPE	Acessado em 16 de julho de 2020. Fotocopiado com autorização do assessor da academia sindical
Cartilha Viver é Lutar. Livro 2.	Rio de Janeiro, outubro de 1963.	64, p.	Site do FORUMEJA, link do site: < <a href="http://www.forumeja.org.br/node/2976">http://www.forumeja.org.br/node/2976</a> >  link da página do MEB: < <a href="http://forumeja.org.br/book/export/html/1435">http://forumeja.org.br/book/export/html/1435</a> >	Disponível em: <a href="http://forumeja.org.br/files/viver.pdf">http://forumeja.org.br/files/viver.pdf</a> . Acesso em: 16/09/2019.  Forma de uso: Download
Cartilha Mutirão. Livro 1.	Rio de Janeiro, julho de 1965.	40, p.	Site do FORUMEJA, link do site: < <a href="http://www.forumeja.org.br/node/2976">http://www.forumeja.org.br/node/2976</a> >  link da página do MEB: < <a href="http://forumeja.org.br/book/export/html/1435">http://forumeja.org.br/book/export/html/1435</a> >	Disponível em: < <a href="http://forumeja.org.br/files/mutiraolivro1.pdf">http://forumeja.org.br/files/mutiraolivro1.pdf</a> >.PDF>. Acesso em: 18/09/2019.  Forma de uso: Download
MEB, Fundamentação para o programa de 1965	Rio de Janeiro, 1965.	66, p.	Site do FORUMEJA, link do site: < <a href="http://www.forumeja.org.br/node/2976">http://www.forumeja.org.br/node/2976</a> >  link da página do MEB: < <a href="http://forumeja.org.br/book/export/html/1435">http://forumeja.org.br/book/export/html/1435</a> >	Disponível em: < <a href="http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/fund1965.pdf">http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/fund1965.pdf</a> > Acessado em: 29/09/2019.  Forma de uso: Download

**APÊNDICE D – FONTES DOS SINDICATOS DE NAZARÉ E VICÊNCIA**

<b>Sindicato</b>	<b>Documentos</b>
Nazaré da Mata	Atas de 1961 a 1972 Fotografias de época, sobretudo sobre a atuação formativa do sindicato, algumas delas adicionadas na Dissertação.
Vicência	Atas de 1963 a 1972

## **APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA ORAL**

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc  
Núcleo de Teoria e História da Educação  
Centro de Educação – CE

Título do projeto de pesquisa

**Educação de base e sindicalização rural na Mata Norte de Pernambuco (1961 a 1972)**

### **ROTEIRO PARA O REGISTRO MEMORIALÍSTICO**

#### **O Primeiro momento no Movimento Sindical**

- Me fale sobre sua entrada no movimento sindical.
- Sua trajetória
- Como era o treinamento das lideranças para participar e integrar o movimento sindical?

#### **SORPE**

- Me fale suas lembranças dos cursos de sindicalismo rural do SORPE
- O convite à participação;
- As aulas
- Os conteúdos
- Os materiais de formação
- A aprendizagem (o que aprendia?)
- Recepção (Como o senhor (a) recebia aquela formação?)
- O sindicato (o que se ensinava acerca do sindicato?)
- O trabalho de base (como era o processo de “levar” o que se aprendia, aos demais trabalhadores na base?. E como era que os trabalhadores na base recepcionavam esse processo de formação que vocês faziam junto com eles?)

#### **MEB**

Memórias das aulas radiofônicas da Diocese de Nazaré da Mata

- Os conteúdos
- Os objetivos
- A metodologia

- Relação MEB/sindicato
- O monitor do MEB

### **SINDICATOS**

- Me fale, suas lembranças formativas no sindicato (as aprendizagens)
- Me fale suas lembranças de como era o dia a dia no organismo sindical
- Me fale suas lembranças no dia a dia na base com os demais companheiros de trabalho
- A relação com o patronato

### **Cooperativas e sindicatos**

- O que o senhor (a) lembra da relação entre os sindicatos e as cooperativas agrícolas organizadas pelo SORPE?

Me fale suas lembranças dos cursos de cooperativas

- Os conteúdos
- Lembra se haviam órgãos, além dos sindicatos e da Igreja, envolvidos no processo de formação de cooperativas? Se sim, quais e o que lembra acerca da atuação desses nesse processo?

### **O sindicato e a igreja**

- Me fale suas lembranças acerca do papel da Igreja na organização sindical.
- Que lembranças tem da relação entre Igreja, sindicato e Ligas Camponesas?
- O que lembra do papel dos padres nesse processo?
- O que lembra acerca dos padres Crespo e Melo na organização sindical?

### **O sindicato, Estado**

Quais suas lembranças de como era a relação do movimento sindical com o governo do Estado?

- Arraes?
- Com a DRT e com o MTPS?
- Acerca da FETAPE, o que sabe ou lembra acerca dos convênios celebrados para realização do Centro de Carpina e das formações?
- Com o governo do Estado
- Com os americanos (IADESIL, ISAID)

**O sindicato e o patronato**

- Me fale como era a sua relação, enquanto sindicalista, com o patrão.
- E do sindicato no geral com o patronato

**O Sindicato e o Golpe de 1964**

- Me fale sobre suas lembranças do impacto do golpe para o movimento sindical.
- Como ficaram os cursos, treinamentos de líderes com o golpe?
- Nesse período do golpe o que o sindicato ensinava, o que se aprendia?
- Como o senhor (a) recepcionava os ensinamentos acerca da formação sindical nesse período do golpe?
- Que lembranças o senhor (a) tem acerca das formações nesse período? e como recepcionava essas formações?
- Que lembranças pessoais tem de mais significativas, experienciadas no movimento sindical?

Gostaria de acrescentar algo mais?

## APÊNDICE F – REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

CELESTINO, José. **José Celestino**. Depoimento [set. 2020]. Entrevistador: J. S. Silva. Nazaré da Mata: PE, 2020. (Sindicato de Nazaré da Mata) . Celular. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de mestrado: Educação de Base e Sindicalização Rural na Mata Norte de Pernambuco (1961 a 1972).

EDJAN, José. **Edjan**. Depoimento [set. 2020]. Entrevistador: J. S. Silva. Usina Barra, Vicência: PE, 2020. (Casa do entrevistado). Celular. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de mestrado: Educação de Base e Sindicalização Rural na Mata Norte de Pernambuco (1961 a 1972).

FILHO, Severino Francisco da Luz. **“Biu da Luz”**. Depoimento [set. 2019]. Entrevistador: J. S. Silva. Carpina: PE, 2019. (FETAPE). Celular. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de mestrado: Educação de Base e Sindicalização Rural na Mata Norte de Pernambuco (1961 a 1972).

LIMA, Severino Domingues de, **“Beija Flor”**. Depoimento [set. 2019]. Entrevistador: J. S. Silva. Paudalho: PE, 2019. (Sindicato de Paudalho). Celular. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de mestrado: Educação de Base e Sindicalização Rural na Mata Norte de Pernambuco (1961 a 1972).

SILVA, José Francisco da. **José Francisco**. Depoimento [out. 2019]. Entrevistadores: J. S. Silva. A.G.F. Silva. Carpina: PE, 2019. (FETAPE). Celular. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de mestrado: Educação de Base e Sindicalização Rural na Mata Norte de Pernambuco (1961 a 1972).

SILVA, José Rodrigues da. **José Rodrigues**. Depoimento [jun. 2020]. Entrevistador: J. S. Silva. Bom Jardim: PE, 2020. (Sindicato de Bom Jardim). Celular. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de mestrado: Educação de Base e Sindicalização Rural na Mata Norte de Pernambuco (1961 a 1972).

ZEZINHA. **“Dona Zezinha”**. Depoimento [ago. 2020]. Entrevistador: J. S. Silva. Murupé, Vicência: PE, 2019. (Casa da entrevistada). Celular. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de mestrado: Educação de Base e Sindicalização Rural na Mata Norte de Pernambuco (1961 a 1972).